

JAILMA MARIA DE LIMA

**PARTIDOS, CANDIDATOS E ELEITORES:  
O RIO GRANDE DO NORTE EM CAMPANHA  
POLÍTICA (1945-1955)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, nível Doutorado, da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial, para obtenção do grau de Doutor em História. Área de concentração: História Social.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Ângela Maria de Castro Gomes

NITERÓI-RJ

2010

Catálogo da Publicação na Fonte.  
UFRN / Biblioteca Setorial do CCSA

Lima, Jailma Maria de.

Partidos, candidatos e eleitores: o Rio Grande do Norte em campanha política (1945-1955) / Jailma Maria de Lima. – Niterói, RJ, 2010.  
310f.

Orientadora: Profª. Drª. Ângela Maria de Castro Gomes.

Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia.  
Programa de Pós-Graduação em História.

1. História - Tese. 2. Campanha eleitoral - Tese. 3. Partidos políticos - Tese. 4. Justiça eleitoral - Tese. 3. Rio Grande do Norte - Tese. I. Gomes, Ângela Maria de Castro. II. Universidade Federal Fluminense. III. Título.

RN/BS/CCSA

CDU 9:329(813.2)(043.3)

JAILMA MARIA DE LIMA

**PARTIDOS, CANDIDATOS E ELEITORES:  
O RIO GRANDE DO NORTE EM CAMPANHA  
POLÍTICA (1945-1955)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, nível Doutorado, da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial, para obtenção do grau de Doutor em História. Área de concentração: História Social.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Ângela Maria de Castro Gomes

Aprovada em \_\_ de março de 2010

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr<sup>ª</sup>. Ângela Maria de Castro Gomes (Orientadora) – UFF

---

Prof. Dr. Jorge Luiz Ferreira (Examinador) – UFF

---

Prof. Dr<sup>ª</sup>. Maria de Lourdes Mônico Janotti (Examinadora) – USP

---

Prof. Dr<sup>ª</sup>. Marly Silva da Motta (Examinadora) - CPDOC-FGV

---

Prof. Dr. Raimundo Nonato Araújo da Rocha (Examinador) - UFRN

---

Almir de Carvalho Bueno (Suplente) - UFRN

---

Gisele Martins Venâncio (Suplente) - UFF

Aos meus pais: José Garrido (*in memoriam*) e Terezinha Avelino, pelo amor incondicional;  
Ao meu irmão Jailson, pela leveza, bondade, exemplo de ser humano da melhor qualidade;  
Aos meus sobrinhos (Jadson, Renackson, Jaelson, Jayanne), como estímulo para que eles se dediquem aos estudos.

## AGRADECIMENTOS

Muitas dívidas (financeiras, operacionais, intelectuais, emocionais...) temos ao término de uma tese de Doutorado. Quase todas são impagáveis e os agradecimentos, para mim, não servem apenas para reconhecê-las, mas para reafirmar que nos momentos de solidão e angústia, diante de uma tela de computador, eu nunca estive completamente sozinha. Formou-se uma rede de solidariedade e torcida para que o trabalho fosse levado adiante. Professores, família, amigos, funcionários de instituições de pesquisa foram essenciais para que eu conseguisse chegar ao fim, mantendo um pouco da lucidez inicial, perdida diante da pressão, das incertezas, da insegurança e do estresse inerentes a um trabalho desse porte.

Em primeiro lugar, agradeço à minha orientadora, Prof.<sup>a</sup> Ângela Maria de Castro Gomes, por tudo e por ela mesma. Pela orientação, por acreditar em mim e na temática e por suas palavras, que foram a força necessária para que eu seguisse adiante nos momentos de maior angústia. Ela, uma das mais importantes historiadoras brasileiras, tem muito a ensinar também para que a relação orientador/orientando não seja traumática e se desenvolva da melhor forma possível. A convivência com ela me fez uma pessoa melhor e não somente intelectualmente. Sem a leitura e orientação dela o trabalho não seria o mesmo. Naturalmente, os erros e limites são de minha inteira responsabilidade.

Aos professores que participaram do Exame de Qualificação e apresentaram importantes sugestões ao trabalho, que eu espero ter conseguido incorporar, ao menos algumas: Jorge Ferreira e Marly Motta. O agradecimento se estende também por eles aceitarem compor a Banca de Defesa, que contará com a participação dos professores Maria de Lourdes Janotti, Raimundo Nonato Araújo da Rocha, Gisele Martins Venâncio e Almir de Carvalho Bueno. A composição da banca me causa orgulho, pela competência e seriedade profissional de todos eles. Gostaria de fazer um agradecimento especial ao professor Jorge Ferreira, por, desde o exame de seleção, presidido por ele, acreditar na temática e em mim, me indicando a orientação da professora Ângela de Castro Gomes.

Aos professores que, ao longo da minha vida estudantil, me suscitaram questões e o amor pelos estudos: Sandra, Mariazinha, Geny, Neto, Nelson, Kátia, Josivan (primeiro e segundo graus). Da vida acadêmica, a todos e, em especial, Raimundo Arrais, Aurinete Girão, Fátima Martins, Wicliffe Andrade, Flávia Pedreira, Sílvia Cortez (orientadora do Mestrado) Antônio Paulo Resende, Ana Maria Mauad.

Aos colegas do Departamento de História e Geografia (UFRN), pela liberação integral das minhas atividades acadêmicas, sem a qual o término desse trabalho se tornaria quase impossível: José Gregório, Douglas, Paula Sônia, Ione Morais, Eugênia, Regina, Isabel, Muraikytan, Flavoe João Quintino.

Aos funcionários do CERES/UFRN, em especial, a Marinilce, Aparecida, Graça, Reilda e Onilda, por resolverem os problemas burocráticos que sempre aparecem.

Aos funcionários das diversas instituições de pesquisas, pelas quais passei e fui sempre muito bem tratada: do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN): Lúcia e Antonieta, pelos sorrisos, disponibilidade em ajudar e competência profissional. O mesmo agradecimento se estende aos funcionários da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro: Ana e Jorge.

A CAPES e a UFRN, pela bolsa, sem a qual o trabalho ficaria inviável.

À minha família. Muitos percalços percorremos até aqui, e ainda percorreremos. Aos meus pais, por tudo. Minha mãe está identificada no texto e é suficiente dizer que foi o suporte para muitos momentos difíceis e quem sempre deu o maior incentivo para que eu estudasse. Meu pai nos surpreendeu negativamente com sua partida no início do curso de Doutorado. As minhas idas e vindas – Rio – Natal – Rio, por causa da sua doença tornaram o início do curso muito complicado. A sua dolorosa perda, em 6 de maio de 2006, me causou uma incurável saudade. Mas, pelo seu amor e sorriso, sempre que me via, eu não podia desistir ou fraquejar. E eu consegui e tenho certeza do seu orgulho.

Ao meu irmão Jailson Garrido, pela impressionante disponibilidade em ajudar nas tarefas mais árduas e difíceis. Ele me influenciou na escolha dos times de futebol e eu, nas suas escolhas políticas (embora, às vezes, a minha influência seja subvertida por ele, mas tudo bem). Assim, dos jogos de futebol (América de Natal e Vasco do Rio de Janeiro), às movimentações eleitorais dos nossos candidatos, passando pela administração dos problemas domésticos, lá está ele, quase sempre, com o sorriso estampado no rosto e a tranquilidade para resolver os problemas que surgirem. Agradeço à minha cunhada, também sempre presente. À minha sobrinha Jayanne, que, com seu sorriso, companhia, cochilos no Machadão, no meio da torcida Máfia Vermelha, além de sua dedicação aos estudos, nos faz mais felizes e apaixonados por ela.

Aos meus “filhos do coração” (Jadson e Renackson) , que me fizeram uma pessoa melhor, inclusive para contribuir para que eles se tornassem melhores também. Vê-los

seguindo seus rumos profissionais (o primeiro na carreira militar e o segundo na carreira acadêmica, no curso de Enfermagem – UFRN) me mostra como valeu a pena tê-los por perto. Eles também ajudaram muito nos problemas operacionais com a tecnologia, com os deslocamentos para o aeroporto e com a coleta dos dados.

A Sidney e a Philippe, pela ajuda na coleta dos dados e organização do material. À Edite, pela manutenção da casa em condições habitáveis.

Aos amigos (filhos e agregados) vou juntar em um grande conjunto. Ao longo dos anos estiveram presentes na minha vida e contribuindo cada um à sua maneira e com suas qualidades. Compartilhando bons momentos e nem tanto assim. Tenho um grupo de amizades diferenciado, às vezes, alguns estão mais próximos a mim, outros mais distantes. Contudo, sempre serão meus amigos e me fazem muita falta. Aqui certamente as dívidas são maiores, por incluírem as financeiras, os livros emprestados, as horas de conversas partilhadas.

O Rio de Janeiro me proporcionou muitos momentos agradáveis e tanto consolidar uma amizade a da minha amiga Silvana, que me acolheu com muito amor, mas também reencontrar uns familiares e conhecer novos amigos. Minha prima Socorro e Edmilson (Érica, Erick e Edson), pela acolhida.

A Jorge Barros (*in memoriam*), pela sua incansável luta em prol dos menores de rua da cidade do Rio de Janeiro e por receber tão bem em sua casa. Nossas conversas estão na memória. A Pedro e a Daniel, pela criança e jovem maravilhosos que são. À Dona Any, à Maria e à Mayara.

À Aparecida e ao Sérgio (Thales e Dante); Ao Carlos e a Jeane (Douglas e Victor); à Karla e ao Roland;

A Jussara, Meine e Nildo (Victor e Maira); Agslene e Zé (Maisla e Menso); Acácia e Micussi (Marília, Mariana, Mariana e Murilo; Yasmin); Edilene e Márcio (Artur e André); Lúcia e Marinalva; Ivanessa e Sandro; Olívia, Joel e Juciene; Iranilson, Regina, Clarindo,

Aos mineiros: Karina, Bertulino e D. Marta; Fátima e Dorinha; aos amigos que vieram a partir de Betinho, Grimário e Lourenço, Sandoval e Ana (Marina e Danilo); Roberto;

A todos vocês que me ensinaram a importância e o valor das amizades dedico um poema de Carlos Drummond, por pura incompetência em transformar em palavras, os meus agradecimentos.

*Não precisa ser homem, basta ser humano, ter sentimentos.  
Não é preciso que seja de primeira mão, nem imprescindível, que seja de segunda mão.  
Não é preciso que seja puro, ou todo impuro, mas não deve ser vulgar.  
Pode já ter sido enganado (todos os amigos são enganados).  
Deve sentir pena das pessoas tristes e compreender o imenso vazio dos solitários.  
Deve gostar de crianças e lastimar aquelas que não puderam nascer.  
Deve amar o próximo e respeitar a dor que todos levam consigo.  
Tem que gostar de poesia, dos pássaros, do por do sol e do canto dos ventos.  
E seu principal objetivo de ser o de ser amigo.  
Precisa-se de um amigo que faça a vida valer a pena, não porque a vida é bela, mas por já se ter um amigo.  
Precisa-se de um amigo que nos bata no ombro, sorrindo ou chorando, mas que nos chame de amigo.  
Precisa-se de um amigo para ter-se a consciência de que ainda se vive.*

*Carlos Drummond de Andrade*



## RESUMO

Esta tese acompanha as dinâmicas das campanhas eleitorais ocorridas no estado do Rio Grande do Norte, entre 1945 e 1955, considerando partidos políticos, candidatos, eleitores e Justiça Eleitoral como seus atores principais. Como fontes utilizamos da imprensa escrita publicada no estado, considerada também um ator político, já que os jornais apresentavam opção político-partidária bastante evidente. Assim, a partir de referenciais teóricos ligados à Nova História Política e Cultural, ao longo do texto, dialogamos com a literatura norte-riograndense produzida sobre o período abordado, em especial a memorial. Momento importante da experiência democrática brasileira, o período foi vivenciado no estado de forma intensa, ocorrendo então a ampliação do número de eleitores e de partidos políticos; além do desenvolvimento de estratégias de propaganda política para atrair o voto dos eleitores. Estes passaram a ocupar o espaço público e a vivenciar e participar das campanhas eleitorais.

Palavras-chave: Campanhas eleitorais. Partidos políticos. Candidatos. Eleitores. Propaganda política.

## **ABSTRACT**

This dissertation approaches the dynamics of the political campaigns that took place in the state of Rio Grande do Norte between 1945 and 1955, by considering political parties, candidates, voters, and electoral justice as their main actors. As for the sources I have made use the written press as published in that state, which is also taken as a political actor, for newspapers put forth their political and parties choices in a blatant manner. Thus, from the theoretical grounds related to New Political and Cultural History I establish a conversation throughout this text with literature, particularly memorial literature, regarding the Rio Grande do Norte state as brought about during the aforementioned period. An outstanding moment of the Brazilian democratic experience, that period was lived intensively in that state with the increase in the number of voters as well as of political parties; besides the development of political marketing strategies aimed at appealing to voters. Voters began to occupy public space and to experiment and take part in political campaigns.

Keywords: Political campaigns. Political parties. Candidates. Voters. Political marketing.

## RÉSUMÉ

Cette thèse accompagne les dynamiques des campagnes électorales qui ont eu lieu dans l'état du Rio Grande do Norte, entre 1945 et 1955, considérant partis politiques, candidats, électeurs et Justice Électorale comme ses acteurs principaux. Comme sources, nous utilisons la presse écrite publiée dans l'état, considérée aussi comme un acteur politique, vu que les journaux présentaient une option politico-partisane suffisamment évidente. Ainsi, à partir de référentiels théoriques liés à la Nouvelle Histoire Politique et Culturelle, nous dialoguons, tout au long du texte, sur la littérature du Rio Grande do Norte produite durant la période abordée, en particulier le mémorial. Moment important de l'expérience démocratique brésilienne, la période a été vécue dans l'état de forme intense, produisant alors l'augmentation du nombre d'électeurs et de partis politiques ; outre le développement de stratégies de propagande politique pour attirer le vote des électeurs. Ceux-ci ont commencé à occuper l'espace public et à la vivre intensément et à participer aux campagnes électorales. Les mots-clés: Campagnes électorales. Partis politiques; candidats ; électeurs ; propagande politique.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Eleições e cargos 1945-1955	23
Tabela 2 Governadores e interventores do Rio Grande do Norte – 1935-1947	47
Tabela 3 Literatura memorial sobre o Rio Grande do Norte	48
Tabela 4 Votação para presidente da república – Natal e Rio Grande do Norte (1945)	100
Tabela 5 Votação para Senadores – Natal e Rio Grande do Norte (1945)	100
Tabela 6 Votação para Deputados Federais eleitos - Natal e Rio Grande do Norte (1945)	102
Tabela 7 Principais jornais do Estado (1945-1955)	104
Tabela 8 Dados biográficos políticos do PCB	105
Tabela 9 Políticos PSD	106
Tabela 10 Políticos da UDN	109
Tabela 11 Políticos do PSP	112
Tabela 12 Votação para Governador do Estado - Rio Grande do Norte (1947)	154
Tabela 13 Votação para Senadores e um suplente - Rio Grande do Norte (1947)	155
Tabela 14 Votação para suplentes dos Senadores eleitos em 1945 - Rio Grande do Norte (1947)	155
Tabela 15 Votação para Presidente e Vice-presidente da República - (1950)	213
Tabela 16 Votação para Governador e Vice-governador (1950)	214
Tabela 17 Votação Senadores e suplentes (1950)	214
Tabela 18 Votação para Senadores e suplentes (1954)	263
Tabela 19 Quantidade de candidatos por partidos e alianças	265
Tabela 20 Votação para Senadores da República – Rio Grande do Norte (1954)	276
Tabela 21 Votação para Governador e Vice-governador do Estado (1955)	285
Tabela 22 Votação para Presidente e Vice-presidente da República (1955)	285

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Regresso do Prefeito Motta Neto a Mossoró (1945) .....	91
Figura 2 - Propaganda do inseticida Detefon .....	116
Figura 3 - Panfleto distribuído durante a campanha eleitoral de 1947 .....	138
Figura 4 - Charge de Hilde Weber.....	175
Figura 5 - Propaganda de campanha.....	178
Figura 6 - Charge de Hilde Weber.....	180
Figura 7 - Propaganda de campanha.....	181
Figura 8 - Charge de Hilde Weber.....	182
Figura 9 - Propaganda de campanha.....	186
Figura 10 - Charge de Hilde Weber .....	191
Figura 11- Charge de Hilde Weber.....	199
Figura 12 - Charge de Hilde Weber .....	201
Figura 13 - Charge de Hilde Weber .....	203
Figura 14 - Charge de Hilde Weber .....	204
Figura 15 - Charge de Hilde Weber .....	205
Figura 16 - Coluna Feminina de propaganda de Eider Varela .....	269
Figura 17 - Charge revista <i>A Careta</i> .....	287

## ABREVIATURAS

Aliança Renovadora Nacional – (ARENA)  
Aliança Social (AS)  
Aliança Democrática (AD)  
Aliança Democrática Cristã (ADC)  
Aliança Social Progressista (ASP)  
Associação Brasileira de Imprensa (AIB)  
Centro Operário Natalense (CON)  
Central Geral dos Trabalhadores (CGT)  
Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)  
Conselho Regional de Arquitetura (CRA)  
Conselho Regional de Engenharia (CRE)  
Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP)  
Dicloro Difênil Tricloroetano (DDT)  
Delegacia Regional do Trabalho (DRT)  
Departamento de Estatística e Publicidade (DEP)  
Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)  
Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP)  
Departamento Nacional do Trabalho (DNT)  
Diretório Regional de Geografia (DRG)  
Esquerda Democrática (ED)  
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FD - USP)  
Força Expedicionária Brasileira (FEB)  
Frente de Renovação Nacional (FRN)  
Fundação Getúlio Vargas (FGV)  
Imprensa Oficial do Rio Grande do Norte (IORN)  
Instituto Brasileiro de Economia, Sociedade e Política (IBESP)  
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)  
Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE)  
Instituto Nacional do Sal (INS)  
Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)

Legião Brasileira de Assistência (LBA)  
Liga Eleitoral Católica (LEC)  
Liga da Defesa Nacional (LDN)  
Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC)  
Movimento Democrático Brasileiro (MDB)  
Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT)  
Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)  
Partido Agrário Nacional (PAN)  
Partido Comunista do Brasil (PCB)  
Partido dos Trabalhadores (PT)  
Partido Popular (PP)  
Partido Popular Sindicalista (PPS)  
Partido Republicano (PR)  
Partido Republicano Federal (PRF)  
Partido Republicano Progressista (PRP)  
Partido da Representação Popular (PRP)  
Partido Social Democrático (PSD)  
Partido Social Nacionalista (PSN)  
Partido Social Progressista (PSP)  
Partido Social Trabalhista (PST)  
Partido Socialista Brasileiro (PSB)  
Partido Trabalhista Brasileiro – PTB  
Partido Trabalhista Nacional (PTN)  
Rádio Educadora de Natal (REN)  
Sociedade Anônima, Indústria e Gráfica do Marmiteiro (SAIGOM)  
Serviço Estadual de Reeducação e Assistência Social (SERAS)  
Serviço Social do Comércio (SESC)  
Serviço Social da Indústria (SESI)  
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC)  
Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)  
Superior Tribunal Militar (STM)  
Supremo Tribunal Federal (STF)

Tribunal de Contas da Guanabara (TCU)

Tribunal de Segurança Nacional (TSN)

Tribunal Regional Eleitoral (TRE)

Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

União Democrática Nacional UDN

União Democrática Northeriograndense (UDN)

União Popular (UP)

União Nacional dos Estudantes (UNE)

União Norte-riograndense de Estudantes (UNE- RN)

Universidade de Brasília (UnB)

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

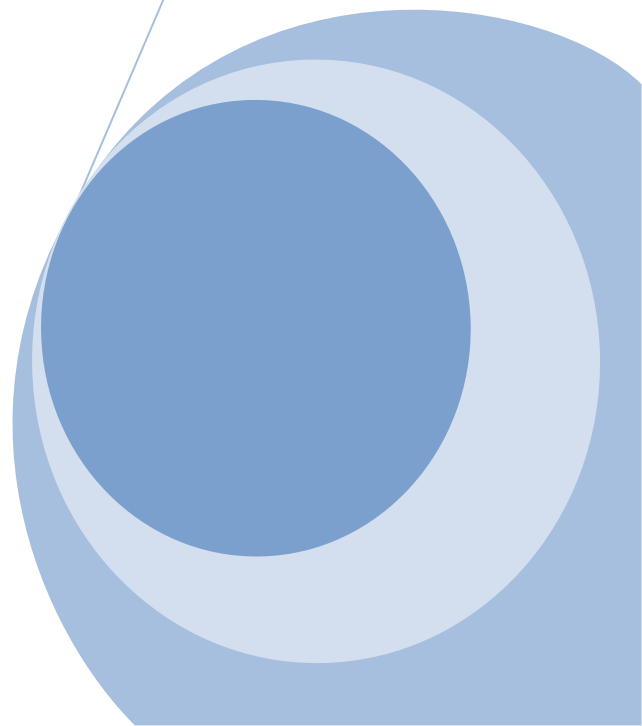


## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>19</b>
<b>1 GUERRA E PAZ: A POLÍTICA DA REDEMOCRATIZAÇÃO EM 1945</b>	<b>42</b>
1.1 Formação dos partidos e atores políticos: continuidades/ descontinuidades políticas.....	52
1.2 Comemorações festivas: o povo nas ruas.....	68
1.2.1 Queremistas e Comunistas em Natal.....	76
1.3 O tempo da campanha: práticas políticas, candidatos e eleitores.....	82
1.4 Fim do Estado Novo: últimos embates e eleições.....	96
<b>2 A HORA E A VEZ DA POLÍTICA ESTADUAL: A CAMPANHA DE 1947-1948.....</b>	<b>115</b>
2.1 Política estadual e divisões territoriais: os sentidos políticos do espaço geográfico.....	119
2.2 Partidos, alianças e candidaturas.....	128
2.3 Mobilizações comunistas e o anticomunismo da LEC.....	131
2.4 Propaganda política e violências: cenas da campanha eleitoral no interior do Rio Grande do Norte.....	140
2.5 Resultados eleitorais: a Justiça Eleitoral entra em cena.....	148
2.6 Eleições municipais de 1948.....	156
2.6.1 A Cassação dos Mandatos dos Comunistas na Câmara Federal e Ressonâncias na Política Norte-Rio-Grandense.....	160
2.7 Resultados Eleitorais.....	163
<b>3 SONHOS E ESPERANÇAS: A CAMPANHA DE 1950.....</b>	<b>165</b>
3.1 Alianças e candidaturas.....	168
3.2 Propaganda partidária e práticas dos eleitores.....	177
3.2.1 Estratégias inovadoras de propaganda.....	184
3.3 Resistências à candidatura de Café Filho.....	196
3.4 Entre a euforia e a perplexidade: resultados eleitorais e tragédias.....	209
<b>4 DEMOCRACIA E ELEIÇÕES MUNICIPAIS: A CAMPANHA DE 1952</b>	<b>220</b>
4.1 Cisões e alianças políticas.....	222

4.2	Violências, fraudes políticas e justiça eleitoral: faces da construção da democracia representativa.....	227
4.3	Alianças, propaganda e mobilizações políticas: cenas da campanha em cidades do interior.....	239
4.4	Resultados eleitorais.....	245
<b>5</b>	<b>CONCILIAÇÃO E DIVERGÊNCIA POLÍTICA: AS CAMPANHAS DE 1954-1955.....</b>	<b>249</b>
5.1	Crise política nacional e ressonâncias na política potiguar.....	254
5.2	Alianças e composições partidárias.....	261
5.3	Propaganda política: partidos, candidatos e eleitores.....	265
5.4	Resultados eleitorais.....	275
5.5	Alianças e propaganda: campanha política de 1955.....	281
5.6	João Café Filho: entre confissões humanas e imagens políticas sobre o “Golpe Preventivo” de 1955.....	286
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>295</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>301</b>

# Introdução



A opção por trabalhar com história política decorre de vivências e inquietações pessoais. Cresci ouvindo a minha mãe, Terezinha Avelino de Lima, contar o motivo que a fez mudar da cidade de Lagoa de Pedras (RN) para a capital, com o marido e quatro filhos, sem nenhuma condição financeira. Em 1974, D. Terezinha votou em um determinado candidato a deputado federal. Ao buscar água em um açude, provavelmente construído com o dinheiro público, ela foi interpelada por um político local, que, tendo questionado seu voto, afirmou que não permitiria que ela ali pegasse água, já que escolhera outro candidato, em vez daquele que lhe fora indicado por ele. A resposta firme foi a de que o político ficasse com a água, que a eleitora ficaria com o voto, mas que não votaria nem nele nem nos candidatos dele. D. Terezinha indignou-se tanto com a atitude do político que, sem titubear, resolveu mudar-se para Natal. Em poucos meses, já residíamos em Mãe Luiza, bairro periférico que estava em crescimento, por cima das dunas, e sem nenhuma infraestrutura. Essa história sempre foi contada com muito orgulho pela minha mãe, pelo fato principal de uma simples costureira, semianalfabeta, casada com um padeiro, não ter se submetido ao mandonismo de um político. Eu, particularmente, agradeço ao político por tê-la proibido de ali pegar água naquela ocasião. Em Lagoa de Pedras, minhas chances de estudar seriam bastante reduzidas.

Ao chegar a Natal, o mais natural seria que D. Terezinha não quisesse saber de política. No entanto, em época de campanhas eleitorais lá estava ela, novamente, fazendo suas opções. Em 1982, nas primeiras eleições diretas após o início do processo de abertura política, apoiávamos determinados candidatos, ouvindo as músicas de campanha e participando das passeatas. Então com dez anos de idade, eu já vivia a emoção de torcer por um determinado candidato e vibrar com sua vitória. As campanhas políticas sempre movimentam Mãe Luiza, bairro que tem uma alta densidade demográfica e eleitoral.

Esse bairro apresenta vários problemas característicos da periferia das cidades brasileiras: altos índices de analfabetismo, violência, desemprego, fome e, geralmente, aparece no noticiário policial da cidade. Todavia, em momentos eleitorais, a população é procurada e ouvida. Momentaneamente, os moradores passam a ter maior importância dentro da sociedade. Para além das páginas policiais, passam a ser chamados a comparecer em reuniões políticas, cafés da manhã, dentre outros eventos, e recebem promessas de melhoria de vida. A campanha política passa e as melhorias não vêm. A população é também chamada a fiscalizar e a participar do processo eleitoral. São os “cabos eleitorais” ou as “lideranças” (geralmente, pessoas ligadas ao Conselho Comunitário, a times de futebol ou a igrejas) os

responsáveis por escolher os fiscais dos partidos que, em troca, recebem um pagamento para o exercício da função de fiscalização.

Acompanhamos, há alguns anos, o processo eleitoral nesse bairro e a dinâmica das eleições nos chama bastante a atenção. A campanha se constitui, em Mãe Luiza, em uma festa política que vai desde cafés da manhã, feijoadas até os inúmeros comícios que visam conquistar o voto do eleitor. E os conquistam efetivamente por algum motivo, que podem ser a oferta de um saco de cimento, uma prótese dentária, um par de óculos ou, simplesmente, a beleza ou o carisma do candidato que apresenta uma proposta. As análises políticas constantemente atribuem à população menos abastada o tipo de voto por interesse, como se outras camadas sociais também não escolhessem seus candidatos por demandas que lhes são próprias, embora essas não sejam desqualificadas. Ora essa população é responsabilizada pelos maus políticos, ora é vitimizada, por ser manipulada. Os estereótipos se estendem à história política brasileira. “Dominação coronelística” ou “oligárquica” e “populismo” são conceitos ainda hoje apresentados para qualificar momentos da história política brasileira que se referem às relações político-eleitor. No entanto, toda uma nova literatura sobre o “cotidiano da política”, tanto de antropologia como de sociologia e história, vem reconhecendo que é no cotidiano que se gesta a experiência política, e não só no período eleitoral, embora este seja decisivo. Assim, é preciso atentar para as formas pelas quais o sistema político formal é vivido e apropriado pela população, dentro e fora do período eleitoral.

O principal objetivo desta tese é acompanhar as dinâmicas das campanhas eleitorais no estado do Rio Grande do Norte, entre 1945 e 1955, considerando que partidos, candidatos e eleitores foram seus atores fundamentais. Além deles, a Justiça Eleitoral se constituiu como ator e entrou em cena também nesse período de fundamental importância para a democracia brasileira: a Terceira República (1945-1964). Esse momento foi estratégico do ponto de vista do aprendizado político experimentado pelos eleitores e candidatos, pois ocorreu então a ampliação do número de eleitores e da participação popular, além do desenvolvimento de estratégias de convencimento e atratividade para o exercício do voto e da instituição de partidos políticos nacionais. Evidentemente, não desconsideramos a presença de tentativas de controles e de fraudes, mas tais aspectos relacionam-se, de forma geral, com a consolidação de qualquer regime eleitoral democrático, sendo debatidos e enfrentados. Esse foi um período de surgimento de novas práticas políticas que conviveram e, muitas vezes, se conflitaram com

práticas tradicionais, como as de mandonismo local e poder político familiar, cujas origens podiam remontar até antes da Primeira República.

Trata-se este de um trabalho de História Política em sua confluência com a Nova História Cultural. Nesse sentido, consideramos que os momentos de campanhas eleitorais são privilegiados para a explicitação de lutas e também para se acompanhar a formação de atores políticos. Neles são mobilizados diversos aspectos, como memórias de lugares e de lideranças políticas, valores e crenças; imagens e símbolos, que estão presentes na sociedade, podendo ser ativados de forma mais explícita. Assim, acordos, conciliações e cisões político-partidárias ganham maior visibilidade, evidenciando as formas de convencimento e/ou pressão para se obter o voto do eleitor. As festas e rituais políticos têm então uma contribuição significativa para a mobilização e, no caso do período abordado, tal aspecto foi explorado com ênfase pelos vários grupos políticos que estavam em disputas.

Inicialmente, o recorte escolhido: a política partidária no estado no Rio Grande do Norte, durante a Terceira República. No que se refere a um maior refinamento cronológico selecionamos primeiro a década de 1950-1960, porém ela se mostrou insuficiente para que conseguíssemos perceber a formação dos partidos políticos no estado, após a redemocratização de 1945, até porque a bibliografia não nos auxiliava muito. Os acordos e cisões político-partidárias ocorridos em 1950 precisavam ser relacionados com a formação dos partidos no pós Estado Novo, recuando em certos casos até os embates e conciliações da década de 1930. Nesse sentido, modificamos a periodização e optamos pelo recorte com balizas em 1945 a 1955, anos em que ocorreram duas eleições emblemáticas e importantes para a história política brasileira e norte-rio-grandense em particular. A primeira (1945), redemocratizou o país depois de oito anos de ditadura, consolidando o término do Estado Novo. A segunda (1955), elegeu o governador e o vice-governador do estado<sup>1</sup>, assim como o presidente e o vice-presidente da República, tendo sido conduzida pelo norte-rio-grandense João Café Filho, que então ocupava a presidência da República. Nesses onze anos, foram realizadas sete eleições, que serão acompanhadas ao longo desta tese. Efetivamente, em

---

<sup>1</sup> Em alguns estados, os mandatos dos governadores, definidos pelas Assembléias Constituintes estaduais, tinham duração de quatro anos. Eram eles: Amazonas, Piauí, Ceará, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Goiás, Espírito Santo, Estado do Rio, São Paulo e Rio Grande do Sul. Os estados com mandato de cinco anos elegiam o governador junto com o presidente da República. Eram eles: Pará, Maranhão, Paraíba, Rio Grande do Norte, Alagoas, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Guanabara (a partir de 1960, quando foi criado).

apenas dois anos (1951 e 1953), não ocorreram movimentações políticas eleitorais.<sup>2</sup>, A proximidade entre as campanhas alterou completamente o cotidiano das cidades, tornando a política um componente muito presente, o que já evidencia o forte aprendizado a que foram submetidos os cidadãos eleitores tão disputados. Para que se tenha idéia da intensidade da movimentação político-eleitoral, montamos a tabela abaixo.

**Tabela 1 Eleições e cargos 1945-1955**

Data	Níveis	Cargos / vagas
<b>02/12/1945</b>	Federal Estadual	Presidente da República; senador (2); deputado constituinte (7);
<b>19/01/1947</b>	Estadual	Senador (1); suplentes de senadores (2 suplentes para os senadores eleitos em 1945 e 1 para o eleito em 1947); governador do estado; deputado estadual (30) ;
<b>21/03/48</b>	Municipal	Prefeitos; vice-prefeitos; vereadores (24 em Natal); deputados estaduais (2)
<b>03/10/1950</b>	Federal Estadual Municipal	Presidente da República; vice-presidente da República; governador de estado; vice-governador de estado; senador (1); suplente de senador; (1) deputados federais (7); deputados estaduais (32); vereadores (24 em Natal)
<b>12/12/1952</b>	Municipal	Prefeitos; vice-prefeitos;
<b>03/10/1954</b>	Estadual Municipal	Senadores (2); suplentes (2); deputados federais (7); deputados estaduais (32); vereadores (24 em Natal)
<b>03/10/1955</b>	Federal Estadual	Presidente da República; vice-presidente da República; governador de estado; vice-governador de estado

Vale ressaltar que o estado do Rio Grande do Norte passa a ter uma nova visibilidade, pois a partir de 1945, João Café Filho, uma de suas lideranças, ascendeu politicamente no cenário nacional, primeiro como deputado constituinte e, depois, como deputado federal. A seguir em contexto que possibilitou sua candidatura e eleição como vice-presidente da República, em 1950, pelo Partido Social Progressista (PSP), ganhou enorme projeção. Com a crise política, que culminou no suicídio do presidente Getúlio Vargas, em 1954, ele assumiu a presidência. Contudo, vale salientar que sua gestão, de cerca de um ano e três meses, sofreu certo obscurecimento na historiografia nacional. Assim, valorizar a presença de Café Filho na política local e nacional pode contribuir também para suscitar trabalhos que analisem, tanto o momento de sua gestão como a composição de alianças políticas realizadas por ele no âmbito nacional, e como essa formação de alianças passava pela lógica da política regional, sem que fosse necessariamente dependente dela.

<sup>2</sup> Em fins de 1946 iniciou-se a campanha para a redemocratização estadual e, em 1949, aconteceram eleições suplementares de seções eleitorais que haviam sido anuladas em 1948.

Apesar de a Terceira República ser um período importante da história política norte-riograndense, as pesquisas sobre ela ainda são bastante reduzidas, o que, por si só, torna esta tese uma contribuição para o estudo do período. No caso da historiografia brasileira, há uma produção ampla, entretanto ainda centrada no eixo Rio de Janeiro-São Paulo-Minas Gerais. Dessa forma, estudos que enfoquem outras áreas geográficas do país podem contribuir muito para análises das práticas políticas estabelecidas no país, em período estratégico de eleitoralização da política nacional.

As leituras teóricas, bem como a pesquisa empírica conduziram-nos ao desafio de trabalhar os conceitos de cultura política, discutido por Daniel Cefai e o de representação, desenvolvido por Chartier, filiando a tese às mudanças historiográficas ocorridas com a Nova História Política e com a Nova História Cultural, nas décadas finais do século XX.

De fato, no campo da historiografia ocorreu um intenso debate intelectual nos anos 1920/30 do século XX, sobre a história política. Com origem na França e tendo como marco a fundação da Revista *Annales d'histoire économique et sociale*, em 1929, a *École des Annales* ficou conhecida e foi responsável por uma significativa renovação e ampliação do que se compreendia, então, como pertencente aos estudos no campo da história. Seu grande destaque foi a substituição de uma história “tradicional”/política – identificada como factual, centrada nos grandes homens e batalhas – por uma história-problema que dialogava com outras disciplinas e, mais do que isso, ampliava seus objetos, analisando diversos aspectos da vida humana e não apenas a história política (BURKE, 1997; CARDOSO e VAINFAS, 1997).

A “velha” história política, como passou a ser chamada, voltava-se para acontecimentos e fatos de curta duração; era uma história *événementielle*, caracterizada pela mera descrição linear dos fatos. “A história política reunia, portanto um número infindável de defeitos – era elitista, anedótica, individualista, factual, subjetiva, psicologizante – que uma nova geração de historiadores desejava liquidar.” (FERREIRA, 1992, p. 01).

Devido a essa crítica, formulada pela *École des Annales*, a história política acabou sendo ignorada por uma geração de historiadores e relegada ao ostracismo, vigoroso ainda na década de 1970. Tétard afirma que tal situação pode ser atestada pela afirmativa de Julliard, em *Faire de l'histoire* (1974), quando clamava por uma história política “liberta de suas ‘patinagens’ no caos factual.” (2000, p. 125). Mas, algumas renovações vinham ocorrendo na história política desde a década de 1950, tendo como marco o ano de 1954, quando René Rémond publicou *La droite em France* e Raoul Girardet, seus artigos na *Revue française de*



*science politique*, ambos apelando pela redescoberta da história política “abandonada.” Antes mesmo da publicação dessas obras havia inovações, porém, foi o estudo de Rémond sobre a história da direita francesa, nos séculos XIX e XX, analisando comportamentos, discursos e modos de expressão de políticos, que rompeu com a perspectiva factual “positivista” que se atribuía a “toda” história política (TÉTARD, 2000, p. 126).

Contudo, só duas décadas depois da publicação da obra de René Rémond, solidificavam-se as pesquisas ligadas a essa história política renovada e “[...] entre Nanterre e a Rua Saint-guillaume estabelece-se a existência de uma rede de pesquisadores de forte personalidade [...] [os quais] oferecem foros de nobreza a uma história política legitimada no plano científico, pedagógico, editorial [...]” (Id. *Ibid.*, p. 126).<sup>3</sup>

As renovações teóricas atingiram também o campo da história cultural. Roger Chartier considera que a idéia de uma Nova História Cultural entrou no léxico dos historiadores muito influenciada pelo livro organizado por Lynn Hunt, também publicado em 1989, com o título *A Nova História Cultural*. Com ensaios que analisam modelos e exemplos desse tipo de história, a organizadora identificava aspectos que davam coerência à diversidade dos objetos abordados e definia uma nova prática historiográfica com convergências entre pesquisas realizadas em diferentes contextos e com conceitos e modelos diversos. Ela exemplificava a mudança com a historiografia norte-americana, assim como a francesa, voltando suas críticas para os *Annales*, com suas definições de mentalidades e certezas da história serial e quantitativa (CHARTIER, 2006, p. 29-30).

Assim, a Nova História Cultural contrapunha-se aos postulados de uma “dupla revolução” que havia marcado a historiografia na década de 1960: estruturalista e “galileana”. O primeiro termo referia-se ao processo de “[...] identificar as estruturas e as relações que, independentemente das percepções e das intenções dos indivíduos, comandam os mecanismos econômicos, organizam as relações sociais, engendram as formas do discurso.” (CHARTIER, 1994, p. 97). Por sua vez, o termo “galileano”, utilizado por Carlo Ginzburg, refere-se ao processo que permitia, “[...] graças à quantificação dos fenômenos, à construção de séries e aos procedimentos estatísticos, formular rigorosamente as relações estruturais que eram o

---

<sup>3</sup> Evidenciam-se, na construção dessa nova história política, nomes, entre outros, como os de René Rémond, Serge Berstein, Jean-Pierre Rioux, Philippe Levillain, Michel Winock, Antoine Prost e Raul Girardet. Não por acaso, alguns deles são autores de artigos da obra considerada como sendo o manifesto desta Nova História Política, *Por uma história política* (1989), organizada por René Rémond, traduzida e publicada no Brasil em 1996, pela editora da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

objeto próprio da história.” (CHARTIER, 1994, p. 98). A partir desses grandes questionamentos, a história passou a ampliar e evidenciar pesquisas que apresentavam novos objetos, como o sistema de crenças, atitudes coletivas, formas rituais, dentre outros, “[...] o que representava a constituição de novos territórios do historiador através da anexação de territórios dos outros [...]”. Do mesmo modo, essa nova história retoma inspirações da primeira geração dos *Annales*, como o estudo das utensilagens mentais (CHARTIER, 1990, p. 14).

A Nova História Cultural, que se firmou na década de 1980, segundo Chartier, tem como principal objeto “[...] identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler.” (1990, p. 19). Ou seja, como é possível reconhecer a maneira pela qual os atores sociais dão sentido às suas práticas e aos seus enunciados, o que traduz uma tensão entre as capacidades inventivas dos indivíduos ou comunidades e as restrições e convenções que limitam (mais ou menos, de acordo com posições de dominação) “[...] o que lhes é possível, pensar, dizer e fazer.” (1990, p. 20). Assim, para esse autor, as percepções do social não são neutras e “[...] produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.” (CHARTIER, 1994, p. 102). Tais aspectos referem-se tanto às obras eruditas e às criações estéticas como às práticas vulgares que inventam o cotidiano.<sup>4</sup>

No caso da Nova História Cultural, um dos conceitos centrais é o de representação, incorporado pelos historiadores a partir de reflexões de clássicos das Ciências Sociais como

---

<sup>4</sup> As inovações nas maneiras de analisar as práticas políticas e culturais ocorriam em vários países: França, Estados Unidos, Espanha, Itália. Na historiografia italiana, por exemplo, desenvolvia-se, desde a década de 1960, uma linha de pesquisa profundamente influenciada pelas novas abordagens antropológicas e sociológicas. A micro-história adquiriu visibilidade internacional apenas na década de 1980 com os trabalhos de Ginzburg (1987, 1988). Os autores identificados com esse tipo de produção afirmam que a redução na escala de análise possibilita a observação de características próprias a uma dada situação. Como afirma Levi, “[...] a crença em que a observação microscópica revelará fatores não previamente observados [...]” (1992, p. 139), oferece a “[...] possibilidade de enriquecer as significações do processo histórico por meio de uma renovação radical das categorias interpretativas e de sua verificação experimental.” (GRENDI, 1998, p. 262). No entanto, esses historiadores não formam uma corrente de pensamento homogênea nem uma escola historiográfica. Apesar de divergências, algumas questões e posições são comuns, tais como: “[...] a redução da escala, o debate sobre a racionalidade, a pequena indicação como um paradigma científico, o papel do particular (não, entretanto, em oposição ao social), a atenção à capacidade receptiva e à narrativa, uma definição específica do contexto e a rejeição do relativismo.” (LEVI, 1992, p. 159). A micro-história dialoga com a ideia dos retornos (do fato, da política, da narrativa) e, portanto, com questões ligadas às denominadas Nova História Política e Nova História Cultural.

Elias, Weber, Durkheim e Mauss. As representações “[...] são matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade.” (PESAVENTO, 2005, p. 39). Dessa perspectiva, adquire importância a idéia de usos, demarcando-se uma diferença significativa com a história das mentalidades, pois a noção de apropriação permite pensar “[...] diferenças na invenção criadora no próprio cerne dos processos de recepção [...]” (CHARTIER, 1990, p. 20).

Para Chartier, as representações supõem um campo de concorrências e de competições. (1990, p. 16-17) Assim, o conceito é valorado por permitir a análise de três tipos de relação com o mundo social:

[...] o primeiro, o trabalho de classificação e de recorte que produz as configurações intelectuais múltiplas, pelas quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade; em seguida as práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de estar no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição; enfim, as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais uns ‘representantes’ (instâncias coletivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade. (CHARTIER, 2002, p. 73).

Na confluência dos campos da Nova História Cultural com a Nova História Política, uma categoria central foi redefinida e apropriada pela historiografia: cultura política. Elaborado na década de 1960 por Almond e Verba, nas fronteiras entre sociologia, antropologia e psicologia, com o intuito de incorporar a análise comportamental na explicação dos fenômenos políticos nos regimes democráticos, o conceito de cultura política foi definido como “[...] a expressão do sistema político de uma determinada sociedade nas percepções e avaliação da sua população.” (KUSCHINIR & CARNEIRO, 1999, p. 228).

A partir de pesquisas do tipo *survey*, com metodologia quantitativa, Almond e Verba identificaram três tipos de cultura política como resultante da junção de duas dimensões: os tipos de orientações relacionadas aos objetos políticos (cognitivas, afetivas e de avaliação) e ao tipo de objeto político ao qual se destinam essas orientações (sistema político; estruturas de

incorporação de demandas individuais e coletivas; estruturas executivas e administrativas; percepção do sujeito como ator político).

Desse modo, para Almond e Verba, de tais dimensões emergiriam: 1- cultura política paroquial, característica das sociedades tradicionais, com baixos níveis de participação política; 2- cultura política de sujeição, característica de sociedades autoritárias, nas quais os indivíduos são passivos frente às decisões das estruturas executivas e administrativas; 3- cultura política de participação ou cultura cívica: característica do sistema liberal-democrático, no qual os indivíduos e grupos têm participação ativa (1963, citado por KUSCHINIR; CARNEIRO, 1999, p. 231). No mesmo sentido, afirma Dutra, “a, maior ou menor, compatibilidade ou congruência entre as culturas e os respectivos sistemas foram trabalhadas, no interior dessa corrente, através de conceitos como de adesão, apatia, alienação.” (2001, p.16).

As análises de Almond e Verba exerceram forte influência sobre a chamada escola desenvolvimentista, muito influente na Alemanha e no Brasil, que centrava seus estudos sobre processos de modernização, “[...] entendidos como de transição de modelos políticos ‘tradicionais’, próprios de países ‘atrasados ou em desenvolvimento’, para modelos políticos ‘modernos’ cuja referência era a experiência liberal-democrática anglo-saxã.” (GOMES, 2005, p. 28). Ainda na década de 1960, foram lançadas críticas ao uso desta tipologia, sob diversos aspectos. Um deles se referia à relação determinista, estabelecida pelos autores, entre cultura política e instituições públicas, o que demonstrava uma perspectiva de análise simplista e etapista. Outros aspectos foram ressaltados como a metodologia e a idéia de uma cultura una e homogênea.

Porém, os críticos identificavam que a tipologia, principalmente, apresentava um modelo normativo de cidadania liberal-democrática, com um tipo ideal de cidadão (eleitor) informado e ativo politicamente. No caso da antropologia, o ponto central de debate referia-se ao caráter normativo e etnocêntrico da chamada Escola de Cultura Política, que ia de encontro às pesquisas antropológicas, as quais davam, cada vez mais, maior importância ao relativismo cultural. Nos anos 1980, as ressalvas da ciência política ao conceito diminuíram em intensidade, mas a categoria não chega a recuperar sua “validade operacional”.

Gomes (2005, p. 28-29) demonstra como, até certo ponto, na contramão da ciência política e da antropologia, a historiografia foi redefinindo e ampliando o conceito de cultura política. Desvinculado da Escola de Cultura Política, este se tornou um dos mais fecundos

para a análise de fenômenos políticos, pois permite “[...] explicações/interpretações sobre o comportamento político de atores individuais e coletivos, privilegiando suas percepções, suas lógicas cognitivas, suas vivências, suas sensibilidades.” (GOMES, 2005, p. 30). A apropriação dessa categoria pela historiografia deveu-se aos diálogos estabelecidos entre a história e outras disciplinas, com metodologias e referenciais teóricos distintos, possibilitando a aproximação entre a cultura e a política. Como tal categoria insere-se nos fenômenos de média e longa duração, permite que múltiplas culturas políticas sejam identificadas em uma sociedade, o que não impede que alguma delas predomine sobre as outras. Neste sentido, as fronteiras do político expandem-se, tornando-se “[...] mais fluidas e móveis. Quanto ao poder, inclusive o poder do Estado, não se trata mais de pensá-lo como força, coerção ou manipulação, mas igualmente como legitimidade, adesão e negociação, numa clara retomada da sociologia weberiana.” (GOMES, 2005, p.31).

Assim, mesmo com todas as críticas ao uso da categoria em questão, muitos autores passaram a tentar definir e caracterizar o que seria uma cultura política ou a existência de culturas políticas. Para Berstein, a cultura política evidencia o interesse da história em explicar as motivações humanas em determinados momentos da sua história “[...] em referência ao sistema de valores, de normas, de crenças que partilham, em função de sua leitura do passado, de suas representações da sociedade, do lugar que nela têm e da imagem que fazem da felicidade.” (1997, citado por TÉTARD, 2000, p. 130).

Cefaï, autor que será privilegiado nesta tese por sua discussão sobre a definição de cultura política, afirma que, do ponto de vista político, o conceito refere-se a

[...] operações de alinhamento das maneiras de perceber, de agir e de julgar heterogêneas, de articulações de modalidades do viver junto nas representações da coletividade, da justificação ou da denúncia de intervenções no espaço público, de legitimação ou de crítica de regras e usos de direito, das trocas de argumentos sobre o sentido de eventos, de decisões ou de ações, de confecção de bens comuns e de bens públicos. (CEFAÏ, 2001, p. 99, tradução nossa).

Cefaï analisa a categoria cultura política fazendo um amplo balanço bibliográfico sobre o tema e discutindo a contribuição das noções de “contexto de experiências e atividades”, que, para ele, têm origem na sociologia compreensiva de Weber e Schutz e, nos

últimos anos, vêm sendo amplamente discutida pela literatura antropológica e histórica que trabalha com cultura política. As noções de contextos de experiências e de atividades referem-se, notadamente, a fenômenos individuais e coletivos (afetividades, sensibilidades, imaginários, identidades, memórias ou projetos) e podem ser definidas como

[...] lugares e momentos da vida cotidiana dos atores, onde esses dão sentidos ao que dizem e ao que fazem; onde eles se acomodam aos ambientes naturais, institucionais e organizacionais; onde eles entram em relações de coordenação, de cooperação e de conflito e onde eles produzem, em atos ou situações, novas formas de compreensão, interpretação ou representação do mundo. (CEFAÏ, 2001, p. 93, tradução nossa).

Para Cefai, as culturas políticas não podem ser estudadas somente como sistemas simbólicos ou funcionais, devendo ser aproximadas de estudos de caso que articulem análises de “lógicas de ação e situação”. Tais lógicas são demonstrativas das formas pelas quais os atores unem-se para a produção de sentido e de visões de mundo, e pelas quais também se compreendem, colaboram uns com os outros e resolvem conflitos coletivamente. Dessa forma, os atores são entendidos como operadores de relações de comunicação, de cooperação e de conflitos e não como simples agentes de sistemas sociais e culturais. Assim, as culturas políticas emergem e transformam-se, em certos contextos temporais, em uma “estrutura de interação”. Atividades e interações do presente contribuem para novas situações sociais, dentro de margens de manobras impostas por constrangimentos ecológicos ou econômicos, organizacionais ou jurídicos (CEFAÏ, 2001, p. 95, tradução nossa).

As culturas políticas têm também uma estrutura de pertinência, segundo a qual os conflitos impostos por códigos culturais demonstram a autonomia dos indivíduos frente às coordenadas do contexto. Considerar tais questões, para Cefai, implica em romper com: 1) a perspectiva de análise do macro em favor do micro; 2) o princípio ou a crença na incapacidade cívica e política dos “cidadãos ordinários”, reduzidos, em alguns trabalhos, aos efeitos da “estrutura de classe”, ou, no caso do Brasil, ao clientelismo/populismo de lideranças políticas. Por isso, alguns trabalhos que privilegiam o “universo político” enfatizam a maneira pela qual os seus integrantes julgam, argumentam e dialogam com temas de interesse público. Do mesmo modo, teóricos da “ação coletiva” interrogam-se sobre as

formas pelas quais os indivíduos se mobilizam e se insurgem em grupos (CEFAÏ, 2001, p. 99-103, tradução nossa).

Tais questões sobre a concepção de cultura política implicam, para Cefai, na necessidade de mudança na percepção de sociedade, pois os indivíduos não devem mais ser percebidos, paradoxalmente, ora como receptores passivos da cultura e da sociedade, ora como dotados de uma liberdade de pensamento e de movimento cujo limite é o de seus recursos materiais e informacionais.

Para o autor, a oposição tradição/modernidade, pensada em um modelo geral e abstrato de etapas de “desenvolvimento político”, estigmatiza a sociedade, ao afirmar a sobrevivência do clientelismo e do paternalismo, a não eficácia das instituições públicas, a falta de organização da sociedade civil e, principalmente, a não racionalidade nas escolhas eleitorais da população. Portanto, o par é caricatural, pois recobre questões muito mais complexas. Avaliações recentes sobre “clanismo e clientelismo” demonstram que lógicas de racionalidade e de legitimidade coexistem e combinam-se sem que se possa dissociá-las com clareza (CEFAÏ, 2001, p. 113-115, tradução nossa).

A categoria cultura política, portanto, é uma das mais fecundas para a análise da história política e cultural, por considerar que o sistema político, ao ser experimentado e vivido pelos sujeitos históricos, é transformado a partir de suas experiências e contextos. Assim, deixa de prevalecer uma concepção de cidadão ideal, bem informado e que “*sabe votar*”, para se tentar perceber como ocorrem determinadas experiências, práticas e apropriações no cotidiano da política. A história política renovada remete, pois, a mobilização do cultural, comporta redes de sociabilidades, normas, valores, procedimentos e práticas eleitorais, como comícios, cartazes, construção de figuras e memórias políticas. Para Rémond,

[...] as escolhas políticas constituem um domínio relativamente autônomo e auto-explicativo. [...] O indivíduo engajado na política, na escolha de um voto, certamente, está preocupado em salvaguardar seus interesses e o dos grupos ao qual pertence. Mas, há muito mais que isso. Ele tem convicções, idéias e até paixões como a inveja, o ódio, o medo, o imaginário, o sonho, a utopia, a generosidade, e tudo isso, se expressa na política. (1994. p. 14-15).

Nas últimas décadas, a historiografia brasileira tem absorvido as discussões teórico-metodológicas ocorridas em outros países e incorporado novos conceitos para análises de história política, o que se reflete na própria maneira de pensar a sociedade e suas escolhas políticas. Assim, têm sido realizadas pesquisas cujos objetos relacionam-se a sistemas de representação e sua relação com a vida social, bem como com a natureza do poder político.<sup>5</sup> Nesse sentido, sob diferentes olhares e abordagens, têm se desenvolvido estudos que analisam desde mitos, utopias, ideologias, expressos em festas, ritos, propaganda e comemorações políticas, até imagens, como estátuas, monumentos, fotografias, etc. São, portanto, estudos sobre “[...] práticas e representações acionadas em diferentes sociedades e em variadas circunstâncias históricas, assim como têm podido explorar, por meios de documentos de distintas naturezas, um rico estoque de representações, que nos mostram as fortes conexões existentes entre política e cultura.” (CAPELATO & DUTRA, 2000, p. 238).

Contudo, o caminho trilhado pela historiografia brasileira foi longo, pois, de forma geral, as interpretações sobre a sociedade e a política apontavam, até a década de 1980, como característica básica do sistema associativo/representativo a presença de um “[...] ‘artificialismo’ de nossas instituições partidárias, de seu pouco enraizamento social, de sua indiferenciação ideológica e acentuado clientelismo e de sua incapacidade de mobilizar os eleitores e sustentar congressualmente políticas públicas.” (GOMES, 1996, p. 13).

Tais interpretações foram realizadas e disseminadas em vários momentos da história republicana brasileira. Assim, desde as décadas de 1920/30, os pensadores clássicos autoritários, como Oliveira Vianna, Francisco Campos e Azevedo Amaral, identificaram o “insolidarismo” e o confronto entre o público e privado como características da sociedade brasileira. Emergia de tal diagnóstico a necessidade de um Estado forte e centralizado, capaz de interlocução com a diversidade de poderes privados existentes. A “República Velha”, como conceito, passou a ser pensada e constituída, por tais pensadores, como um fracasso político, e as eleições, os partidos políticos e o Poder Legislativo, como relacionados unicamente com interesses locais e particulares e, portanto, contrários aos interesses nacionais, o que os tornava, nesse sentido, em nada desejáveis (GOMES, 1998, p. 510-511).

---

<sup>5</sup> Capelato e Dutra (2000, p. 227) levantam os principais contributos teóricos e suas ferramentas analíticas e conceituais no campo de pesquisa sobre representação e imaginário na política. As autoras analisam o desenvolvimento do conceito de representação do ponto de vista teórico, discutindo os principais autores que contribuíram para sua definição desde as teorias semiolinguísticas formuladas a partir de Saussure até os mais recentes que trabalham o conceito, entre os quais Chartier.



Pode-se identificar, nas décadas de 1950/60, análises que já não concluía pela indesejabilidade e descrença nos partidos políticos. Emergia, então, uma perspectiva de utilização de conceitos como *coronelismo*, *clientelismo*, *populismo*. No entanto, “[...] a dualidade público/privado, ou ideologia/clientelismo, representaria o moderno e o atrasado, possuindo grande poder explicativo para os movimentos pendulares da política [...]” brasileira (GOMES, 1996, p. 14).

Um dos conceitos mais disseminados em pesquisas acadêmicas, nos meios de comunicação e no senso comum da população, o populismo possui “[...] dos mais altos graus de compartilhamento, plasticidade e solidificação, não apenas no espaço acadêmico da história e das ciências sociais como transcendendo este espaço e marcando o que poderia ser chamado de uma cultura política nacional.” (GOMES, 2001, p. 20). Com tal expressividade, a categoria serve para os mais diversos contextos e personagens. Ferreira, Gomes e Reis Filho (2001) analisam esse conceito como tendo sido postulado, a partir dos anos 1950/60, para explicar a sociedade e a política brasileiras, entre 1930 e 1964, não devendo ser, portanto, naturalizado em seu uso.

Durante a campanha política de 1950, na imprensa que circulava no Rio Grande do Norte o termo populismo foi utilizado com referência à chapa Getúlio Vargas/Café Filho. Na imprensa udenista o sentido era negativo, além de, muitas vezes, ser utilizado como sinônimo de quererismo. Assim, manchetes ganhavam destaque: “crise na chapa populista”; “Continua em leilão a vice-presidência na chapa quererista”; “A triste aventura populista”. Entretanto, na imprensa varguista/cafeísta somente localizamos o termo após a vitoriosa campanha e, ainda assim, com sentido positivo, empregado como sinônimo de “popular”.<sup>6</sup>

Segundo Reis, em trabalhos acadêmicos, o termo surgiu nos anos 1950, “[...] mais uma arma do que um conceito, esgrimida como o sentido de estigmatizar movimentos sociais e lideranças políticas.” (2001, p. 347). Nesse período, foi utilizado pelos estudiosos que criaram o Instituto Brasileiro de Economia, Sociedade e Política (IBESP), base do futuro Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), e que passaram a publicar os *Cadernos de Nosso Tempo*. Com o intuito imediato de interpretar a política nacional, que se tornava de

---

<sup>6</sup> As manchetes dos jornais *Tribuna do Norte* são muito sugestivas: Confusão na frente populista. *Tribuna do Norte*, Natal, p. 1, 3 set. 1950; Continua em leilão a vice-presidência na chapa quererista. *Tribuna do Norte*, Natal, p. 1, 6 set. 1950; A triste aventura populista. *Tribuna do Norte*, Natal, p. 1, 14 set. 1950

massa, passaram a utilizar esse conceito como uma “fórmula” que caracterizava a sociedade brasileira.

Para Gomes, o objetivo do grupo pode ser exemplificado pela publicação do texto, sem autoria, “*Que é ademarismo?*”, no qual se destaca a seleção de variáveis histórico-sociológicas que explicariam a emergência das condições de uma “política populista”: “[...] um proletariado sem consciência de classe; uma classe dirigente em crise de hegemonia; e um líder carismático, cujo apelo subordina instituições (como o partido, embora com ele conviva) e transcende fronteiras sociais (de classe e entre os meios urbano /rural).” (GOMES, 2001, p. 25-26). A idéia básica que se apresentava na definição do conceito era a de manipulação dos trabalhadores e eleitores, que não “sabiam” votar, sendo conduzidos por “líderes carismáticos, com poder pessoal de mobilização, mas com poucos escrúpulos e projetos políticos.” (GOMES, 2009, p. 43).

No período da crise dos anos 1950, dramatizada pelo suicídio de Vargas e pelas tentativas de impedir a posse do presidente eleito, Juscelino Kubitscheck, as formulações sobre o populismo estavam “[...] imersas na temática mais abrangente do nacional-desenvolvimentismo, sendo ele entendido como uma manifestação da transição dos países latino-americanos de uma fase moderna de expansão urbano-industrial, em que a existência das massas é uma das características.” (GOMES, 2001, p. 27). Na primeira metade da década de 1960, com a emergência das lideranças de João Goulart, Leonel Brizola e Miguel Arraes, bem como com o acirramento das lutas sociais, os termos

[...] populismo e populista passaram a designar, sobretudo para as forças conservadoras, tudo o que de pior podia existir na cultura política existente: demagogia, corrupção, paternalismo, clientelismo, fisiologismo, irresponsabilidade, irrealismo, peleguismo. Devidamente demonizadas, estas tradições deveriam ser negadas, vencidas e varridas da história do país. (REIS, 2001, p. 347).

Nesse contexto, ocorreu o golpe militar, e a nova questão passou a ser a de interpretar as motivações desse golpe. Uma das razões explicativas para tanto estaria relacionada ao esgotamento da “experiência populista”, para a qual se construiu uma periodização: 1930 – 1964, a qual se dividia em dois tempos – 1- “origens do populismo” (1930-1945); 2- “República Populista” (1945-1964) (GOMES, 2001. p. 27).

Desse modo, por mais de uma década, o conceito de populismo foi se tornando o centro de atenção por parte de cientistas sociais e historiadores, envolvendo a análise de diversos temas. Portanto, nesse momento, cria-se a designação de “República Populista”, que passa a ser identificada, nos discursos políticos da direita e da esquerda, como um

[...] grande fracasso político de nossa experiência liberal e como um perigo para a democracia, exatamente pelas características que ela então assumiu. Dessa ótica, o movimento militar e civil de 1964 teria rompido com algo realmente negativo, que se encarnava especialmente nas lideranças políticas e sindicais ligadas ao trabalhismo. (GOMES, 2009, p. 44).

No entanto, na década de 1980, o populismo passou, na feliz expressão de Gomes (2001, p. 43), de “*pedra a vidraça*”, principalmente nas pesquisas históricas que buscavam outros referenciais de análise, influenciados por perspectivas teóricas distintas, sobretudo por aquelas ligadas à nova história política e cultural. Assim, uma definição genérica de populismo incomodava aos historiadores, que passaram a estudar as especificidades do período e a considerar a existência de tradições políticas dentro da sociedade brasileira, como a comunista e a trabalhista, o que esvaziava o conceito de populismo de seu poder explicativo, então amplo e centrado na idéia de manipulação. Ou seja, nessa perspectiva, os eleitores tinham papel ativo no que se refere a interlocuções com o Estado, não sendo por ele simplesmente enganados.

É preciso considerar, ademais, diferenciações entre as lideranças tidas como populistas, pois seria simplista tentar explicar o comportamento eleitoral (dos brasileiros ou de quaisquer outros indivíduos), como redutível a manobras clientelistas ou apelos demagógicos, sobretudo, quando interpretados como desvirtuamentos da ‘verdadeira’ política. Gomes atenta que os eleitores, e não as “massas”, aderiam às propostas políticas dos candidatos, inclusive às dos líderes “populistas” (1996, p. 16).

Todavia, romper com a crença na idéia de manipulação não é fácil, e os debates foram extremamente importantes para a multiplicação de trabalhos que utilizassem outras premissas. Assim, intensificaram-se, na década de 1980, discussões e pesquisas que passaram a apontar outras questões e a revalorizar a experiência liberal-democrática do período de 1945 a 1964. Diversas delas foram realizadas acerca dos partidos políticos que atuaram nesse período:

União Democrática Nacional - UDN (BENEVIDES, 1981); Partido Social Progressista – PSP (SAMPAIO, 1982); Partido Comunista do Brasil – PCB (CARONE, 1982); Partido Social Democrático – PSD (HIPÓLITO, 1985); Partido Trabalhista Brasileiro – PTB (BENEVIDES, 1989; GOMES e D'ARAÚJO, 1989; D'ARAÚJO, 1996).

O sistema partidário também foi pesquisado em trabalhos que chamaram a atenção para o funcionamento dos partidos nos níveis estadual e municipal. Por sua vez, Olavo Brasil, ao analisar os partidos políticos brasileiros entre 1945-1964, constatou, a partir de dados empíricos que incluíam partidos, eleitorado, alianças, dentre outros, que houve uma efetiva nacionalização da vida política nesse período, embora esse processo se combine com a construção de perfis estaduais e regionais de alianças partidárias. Seu estudo demonstra ainda que os grandes partidos “[...] foram os beneficiários do processo de transformação do poder eleitoral em poder parlamentar. Isso não significou, no entanto, que os beneficiários fossem necessária e sistematicamente os mesmos.” (BRASIL, 1983, p. 149).

Antônio Lavareda (1991) analisa a competição propriamente eleitoral no período de 1945-1964, avaliando-a através da votação dos competidores no sistema partidário-eleitoral. Dessa forma, discute com a bibliografia que aponta os partidos políticos ou a fragilidade do sistema partidário como tendo papel relevante na ruptura institucional ocorrida em 1964. O autor questiona três teses, a partir de dados de vários pleitos em diferentes níveis (municipal, estadual, e federal) e planos (majoritário e proporcional)<sup>7</sup>: 1- as teses de desestruturação e ou desinstitucionalização, que identificavam o período como sendo de multiplicação de partidos e de aumento percentual de votos brancos e nulos; 2- as que caracterizam o formato da competição como de bipolarização ou de partidos dominantes, no caso a UDN e o PSD; 3- as teses que, ao negarem as duas anteriores, identificavam uma tendência de redefinição ou realinhamento da força relativa dos competidores.

Assim, Lavareda constrói uma hipótese explicativa, qualificando o sistema partidário no período como complexo e em processo de consolidação. Para comprovar sua tese, destaca alguns aspectos, um dos quais afirma que o vínculo entre os sistemas “[...] majoritário e

---

<sup>7</sup> O código eleitoral de 1945 estabeleceu dois sistemas para a escolha dos candidatos: o majoritário e o proporcional. O majoritário consiste na eleição do candidato que obtiver a maior quantidade de votos e era utilizado nas eleições para os cargos de presidente e vice-presidente; governador e vice-governador; senador e suplentes; prefeito e vice-prefeito. O sistema proporcional era utilizado nas eleições para os cargos deputado federal, estadual e de vereador. No sistema proporcional, o candidato é eleito após cálculos matemáticos que conjugam a votação dada aos candidatos e ao partido pelo qual concorrem, estabelecendo-se, de acordo com o número de votantes, os quocientes eleitoral e partidário. Definindo-se, a partir daí, quantos candidatos o partido e a coligação, se for o caso, elegem.

proporcional era cumprido pela competição em torno dos governos estaduais. Eram essas disputas que, tal como ainda hoje, em grande medida, estruturavam em cada estado o desempenho das demais eleições, inclusive as parlamentares.” (LAVAREDA, 1991, p.167-168). Assim, o plano proporcional não era o melhor espaço para qualificar a imagem pública dos partidos, pois os vínculos entre estes e os eleitores eram criados, reforçados e modificados a partir das disputas majoritárias.

O autor chama a atenção também para o fato de que o pouco tempo de existência dos partidos era então uma limitação importante para que se manifestassem vínculos mais evidentes entre partidos e eleitores. Mesmo assim, no início dos anos 1960, pesquisas do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) demonstravam que a maior parte do eleitorado das grandes cidades identificava-se com os partidos políticos. Além disto, houve elevada congruência entre a identificação eleitor-voto nas eleições presidenciais de 1955 e 1960. Por fim, para o autor, não havia um cenário de acirramento dos conflitos ideológicos entre os eleitores, que, por si próprios, empurravam o sistema para a bipolarização. Assim, “[...] a radicalização era uma nítida opção estratégica de setores das elites, à esquerda e à direita, desinteressados da manutenção da institucionalidade democrática. O eleitor comum não tinha, rigorosamente, nenhuma responsabilidade nesse processo.” (LAVAREDA, 1991, p.170).

Tais trabalhos são de extrema importância para a revalorização da experiência democrática da Terceira República, mas convém observar que eles vêm do campo da ciência política. Talvez, também por isso, e apesar da ampliação das pesquisas sobre história política nas décadas de 1980/90, Ferreira chame a atenção para o fato de que no Brasil ainda pairava uma “[...] certa desconfiança e desprezo sobre aqueles que se definem como historiadores do político.” (1992, p. 06). Capelato, contudo, atesta o interesse pela história política como uma tendência importante na historiografia brasileira da década de 1990, o que se relacionaria com o processo de redemocratização brasileiro, com “[...] a invenção de uma democracia em moldes novos, ou seja, participativa, representa[va] algo inusitado [...]” (1996, p. 3).

A trajetória de estudos sobre história política brasileira que trata da Terceira República nos levou a analisar, em particular, a produção sobre a história do Rio Grande do Norte no período contemplado por esta tese. Nosso objetivo é refletir acerca dos referenciais que embasaram a maioria das pesquisas sobre a história local. Muitos temas ainda necessitam de

estudos, como é o caso da atuação dos partidos políticos no estado.<sup>8</sup> Assim, da produção local há basicamente dois tipos de publicações: um de natureza acadêmica, cuja maior parte é produzida no nível de pós-graduação; e outro composto, em linhas gerais, por trabalhos de cunho memorialístico, seja de políticos, seja de jornalistas políticos que exerceram sua profissão na imprensa local a partir dos anos 1940<sup>9</sup>, ou de admiradores e amigos de políticos.<sup>10</sup>

Quanto à pós-graduação, em fins da década de 1970 e no início dos anos 1980, ocorreu a ampliação de pesquisas, nesse nível, sobre a história política do Rio Grande do Norte na Terceira República. No entanto, em termos quantitativos, esse número ainda é bastante reduzido, incluindo Mestrado e Doutorado<sup>11</sup>. O conjunto desses trabalhos, produzidos em contextos bem distintos, acaba por incorporar muitos aspectos da literatura memorial e, em alguns casos, refere-se aos políticos do estado fazendo mais exaltação aos feitos realizados por eles do que problematizando suas gestões. Logo, são os próprios políticos que, de certa forma, ainda “influenciam” a história narrada pela academia. Recentemente têm-se produzido e publicado obras biográficas sobre políticos do estado. Tais pesquisas apresentam uma maior investigação empírica, embora o caráter memorialístico ainda predomine: Ubaldo Bezerra (CENTENO, 2005); Hélio Galvão; (COSTA, 2007) e Padre Mota (FEMENICK, 2007).

<sup>8</sup> Há apenas um artigo publicado sobre o PCB: COSTA (2001).

<sup>9</sup> Dos jornalistas políticos destacam-se as obras de Ticiano Duarte e João Batista Machado, que exerceram funções de assessorias a políticos locais. Duarte, em 2000, publicou o livro *Anotações do meu caderno*, com crônicas políticas escritas para o jornal *Tribuna do Norte*, rememorando acontecimentos políticos da cidade. Machado escreveu diversas obras, todas com aspectos bastante semelhantes: perfis de políticos apresentando traços de exaltação, principalmente, a ex-governadores do estado e a outros “grandes” políticos. Seus trabalhos são freqüentemente citados, embora ele não problematize sobre as ações dos políticos, tratando-os apenas na perspectiva de “grandes homens, grandes obras” e reproduzindo suas falas. Machado exerceu a função de secretário e de assessor de imprensa em vários governos, tendo como obras publicadas, dentre outras: *De 35 ao AI-5* (1992); *Política no atacado e no varejo* (1993); *Como se fazia governador durante o regime militar* (1995); *1960: explosão de paixão e ódio* (1998); e *Resgate da memória política* (2006). O jornalista José Ayrton de Lima também publicou obras sobre a história política local: *A história do rádio no RN; Ideologia política do rádio norte-rio-grandense; Da brejeira ao rabo de palha; História das campanhas populares no RN*.

<sup>10</sup> Outros autores dedicaram-se também à construção memorialística, publicando obras com caráter biográfico e enaltecedor, bem como com transcrição de discursos parlamentares do, e sobre o, político homenageado. Este é o caso, por exemplo, de livros sobre os ex-governadores: Dix-Sept Rosado (GALVÃO, 1982); Dinarte Mariz (LIMA, 2001b; MAIA, 2005).

<sup>11</sup> As primeiras pesquisas foram publicadas em 1982: *Lendo e Aprendendo: a campanha de pé no chão*, de José Willington Germano, e *Em busca do voto perdido* de Carlos Eduardo Lins e Silva. Na década de 1990, foram realizadas duas pesquisas: *O candidato da Esperança: Aluizio Alves e as eleições de 1960 no Rio Grande do Norte*, (1996) de Henrique Alonso Pereira; *A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho: cristãos e comunistas na construção da utopia*, de Maria da Conceição P. de Góes (1999). Mais recentemente duas outras pesquisas foram realizadas: *Aluizio Alves: populismo e modernização no Rio Grande do Norte* (2004), de Sérgio Trindade, e *Dinarte Mariz e personalismo na política potiguar* (2004), de Marcus Alcântara.

A literatura memorial e acadêmica sobre o período da Terceira República no Rio Grande do Norte construiu uma espécie de panteão político para a história do estado, cujos principais nomes incluem desde políticos considerados “populistas”, como é o caso de Aluizio Alves e até do próprio Café Filho, até políticos considerados tradicionais, “coronéis”, como é o caso de Dinarte Mariz. Além disso, trata das lideranças de esquerda do estado, como Djalma Maranhão e Luiz Inácio Maranhão. Tal bibliografia também data como sendo o momento mais importante da história do período a campanha de 1960. Pensamos que é necessária a ampliação de pesquisas que tragam outras contribuições a esse panteão, porém de modo a problematizar algumas afirmativas e a relativizar a periodização.

Para a concretização desta proposta utilizamo-nos principalmente da imprensa escrita e de atas de reuniões do Tribunal Regional Eleitoral (TRE). A saber, os principais periódicos que circulavam em Natal, entre 1945 e 1955, e que foram pesquisados são: *A República*, *A Ordem*, *Diário de Natal* e *Jornal de Natal*. Um problema no trabalho com esses jornais consiste das lacunas que há em sua preservação, sendo que algumas coleções estão incompletas. Outros jornais, de vida mais efêmera, e que circularam como espécie de panfletos políticos, como *O Democrata*, do PSD, *A Notícia*, da UDN, o *Tribuna Popular*, do Partido Comunista, *O Jornal*, precursor do *Jornal de Natal*, do PSP, não foram localizados, provavelmente por não mais existirem. A imprensa é uma fonte, mas também um ator político, já que os jornais eram ligados a partidos políticos ou faziam opção política muito clara, antes e durante as campanhas eleitorais. Assim, tanto a atuação da imprensa partidária quanto a da Justiça Eleitoral se constituíram em aspectos relevantes, ao longo do período abordado, e por isso serão evidenciadas neste texto, ao longo do qual tecemos também um diálogo permanente com a literatura memorial e acadêmica que analisa o período da Terceira República no estado. Nosso objetivo é trabalhar com essa literatura de forma mais crítica, problematizando as imagens que os próprios políticos constroem sobre eles mesmos e como essas imagens são absorvidas pela literatura acadêmica.

Esta tese foi estruturada em cinco capítulos. O primeiro intitula-se “*Guerra e paz: a política da redemocratização em 1945*”, cujos objetivos são: apresentar os principais autores memorialistas e seus lugares de produção, para mostrar como a redemocratização de 1945 é apresentada por eles; evidenciar a formação dos partidos políticos e a significativa ampliação do espaço público, com a mobilização política da população, ainda sob o Estado Novo; como o estudo dessa campanha, no Rio Grande do Norte, pode ajudar a pensar o que estava

ocorrendo em outros estados do Brasil, sobretudo, no espaço regional, que seria denominado de Nordeste brasileiro; como os grupos mobilizaram memórias políticas, com o passado sendo utilizado como recurso de poder; além de mostrar como episódios da política municipal são demonstrativos de que as disputas políticas naquele ano não eram feitas apenas de cima para baixo, e vivida pelas elites, mas envolviam a população, no seu cotidiano com a política. Elaboramos um anexo ao capítulo intitulado cartografia político-eleitoral que visa apresentar perfis biográficos dos principais políticos atuantes no estado no período compreendido por esta pesquisa.

O segundo capítulo intitula-se “*A hora e a vez da política estadual: a campanha de 1947-1948*” e apresenta a mobilização política nas cidades para a realização das eleições estaduais e municipais e vários confrontos violentos e acirrados. Nesse sentido, os objetivos são: evidenciar que o acirramento dos conflitos era resultante de disputas político-partidárias que ocorriam, não raro, pela primeira vez, surgindo novas lideranças políticas que disputavam com os “velhos” chefes políticos das décadas anteriores; mostrar o início de algumas disputas políticas, no âmbito estadual e, mais do que isso, no nível municipal; destacar a intensa disputa jurídica ocorrida nas duas eleições, sobretudo, a de 1947, que levou mais de seis meses para todos os recursos serem julgados no TRE e mais de um ano no TSE; apresentar os resultados eleitorais dessas duas campanhas, absolutamente favoráveis ao PSD, mas também mostrando como outros partidos, como PSP e UDN, adentravam em determinadas regiões, renunciando disputas mais efetivas nas campanhas seguintes.

A campanha eleitoral de 1950 é analisada no terceiro capítulo intitulado “*Sonhos e esperanças: a campanha de 1950*”. O objetivo deste capítulo é demonstrar como a campanha de 1950 se constituiu em um teste fundamental para a recente democracia brasileira. Emergiram daí duas questões essenciais: 1) analisar o tipo de estrutura de partidos que se conformou no Rio Grande do Norte, em 1950, com Café Filho se tornando o maior nome na política do estado, no plano nacional; 2) mostrar como, já em 1950, havia fortes investimentos em campanhas eleitorais, com uma efetiva ampliação de material de publicidade e propaganda e uma intensa mobilização da população nos espaços públicos, inclusive no interior do estado. O interesse em evidenciar tal aspecto deve-se ao fato de que tais inovações nas campanhas eleitorais são atribuídas, pela bibliografia acadêmica, como tendo ocorrido somente na campanha eleitoral de 1960. É importante observar também que os resultados eleitorais, diferentemente da campanha anterior, não foram contestados na Justiça Eleitoral, o que



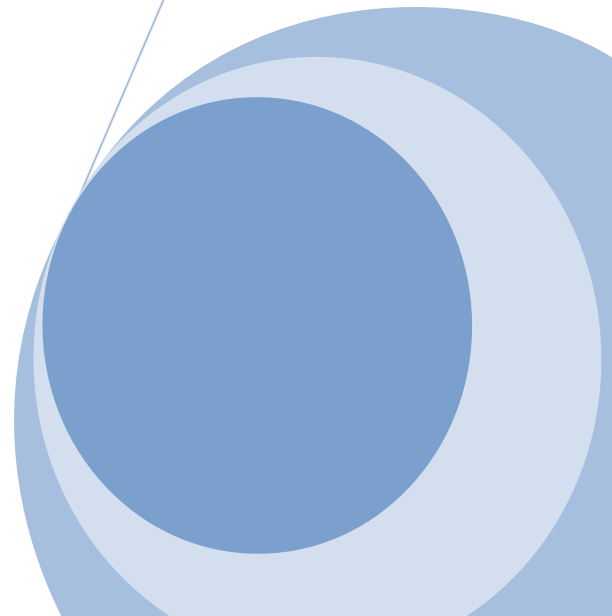
demonstra o importante trabalho desempenhado pelo judiciário nas primeiras campanhas eleitorais, pós-redemocratização, no estado.

O quarto capítulo “*Democracia e eleições municipais: a campanha de 1952*” analisa as disputas ocorridas para prefeitos em 1952. Os objetivos são demonstrar como essa campanha foi a primeira mais efetivamente disputada, em diversos municípios do Rio Grande do Norte, resultando em uma equilibrada divisão das prefeituras entre UDN, PSP e PSD, além do PR; apresentar alguns episódios de violências e de tentativas de fraudes eleitorais, como estratégias utilizadas por candidatos e partidos para manutenção do controle eleitoral no âmbito local, mas que necessariamente não modificaram resultados eleitorais; estratégias de propaganda política empreendidas nos municípios, até então inéditas para as disputas locais.

E, finalmente, o quinto capítulo, denominado “*Conciliação e divergência política: as campanhas políticas de 1954-1955*”, tem como objetivos: mostrar como as novidades tecnológicas foram incorporadas às campanhas políticas, sobretudo na propaganda ; analisar a evidência adquirida por Café Filho na política nacional, inserindo-a na conjuntura nacional e problematizando a partir de seu livro de memórias; demonstrar, na contra-mão da bibliografia acadêmica sobre a história do estado, que os acordos políticos realizados, em 1954, entre o PSD, UDN e PSP, não representam o enfraquecimento do cafeísmo no estado, principalmente, em Natal, e sim o seu apogeu; apresentar os resultados eleitorais das duas campanhas.

Ao longo desta tese evidenciaremos aspectos que demonstrarão a participação popular em diversos eventos, seja apoiando candidaturas e partidos, seja tecendo críticas aos políticos, com caráter cômico ou não. Não temos como precisar o número de eleitores que resistiram, mudaram de opção política e os motivos que os levaram a isso. A democracia ainda não incluía o voto dos analfabetos e foi marcada pela exclusão do Partido Comunista das disputas. Contudo, temos a considerar que, a despeito de fraudes eleitorais, episódios de violências, práticas clientelistas, no Brasil, o período de 1945-1964 foi a primeira experiência mais efetiva com a democracia com a existência de partidos nacionais e alternâncias no poder. Essa, no entanto, não durou muito.

# **1 Guerra e paz: a política da redemocratização em 1945**



[Zé Areia] desde os tempos da guerra, tornara-se uma figura lendária, pelos golpes que aplicara nos americanos, na venda de papagaios, macacos, passarinhos, até corujas. [...] A um *my friend* que viera reclamar a venda de papagaio cego, perguntou:

- Afinal, você quer papagaio pra falar ou pra assistir cinema?

Atribuem-lhe até a da coruja [...]. Quando o americano veio reclamar que o bicho não falava, ele consolou o comprador:

- Não fala, mas presta uma atenção!

(GARCIA, 1985, p. 95)

Este capítulo se inicia com uma das muitas histórias que se contam sobre pessoas e acontecimentos ocorridos em Natal durante a Segunda Guerra Mundial. Zé Areia, um desses personagens, ganhava a vida como barbeiro e vendedor de rifas e encontrou nos americanos e nas diferenças culturais possibilidades de obter alguma vantagem. Ele não foi apenas um expectador do que então ocorria, mas um participante ativo. A guerra trouxe transformações substanciais para a cidade, e seu fim possibilitou mudanças significativas do ponto de vista político, com o processo de redemocratização.

Vivia-se na capital do estado do Rio Grande do Norte, no início de 1945, entre inquietações e apreensões. De um lado, as notícias sobre os rumos da Segunda Guerra Mundial, de outro, a “tranqüilidade” política, ocorrida após a implantação do Estado Novo, em 1937. Contudo, as inquietações e apreensões diminuídas com a emergência da paz mundial, deslocaram-se para o campo político e, juntando-se a expectativas e esperanças, ganharam às ruas em diversos tipos de manifestações.

Nesse sentido, queremos chamar a atenção para a intensidade dos acontecimentos políticos no Rio Grande do Norte, durante o ano de 1945, considerando que ocorreu uma efetiva ampliação do espaço público, com a mobilização da população em atividades políticas, vividas ainda sob o Estado Novo. Além disso, vale observar que a política não foi vivenciada apenas pelas elites, mas também na dimensão cotidiana pela população do estado.

As articulações, nos primeiros meses de 1945, ocorreram de forma muito rápida, com as lideranças políticas das décadas anteriores passando a ocupar a cena pública recorrendo a todo um passado político, agora em novo contexto. O passado era utilizado como recurso de

poder e os novos partidos, para se legitimarem, mobilizavam memórias, valores, crenças e comportamentos da população, mas também toda uma genealogia política. A campanha eleitoral de 1945 é importante para se refletir sobre como, naquele ano, a política foi vivenciada no nível municipal, por exemplo, em cidades do interior do Rio Grande do Norte, onde a população era chamada a participar, e participava, dos acontecimentos políticos. Mostraremos também um episódio ocorrido em Pernambuco e que marcou o processo de redemocratização, para demonstrar o clima de acirramento existente, também em outros estados da federação.

Durante o Estado Novo foi criado um “tempo festivo”, caracterizado pelas comemorações de algumas datas, como o aniversário do presidente Vargas, em 19 de abril; o dia do trabalhador, em 1º de maio; e o aniversário do Estado Novo, em 10 de novembro. Outras comemorações foram acrescentadas a essas, ao longo do Estado Novo, como o Dia da Pátria, o Natal e Ano Novo (GOMES, 2005, p. 216-218). Em Natal, ganhou destaque, também, o 27 de novembro, quando se comemorava a derrota dos comunistas, ocorrida em 1935. Tais datas eram festejadas com vários eventos, como desfiles, palestras e comícios, organizados principalmente pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado em 1939 (LIMA, 2001a, p. 82-102).

A conjuntura de guerra, a partir de 1942, modificou tais comemorações e a própria situação política, que passou a apresentar novas demandas e características. Em julho de 1943, o interventor Rafael Fernandes Gurjão foi substituído pelo General Antônio Fernandes Dantas. O motivo para essa substituição teria sido uma conspiração militar<sup>12</sup> que estaria relacionada diretamente com a nova conjuntura de guerra. Porém, nem mesmo essa substituição na interventoria foi motivo para uma maior instabilidade política.

Assim, a entrada do Brasil na guerra ao lado dos aliados, em 1942<sup>13</sup>, e os diversos acordos que foram estabelecidos com os Estados Unidos possibilitaram que várias bases militares norte-americanas fossem instaladas no território brasileiro. Dessas bases, a mais importante foi a de Natal, por sua localização geográfica. A posição do Rio Grande do Norte

---

<sup>12</sup> A substituição do interventor teria sido gestada pelo General Gustavo Cordeiro de Farias, que comandava as forças brasileiras sediadas em Natal. O interesse seria sua própria indicação para a interventoria. Vargas, no entanto, optou pela nomeação do General Antônio Fernandes Dantas (FURTADO, 1976, 207-215).

<sup>13</sup> O Brasil rompeu relações diplomáticas com os países do Eixo em 28 de janeiro de 1942, após a Conferência dos Chanceleres, realizada no Rio de Janeiro. Em represália, vários ataques a navios brasileiros foram realizados por submarinos alemães. Em consequência, o governo Vargas decretou, em 22 de agosto de 1942, que o país estava em estado de beligerância e, em 31 de agosto do mesmo ano, em estado de guerra.

foi evidenciada internacionalmente em 18 de janeiro de 1943, com a realização, no local denominado Rampa<sup>14</sup>, da “Conferência do Potengi”. Este foi o nome dado ao encontro dos presidentes Franklin Roosevelt, dos Estados Unidos, e Getúlio Vargas, do Brasil, quando foram estabelecidos os fundamentos de acordos para a retomada da ofensiva aliada na África do Norte e o patrulhamento do Atlântico Sul, a partir da base sediada em Natal.

Com a presença dos militares americanos na cidade, foram feitas as instalações da Base Aérea, da Base Naval, do Sistema de Vigilância Costeira e de Defesa Civil, além da construção de uma pista com cerca de 20 km que ligava o centro de Natal à Base Aérea. Ao lado desta, os americanos construíram o *Parnamirim Field*, um campo com pistas de 2.000 m<sup>2</sup> onde poderiam aterrissar, de uma só vez, 250 aviões. Ao todo, foram construídos 1.500 edifícios, que abrigavam em torno de 10.000 homens (CASCUDO, 1999, p. 422-423). Assim, com a nova conjuntura, a cidade passou a conviver com outros tipos de mobilização e participação política: a presença dos americanos na cidade; os treinamentos para possíveis ataques e os *black-outs* que deixavam a cidade às escuras<sup>15</sup>; as notícias sobre as batalhas na Europa; uma dura censura à imprensa; a polícia política e as manifestações cívicas, promovidas pelo governo Vargas.

No entanto, à medida que os avanços dos aliados sobre o nazi-fascismo ocorriam, os ares da redemocratização sopravam mais fortes no Brasil e traziam de volta as turbulências políticas próprias ao retorno da competição eleitoral, inexistente desde 1937. Assim, foram intensas as negociações, conciliações e cisões, para a formação das agremiações partidárias que concorreriam às futuras eleições. Essas foram anunciadas em fins de fevereiro de 1945, quando o presidente Vargas compôs uma comissão que definiria as regras eleitorais.

---

<sup>14</sup> A Rampa é um prédio que foi construído em 1930, na localidade denominada de Limpa, hoje limite dos bairros das Rocas e Santos Reis, em Natal. Era um ponto de embarque de passageiros e de transportes que recebia hidroaviões e onde atuavam algumas empresas aéreas. O local foi transformado pelos americanos, com a construção de uma base para hidroaviões pelo *Airport Development Program*, entre março de 1941 e março de 1944. Para Melo (s/d, p. 93), a demora na construção deveu-se às constantes alterações no desenrolar da guerra e ao torpedeamento de navios que transportavam da Venezuela o asfalto que seria usado para o término das obras. Na *Rampa da Limpa*, ficavam abrigadas as “patrulhas dos hidroaviões da Marinha, os “catalinas” tão populares como os imensos B-29, bombardeadores de Tóquio, guardados nos ninhos altos de *Parnamirim Field*. Da Rampa, além dos 24 PBV de patrulha, corriam erguendo vôo para o salto atlântico os *clippers* de 75 passageiros.” (CASCUDO, 1999, p. 424).

<sup>15</sup> Os *black-outs* eram procedimentos de exercícios de treinamento e preparação da cidade, para serem realizados pela população civil, em caso de ataques aéreos. Nesses exercícios, sirenes eram acionadas e as luzes da cidade, apagadas. As pessoas não podiam sair às ruas e quem estivesse fora das suas casas deveria se dirigir aos abrigos subterrâneos.

À medida que tais regras iam sendo estabelecidas, emergiam, no cenário público, os confrontos e as divergências até então aparentemente conciliadas. Era em torno do interventor, o General Fernandes Dantas, responsável no estado pela condução do processo de redemocratização (o qual não se sabia bem como seria realizado), que as questões políticas circulavam. Confrontos e articulações político-partidárias ocorriam, ao mesmo tempo em que diversas e variadas manifestações eram organizadas por motivos diferentes, indo desde comemorações em função das vitórias dos aliados em batalhas até manifestações pró-anistia<sup>16</sup>, passando ainda pelas que já aconteciam havia alguns anos, como a do aniversário do Presidente Vargas e a do Dia do Trabalhador. Em todas elas ocorriam comícios, desfiles, discursos e, em alguns casos, exposições de filmes. Nelas, era grande a participação popular.

É importante observar como essas manifestações políticas, ainda integradas ao tempo festivo do Estado Novo, propiciaram o início da primeira campanha política eleitoral da futura Terceira República. No Rio Grande do Norte, tal campanha mudou de rumo em vários momentos, tendo as lideranças políticas de se adaptarem a algumas circunstâncias: à condução do processo pelo presidente Vargas; a uma intensa manifestação popular pela permanência de Vargas na presidência; e, ainda, ao controle do processo pela Justiça Eleitoral, na tentativa de garantir disputas menos desiguais.

Os rumos da administração estadual também mudaram ao longo do ano de 1945, com substituições na interventoria. No mês de agosto, o interventor Fernandes Dantas deixou o cargo. Para ocupá-lo, o indicado pelo presidente Vargas foi o jornalista Georgino Avelino, que exercia, em 1945, a função de diretor do Setor de Turismo e Propaganda da Prefeitura do Distrito Federal, tendo sido um dos principais articuladores para a formação do PSD no estado. Georgino Avelino permaneceu como interventor entre agosto e novembro de 1945, quando, após a deposição de Getúlio Vargas, os interventores por ele nomeados foram substituídos. A interventoria do estado foi assumida, então, pelo presidente do TRE, recém instalado: Seabra Fagundes.<sup>17</sup>

---

<sup>16</sup> Diversas pressões foram exercidas para que o governo Vargas decretasse anistia política e libertasse os presos políticos, em sua maioria, comunistas, presos após o movimento de 1935.

<sup>17</sup> Governadores e interventores do estado entre 1935-1947: Rafael Fernandes (outubro de 1935 – julho de 1943, como governador e depois como interventor); Antônio Fernandes Dantas (julho de 1943 – agosto de 1945); Georgino Avelino (agosto de 1945 – novembro de 1945); Seabra Fagundes (novembro de 1945 – fevereiro de 1946); Ubaldo Bezerra (fevereiro de 1946 – 15 de janeiro de 1947); e Orestes Lima (janeiro a julho de 1947).

**Tabela 2 Governadores e interventores do Rio Grande do Norte – 1935-1947**

Governadores e interventores	Período
Rafael Fernandes Gurjão	Out. 1935 a nov. de 1937 (governador); Nov. 37 a jul. de 1943 (interventor)
Antônio Fernandes Dantas	Jul de 1943 a agos de 1945
Georgino Avelino	Agosto a Nov de 1945
Miguel Seabra Fagundes	Nov. de 1945 a fev. 1946
Ubaldo Bezerra	Fev. de 1946 a jan. de 1947
Orestes Lima	Jan. de 1947 a de julho de 1947

No nível nacional, o anteprojeto, elaborado pela Comissão Eleitoral e logo transformado em projeto de Lei Eleitoral, foi publicado em 28 de maio de 1945.<sup>18</sup> Reorganizava-se a Justiça Eleitoral autônoma e estabeleciam-se critérios para a criação dos partidos políticos. Nos estados, portanto, foram instalados imediatamente os Tribunais Regionais Eleitorais, já os partidos, a partir daquele momento, tinham que ser nacionais, com registro em pelo menos 5 estados e com 10 mil assinaturas de eleitores. Para a obtenção do registro, os partidos tinham que anexar uma cópia de seus estatutos e um comprovante de inscrição jurídica, de acordo com o Código Civil, do qual constassem seus nome, programa, órgãos representativos, endereço da sede e delegados perante os tribunais. O alistamento de eleitores poderia ser solicitado por requerimento de cada um dos próprios eleitores. Porém, estabeleceu-se, também, o alistamento *ex-officio*, que era realizado pelas repartições públicas, entidades autárquicas, para-estatais ou de economia mista, seções locais da Ordem dos Advogados (OAB) e Conselhos Regionais de Engenharia e Arquitetura (CRE e CRA), que enviavam aos Tribunais Eleitorais a relação completa de seus funcionários, extranumerários e associados para os habilitarem eleitoralmente. O pleito ocorreu em 2 de dezembro de 1945 e elegeu o presidente da República, os senadores e os deputados federais, responsáveis pela reconstitucionalização do país.

Considerando o quadro acima descrito, este capítulo objetiva discutir o processo de redemocratização política no estado do Rio Grande do Norte, enfatizando a formação das agremiações partidárias e suas estratégias de propaganda política para as primeiras eleições, planejadas e, em boa parte, conduzidas, sob o Estado Novo. Em 1945, novas e velhas lideranças passaram a disputar o poder em um novo contexto de atuação e com a presença de

<sup>18</sup> Ainda em fevereiro de 1945, o governo publicou a Lei Constitucional n. 9, regulada pelo Decreto 7586, 28 maio de 1945. Principais pontos da Lei Eleitoral. *A República*, Natal, p. 1, 30 maio 1945.

vários partidos criados naquele ano. Objetivamos ainda apresentar os principais atores políticos da campanha: partidos, candidatos e imprensa.

A análise da campanha e a idéia de mobilização do passado utilizada pelos políticos nos remeteram inicialmente a refletir sobre a produção memorialística que aborda a história política do Rio Grande do Norte. Ou seja, a apresentar os lugares de produção e as narrativas construídas pelos políticos sobre o seu próprio passado, especialmente, sobre como analisam a redemocratização de 1945, para ressaltar a duração e força desse tipo de literatura.

De fato, a literatura memorial do Rio Grande do Norte compõe-se, principalmente, das obras de autores que são referência no estado, atuantes na política local, e até nacional, a partir das décadas de 1920/30. Eles publicaram memórias, discursos parlamentares e depoimentos orais. Tais livros vieram a público durante o regime militar, porém, em contextos políticos diferenciados e nos quais interessava aos autores dar explicações e criar imagens das suas atuações e opções políticas. Assim, para os fins de análise desta tese, selecionamos, da produção memorialística local, os textos de três políticos e um jurista, conforme mostra a tabela abaixo:

**Tabela 3 Literatura memorial sobre o Rio Grande do Norte**

<b>NOME</b>	<b>OBRAS/EDITORAS</b>	<b>ANO</b>
<b>João Café Filho (1899-1970)</b>	Do sindicato ao Catete: memórias políticas e confissões humanas /Ed. José Olímpio;	<b>1966</b>
<b>Aluizio Alves (1921-2006)</b>	Sem ódio e sem medo/ Ed. Nosso Tempo; A verdade que não é secreta /Nova Lima Artes Gráficas; Entrevista para o programa Memória Viva (da Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN)/ EDUFRN	<b>1969</b> <b>1976</b> <b>1983</b>
<b>João Maria Furtado (jurista-1904-1997)</b>	Vertentes/Gráfica Olímpica Ed.	<b>1976</b>
<b>Dinarte de Medeiros Mariz (1903-1984)</b>	A vida de um revolucionário/ Gráfica do Senado Federal José Augusto: o líder/Fundação José Augusto; Entrevista para o programa Memória Viva (UFRN)/ EDUFRN;	<b>1980a</b> <b>1984</b> <b>1980b</b>

Nosso objetivo, ao apresentarmos seus perfis biográficos e suas memórias, é mostrar como eles, ao construírem narrativas sobre suas trajetórias políticas, constroem também versões para a história política do estado, e no caso de Café Filho, para a história política do Brasil, algo relevante porque são consolidadas pela literatura acadêmica. Tais narrativas têm



um lugar de produção e são motivadas por interesses em explicar suas participações em momentos políticos chaves da história do estado/país. Temos a observar que a intensa mobilização política ocorrida em 1945, para as eleições, é minimizada por tal literatura, que naturaliza o fim do Estado Novo e a vitória de alguns candidatos, bem como cristaliza a tese mais disseminada sobre a formação dos partidos: a de que PSD e UDN resultaram de uma divisão oligárquica do antigo PP.<sup>19</sup>

É preciso atentar para o fato de que as pesquisas que utilizam memórias e depoimentos orais, seja como fonte, seja como objeto de pesquisa – têm suscitado diversas reflexões de cunho teórico-metodológico. Uma das questões apontadas é a perspectiva de se analisar tais trabalhos não como se fossem a “verdade dos fatos”, mas no sentido de pensar como os autores, em determinados contextos, dizem o que viram, sentiram e experimentaram (GOMES, 2004, p. 7).

Memórias são sempre escritas, em determinado momento, com uma determinada intenção, seja de explicar comportamentos, justificar ações, criar imagens sobre algo ou até sobre si mesmo, ou seja, o sujeito diz como quer ser lembrado. Nesse sentido, destaca-se a necessidade de se refletir sobre o momento da produção memorialística, que pode dizer muito mais em relação ao presente do autor do que sobre seu passado. Assim, consideramos que os “significados atribuídos a ações e escolhas do passado [são] determinados por uma visão retrospectiva, que confere sentido às experiências no momento em que são narradas.” (ALBERTI, 2005, p. 170). Desse modo, essa visão retrospectiva é, como afirma Gomes, “um tipo de discurso que produz uma espécie de ‘excesso do real pelo vivido’, pelos detalhes que pode registrar, pelos assuntos que pode revelar e pela linguagem intimista que mobiliza.” (2004, p. 15).

No caso da utilização da produção memorialística sobre o Rio Grande do Norte nos trabalhos acadêmicos, tais questões ainda são pouco consideradas. *Do sindicato ao Catete* começou a ser escrito meses depois do golpe militar de 1964, sendo que seu autor já exercia,

---

<sup>19</sup> Fundado em 12 de fevereiro de 1933, resultando da fusão do antigo Partido Republicano Federal (liderado no Rio Grande do Norte por José Augusto) com a União Democrática Norte-rio-grandense (dirigida pelo Mons. João da Matha Paiva). Reunia pessoas ligadas politicamente aos ex-governadores José Augusto Bezerra de Medeiros e Juvenal Lamartine. O PP foi vencedor em 1933, elegendo três dos quatro deputados constituintes e, em 1934, elegendo a maioria dos deputados estaduais, responsáveis pela escolha indireta do governador do estado e dos senadores. Essas eleições foram extremamente tumultuadas, com episódios armados e de assassinatos por todo o estado, bem como foi alvo de acirrada disputa no Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Na Constituinte de 1934, o partido posicionou-se contrariamente ao presidente Getúlio Vargas. Foi extinto em 1937, após a decretação do Estado Novo (LIMA, 2001).

desde 1961, a função de Ministro do Tribunal de Contas da Guanabara (TCU), por indicação do governador Carlos Lacerda (UDN), um dos sustentáculos de sua gestão na presidência. Em relação à redemocratização de 1945, Café Filho diminui a importância de Adhemar de Barros, em relação tanto à fundação do partido, quanto à eleição de dois deputados federais em 1945: Café Filho, pelo Rio Grande do Norte e Campos Vergal, por São Paulo. Para Café Filho, sua eleição já era garantida, como se, depois de 10 anos da realização do último pleito e sua única vitória nas urnas (deputado federal, eleito pelo Partido Social Nacionalista- PSN), seus votos e o eleitorado permanecessem os mesmos. Como minimiza a mobilização política ocorrida em 1945, Café Filho não analisa os fatores que possibilitaram sua vitória, naturalizando sua trajetória política.

Em 1976, uma década após a publicação de *Do sindicato ao Catete* e seis anos depois da morte de Café Filho, o desembargador João Maria Furtado, que fora seu partidário e amigo ao longo de mais de quarenta anos, publicou suas memórias: *Vertentes*. Apesar de nunca ter disputado um cargo eletivo, Furtado participava de decisões políticas importantes, ligadas ao PSP, em função da relação de amizade que o ligava a Café Filho. Após o golpe de 1964, o autor, juntamente com seu filho Roberto Furtado, envolveu-se ativamente na defesa de vários presos políticos do Rio Grande do Norte.

Ao longo de mais de quatrocentas páginas, Furtado narra reminiscências de sua vida e de sua família. Entretanto, a ênfase é dada aos acontecimentos políticos do estado, entre 1930 e 1960. Ao longo da obra, o autor analisa aspectos administrativos e políticos dos interventores, que assumiram o poder entre 1937-1947, e, depois, dos governadores estaduais, a partir de 1947, tecendo elogios ou críticas e comentando a organização da justiça estadual, principalmente da Justiça Eleitoral. O processo de redemocratização iniciado em 1945 foi analisado por Furtado, a partir da estruturação partidária, ocorrida naquele ano, e das disputas jurídicas travadas pelos partidos políticos junto ao TRE, vivenciadas por ele no exercício do cargo de Desembargador, a partir de 1946. Ele afirma sobre a formação dos partidos, em 1945, que PSD e UDN resultaram de uma divisão oligárquica do antigo PP, extinto com a decretação do Estado Novo. Essa se constitui em duas das afirmativas mais disseminadas na literatura acadêmica que aborda a redemocratização de 1945 no Rio Grande do Norte.

Completando o quadro de autores selecionados, Dinarte Mariz e Aluízio Alves apresentam aspectos relevantes para pensarmos a produção das memórias políticas no Rio Grande do Norte. Ambos os políticos pertenceram ao PP e, em 1945, ingressaram na UDN,

compondo a linha de frente desse partido no estado e disputando cargos em várias eleições ocorridas no período. São eles os dois políticos potiguares cujas trajetórias foram mais analisadas por trabalhos – acadêmicos e memorialísticos. Além disso, os embates entre ambos, após romperem politicamente, em 1960, apresentam-se, de forma evidente, na construção das suas trajetórias políticas. Cada um deles apresenta suas versões sobre os acontecimentos, sempre tendo o adversário como contraponto, disputando também um lugar próprio na história política do estado.

Aluízio Alves apresenta-se como uma liderança que se firmava em Natal e arredores, seja pela sua presença no rádio, seja, principalmente, pela sua atuação em uma campanha de assistência aos flagelados e, depois, ocupando o cargo de diretor do SERAS, no início da década de 1940. Tais aspectos teriam lhe dado, nas palavras do próprio Aluízio, uma “boa situação emocional” em Natal, garantindo sua indicação para a vitoriosa candidatura de deputado federal em 1945. Assim, apresenta-se como um jovem precoce, movido pelo amor à política, ao jornalismo e ao povo.

Na construção da sua memória, Dinarte Mariz entrelaça aspectos familiares e da sua região, o Seridó, e, principalmente, da cidade de Caicó. A ênfase dada a sua própria trajetória é a de revolucionário, que articula nos bastidores, mas também que estava na linha de frente de alguns episódios, principalmente, dos movimentos armados: em 1930, apoiando a Aliança Liberal; em 1932, na Revolução Constitucionalista; em 1935, combatendo os comunistas, no Rio Grande do Norte; após o Estado Novo, nas conspirações contra a ditadura varguista; e, em 1964, participando da fase preparatória da “Revolução de 1964”.

Ao abordar aspectos da vida do seu primo e ex-governador do estado José Augusto Bezerra de Medeiros, Dinarte Mariz narra episódios políticos nos quais o líder seridoense se envolvia, contudo, sempre evidenciava sua própria trajetória política. Para ele, construir a trajetória de José Augusto, inclusive familiar, era como se fosse narrar o seu próprio passado, já que ambos eram netos do coronel José Bernardo de Medeiros (1837-1907), o grande líder da região do Seridó, durante a Primeira República, que exerceu o cargo de senador entre 1890 e 1907.<sup>20</sup> Provavelmente por não ter obtido êxito nas suas primeiras candidaturas, se refere à campanha política de 1945 somente para falar da arregimentação feita, por ele e por José

---

<sup>20</sup> Uma palestra realizada em 23 de setembro de 1980 na Fundação José Augusto (Natal-RN), por ocasião do centenário de nascimento de José Augusto foi publicada como livro, em 1984, *José Augusto: o líder*. Reunia diversos pronunciamentos de políticos na Câmara Federal que homenageavam José Augusto.

Augusto, para a formação da UDN e para enfatizar a sua participação na indicação e eleição de Aluizio Alves a deputado federal, atribuindo a si próprio um papel relevante no episódio, mesmo sem a aprovação de José Augusto. Assim, afirma

escolhi o mais pobre de todos, mas portador de vigorosa inteligência, de grande talento político que já deixava antever os seus vãos, e altamente vocacionado para a vida pública [...] preteri outras vocações e dedicados amigos [...] Preferi Aluizio Alves, que ao meu ver era o que possuía mais talento e vocação política. (MARIZ, 1984, p. 63).

Chama à atenção a ligação estabelecida por Dinarte Mariz entre as campanhas de 1945 e 1954, como se ambas tivessem ocorrido concomitantemente. A derrota de José Augusto na eleição a deputado federal em 1954, a qual culminou na saída dele da vida pública é contrastada com a entrada de Aluizio Alves na chapa de deputado federal da UDN, e conseqüente vitória, em 1945.

Os autores apresentados acima tiveram participação importante durante a Terceira República, na condição de político ou de jurista, e apresentaram suas versões sobre episódios da redemocratização de 1945. No entanto, nenhum deles chama a atenção para a intensidade dos acontecimentos políticos daquele ano, momento em que se iniciava, no Brasil, um regime democrático que teria muito aprendizado pela frente e que ainda sofreria uma interrupção em 1964. Porém, mesmo com o número de eleitores ainda reduzido, e submetidos a controles de chefes políticos, em alguns casos, vislumbrava-se, no país, possibilidades de escolhas políticas, e a população foi às ruas e se fez presente, em muitos lugares do país.

### **1.1 Formação dos partidos e atores políticos: continuidades/ descontinuidades políticas**

As discussões no nível nacional para a realização de eleições presidenciais e a criação de partidos políticos intensificaram-se no início de 1945. A movimentação ocorria não apenas nacionalmente, mas também nos estados. Desde outubro do ano anterior, o Brigadeiro Eduardo Gomes era cogitado como candidato opositorista à presidência da República. Em fevereiro de 1945, quando ocorreu a famosa entrevista de José Américo de Almeida a Carlos Lacerda, clamando por eleições livres e exaltando a candidatura de Eduardo Gomes,

percebeu-se, com maior clareza, o esgotamento da ditadura e a diminuição da censura aos jornais pelo DIP, que seria extinto logo depois. Esse fato foi aproveitado pela imprensa oposicionista, que passou a publicar diversos artigos com críticas ao governo Vargas.

No Rio Grande do Norte, os primeiros meses de 1945 foram como uma avalanche, com mudanças em várias prefeituras e órgãos da administração direta. Em fevereiro, dias depois da entrevista de José Américo, uma das principais lideranças políticas do estado – o ex-governador e então vice-presidente do Instituto Nacional do Sal (INS) – José Augusto Bezerra de Medeiros, um dos componentes do grupo oposicionista atuante na capital federal, apareceu na imprensa carioca declarando apoio à entrevista de José Américo. Imediatamente depois, viajou para o Rio Grande do Norte com o intuito de organizar a oposição política do estado, rearticulando seus antigos liderados. Descartando, de imediato, qualquer possibilidade de apoio ao então interventor, Fernandes Dantas, e afirmando seu compromisso com a democracia, ele criticava as tentativas de Vargas de apenas reformar a Constituição, que seria fascista e das mais antidemocráticas que existiram em qualquer país do mundo.<sup>21</sup>

A afirmação de José Augusto de ter compromissos políticos apenas com a democracia era uma forma explícita de negar apoio ao interventor, pois, além de fazer parte do grupo oposicionista que articulava a UDN no Rio de Janeiro, trabalhou em Natal para reorganizar parte significativa do antigo PP. Mobilizou, em poucos dias, vários prefeitos e ocupantes de cargos de confiança do governo estadual, que pediram exoneração para compor a oposição.

Fundada oficialmente em nível nacional em 7 de abril de 1945, a UDN congregava forças diversas e até antagônicas, em uma ampla frente de oposição ao governo Vargas. De fato, somente a conjuntura de 1944 e 1945 pode explicar tal junção: oligarquias destronadas em 1930; antigos aliados de Getúlio, marginalizados em 30 e em 37; ex-participantes do Estado Novo que se afastaram antes de 1945; grupos liberais com forte identificação regional; e a esquerda em geral. Esta era então composta por três grupos: a Esquerda Democrática (ED), formada por políticos e intelectuais de tendências socialistas; comunistas dissidentes da linha oficial do partido, que, naquele momento, optara pelo apoio ao governo de Getúlio

---

<sup>21</sup> José Augusto, em 1945, exercia no Rio de Janeiro as funções de advogado, vice-presidente da Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro e de vice-presidente do Instituto Nacional do Sal. Este fora criado em 1940 e, como autarquia vinculada à Presidência da República, era responsável pela organização dos registros de salinas, a padronização do sal, o estímulo à instalação de armazéns, a aquisição de navios apropriados para o transporte do sal e a criação de fábricas de embalagens, além da possibilidade de intervir em situações anormais de mercado. Momento político nacional. Telegrama de José Augusto ao General Fernandes Dantas. 23 de fev. de 1945. *A República*, Natal, p. 1, 3 mar. 1945.

Vargas; e estudantes recém-egressos do movimento estudantil, de tendências socialistas. A ED não era uma ala ou facção da UDN, mas compôs com ela uma frente de oposição, em 1945. A candidatura de Eduardo Gomes passara por muitas indefinições até ser assumida publicamente pelas oposições coligadas devido a seu “[...] alto posto militar, legenda de herói, tradição de lutas democráticas e um nome limpo.” (BENEVIDES, 1981, p. 24-42).

Apesar dos partidários do ex-governador José Augusto Bezerra de Medeiros agruparem-se em torno de sua liderança e de anunciarem o apoio a Eduardo Gomes, ainda no início de março, a organização da UDN no Rio Grande do Norte somente ocorreu meses depois, com a fundação do diretório estadual<sup>22</sup>, em 5 de julho de 1945. Dinarte Mariz, que retornava ao estado depois de uma temporada de sete meses no Rio de Janeiro, administrando suas empresas e fazendo articulações políticas, assumiu a linha de frente do partido. Do mesmo modo, assumiu o comando da página política da UDN, publicada no jornal *O Diário*, negociada por ele e José Augusto com Assis Chateaubriand. Tal página passou a ser publicada também nos primeiros dias de julho daquele ano.<sup>23</sup> Dinarte, no momento da fundação da UDN, reconhecia que a entrevista de José Américo fora uma “arrancada decisiva de um povo disposto a alcançar, sejam quais forem os obstáculos e as amarguras, a sua esperada redenção.” Assim, saudava a todos que sentiam

[...] as amarguras que golpeiam o coração do Brasil, sob o testemunho da supressão de todas as liberdades e desmoralização administrativa, da ruína financeira, da corrupção ostensiva ou mistificada, toda uma série de crimes e traições que constituem o programa do regime fascista instaurado em 1937.<sup>24</sup>

Para Dinarte, iniciava-se, naquele momento, uma mobilização com muitos percalços, mas com grande perspectiva de sucesso. Por isso, os udenistas continuavam “uma linha reta de tradições memoráveis, unidos e decididos” por levarem consigo estímulos de “um passado de glórias, os imperativos inadiáveis desta hora, as esperanças de um futuro redimido, um

<sup>22</sup> Presidente: José Augusto; vice-presidente: Dinarte Mariz; secretários: Luiz Antonio dos Santos Lima e Djalma Marinho; tesoureiro: Severino Alves Bila. O diretório possuía ainda uma comissão de articulação com o interior e uma comissão de imprensa. Os *Diários Associados* estavam representados por Edilson Varela e Américo de Oliveira Costa. Constituído o Diretório. *O Diário*, Natal, p. 1, 6 jul. 1945.

<sup>23</sup> Antes disto, as estratégias baseavam-se, principalmente, em denúncias de violências ocorridas no Rio Grande do Norte, em jornais que faziam oposição a Vargas na capital federal. O regime de violências no RN. *A República*, Natal, p. 4, 15 maio 1945.

<sup>24</sup> UDN- Seção do Rio Grande do Norte. No posto de combate. *O Diário*, Natal, p. 3, 9 jul. 1945.

mundo de sonhos, anseios e de aspirações vinculadas à força de nossa resistência e ao milagre de nossa vigilância.”<sup>25</sup>

É importante observar que os maiores partidos que se formaram no estado em 1945, de forma geral, tinham como líderes pessoas de diferentes regiões do estado. Em muitos casos, havia os chamados “chefes” políticos municipais que, em 1945, indicavam seus candidatos - parentes, na maioria dos casos-, e obtinham sucesso político. Tal aspecto é importante de ser evidenciado, pois importantes nomes da UDN, naquela campanha, já haviam administrado alguns municípios do estado. Era um momento de redefinição de forças políticas e do surgimento de jovens políticos ligados a esses antigos “chefes”. No caso da UDN, por exemplo, havia um forte reduto no Seridó, ligado à família Bezerra de Medeiros (da qual José Augusto era o nome mais importante), que se estendia para quase todos os municípios da região e para a área mais central do estado, como em Santana do Matos, sob a liderança dos Fernandes. Porém, o partido também tinha força na região Oeste, onde Mossoró era a principal cidade, e nela ascendia como grupo político a família Rosado.<sup>26</sup> Porém, o reduto udenista incluía também o chamado Alto-Oeste, com cidades como, por exemplo, Martins, Paus dos Ferros, Port’alegre. José Augusto e Dinarte Mariz despontam como os principais nomes do partido, porém outros políticos udenistas também se destacavam, conforme mostra a tabela anexa ao capítulo.

Do lado governista, o presidente Vargas tentava, desde 1943, conduzir o processo de redemocratização, o que fica evidenciado por um documento sobre o possível encaminhamento do problema constitucional-eleitoral, intitulado “*Plano B*”. Tal documento, elaborado dentro do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), fazia parte de um grande projeto político, que visava a manutenção de Vargas no poder. A execução do projeto “[...] fundava-se, primordialmente, na utilização da nova máquina sindical previdenciária, alimentada com recursos e acarinhada com palavras durante os anos 40.” (GOMES, 1994, p.

---

<sup>25</sup> Id. Ibid.

<sup>26</sup> O farmacêutico Jerônimo Rosado (1861-1930) teve 21 filhos e passou a nominá-los com numerais ordinais em latim e em francês. Foi membro da Intendência de Mossoró no período de 1908-1910 e de 1920-1922 e Presidente da Intendência entre 1917 e 1919. Atuou em atividades de mineração, desenvolvendo a extração e exportação de gesso, empreendimento levado à frente pelos filhos, que atingiu o apogeu nas décadas de 1940 e 1950. Alguns dos filhos enveredaram pela política. Antes da campanha de 1945, o líder do grupo era Aldo Raposo, que ocupou a Secretaria Geral do Estado, durante grande parte da gestão de Rafael Fernandes (1935-1943). Aldo Fernandes foi casado com duas das filhas de Jerônimo Rosado. Primeiro com Onzième Rosado, que faleceu, depois com Sétima Rosado. Em 1945, alguns dos irmãos Rosado, principalmente Dix-Sept e Dix-Huit, se engajaram na campanha do Brigadeiro e, em 1946, Dix-Huit foi eleito deputado estadual. Em 1948, Dix-Sept foi eleito Prefeito de Mossoró e, em 1950, governador do estado. FELIPE, 2001.

256). O plano centrava-se na questão eleitoral, identificando a situação política anterior a 1930 como um problema, dada a existência de partidos e de lideranças regionais que o Estado Novo não teria ainda conseguido desmontar completamente. Vargas era considerado, por tudo isso, como o candidato ideal para o novo pleito. Segundo Gomes,

o ano de 1944 pode ser entendido, assim, como o ano da campanha eleitoral de Vargas. [...] No início (do ano), o Ministério já possuía a relação dos inscritos nos institutos e caixas e o fichário das diretorias sindicais, já elaborara e aprovara o projeto de decreto-lei de sindicalização rural, e já esboçara o anteprojeto que concedia valor de título eleitoral às carteiras profissionais ou de identidade, ou seja, o alistamento *ex-offício*. (1994, p. 259).

Somavam-se a esses aspectos as medidas relacionadas à propaganda eleitoral, com suporte no MTIC. No entanto, o lançamento de Eduardo Gomes pela oposição dera novos rumos ao encaminhamento previsto, obrigando o governo a cogitar de outro nome como candidato situacionista. Ainda assim, em 1944, o governo conduziu o processo, anunciando a futura reforma da Constituição, nomeando o interventor pernambucano, Agamenon Magalhães, para o Ministério da Justiça, e convocando uma comissão para a elaboração de um novo Código Eleitoral. Em fevereiro de 1945, as primeiras notícias previam que, em noventa dias, seriam publicadas as regras eleitorais e a convocação para as eleições.<sup>27</sup> Contudo, de fevereiro a dezembro do mesmo ano, decorreram nove meses de muitas idas e vindas nos embates políticos.

Finalmente, em março de 1945, depois de debates e embates, foi lançada a candidatura de Eurico Dutra, ficando a organização do partido governista nos estados sob a responsabilidade dos interventores, que deveriam fundar os diretórios estaduais antes da sua fundação nacional, ocorrida, oficialmente, em 17 de julho de 1945. No Rio Grande do Norte, o PSD foi fundado em 23 de maio de 1945, reunindo, segundo anunciava a propaganda, as “forças, moral e culturalmente, mais distintas da nossa terra.” Pouco tempo depois, em 5 de junho, realizou sua primeira convenção estadual.

As articulações políticas para a formação do PSD no Rio Grande do Norte contaram com a ação do interventor Fernandes Dantas. No entanto, a linha de frente do partido tanto no

---

<sup>27</sup> Como o presidente Getúlio Vargas falou aos jornalistas sobre a reforma da Constituição de 37. *A República*, Natal, p. 4 e 5, 4 mar. 1945.



estado quanto no Rio de Janeiro foi ocupada por Georgino Avelino e Dioclécio Duarte, dois nomes que seriam dos mais importantes no estado, durante a Terceira República. Ambos eram advogados que moravam no Rio de Janeiro e exerciam a função de jornalistas na imprensa carioca. Mas eles também ocuparam funções de direção, o primeiro no Banco Mercantil do Rio de Janeiro, e o segundo no Banco Aliança. Dioclécio Duarte ainda exercia a função de delegado do estado junto ao INS. Em 1945, foram eles os maiores responsáveis pela organização dos diretórios municipais do PSD e os grandes articuladores da campanha política realizada naquele ano, chegando a assumir os cargos, respectivamente, de interventor e de secretário geral do estado, no período de agosto a novembro de 1945. No PSD, outros políticos ganharam destaque na campanha de 1945, tornando-se, em sua maioria, importantes nomes da política estadual, durante a Terceira República, conforme mostra tabela anexa ao capítulo.<sup>28</sup>

O PCB também foi reorganizado no estado e passou a ocupar a cena pública em 1945, com seus membros organizando várias manifestações e delas tomando parte. A inauguração da sua sede e a instalação do Comitê Estadual foram feitas em 14 de julho, em homenagem à “queda da Bastilha”. Porém, antes foram realizados movimentos preparatórios à solenidade, com comícios nos bairros das Rocas e Alecrim e convocações à população para que se fizesse presente. A solenidade de fundação ocorreu no Teatro Carlos Gomes e, após sua realização, os comunistas saíram em passeata para a sede do partido, que ficava a poucos metros do teatro, também no bairro da Ribeira.<sup>29</sup> A partir daí, organizaram vários comícios, tanto na capital como no interior. Um dos principais líderes do partido no estado era um jovem estudante universitário de Direito: Luiz Ignácio Maranhão Filho.<sup>30</sup> Ao lado dele, seu irmão

---

<sup>28</sup> Para o jornal *A República*: “era José Augusto Varela, intrépido em todos os belos gestos, Manuel Gurgel e Ulisses Medeiros, expressões do comércio e da agricultura, Travassos Sarinho, amigo dos pobres e altruísta apóstolo da ciência médica, Luiz Soares, veterano das mais gloriosas campanhas educativas. Formador de corações e caracteres, Claudionor de Andrade, Gil Soares, Israel Nunes, moços de ânimos e soldados de reconhecida impavidez; Ruy Paiva, batalhador de contagiante entusiasmo, Ubaldo Bezerra, transformador de nossa indústria açucareira; Theodorico Bezerra, incontestável líder do importante município de Santa Cruz e espírito cheio de iniciativas, José Aurino e Adauto Marinho em cujas operosidades inteligentes o operariado” achava-se representado. Compunham o comitê da Juventude Potiguar: Wellington Xavier Bezerra, José Maria de Souza Luz, Ângelo José Varela, Antonio Barbalho, Erildo Eraistre Monteiro, José Ferreira Filho. Partido Social Democrático do Rio Grande do Norte: *A República*. Natal, p. 1 e 3, 24 maio 1945.

<sup>29</sup> Comissão formada por Francisco Moreira, José Costa, Luiz Maranhão, João Anastácio Bezerra e Miguel Moreira.

<sup>30</sup> Segundo Góes (1999), Luiz Maranhão, em 1944, cursava a Faculdade de Direito de Maceió e, segundo seu colega de curso Rivaldo Pinheiro, ele se aproximara muito rapidamente de André Papini, então presidente do Diretório Central dos Estudantes e já uma das lideranças do PC naquele estado.

Djalma Maranhão e os ex-participantes da Insurreição Comunista de 1935 - Miguel Moreira, José Costa e João Anastácio – eram as maiores referências.

Nesse mesmo contexto de mobilização política das forças populares, em maio de 1945, organizou-se, no estado, o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT), que se identificava como independente de credo partidário e visava defender os interesses da “classe proletária brasileira”. A sua frente estavam antigos presidentes de sindicatos e líderes populares<sup>31</sup> que, sob a hegemonia dos comunistas, preconizavam “[...] a manutenção da ordem, luta contra o nazi-fascismo, aliança com outras correntes sindicais, aumento da produção, apoio a Vargas, aperfeiçoamento das leis trabalhistas e reforma sindical, sem questionar o imposto e a unicidade sindicais.” (CARONE citado por NEGRO, 2003, p. 54).

Foi nesse contexto que Café Filho, ex-deputado federal, cassado desde a decretação do Estado Novo, rearticulou no estado seus antigos liderados afirmando sua intenção de fundar um partido político, cuja convenção foi marcada para 2 de junho de 1945. Em um manifesto assinado por vários ex-prefeitos, deputados e integrantes da antiga Aliança Social (AS), defenderam medidas no plano internacional, como o combate ao nazi-fascismo e o apoio à Força Expedicionária Brasileira (FEB); no âmbito nacional, postulavam a reorganização democrática do Brasil, com anistia ampla e irrestrita, a livre manifestação de pensamento e eleições livres, com a manutenção das conquistas trabalhistas.

Finalmente, no âmbito local, defendiam medidas econômicas para amparar os produtos do estado e o desenvolvimento da indústria. Além delas, medidas sociais como: “[...] melhoria das condições de vida das classes menos favorecidas através do barateamento de utilidades de consumo com sua maior produção e combate a economia da especulação [...]”, melhoria das condições econômicas do funcionalismo público, ampliação dos serviços de assistência e saúde públicas, criação de serviço de proteção à maternidade e à infância, difusão da instrução pública.<sup>32</sup> O registro do partido somente foi obtido em novembro de 1945, com a denominação de Partido Republicano Progressista (PRP), transformado em Partido Social progressista (PSP) no ano seguinte.

---

<sup>31</sup> Movimento Unificador dos Trabalhadores: será organizada a seção RN. *O Diário*, Natal, p. 8, 12 maio 1945.

<sup>32</sup> Em 1945, assinaram o manifesto, além de Café Filho e do ex-interventor Mário Câmara, os deputados estaduais e federais eleitos pela Aliança Social (AS) em 1934 e vários ex-prefeitos. Parte significativa desses signatários comporia o PRP, depois transformado em PSP, concorrendo a cargos públicos nas eleições seguintes. O manifesto da antiga oposição do Rio Grande do Norte. *A República*, Natal, p.4, 8 abr. 1945.

O PTB foi fundado em 15 de maio de 1945. No Rio Grande do Norte, somente foi instalado, em caráter definitivo, em 18 de outubro do mesmo ano e sua sede provisória situava-se no prédio do Centro Operário Natalense (CON).<sup>33</sup> Apesar da intensa participação dos sindicatos em manifestações políticas em 1945, o PTB não ganhou expressividade junto a eles, já que a maioria dos integrantes mais ativos estava ao lado do PCB e do PRP (PSP). Porém, alguns nomes, em 1945, envolveram-se ativamente em sua campanha: Carlos Serrano, Cícero Mendonça e José Aurino.<sup>34</sup>

Acompanhar a dinâmica da redemocratização e os embates/conciliações, em 1945, nos levaram a refletir sobre a principal tese acerca da formação dos partidos políticos no Rio Grande do Norte. Nossa hipótese é a de que ela precisa ser relativizada e problematizada, pois é insuficiente para explicar as opções partidárias depois de oito anos de ditadura varguista (e de dez anos sem a realização de eleições) e das grandes transformações econômicas e sociais ocorridas no país e no estado. Contudo, a análise empreendida na bibliografia que trata da Terceira República afirma, tendo como base um livro de memórias (*Vertentes*, de João Maria Furtado), que o PSD e a UDN resultaram da bipartição do antigo PP, extinto com os demais partidos, quando da decretação do Estado Novo. Essa discussão ainda carece de mais pesquisas. Contudo, a versão que se consolidou foi a de que as lideranças do PP teriam optado por um ou outro dos novos partidos, em função do apoio ou não ao presidente Vargas. (FURTADO, 1989, p. 223). Nessa interpretação, portanto, os novos partidos no estado seriam fruto de uma divisão da oligarquia anterior, o que reforça uma idéia muito compartilhada sobre a natureza do sistema partidário pós-45, mas não contempla a complexidade do quadro político do momento.

Sem abandonar completamente essa tese, mas relativizando-a, pensamos que a formação dos partidos no Rio Grande do Norte, em 1945, deve ser entendida no contexto das transformações mais amplas das décadas de 1930 e 1940. Quer dizer, deve ser relacionada às disputas políticas ocorridas nas eleições de 1933-1934, aguçadas pelo jogo político existente durante o Estado Novo. Ou seja, damos ênfase aqui à dinâmica de competição política interna às forças do estado, que se potencializa, sem dúvida, por um maior ou menor alinhamento com o presidente Vargas/situação política nacional.

---

<sup>33</sup> O diretório estadual era formado por: presidente Carlos Serrano; secretário Cícero Mendonça; tesoureiro Severino Manoel de Miranda; diretor municipal José Aurino; secretário Aderson Jocelin; tesoureiro Antonio Felix da Silva. *A República*, p.12, Natal, 3 nov. 1945.

<sup>34</sup> Temos apenas informações esparsas sobre a atuação dessas lideranças petebistas.

As transformações ocorridas na sociedade brasileira e norte-rio-grandense nos anos 1930 e 1940 são complexas e merecem investigações que contemplem as dimensões políticas necessárias para se pensar o contexto de redemocratização. No caso do Rio Grande do Norte, é preciso considerar a censura e a propaganda política, relacionando-as com a expansão dos meios de comunicação. Além disso, a regulamentação do mercado de trabalho e a presença de sindicatos no cenário político, mesmo sob a tutela estatal, necessitam ser observados. É preciso compreender ainda que o deslocamento da população do campo para a cidade de Natal soma-se ao aumento considerável do número de habitantes decorrente da presença dos americanos.

Todas essas questões se refletiram na formação dos partidos políticos em 1945, que tem como pano de fundo a conjuntura nacional, mas que sofreu ressonâncias das especificidades locais, como, por exemplo, dos conflitos políticos das décadas anteriores. É importante demarcar que várias das disputas que se efetivaram a partir de 1945 remontam, sobretudo em municípios do interior do estado, aos violentos e acirrados confrontos políticos ocorridos em 1933 e 1934, que culminaram, inclusive, em assassinatos por motivos políticos. Esses confrontos dividiram alguns municípios em partidários, de um lado, dos interventores e de Café Filho, e, de outro, dos adeptos do PP, ligados à família Bezerra de Medeiros, que governava o estado antes de 1930. Portanto, não era só o apoio a oposição ao governo Vargas que estava em jogo no momento da formação dos partidos políticos no estado, em 1945. O clima conflituoso que se estabeleceu nos municípios já tinha um passado de confrontos, pronto a ser reavivado.

Os prefeitos e os secretários que deixaram seus cargos, nos meses de março e abril de 1945, não pediram exoneração por desapego ao poder, e sim para compor uma oposição política estadual, sob a liderança de José Augusto Bezerra de Medeiros. Necessariamente, não precisavam ser opositores de Vargas, pois eles não exerciam funções de oposição ao governo federal; muito pelo contrário, a maioria deles exercia seus cargos desde 1935, permanecendo neles após a decretação do Estado Novo. Em 1945, esse grupo procurou, em seu discurso político, ressaltar uma histórica oposição não só ao interventor, como também ao presidente Vargas, buscando assim se legitimar no novo contexto. Ou seja, inventa-se, em 1945, uma tradição de oposição a Vargas que, para se fortalecer, criava para si um passado que recuava aos anos 1930, ao PP e às campanhas eleitorais de 1933 e 1934. O próprio interventor Fernandes Dantas, em 1945, denunciava, em seus discursos, referindo-se aos pedidos de

exoneração do seu secretariado e dos prefeitos, que havia sido traído, o que demonstra o quão surpreso ficou com a saída do governo da maioria dos seus auxiliares, justamente para o combater.

O argumento utilizado pelos prefeitos para os pedidos de afastamento, foi uma circular, publicada no jornal *A República* e assinada pelo Diretor do Departamento das Municipalidades, Joaquim Coutinho. O documento afirmava que os prefeitos eram os responsáveis pela manutenção, nos municípios, da liberdade de propaganda política, assegurada também pela administração estadual. Ocorre que a recomendação foi compreendida pelos prefeitos como uma obrigação de apoio político ao interventor. Atribuía-se aos prefeitos, chamados de “delegados” de confiança do interventor, responsabilidades tais como: cumprir normas que não “perturbassem a ordem pública e o respeito às autoridades constituídas; evitar discussões políticas e trabalhar “em prol do município; exercer com isenção a condução das formações partidárias”; além de evitar o “espírito de exaltação partidária sempre contra produtor e que, opositoristas ou não”, soubessem “colocar acima das paixões o dever que assiste a todos os brasileiros.”<sup>35</sup>

O documento foi publicado, de fato, no momento em que já circulavam boatos sobre os pedidos de exoneração. O interventor visava sondar quais prefeitos permaneceriam ao lado do governo, mas o resultado não foi lhe muito favorável, pois a maioria optou por seu antigo líder, o ex-governador José Augusto. Um bom exemplo, aliás, de que o diagnóstico do “Plano B” sobre a força das antigas lideranças políticas era fundamentado. Os conflitos estabelecidos nos municípios foram, portanto, inúmeros. Os enfrentamentos ocorreram via de regra pela imprensa, com várias denúncias de que o interventor estava nomeando para as prefeituras os delegados dos municípios, por não ter pessoas para indicar, mas, principalmente, para causar temor e coagir os adversários.

No município de Martins, a nomeação foi demonstrativa do nível de disputa no âmbito municipal.<sup>36</sup> A indicação do capitão da Polícia Militar, Francisco Bilac de Farias, que já havia sido prefeito do município, não agradara aos partidários da futura UDN, que, mesmo após entregar os cargos e estando em aberta oposição ao interventor, tentavam fazer articulações para que os novos prefeitos não lhes fizessem restrições. Nesse caso específico, a primeira nomeação tinha sido feita pelo ex-governador do estado, Juvenal Lamartine, que em 1945

---

<sup>35</sup> O Momento político. *A República*, Natal, p. 4, 15 mar. 1945.

<sup>36</sup> Ordem e respeito. *A República*, Natal, p. 8, 25 abr. 1945.

ingressou na UDN. No entanto, no momento da cisão o prefeito optara por ficar ao lado do interventor Fernandes Dantas. O conflito ocorreu após o enfrentamento entre o novo prefeito e o advogado opositor, Jocelim Vilar, o que resultou na prisão deste.<sup>37</sup> O incidente ganhou a imprensa, inclusive carioca, recebendo protestos da sessão local da OAB. Teve tanta repercussão, que levou à imediata substituição de Bilac de Farias, o que evidencia o grau de articulação e força política de que a oposição dispunha.

Os conflitos nos municípios tornavam o clima político tenso, mas essa situação não era privilégio do Rio Grande do Norte. Veja-se o caso de Pernambuco, um bom exemplo dos embates no nível estadual e que pode nos ajudar a pensar o que ocorria em outros estados, sobretudo os mais próximos.

A saída de Agamenon Magalhães (substituído por Etelvino Lins), da interventoria de Pernambuco, depois de mais de sete anos ocupando esse cargo, para assumir o Ministério da Justiça, também desencadeou um acirramento da oposição pernambucana, com forte atuação na Faculdade de Direito do Recife (FDR). Tal disputa causou uma série de conflitos, culminando nos acontecimentos de 3 de março de 1945, quando foram assassinados o estudante Demócrito de Souza Filho, transformado no mártir da redemocratização, e Manoel Elias, o “carvoeiro anônimo”, como o denominou o jornal pernambucano *Folha da Manhã*.<sup>38</sup>

O incidente foi resultado de uma mobilização desencadeada pelos estudantes de direito, que convocaram um comício pró-Eduardo Gomes que seria realizado na praça do jornal *Diário de Pernambuco*. Os sindicatos manifestaram-se contrários ao comício através da imprensa situacionista, e a polícia proibiu sua realização. Porém, ela foi mantida e, durante sua realização, ocorreu um tiroteio que culminou nas referidas mortes e em vários feridos. A versão propagada pelo grupo responsável pela manifestação, publicada em todo o país pela imprensa opositora, é a de que a polícia pernambucana, para reprimir o comício, chegara atirando.<sup>39</sup>

A comoção gerada pelo episódio ajudou a campanha opositora, que realizou protestos em diversos lugares do país, levando o governo pernambucano a tentar justificar-se,

---

<sup>37</sup> Para os partidários do PSD, o conflito teria sido motivado pelo fato de Jocelim Vilar, “reconhecidamente um político exaltado”, ter sido encontrado armado sem a licença de porte de arma e, ao reagir, tivera ordem de prisão. Para a UDN, o problema era um “revestimento acintoso de um alto funcionário federal, ali exercendo as atribuições de chefe de Estado dos Correios e igualmente advogado inscrito na Ordem respectiva. A reação do mesmo à agressão sofrida teria provocado o conflito.” Rumos perigosos. *O Diário*, Natal, p. 3, 25 abr. 1945.

<sup>38</sup> Agitação em Pernambuco. *A República*, Natal, p. 4, 10 abr. 1945.

<sup>39</sup> Agitação em Pernambuco. *A República*, Natal, p. 4, 10 abr. 1945.

inclusive em relação ao fechamento do *Diário de Pernambuco* e às prisões efetuadas, que incluíam a do sociólogo Gilberto Freire e a do jornalista e advogado Aníbal Fernandes, oradores do comício oposicionista.<sup>40</sup> O jornal *Folha da Manhã* encarregou-se da defesa do governo e publicou reportagens, enviadas a outros jornais do país, explicando os episódios. Para a *Folha*, a questão central era a “agitação” no meio estudantil, principalmente na faculdade de Direito. Desde fins de 1944, a polícia já tinha informações sobre o que considerava “agitação”, tendo enviado um relatório ao Tribunal de Segurança Nacional (TSE) informando que o movimento dos estudantes visava “forçar a intervenção drástica da polícia, promover movimentos grevistas, fazer vítimas, criando um ambiente de revolta contra o governo, para facilitar a ação subversiva.”<sup>41</sup>

Os acontecimentos que culminaram nas mortes teriam decorrido de provocações dos próprios estudantes. Nos dias que antecederam o 3 de março, diversos deles quebraram um quadro com a fotografia do Presidente Vargas, em um bar localizado nas proximidades do jornal *Diário de Pernambuco*, e invadiram casas comerciais, fazendo os proprietários retirarem as fotos de Vargas das paredes. Para o jornal *A Folha da Manhã*, o comício havia sido programado sem a licença das autoridades, mas teria transcorrido com tranqüilidade. O problema fora a passeata improvisada pelas ruas da cidade, que teria como ponto final a Praça da Liberdade, onde se localizava o jornal *Diário de Pernambuco*. Quando ocorriam os primeiros discursos, em frente à sede do jornal, iniciou-se um tiroteio, antes mesmo da chegada da polícia, que não poderia ser responsabilizada pelos fatos posteriores.

Versões à parte, o fato é que o episódio despertou a ira dos antigetulistas e ganhou voz e vez através das emissoras de rádio e dos jornais oposicionistas. Os episódios ocorridos em Pernambuco, e divulgados em todo o Brasil, repercutiram de forma muito intensa no Rio Grande do Norte, até porque os bacharéis em Direito do estado, em sua maioria, haviam sido formados na faculdade do Recife.

A oposição política, que comporia a futura UDN, já se agrupara, e parte dos seus integrantes estava à frente da sessão local da OAB. Esta, logo após os acontecimentos de Pernambuco, convocou os advogados para a reorganização da instituição. Nessa reunião, os dirigentes aprovaram moções de repúdio que incluíam: repulsa formal à ditadura e à

---

<sup>40</sup> O jornal *Diário de Pernambuco* voltou a circular em 09 de abril de 1945. Em maio, Aníbal Fernandes assumiu a sua direção.

<sup>41</sup> Agitação em Pernambuco. *A República*, Natal, p. 4, 10 abr. 1945.

Constituição de 1937; apoio à Faculdade de Direito do Recife e denúncia da polícia política de Pernambuco; protesto contra o fechamento do *Diário de Pernambuco*; além de apoio ao movimento nacional em favor da anistia ampla aos presos políticos. As moções, por si só, já eram demonstrativas da opção política realizada, mas os advogados à frente da OAB foram mais longe. Declararam apoio ao Brigadeiro Eduardo Gomes, criando-se uma comissão para, em seus termos, “vigiar” o processo de redemocratização.<sup>42</sup> Entretanto, a disputa na sessão local da OAB ocorria também em relação à direção do órgão, pois, naquele momento, os advogados dividiam-se em getulistas e anti-getulistas. A chapa que venceu as eleições em abril de 1945 era composta por integrantes do grupo oposicionista ao governo Vargas. O presidente eleito, Silvino Bezerra, era irmão de José Augusto.<sup>43</sup>

Já os sindicatos do estado, motivados também pelos acontecimentos de Pernambuco, manifestaram-se favoráveis ao governo do presidente Vargas. Assim, vários deles, dentre os quais o dos estivadores, o do comércio, o dos bancários, o da indústria do curtimento de couros e peles, decidiram convocar reuniões semanais extraordinárias nas suas sedes para discutirem os rumos da política brasileira, estabelecendo que não permitiriam a utilização dos sindicatos para demonstrações de caráter político contrárias ao presidente Vargas, ao interventor e a outras autoridades. Em um manifesto, os sindicalistas demonstraram publicamente sua irrestrita e leal solidariedade ao presidente e apoio as posições assumidas pelos sindicatos, federações e confederações representativas das classes trabalhistas.<sup>44</sup> A solidariedade era extensiva aos trabalhadores pernambucanos pelos atos públicos de profunda estima e respeito a Vargas. Além disso, aconselhavam os trabalhadores que se mantivessem “calmos, confiantes e surdos às intrigas e boatos, demonstrando a mesma educação social, a mesma cordialidade que constituem predicados da família proletária nacional.”<sup>45</sup> Os

---

<sup>42</sup> Importante reunião do Instituto da Ordem dos Advogados do Brasil – seção RN. *O Diário*, Natal, p.8 5 abr. 1945.

<sup>43</sup> A chapa vencedora era composta por: Silvino Bezerra Neto, Djalma Marinho, João Medeiros Filho e Omar Medeiros. O grupo derrotado era mais heterogêneo do ponto de vista político partidário. O candidato à presidência, Francisco Ivo Cavalcanti, fora o primeiro presidente da instituição e fazia parte do grupo que comporia o PSD. Ligado a esse grupo e pertencente à chapa incluía-se ainda Manuel Varela. Da chapa, constavam ainda alguns políticos ligados a Café Filho, que comporiam o PRP (depois PSP), como Jesse Café e Kerginaldo Cavalcanti, além de futuros juizes do TRE, como Vicente Farache Neto e José Lins Baía. A eleição de conselheiros da Ordem dos Advogados do Brasil. *A República*, Natal, p. 3, 20 abr. 1945; Ordem dos Advogados do Brasil- seção RN. *A República*, Natal, p. 3, 21 abr. 1945.

<sup>44</sup> Os sindicatos e os trabalhadores norte-rio-grandenses reafirmam sua solidariedade ao governo do presidente Vargas. *A República*, Natal, p. 12, 10 mar. 1945.

<sup>45</sup> Os sindicatos e os trabalhadores norte-rio-grandenses reafirmam sua solidariedade ao governo do presidente Vargas. *A República*, Natal, p. 12, 10 março 1945. Na reunião estiveram presentes antigos presidentes de



sindicatos acima mencionados e outros, criados a partir de 1945, estiveram assim à frente de diversas manifestações políticas de apoio ao presidente Vargas, afirmando a autonomia de pensamento dos trabalhadores, conforme palavras do sindicalista Cícero Mendonça:

[...] que se diga que o Estado Novo já cumpriu a sua altíssima finalidade, é vital; que se diga que muitos colaboradores do Chefe do Estado Novo não cumpriram fielmente os seus deveres – é verdade! Que se critiquem os atos do governo – é democrático! Que se diga que o Brasil precisa se constitucionalizar- é justo! Que se faça cerrada campanha eleitoral – é democrático. Porém senhores políticos pensar que o povo não vê, não sente, não existe, não pensa e não raciocina é superlativamente brilhante. Tenham paciência! O povo brasileiro já vê com os seus próprios olhos. Vamos, então, às urnas, mas devemos ir democraticamente levando no coração os sublimes e eternos ideais da PÁTRIA!! (Grifos no original).<sup>46</sup>

Os primeiros confrontos que surgem no interior, juntamente com as manifestações de apoio e solidariedade tanto dos futuros udenistas quanto dos futuros pessedistas, obrigaram os políticos do estado à realização de muitas negociações. No caso do PSD, os principais articuladores, Georgino Avelino e Dioclécio Duarte, percorreram os municípios do interior em extenuantes viagens. As motivações principais eram tentar neutralizar as ações dos ex-prefeitos, agora na oposição, e conciliar divergências, consolidando alianças para fundação dos diretórios municipais do PSD. Na região do Seridó, reduto da liderança oposicionista de José Augusto, a caravana governista percorreu todos os municípios, e as reportagens publicadas na imprensa aliada citavam as pessoas visitadas e exaltavam os seridoenses, que possuíam autonomia ao “pensar e agir”. Enganava-se quem entendia que a gente do Seridó “marcha como rebanho inconsciente para onde a mandarem. Reside seu maior orgulho em

---

sindicatos, delegados dos comerciários na federação das classes das empresas comerciais e os dirigentes: José Aurino, Sindicato Empregado do Comércio; Edmundo de Melo Lima, Sindicato dos Bancários; Nilo Ferreira, Sindicatos dos Trabalhadores na Indústria de Curtimento de Couros e Peles; Pedro Rodrigues da Cunha, Sindicato dos Estivadores de Natal; Venâncio Pedro de Lima, Sindicato dos Carris Urbanos; João Ferreira de Lima, Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Armazenador; José Inácio Ribeiro, Sindicato dos Empregados do Comércio Hoteleiro e similares; Francisco Pedro da Silva Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Extração de Macaíba; Gabriel da Costa Palma, Sindicato da Construção Civil.

<sup>46</sup> MENDONÇA, Cícero. *A República*, p. 3, Natal, 15 abril 1945.

poder viver e agir por si, demonstrando sua gratidão às pessoas e aos governos que, realmente, trabalham e, fielmente serve ao povo e à terra”.<sup>47</sup>

As matérias apelavam também à honradez dos sertanejos, instigando-os a se manifestarem contra os boatos que diziam que os telegramas de apoio recebidos pelo interventor eram falsos. Assim, afirmavam: “Nada fere mais o sertanejo, homem que ainda não foi vencido pelos males morais das metrópoles do que ser julgado capaz de mentir, de trair ou de não zelar pelos seus compromissos individuais ou políticos.”<sup>48</sup> Recorria-se, ainda, aos benefícios adquiridos ao longo do Governo Vargas como fator de mudança da mentalidade sertaneja, ou seja, de esclarecimento e apoio político ao governo. Assim, na cidade de Serra Negra, por exemplo, enganava-se quem acreditava que o povo permanecia semelhante à época em que parecia ser um

um simples rebanho, sem raciocínio, preso aos preconceitos. Os nossos trabalhadores rurais sabem que tem a carteira agropecuária do Banco do Brasil, o auxílio bastante para a boa aplicação e justo aproveitamento do seu esforço.<sup>49</sup>

A partir dessa organização dos grupos, emergiu de forma bastante evidente, e participativa, outro ator político da campanha política de 1945: a imprensa. Circulavam em Natal, no primeiro semestre de 1945, pelo menos três importantes folhas: um jornal oficial, *A República*, um periódico da Igreja Católica, *A Ordem*, e outro pertencente à rede de *Diários Associados*, *O Diário* (transformado em *Diário de Natal*, em 1947). No segundo semestre de 1945, passaram a ser publicados um jornal e uma revista, subvencionados pelo DIP: *O Jornal*, de João Café Filho; e a revista *Cabugi*, dirigida pelo comunista Djalma Maranhão. A menos de um mês da realização das eleições, com a proibição de *A República* divulgar notícias políticas, o PSD lançou um pequeno jornal político, *O Democrata*. Esses jornais foram os principais veiculadores de notícias políticas, a partir de 1945. Contudo, também teve um papel importante imprensa falada, principalmente a *Rádio Educadora de Natal (REN)*, que tinha transmissores em algumas localidades do interior do estado e na capital, alto-falantes em praças.

<sup>47</sup> A Cand. do Gen. Eurico Dutra e a sua repercussão no Seridó. *A República*, Natal, p. 1 e 4, 18 abr. 1945.

<sup>48</sup> A face da propaganda oposicionista *A República*, (número da página ilegível), Natal, 17 maio 1945.

<sup>49</sup> Política de Serra Negra na opinião de seu atual prefeito. *A República*, p.1, Natal, 14 jun. 1945.

A extinção da censura, com o fim do DIP, em 1945, trouxe mudanças mais efetivas nas linhas editoriais da imprensa local, para o jornal *O Diário* e para a *REN*. Os periódicos *A República* e *A Ordem* permaneceram com o mesmo padrão gráfico e editorial que possuíam antes. A mudança referia-se aos noticiários políticos que se intensificavam: *A República*, defendendo as opções políticas da interventoria, que articulava a fundação (e depois assumia a campanha) do PSD; e *A Ordem*, reativando sua campanha anti-comunista. *O Diário* e a *REN* foram adquiridos por Assis Chateaubriand – a emissora em 1943 e o periódico em 1944 – e passaram a compor a *Rede de Jornais e Rádios Associados*. Assim, em 1945, a opção de Chateaubriand de defender a candidatura de Eduardo Gomes e o recrudescimento da campanha anti-varguista significaram a intensificação das matérias políticas que exigiam o fim da ditadura no país e informavam sobre os rumos da guerra na Europa.

Muitas reportagens políticas produzidas para o jornal impresso eram divulgadas na rádio, que, além delas, apresentava entrevistas ou discursos dos políticos que tratavam dos rumos da redemocratização e das diversas manifestações que ganhavam as ruas de diversas cidades. Foi nessa conjuntura que José Augusto e Dinarte Mariz estabeleceram acordos com Chateaubriand para que o jornal passasse a divulgar uma página da UDN local, a partir da formação do partido no estado, em julho de 1945. O jornal que fazia a campanha udenista, de forma sistemática, durante quase toda a Terceira República – *Tribuna do Norte* –, somente foi fundado em 24 de março de 1950, por Aluizio Alves, que objetivava trazer para Natal o modelo da *Tribuna da Imprensa*, fundada por Carlos Lacerda, no Rio de Janeiro, em 1949, com o mesmo fim.<sup>50</sup>

Não temos dados sobre a tiragem dos jornais norte-rio-grandenses no período analisado, pois eles não divulgavam os números nas suas capas, como já ocorria nos grandes centros políticos do país. Em vários momentos havia a redução no número de páginas e da circulação dos jornais e, freqüentemente, notas informavam ao leitor problemas com o abastecimento de papel, que era importado. A organização gráfica das matérias ainda era muito precária, com reportagens que iniciavam em uma página e terminavam em outras, em pequenos espaços, e em meio a propagandas de consultórios e escritórios de profissionais liberais. Os jornais continham, ainda, propagandas comerciais e muitas notícias nacionais e internacionais, enviadas por agências de notícias do Brasil e de outros países. O noticiário

---

<sup>50</sup> Pertencia à Editora Tribuna do Norte, sociedade composta por cerca de 300 pessoas, dentre as quais importantes nomes da UDN potiguar, inclusive seus principais diretores, Dinarte Mariz e Aluizio Alves.

sobre o estado se resumia à capital e, em geral, a algumas questões cotidianas como acidentes de trânsito, eventos sociais e notícias políticas. O padrão de modernização jornalística, que ocorreu em grandes jornais do país, nos anos de 1950 e que incluía as idéias de objetividade e imparcialidade, ainda demoraria a chegar, como também a prioridade pelas notícias do próprio estado.<sup>51</sup>

Tal aspecto tornava o espaço de atuação para jornalistas profissionais<sup>52</sup>, e a própria existência deles, no estado, limitada. Quase todos tinham outras ocupações, inclusive e principalmente, políticas. Os “jornalistas” que escreviam nos periódicos citados eram, geralmente, advogados, médicos e escritores e praticamente todos eles envolveram-se, em campanhas eleitorais, e nas décadas seguintes, a começar pela formação dos grupos que comporiam os partidos políticos. Estes se organizavam no Rio Grande do Norte, e, provavelmente, em muitos estados do Brasil, em meio a diversas manifestações cívicas e políticas organizadas por grupos diversos. Essa dinâmica seguia, de um lado, os rumos da política nacional e, de outro, buscava identificações nas tradições políticas regionais e estaduais. Por isso, os partidos organizavam-se, inicialmente, nos municípios em que os grupos já existentes tinham maior força política. Desse modo, “[...] embora constituídos como agremiações nacionais, os partidos políticos tiveram, desde suas origens, que se adaptar à poderosa lógica da política estadual. Assim, questões locais e regionais tiveram considerável peso na definição das filiações a uma ou outra legenda.” (HIPÓLITO, 2005, p. 157).

## **1.2 Comemorações festivas: o povo nas ruas**

O clima político no Rio Grande do Norte, no início de 1945, como em todo o Brasil, era tenso e indefinido quanto aos rumos partidários, além de repleto de divergências que, naquele contexto, vieram a público. Justamente por isso, as ruas foram tomadas com comícios e manifestações políticas variadas. O “tempo festivo” estava sendo ressignificado. Se durante o Estado Novo estabeleceu-se um calendário de festas para mobilizar a população, em 1945, esse tempo festivo foi “apropriado” por vários grupos e sujeitos históricos, que o

---

<sup>51</sup> Diversos autores têm se dedicado ao estudo da imprensa e da história da imprensa no Brasil: Maria Helena Capelato, Marialva Barbosa, Beatriz Kuschinir.

<sup>52</sup> Por jornalistas profissionais referimo-nos àqueles que exercessem a função, como principal atividade profissional. Não se trata da regulamentação da profissão do jornalista, que no Brasil data de 1969, e passou a exigir o diploma pra o exercício profissional. Embora essa exigência tenha demorado bastante para ser cumprida pelos jornais e emissoras de rádio do país.

ressignificaram no novo contexto político-eleitoral. Houve desfiles, comícios, exposições de filmes, dentre outras atividades organizadas por diferentes grupos que possuíam pontos de vista divergentes, mas disputavam a atenção da população com demonstrações coletivas festivas. Nesse sentido, observamos que as comemorações cívicas e políticas, comuns em Natal desde 1936, e intensificadas em 1941/1942, haviam sido arrefecidas com a conjuntura de guerra. Contudo, em 1945, ganharam novo vigor e roupagem, em função quer da iminente redemocratização, quer das possibilidades de vitória dos aliados sobre o nazi-fascismo.

A emergência do regime democrático implicava no estabelecimento de relações políticas diferentes das de regimes autoritários. Estes, de modo geral, são mais eficientes na produção de imagens e na emissão de propagandas, em função do monopólio dos meios de comunicação. No entanto, é preciso remarcar que os regimes democráticos também necessitam desenvolver estratégias de legitimidade e atratividade, sobretudo quando a democracia ainda está em fase inicial, porque, nesses momentos, ocorre um aprendizado político das práticas de representação pelo voto. (CAPELATO, 1998, p. 36). Balandier considera que a força ou a razão, unicamente, não sustentam o poder. Sob a força, o poder estaria constantemente ameaçado e, sob a justificação racional, não teria suficiente credibilidade. A dimensão simbólica do poder é, assim, fundamental: “Ele só se realiza e se conserva pela transposição, pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos e sua organização em quadro cerimonial.” (BALANDIER, 1982, p. 07).

Ao retornar do Rio de Janeiro, no início de abril de 1945, o interventor Fernandes Dantas foi recebido com um banquete realizado no Grande Hotel, então o maior da cidade e o local de realização de diversas manifestações políticas. O evento, organizado pelo grupo situacionista que comporia o PSD, foi intensamente divulgado pelo jornal *A República*, que noticiava as adesões recebidas e visava demonstrar apoio à permanência do interventor no cargo, pois diversas pressões vinham sendo exercidas pela oposição para sua substituição.

Nos vários discursos realizados, os oradores<sup>53</sup> enfatizavam a necessidade de se evitarem ataques durante a futura campanha, de lutar pela manutenção da ordem e pelo respeito aos adversários, algo que, naquele momento, já se revelava difícil. Além do banquete, foi organizada uma solenidade de retransmissão de posse do cargo ao interventor, que contou com a participação de diversos sindicatos, como o Sindicato dos Empregados no Comércio, o

---

<sup>53</sup> Os principais oradores do discurso foram o interventor Fernandes Dantas e o advogado Francisco Ivo Cavalcanti.

Sindicato da Construção Civil e o Sindicato do Curtimento de Couros e Peles, dentre outros, que, para ter presença de um público maior, contou com o fechamento das lojas do comércio às 10h30min.<sup>54</sup>

Efetivamente, iniciavam-se outros tipos de manifestações políticas. Em abril e maio, quando os partidos políticos estão se articulando, as cidades ganham mais sons, vozes e cores. As posses dos novos prefeitos eram imensamente comemoradas, com a presença de bandas de música e muitos discursos. Do mesmo modo, a oposição também organizava suas manifestações. Nesses eventos, ou Vargas, Dutra e o interventor Fernandes Dantas eram homenageados, ou, então, o Brigadeiro Eduardo Gomes, José Augusto e seus correligionários. Muitos desses comícios, inclusive, eram transmitidos pela Rádio *Educadora de Natal (REN)*. Na cidade de Assu, localizada na região Oeste do estado, a *Divulgadora Assuense* também realizava propaganda da candidatura de Dutra, com a criação de um programa cujo objetivo, segundo o jornal *A República*, consistia na “leitura dos tópicos e artigos da imprensa, relativos ao continuador [da] grande obra do presidente Vargas.”<sup>55</sup>

O iminente fim da guerra na Europa era acompanhado pelo noticiário local, havendo comemorações pelas vitórias dos aliados nas batalhas. Os estudantes, através da União Norte-riograndense de Estudantes (UNE), que desde 1942 vinha realizando manifestações favoráveis à entrada do Brasil na Guerra, organizaram, em 1945, alguns eventos. Um deles, que contou com a participação de várias escolas, públicas e privadas, homenageou a FEB, em função das vitórias nas batalhas de Monte Castelo e Castelo Nuovo. Esse comício foi transmitido pela *REN*, para a capital e algumas cidades do interior. Os discursos, eminentemente patrióticos, saudavam os soldados brasileiros e exaltavam sua bravura e patriotismo como fator de redemocratização do País.<sup>56</sup> Tal comício chama a atenção pela diversidade do grupo organizador, que incluía comunistas, situacionistas, operários e estudantes e, pelo fato de dele, aparentemente, não resultarem conflitos.<sup>57</sup> Aliás, a participação dos comunistas em homenagens à FEB, em nível nacional, foi intensa, estando

---

<sup>54</sup> *A República*, Natal, p. 1 a 6, 01 e 03 abr. 1945.

<sup>55</sup> Como está sendo propagada no interior a candidatura do General Gaspar Dutra. *A República*, Natal, p. 1, 16 maio 1945.

<sup>56</sup> Os oradores, dentre outros, foram: o presidente da UNE Eider Furtado; o advogado Francisco Ivo Cavalcanti; o professor Acrísio Freire; o operário Joel Paulista; e os estudantes Darc Costa, José Bezerra de Lima, Roberto Ribeiro Dantas, Luiz Gonzaga e Luiz Maranhão Filho.

<sup>57</sup> O comício de amanhã na Praça Sete de Setembro. *A República*, Natal, p. 11, 8 abr. 1945. A Homenagem de ontem à Força Expedicionária Brasileira. *A República*, p. 4, Natal. 10 abr. 1945.

eles presentes em manifestações organizadas por vários órgãos, como a Associação Brasileira de Imprensa (AIB) e a União Nacional dos Estudantes (UNE).

No entanto, a mesma tranquilidade não ocorreu poucos dias depois, em um comício pró-anistia para os presos e exilados políticos, também organizado pela UNE-RN, e que foi realizado no Grande Ponto, no centro de Natal. O teor dos discursos não agradou a alguns estudantes e, em nome dos alunos do Colégio Atheneu, a maior e mais importante escola pública da capital, publicou-se uma nota no jornal *A República* que protestava contra o “comício de propaganda comunista”. Para esses alunos, os adeptos do comunismo serviam-se do prestígio da UNE para propagar suas idéias.<sup>58</sup> Naquele momento, as pressões políticas pró-anistia vinham de todas as partes, inclusive de partidários de Vargas. Este já havia mandado preparar o decreto de anistia, publicado em 18 de abril de 1945.<sup>59</sup>

Os comunistas participavam ativamente das comemorações organizadas por outros grupos, mas também encontravam motivos próprios para estarem nas ruas. O PCB havia aprovado uma linha oficial para o partido na Conferência da Mantiqueira, reunião de militantes do PCB, realizada no interior do Rio de Janeiro em agosto de 1943. Disputando com duas correntes<sup>60</sup>, os grupos baiano e carioca (denominados Comissão Nacional de Organização Provisória- CNOP) eram a maioria e nomearam um Comitê Central. Este comitê reconheceu a liderança de Luiz Carlos Prestes e o nomeou como secretário-geral. Mesmo preso, Prestes continuava a ser o grande líder do PCB. A linha oficial preconizava uma política de união nacional contra o inimigo externo nazi-fascista e de união nacional em âmbito interno, o que significava apoio ao governo do presidente Vargas. Uma posição que foi oficializada após a saída de Prestes da prisão, em abril de 1945, após o decreto de anistia (CARONE, 1982, p. 3-5).

Já nas primeiras entrevistas dadas à imprensa, Prestes defendeu a permanência de Vargas no poder até a escolha do seu “legítimo substituto”.<sup>61</sup> No Rio Grande do Norte, os comunistas, muitos na presidência de sindicatos, implementavam a linha oficial do partido,

---

<sup>58</sup> Os estudantes que assinam a nota são João Vilar Ribeiro Dantas e Wellington Xavier Bezerra, ambos militaram na juventude do PSD. O comício de ontem e um protesto dos estudantes. *A República*, Natal, p. 6, 15 abr. 1945.

<sup>59</sup> O comício de sábado pró-anistia. *A República*, Natal, p. 6, 17 abr. 1945.

<sup>60</sup> A primeira posição era favorável que o PCB fosse dissolvido, enquanto partido político e apoiasse integralmente o governo Vargas. A segunda corrente era favorável à união nacional contra o inimigo externo, mas se posicionava contrariamente a apoiar o Presidente Vargas. (CARONE, op. cit. p. 3-4).

<sup>61</sup> A impressão causada em todo o país pelas declarações de Luiz Carlos Prestes. *A República*, Natal, p. 11, 29 abr. 1945.

aprovada na Conferência da Mantiqueira, em 1943. Desse modo, além de sua participação em várias comemorações coletivas, como as já remarcadas, passaram a organizar manifestações para a retransmissão de comícios promovidos pelo PCB no Rio de Janeiro. O MUT, dominado pelo partido dominavam, passou a participar também dessas manifestações. Assim, em 23 de maio de 1945, convocou-se o operariado para participar de uma solenidade no Teatro Carlos Gomes para ouvir a retransmissão do grande comício de Luis Carlos Prestes, realizado no estádio do Vasco da Gama, no Rio de Janeiro.

Em seu discurso, Prestes analisou a recente vitória dos aliados, e a participação do Brasil no conflito mundial, além de afirmar que o governo ficara ao lado do povo quando rompera com o Eixo, reatara relações com a União Soviética e abrisse as prisões, decretando a anistia. Prestes considerou, ainda, que a saída de Vargas do governo, naquele momento, como estavam exigindo os oposicionistas, seria uma traição à pátria, pois despertaria novas esperanças nos fascistas e reacionários, aumentando as possibilidades de golpes de estado e de guerra civil. Por fim, lançou uma série de reivindicações econômicas, como o estímulo à produção de víveres em locais próximos aos centros de maior consumo; a diminuição de impostos de consumo e o aumento do imposto de renda, sugestivamente, como sinais dos novos tempos. O comício foi irradiado pelo DIP para vários locais do país e inúmeras reportagens comentando as declarações de Prestes foram publicadas.<sup>62</sup> Além de reuniões freqüentes para a discussão de assuntos variados, o MUT promoveu encontros solenes, inclusive em Natal, como, por exemplo, aquele destinado à leitura do programa-manifesto que fora recebido do Rio de Janeiro.<sup>63</sup>

Contudo, ao mesmo tempo em que ocorria a movimentação dos comunistas, os situacionistas, em articulações para a composição do PSD, tinham uma grande questão para se preocuparem: unir os sindicatos em torno do nome de Eurico Dutra. Isto porque os comícios contavam com a participação ativa dos trabalhadores, que sempre prestavam reverências ao presidente Vargas, mas não a Dutra.<sup>64</sup> Para tanto, inclusive, um comício foi programado para ser realizado na Praça Pio X, em Natal.<sup>65</sup> Nele se faria propaganda da candidatura Dutra e se

---

<sup>62</sup> O discurso de Luiz Carlos Prestes. *A República*, Natal, p. 12, 23 maio 1945. O comício em homenagem a Luiz Carlos Prestes. *A República*. Natal, p. 1, 25 maio 1945. Deserção e traição a saída do Presidente Getúlio Vargas do poder! *A República*, Natal, p.1, 26 maio 1945.

<sup>63</sup> Movimento Unificador dos Trabalhadores. *A República*, Natal, p. 2, 26 jun. 1945.

<sup>64</sup> Grande concentração operária no próximo domingo, dia 15. *A República*, Natal, p. 1, 13 abr. 1945.

<sup>65</sup> A Praça Pio X, localizada no Centro de Natal, foi inaugurada em 1944. Construída em um terreno que pertencia à Arquidiocese de Natal, constituiu-se em um dos locais mais importantes para a realização dos



homenagearia Getúlio Vargas.<sup>66</sup> No entanto, o luto oficial decretado pela morte do presidente americano Franklin Roosevelt, ocorrida em 12 de abril de 1945, motivou o adiamento da referida homenagem.<sup>67</sup> As atividades dos organizadores da manifestação operária voltaram-se para a realização de homenagens ao presidente americano, que incluíram palestras no colégio Atheneu e na Base Aérea, além da celebração de missas em várias igrejas.

Das homenagens a Roosevelt, passou-se às já conhecidas comemorações do aniversário do presidente Vargas. No dia 19 de abril, em Natal, ocorreram várias homenagens, dentre elas palestras sobre a personalidade do presidente ocorridas no Sindicato dos Empregados no Comércio e na, recém-criada, Associação dos Servidores Civis,<sup>68</sup> e que, nesse dia, aclamou o presidente Vargas como seu patrono<sup>69</sup>. Em uma primeira página do jornal *A República*, o sindicalista Cícero Mendonça publicou um texto estimulando os trabalhadores a procurarem o sindicato da sua categoria profissional. Para ele, naquele momento, o trabalhador encontraria os sindicatos funcionando sob a “sábria orientação do governo do estado, do qual é parte integrante, elegendo seus próprios dirigentes não no corredor do Ministério do Trabalho como se fazia há até pouco tempo, mas sim na sua própria sede mediante voto livre e secreto.”<sup>70</sup> O 19 de abril ainda era, apesar das vozes oposicionistas, uma data para se lembrar a clarividência do chefe da nação e das obras que realizou. Este aspecto, muito explorado ao longo de todas as comemorações do Estado Novo, foi lembrado também em 1945.

De nada pode valer, na realidade, o raciocínio artificial dos adversários do situacionismo quando todas as suas palavras são examinadas atentamente pela opinião pública, que trata de as conferir com os empreendimentos, conquistas e execuções do programa que hoje, mais do que nunca, está alargando as grandes perspectivas de

---

comícios políticos entre o período de 1945-1955, quando a praça foi devolvida pela prefeitura, para que no local fosse construída a Catedral de Natal. Esta, porém, somente foi concluída na década de 1980.

<sup>66</sup> Os oradores do comício seriam Francisco Camilo, pedreiro; Luiz Ferreira da Fonseca, motorista; Elói Ribeiro, operário independente; José Aurino, comerciário; Dr. Túlio Fernandes, orador do Instituto dos Advogados; Claudionor de Andrade, secretário do Instituto dos Advogados; Gumercindo Saraiva, presidente do Centro Operário Natalense. Estava prevista a exibição de um filme sobre a FEB, no momento do seu embarque e chegada à Nápoles.

<sup>67</sup> Faleceu, ontem, o Presidente Roosevelt. *A República*, Natal, p. 1, 13 abr. 1945.

<sup>68</sup> A Associação dos Servidores Civis foi criada no Rio Grande do Norte em 08 de abril de 1945, por funcionários do Estado, da União e do Município, e tinha finalidades culturais, cívicas e esportivas e de previdências. Ao longo de 1945 realizaram várias reuniões e homenagens ao presidente Vargas.

<sup>69</sup> *A República*, Natal, p. 16, 15 abr. 1945.

<sup>70</sup> MENDONÇA, Cícero. Trabalhador! Procura teu sindicato! *A República*, Natal, p. 1, 19 abr. 1945.

grandezas imprevistas ao futuro nacional. As vozes da oposição vão se apagando ao ruído dos motores das grandes usinas organizadas pelo presidente Vargas, ao estrépito dos aplausos de quanto sabem o que temos conseguido na esfera da proteção à indústria e lavoura, nos setores da assistência ao trabalho e a saúde e no terreno da política social. Dessa forma, ao chegar à data natalícia do presidente Getúlio Vargas a melhor maneira de confundir a má fé dos detratores impenitentes é, ainda pura e simplesmente, referir o vulto das realizações que devemos a capacidade e ao patriotismo clarividente e esclarecido do chefe da nação.<sup>71</sup>

No município de Baixa Verde, por exemplo, a comemoração do aniversário de Getúlio Vargas foi promovida pelo Centro Municipal da Legião Brasileira de Assistência (LBA), com uma missa em ação de Graças, uma sessão solene, com a presença do prefeito, e uma hora esportiva. Artigos publicados nos jornais, nesse dia, exaltavam as conquistas da legislação trabalhista.

O mês de abril de 1945 ainda teria uma grande solenidade em Natal, dessa vez militar, já que a capital vivia também sob o clima da guerra. Tratou-se do juramento à bandeira dos novos soldados incorporados ao Exército, que foi realizado na Praça Pedro Velho e do qual participaram autoridades civis e militares. Os dois mil soldados incorporados, somados aos das corporações que desfilaram, garantiram o clima solene e um grande público, composto também pelas famílias que assistiriam à solenidade.<sup>72</sup>

Para o primeiro de maio, a programação foi organizada pelos sindicatos. O objetivo era a realização de manifestações em horários diferentes, ao longo de todo o dia. Houve várias sessões solenes: no Sindicato dos Empregados em Empresas de Carris Urbanos e no Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Construção Civil. No Teatro Carlos Gomes, a sessão contou com a participação do interventor e a irradiação de discurso do presidente Vargas. Nos dias seguintes às solenidades, vários sindicatos enviaram telegramas a Vargas parabenizando-o pelo brilhante discurso e declarando inteira e irrestrita solidariedade a seu governo.<sup>73</sup>

A semana seguinte ao primeiro de maio foi de festas em várias cidades do estado em função da conquista de Berlim pelos aliados. As vitórias eram acompanhadas pelos jornais locais e pela *REN*, que cotidianamente informavam sobre as batalhas, ao mesmo tempo em

---

<sup>71</sup> Uma data e uma individualidade. *A República*, Natal, p. 3, 21 abr. 1945.

<sup>72</sup> Dois mil conscritos jurarão à bandeira hoje nesta capital. *A República*, Natal, p. 8, 21 abr. 1945.

<sup>73</sup> Os trabalhadores do Rio Grande do Norte e o dia do trabalho. *A República*, Natal, p.6, 5 maio 1945.

que anunciavam a programação a ser realizada após a tomada de Berlim. As comemorações tiveram início à medida que os exércitos aliados aproximavam-se da capital alemã. Assim, do “comício-monstro”, realizado em 23 de abril<sup>74</sup>, passou-se à promoção de reuniões para organização de três dias de festas, quando fosse anunciada, oficialmente, a tomada da capital alemã. É importante observar que tais festas uniam pessoas e lideranças que iriam militar em correntes políticas distintas: comunistas, pessedistas, udenistas e trabalhistas. A conquista de Berlim ocorreu em 2 de maio de 1945 e a semana seguinte foi toda de festas. A organização ficou a cargo da Liga da Defesa Nacional (LDN), presidida pelo Monsenhor João da Matha Paiva, que compôs uma comissão híbrida, contando com políticos, militares e operários.

Assim, em Natal, a programação constou de passeatas, cartazes e comícios em várias praças, bandas de músicas, festas dançantes, bailes públicos com orquestras, etc. A LDN encerrou suas comemorações com missa campal, sobrevôos de aviões, lançando boletins alusivos à vitória e à memória dos soldados mortos. Também se organizou uma visita aos túmulos dos soldados norte-americanos no cemitério do Alecrim, além de uma reunião solene no Teatro Carlos Gomes. A interventoria também patrocinou uma programação com desfiles das forças militares, de escolas, de associações esportivas, escoteiros e trabalhadores. Mas, as festas não se restringiram à Natal. Em Mossoró, a concentração popular foi em frente à *Rádio Amplificadora*, com sinos anunciando a “*liberdade na Europa*”. O comício contou com grande participação popular e com vários oradores. O comércio foi fechado, houve hasteamento de bandeira e, mais uma vez, desfile de militares, escoteiros, ginastas, alunos de escolas primárias e associações classistas. Aviões do Aero Clube sobrevoaram a cidade, jogando bandeiras brasileiras e flores. À noite ocorreu um grande baile no clube Ipiranga.<sup>75</sup>

Dias depois, a comemoração da libertação dos escravos, em 13 de maio, contou com uma concentração operária, no Teatro Carlos Gomes, que foi promovida por uma comissão incluindo comerciários, industriários, motoristas, que também homenagearam o presidente Vargas.<sup>76</sup>

Foi no contexto de todas essas manifestações que surgiu, no estado, um movimento popular que ocorreu também em várias cidades brasileiras, entre os meses de abril a outubro

<sup>74</sup> *A República*, Natal, p. 12, 24 abr. 1945.

<sup>75</sup> Solenizada festivamente em Mossoró a vitória das Nações Unidas. *A República*, Natal, p. 3, 15 maio 1945.

<sup>76</sup> Grande concentração operária. *A República*, Natal, p. 12, 13 maio 1945. Os oradores foram: Aurino Rocha, orador oficial, Luiz Ferreira da Fonseca, Geraldo dos Santos, Aauto Marinho, Cícero Mendonça.

de 1945 e que reivindicava a permanência de Getúlio Vargas na Presidência da República: o “queremos Getúlio”.

### **1.2.1 Queremistas e Comunistas em Natal**

A partir de abril e maio de 1945 o movimento queremista ganhou as ruas, e os trabalhadores, com suas crenças, idéias e ações, organizaram-se, reivindicaram, protestaram, apoiaram e foram os responsáveis principais por uma campanha popular. O “queremos Getúlio” ou o “queremismo” “[...] expressou uma cultura política popular e a manifestação de uma identidade coletiva dos trabalhadores, resultados de experiências vividas e partilhadas entre eles, ao mesmo tempo políticas, econômicas e culturais, antes e durante o ‘primeiro governo Vargas’.” (FERREIRA, 2003, p 15).

O movimento contou com um discreto apoio do DIP e um menos discreto apoio do Departamento Nacional do Trabalho (DNT), órgão do MTIC, através de seu diretor, Segadas Viana. Este era um dos fundadores do PTB e um dos grandes incentivadores do queremismo. Em julho de 1945, o movimento tornou-se mais definido, em termos organizacionais e políticos, com a criação do comitê pró-candidatura Getúlio Vargas. No Rio Grande do Norte, o movimento foi composto por presidentes de sindicatos, funcionários públicos, principalmente os do MTIC, e pelos comunistas. Diversas manifestações foram realizadas e faixas e panfletos, afixados e distribuídos em locais públicos.

A diminuição do controle do DIP sobre a imprensa correspondeu, nacionalmente, à intensificação da publicação de notas, artigos e reportagens da imprensa oposicionista desqualificadoras do Estado Novo, de Vargas e da legislação trabalhista. Quando os ataques chegaram às ruas, os trabalhadores organizados passaram a responder, também via imprensa. Havia textos publicados por sindicalistas em jornais, de maior ou menor circulação, que demonstravam um grande temor de que os benefícios da legislação social fossem perdidos após a saída de Vargas do poder. Esse temor alimentou o movimento queremista, que se espalhou pelo Brasil, bem como todo um conjunto de manifestações anti-getulistas. Dessa forma, diversos conflitos ocorreram em cidades brasileiras. Na imprensa antigetulista, os trabalhadores eram descritos “[...] como desordeiros, provocadores, arruaceiros, bêbados, exaltados, violentos, selvagens, entre outros qualificativos” (FERREIRA, 2003, p. 17).

Em São Paulo, por exemplo, estudantes universitários, ligados ao Centro Onze de Agosto da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP), realizaram um comício na Praça da Sé, com faixas e cartazes: “*Liberdade de palavra*”, “*Anistia aos presos políticos*”, “*Fora o Getulismo*”. Diferentemente do comício de Recife, dissolvido pela polícia à bala, o de São Paulo foi disperso após a chegada à praça de populares, batendo em panelas e gritando: “*Viva os trabalhadores*” e “*Nós queremos Getúlio*”.

Sobre o quererismo em Natal, notícias foram publicadas na Capital Federal, pelo jornal *Correio da Manhã*, que afirmava que, por toda a cidade, havia pichações em muros e paredes. As frases, “*Queremos Getúlio*” e “*Viva o presidente Getúlio Vargas*”, sugeriam “que as letras bonitas pintadas de azul às vezes numa altura que demonstrava que os pintores necessitaram de uma escada”, indicavam o estímulo e o financiamento governamental (FERREIRA, 2005, p. 32).

Na imprensa local, *A República*, quando se referia ao movimento, era para prudentemente afirmar que Vargas não aceitara a sugestão de se candidatar ou, mais uma vez, declinara do convite, reafirmando a candidatura de Eurico Dutra. Somente no mês de julho, quando a UDN iniciou sua campanha pelos jornais, no Rio Grande do Norte, artigos passaram a reclamar que a cidade estava invadida por várias faixas e legendas de todas as dimensões em propaganda da candidatura de Vargas, o que seria um desrespeito a sua própria palavra de não ser candidato.

O jornal, *O Diário*, no qual a UDN publicava uma página de propaganda política, reclamava da ação dos quereristas, considerando-a “[...] impertinente, revelando a mentalidade dos seus autores, que querem levar a atual campanha política para o terreno dos ataques pessoais e do ridículo”.<sup>77</sup> O exemplo dado era o das frases escritas no cemitério público, chamado de “Palácio presidencial de Eduardo Gomes”, o que seria uma ironia de mau gosto a um brasileiro ilustre, bem como um desrespeito à casa dos mortos, que não deve ser envolvida em proposições políticas. Em outros lugares da cidade, os quereristas haviam escrito ‘Eduardo Gomes é sujeira’, o que não era uma frase civilizada. Segundo os oposicionistas, não eram tais “exclamações murais” que aumentariam “o prestígio de que desfruta o fundador do Estado Novo.”<sup>78</sup> Por sua vez, *A República*, responsável pela defesa do governo, não tocava nesse assunto, porque a grande questão era a de que os governistas

---

<sup>77</sup> A impertinência dos quereristas. *O Diário*, Natal, p. 3, 11 jul. 1945.

<sup>78</sup> Id. *Ibid.*

dividiam-se quanto a quem apoiar. A busca pelos responsáveis e financiadores do quererismo era uma preocupação constante da UDN, como evidencia a matéria de *O Diário*,

[...] já não são apenas as paredes marcadas, a horas mortas da noite, pelos apelos angustiosos do quererismo, sem que os responsáveis pela decência de nossa urbs tomem qualquer providência. Há dias, o órgão oficial noticiou a organização de uma ‘Sociedade Amigos de Getúlio Vargas’. Depois veio o silêncio, mas é no silêncio mesmo que se prepara o golpe na candidatura Dutra.<sup>79</sup>

Como se o que estivesse correndo perigo fosse a candidatura de Dutra, o artigo acabava por insinuar quem eram os responsáveis pelo movimento no estado. Referindo-se a uma nota publicada em *A República*, sobre a “Sociedade Amigos de Getúlio Vargas”,<sup>80</sup> o texto afirmava que se descobriam detalhes interessantes sobre ele: “o primeiro, que tem finalidades político-culturais, segundo deseja ‘unificar os trabalhadores’; terceiro, conta ainda com o amparo do ‘governo do estado’; quarto, iniciará cursos de alfabetização (para eleitores?).” O jornalista ironizava, ainda, o fato de o responsável pela associação ser o delegado da Delegacia Regional do Trabalho (DRT), Antonio Rodrigues, e de a Sociedade estar instalada no mesmo edifício onde funcionava o escritório do PSD. E concluía:

O que vem a ser tudo isto? O situacionismo no RN, é pró-Dutra ou pró-Getúlio? Está fiel à candidatura que lançou, ou conspira também contra e a serviço da ditadura? O povo quer política clara. Não é possível, a esta altura dos tempos democráticos, andar metidos em esconderijos e cambalachos.<sup>81</sup>

O movimento mobilizava e incomodava, e as reclamações da UDN não paravam por aí. Desconsiderando os ataques verbais e escritos sobre os adversários, o jornalista de *O Diário* afirmava que a oposição mantinha uma linha de respeito a Vargas, o que não era recíproco, pois os muros da cidade estavam cheios de “dísticos louvaminheiros ao patrono da

<sup>79</sup> Política de duas caras. *O Diário*, Natal, p. 3, 13 jul. 1945.

<sup>80</sup> A nota informava que a Sociedade Amigos de Getúlio Vargas encontrava-se em funcionamento no Edifício Bila, no Bairro da Ribeira, em Natal e “tem por finalidade unificar trabalhadores de todas as classes, e orientá-los dentro da legislação social criada pelo preclaro presidente Dr. Getúlio Vargas.” *A República*, Natal, (número da página ilegível). 11 jul. 1945.

<sup>81</sup> Política de duas caras. *O Diário*, Natal, p. 3, 13 jul. 1945.

candidatura ministerial e de motejos e chufas do mais baixo calão e da mais indisfarçável cretinice ao glorioso sobrevivente da epopéia de Copacabana.”<sup>82</sup>

Ignorando as reclamações, a Sociedade Amigos de Getúlio Vargas organizava-se e anunciava a pretensão de atender a uma solicitação de moradores do povoado de Igapó, para a construção de uma escola com capacidade para 60 alunos.<sup>83</sup> De insinuações de que era a Sociedade a responsável pelo movimento queremista, os artigos udenistas passaram a afirmativas diretas. Ou seja, o grupo que, havia pouco tempo, andava “escondido e envergonhado” e agia à noite pintando muros de casas, igrejas e cemitérios, sem que a polícia tomasse providência, fora descoberto e identificado como sendo a Sociedade Amigos de Getúlio Vargas.

Denunciava-se, também, a existência de boletins que “às dezenas e dezenas, colados às portas e paredes de estabelecimentos comerciais dos dois bairros, que faziam ostensivamente a defesa do ‘queremismo’. Os udenistas fustigavam o grupo opositor, que, segundo eles, “com uma coragem temerária, em certa altura compara[va] Getúlio Vargas com Franklin Roosevelt.” Comparação ofensiva e afrontosa entre um “estadista democrata” e um “usurpador contumaz.”<sup>84</sup>

Durante o mês de agosto<sup>85</sup>, o movimento foi sistematicamente coordenado em uma campanha nacional de mobilização para o grande comício queremista programado para ser realizado no dia 20 daquele mês.<sup>86</sup> Realizado no Largo da Carioca no Rio, e irradiado para várias cidades brasileiras, foi um grande marco para o queremismo. Cinco dias antes de sua realização, em um telegrama enviado a Vargas, Luiz Carlos Prestes declarava que o PC resolvera lutar por uma Constituinte, antes das eleições, ou seja, uma “Constituinte com Getúlio”. A crença geral era a de que Vargas seria candidato, mesmo não deixando o cargo antes do fim do prazo de desincompatibilização estabelecido, em 2 de setembro de 1945. Esperava-se, sobretudo entre os queremistas, alguma manobra jurídica, para que Vargas pudesse concorrer ao pleito. Para Gomes,

---

<sup>82</sup> *Que tempos. O Diário*, Natal, p. 3, 20 jul. 1945.

<sup>83</sup> “Sociedade Político Cultural Amigos de Getúlio Vargas. *A República*, Natal, p. 1, 22 jul. 1945.

<sup>84</sup> Tudo, mas não comparem... *O Diário*, Natal, p. 3, 30 jul. 1945.

<sup>85</sup> Não temos informações sobre o movimento em Natal no mês de agosto, pois o jornal *O Diário* desse mês está estragado. O microfilme existente na Biblioteca Nacional foi feito do que talvez seja o único exemplar daquele ano. O mesmo que está na coleção do próprio jornal. As informações referem-se apenas a atuação dos comunistas, que assumiram o lema “*Constituinte com Getúlio*”.

<sup>86</sup> Gomes afirma que foram realizados comícios queremistas na Capital Federal em 13, 20, 29 e 30 de agosto, em 15 de setembro, e em 03 e 11 de outubro.

O clima da época – que comportava a anistia e a legalização do PC- explica e muito a desenvoltura dos queremistas, como também suas nítidas ligações com os comunistas. A proposta era a mesma- Constituinte com Getúlio- o que evidentemente não tornava o queremismo propriedade do PC, como de fato não era. (2005, p. 284).

Relatórios enviados a Vargas informavam que Prestes objetivava criar comissões de propaganda e coordenação em fábricas, sem, no entanto, causar ameaças aos capitalistas e ao governo. Dessa forma, o PCB “[...] teria espaço para agir, e na ocasião das eleições abriria a luta para conseguir o maior número de cadeiras na Assembléia e nas Câmaras. Mesmo assim, o pavor do comunismo era grande e assolava principalmente os círculos militares.” (GOMES, 2005, p. 286).

Em Natal, a movimentação era grande, principalmente dos comunistas, muitos na linha de frente dos sindicatos. Os boatos e o temor que esta mobilização despertava levaram a uma convocação, por parte do interventor, dos presidentes de sindicatos. O governo desejava que explicassem a informação que circulava de que haveria uma greve coletiva em andamento. Os boatos foram considerados uma ameaça de perturbação da ordem e, como tal, seriam tomadas as medidas policiais cabíveis, sem qualquer preocupação política.

Os presidentes dos sindicatos, em nota coletiva, se disseram surpresos e negaram qualquer intenção de greve. Quanto aos boatos, defenderam-se, em uma nota entregue ao interventor e publicada em *A República*, afirmando que as

[...] calúnias estão constituindo uma das armas políticas antiquadas de que os politiqueros sempre se serviam para prejudicar a Nação e tirar proveitos próprios. Quero assim, caros trabalhadores, vos prevenir mais uma vez, contra estes golpes traiçoeiros dos nossos inimigos derrubados pela revolução de 30. [...] Os trabalhadores sindicalizados não usarão absolutamente armas dessa natureza.[...] O trabalhador brasileiro hoje tem outro ânimo, tem outra consciência de si mesmo, sabe que tem valor próprio, por que tem o valor humano, que lhe foi outorgado por nossas leis.<sup>87</sup>

---

<sup>87</sup> O governo, face a ameaça de perturbação da ordem; e declarações ao povo do Rio G. do Norte: *A República*. Natal, p. 1, 31 ago. 1945.



Apesar dos temores e boatos, os comunistas continuavam com suas atividades e, no início de setembro de 1945, realizaram pequenos comícios pelos bairros da capital, com o intuito de mobilizar a população a participar de um “comício-monstro” a ser realizado na Praça Pio X, no centro da cidade, em homenagem ao dia da Pátria. O evento de fato ocorreu e foi irradiado para vários bairros da capital.<sup>88</sup> E os comunistas não pararam por aí. O lema “Constituinte com Getúlio” foi outro motivo para que realizassem reuniões pelos diversos bairros de Natal. Como se tivessem efetivamente a intenção de percorrer todos os bairros, a movimentação era diária.<sup>89</sup>

No Rio de Janeiro, a ação dos comunistas e queremistas foi crescente até a deposição de Vargas, em 29 de outubro. Assim, vários encontros foram realizados, com milhares de pessoas se reunindo no centro da cidade e, após os discursos, caminhando até o Palácio do Governo para falar com o Presidente Vargas (FERREIRA, 2003, p. 23). Um deles, organizado para 3 de outubro, deveria ser realizado no Largo da Carioca e, simultaneamente, em várias cidades do país. Nos estados e municípios, após os comícios, as pessoas se dirigiam para as sedes das interventorias ou das prefeituras.

Houve uma transmissão desse comício, por uma cadeia de rádios, inclusive para Natal. O evento contou com a presença de Vargas e com a leitura do documento intitulado “Assembléia Geral do Povo Brasileiro”. Nele, em nome do povo brasileiro, exigia-se: a realização de eleições em 2 de dezembro de 1945, para escolha dos representantes para a Assembléia Nacional Constituinte; que as eleições para presidente fossem realizadas na data que a nova Constituição afixasse. Além disso, o povo determinava que o presidente da República convocasse imediatamente seu ministério para atender o que ficou decidido em Assembléia Geral (FERREIRA, 2003, p. 37).

Esse clima político que ocorria na capital federal era acompanhado em diversas cidades brasileiras, com maior ou menor intensidade. Em Natal, os acontecimentos não eram apenas acompanhados, mas também vivenciados ativamente.

---

<sup>88</sup> Mais um comício ontem, do Partido Comunista. *O Diário*, Natal, p. 8, 3 set. 1945.

<sup>89</sup> Comícios do PC. *O Diário*, Natal, p. 6, 21 set. 1945.

### 1.3 O tempo da campanha: práticas políticas, candidatos e eleitores

A campanha política estava nas ruas, nos primeiros dias de 1945. Os grupos estruturavam os partidos e convocavam a população para participar de diversas manifestações. Mas, não se fazia ainda propaganda direta de candidaturas, no nível estadual, apenas das presidenciais, em função das próprias indefinições no cenário político nacional quanto aos rumos partidários. Porém, o mês de julho de 1945 marcou uma inflexão no processo de redemocratização. No Rio Grande do Norte, a intensificação do queremismo e das denúncias udenistas, via imprensa, resultava do próprio acirramento dos embates, marcando, efetivamente, o início da campanha política.

Em 1945, inicia-se um processo de transformações de práticas políticas visando à conquista do voto do eleitor, que inclui a mobilização de memórias, a busca de tradições, de imagens e de discursos que passam a construir determinadas visões sobre regiões, cidades e pessoas no estado. É preciso considerar que as práticas culturais são também memoriais e que há convivências e disputas entre elas. Para a mobilização da memória, realizam-se festas políticas nos municípios, incluindo-se as religiosas, mas também festas tradicionais, como as vaquejadas, por exemplo. Tais comemorações “[...] exibem e medem a longevidade e a força dos detentores de uma autoridade política, tanto pelo número de citações dos nomes da parentela que se mostra sempre presente, como pelo conjunto dos aliados e afiliados dispostos a prestigiá-los.” (BICALHO, 1994, p. 86).

De outro lado, recorre-se à busca genealógica dos antepassados que nomeiam ruas, praças e prédios públicos e que passam a ser lembrados, muitas vezes, como heróis. Dada a força do capital simbólico da memória, a política torna-se, então, um campo de batalha, através de discursos memorialísticos e genealógicos que se intensificavam juntamente com os confrontos diretos. As famílias, envolvidas com a política, ao lançar novos nomes dentro do grupo, buscam laços com seus antepassados por meio de discursos que reativam a memória familiar, mas principalmente a memória da população para as eleições. “É essa memória [coletiva] que intervém na hora do gesto de votar, assinalando os herdeiros, isto é, as garantias simbólicas da identidade de uma determinada comunidade. É ela que consagra, contraditoriamente, eleição após eleição, o poder dessas chamadas ‘linhagens políticas’.” (BICALHO, 1994, p. 87).

Um bom exemplo da força da hereditariedade na política ocorreu em Itaretama (Lages), onde havia sido eleita, em 1928, Alzira Soriano, a primeira prefeita do Brasil, em um momento em que a mulher nem sequer tinha direito a voto no país. Nesse caso, em tudo excepcional, uma lei estadual permitiu o registro de eleitoras e de candidatas, possibilitando a ocorrência desse evento absolutamente singular, só compreensível pelos vínculos familiares dessa mulher, filha do maior chefe político do município, Miguel Teixeira.<sup>90</sup> Em 1945, Alzira integrou-se à UDN, então composta pelo mesmo grupo ao qual era ligada em 1928. Em um discurso exemplar, ela constrói a tradição do partido e da família e, logo, a sua própria, legitimidade ao poder:

[...] eu represento aqui Miguel Teixeira de Vasconcelos, aquele velho honrado que chefiou com dignidade o nosso partido político desde a Proclamação da República até o dia em que fechou os olhos para o mundo [...] e agora meus amigos e conterrâneos do município de Lages, como representante na terra, da dignidade e da honra do meu pai, que foi sempre o nosso chefe político, seguindo a trilha que ele deixou, acompanhando eu concito-vos a acompanhar a UDN.<sup>91</sup>

A campanha política de 1945 foi extremamente importante para as definições e redefinições de lideranças políticas nos municípios. Em alguns, as disputas ficaram acirradas, tanto entre grupos rivais quanto, em alguns casos, dentro do mesmo grupo familiar. Assim, em Itaretama, apesar de Alzira Soriano tentar capitalizar a herança política de seu pai, a família Teixeira de Vasconcelos dividiu-se entre PSD e UDN. Os irmãos dela, Paulo Teixeira de Vasconcelos e Maria do Carmo Teixeira Mendes, filiaram-se ao PSD. Os filhos de Miguel Teixeira disputaram de forma bastante conflituosa a liderança política no município. Em 1948, Paulo Teixeira foi candidato a prefeito do município, pelo PSD, enquanto Alzira Soriano foi candidata a vereadora pela UDN. Nesse caso, o conflito familiar foi intenso, com uma inimizade que persistiu por anos (SOUZA, 1993, p. 41).

As famílias têm um papel essencial na transmissão do poder político. Para Bicalho, as famílias políticas, de maneira nada negligente, atuam na acumulação do capital político, de

<sup>90</sup> Por sugestão de Bertha Lutz, o então senador Juvenal Lamartine influenciou na elaboração da Lei n.º. 660, 25 out. 1927, que adaptava a Lei Eleitoral à Constituição Estadual. O texto dizia “No Rio Grande do Norte, poderão votar e ser votados, sem distinção de sexo, todos os cidadãos que reunirem as condições exigidas por esta lei.” (SOUZA, 1993, p. 24).

<sup>91</sup> Itaretama na campanha de restauração democrática. *O Diário*, Natal, p. 3, 20 jul. 1945.

três formas básicas: 1- no trabalho de mobilização dos laços familiares; 2- no trabalho de socialização política, que se volta para a aquisição de competências necessárias ao exercício da atividade política, como uso da oratória, presença em atividades públicas, dentre outras; 3- no trabalho de representação simbólica em uma dupla chave, ou seja, na materialização do poder simbólico e do poder político da família. Além disso, promovem “o conhecimento e reconhecimento do patrimônio familiar, criando redes estruturadas pelo sentimento de identidade comum e obrigações afetivas”, que são utilizadas para acumulação e transmissão do patrimônio familiar (2002, p. 170-171).<sup>92</sup>

Em 1945, em vários municípios, os chefes políticos locais que apoiavam o ex-governador José Augusto Bezerra de Medeiros e seu grupo garantiam o capital político necessário para a vitória de alguns candidatos da UDN. Muitas cisões familiares ocorridas naquele ano renderam bons resultados ao PSD. Em alguns municípios, as famílias dividiram-se em partidos diferentes, mas, nessa primeira eleição, algumas candidaturas contaram com o apoio massivo de familiares, mesmo daqueles que estavam no partido adversário.

Em Santa Cruz, por exemplo, a liderança política era exercida pelo Coronel Ezequiel desde as primeiras décadas do século XX. Seus filhos e sobrinhos também passaram a exercer cargos públicos e eletivos.<sup>93</sup> Em 1945, a família dividiu-se e os filhos do Coronel Ezequiel filiaram-se à UDN, enquanto seus sobrinhos Theodorico e João Bianor Bezerra ficaram no PSD. Apesar dessa divisão partidária, na primeira eleição, os laços familiares foram mais fortes e a candidatura de José Ferreira de Souza ao Senado foi apoiada por toda a família, o que lhe garantiu a vitória. Nos telegramas trocados entre os primos Theodorico Bezerra e José Ferreira de Souza, ainda no mês de maio, ambos demonstravam suas razões pela opção partidária, mas asseguravam o não comprometimento da união familiar (BEZERRA, s/data, p. 27-29). Isso demonstra que “[...] as posições políticas, paradoxalmente, são mais hereditárias do que se gostaria de acreditar numa democracia.” (BICALHO, 2002, p. 170).

Todas as manifestações políticas eram acompanhadas de perto pela Igreja Católica, que passou a desenvolver, mais uma vez, uma intensa campanha anticomunista. Em 14 de

---

<sup>92</sup> Bicalho reflete sobre a força que permitia a determinados grupos, em momentos de estruturação do espaço público, entrar na luta pelo monopólio do poder, relacionando características de sua socialização e formação, tanto escolar quanto partidária, com a aprendizagem de competências para exercer as funções profissionais da política. Para isto, analisa a trajetória de 22 políticos, paulistas e mineiros, que obtiveram sucesso na política atuando entre 1945-1964 (2002, p. 171).

<sup>93</sup> José, Gentil e Odorico Ferreira de Souza, passaram a integrar a UDN, enquanto Theodorico, João Bianor e Aluizio Bezerra, se filiaram ao PSD.

julho de 1945, comemorava-se, no Rio Grande do Norte, os 27 anos da fundação da Congregação Mariana dos Moços e uma década de publicação do jornal católico *A Ordem*. Afirmando que o verbo lutar era o mais apropriado para aquele momento, as autoridades católicas de Natal registravam a impressão de

[...] estar empenhados em uma batalha, inimigos sempre a vista, ora de uma, ora de outra procedência. Eles são conhecidos pelos nomes que trazem, às vezes ostensivamente, as vezes encobertos pela astúcia: ateísmo, laicismo, liberalismo, capitalismo, socialismo, comunismo e quantos outros ismos, velhos ou novos. Inimigos do homem, inimigos da família, inimigos da sociedade.<sup>94</sup>

Foi para essa luta que, em agosto de 1945, a Diocese de Natal reconstituiu a Liga Eleitoral Católica (LEC)<sup>95</sup>, que não era nem partido, nem legenda, mas tinha o intuito de alistar os católicos e uni-los em uma organização que se mantivesse “rigorosamente dentro dos compromissos assumidos, indicando os candidatos merecedores do sufrágio dos católicos”.<sup>96</sup> Em todas as Dioceses foram criadas juntas locais para promover o alistamento. A participação de católicos em épocas de campanhas eleitorais no estado era comum desde a década de 1930, quando alguns membros ligados à Congregação Mariana dos Moços fundaram a seção estadual da Aliança Integralista Brasileira (AIB), em 1933.<sup>97</sup> Mesmo após a extinção desta, a atuação dos católicos foi significativa, pois estavam sempre questionando ou apoiando decisões políticas, através do seu jornal *A Ordem*.

Em 1945, lançaram-se mais uma vez ao combate. Antes mesmo da reorganização da LEC, os padres foram encarregados de intensificar uma campanha anticomunista. Para o jornal católico, ela seria desenvolvida para esclarecer ao povo sobre as manobras dos comunistas, que, sob a bandeira da democracia, queriam implantar no Brasil um violento e brutal regime totalitário. Mas os católicos não poderiam permitir que o Brasil fosse tingido

<sup>94</sup> Dez anos de lutas. *A Ordem*, Natal, p. 1, 14 jul. 1945.

<sup>95</sup> A LEC foi criada em 1932 para indicar aos católicos os candidatos apoiados pela Igreja. Em 1945 quando foi reorganizada passou a ter a nova direção, composta por: Antonio Carolino (presidente); Artur Vilar Raposo de Melo (secretário); Manoel do Rego Madruga (tesoureiro); além dos conselheiros José Ivo Moreira Cavalcanti, Afonso Medeiros, Gumercindo Saraiva, Maria Elisa Vilar R. Dantas, Beatriz Cortez e Lourdes Guilherme.

<sup>96</sup> Reconstituída na Diocese de Natal a LEC. *A República*, Natal, p. 4, 15 ago. 1945.

<sup>97</sup> O movimento integralista no RN teve a adesão de mais de três mil pessoas em um curto período de existência (julho de 1933 a novembro de 1937). Funcionando na Congregação Mariana dos Moços, a seção local da Ação Integralista Brasileira contava com o apoio de membros da Igreja Católica que se mobilizavam contra os avanços das idéias comunistas no estado.

com o vermelho comunista, nem que “a foice e o martelo soviético substitu[íssem] a bandeira verde e amarela, o cruzeiro sacrossanto.”<sup>98</sup>

Em várias cidades do interior do estado, foram realizadas palestras. Em Currais Novos, o tema foi a vitória dos aliados e a pequena contribuição dos russos na conquista de Berlim e na derrota dos nazistas. Desqualificando a importância da Rússia na vitória, o monsenhor Paulo Herôncio alertava para o risco de se permitir que os comunistas agissem livremente, pervertendo a ordem cristã, caso fossem considerados democratas. Para o monsenhor, foram os aliados, destacando-se os Estados Unidos, os verdadeiros responsáveis pela vitória sobre o nazismo. E concluía: “VIVA O Brasil, morra o comunismo!”<sup>99</sup> (Grifos no original).

O vigário geral de Natal, na época, era o monsenhor João da Matha Paiva, político militante que havia exercido o cargo de deputado estadual pelo PP no período de 1935-37. Em 1945, compunha a linha de frente da UDN no estado, imbuído dos ideais da LEC. Com tal objetivo, passou a percorrer os municípios fazendo propaganda política, o que motivou críticas dos partidários do PSD, de que “um padre católico jamais poderá ser um perigoso demagogo em atitudes deselegantes na praça pública, dizendo e recebendo insultos.”<sup>100</sup>

No entanto, o PSD também tinha em seus quadros padres que participavam ativamente da campanha. Na cidade de Parelhas, por exemplo, os católicos realizaram um “ruidoso comício cívico-religioso anti-comunista” na praça principal da cidade, onde falaram o vigário José Bonifácio e uma das lideranças do PSD no Seridó, o monsenhor Walfredo Gurgel. Participaram também associações de classes e alunos do grupo escolar, com estandartes e bandeiras.<sup>101</sup>

Do mesmo modo, em missas realizadas na Igreja Matriz de Papari, o padre convocava a população para realizar uma concentração em frente ao monumento que homenageava a poetisa Nísia Floresta. Para o jornal,

[...] obedecendo ao apoio do seu esforçado guia espiritual os sodalícios locais, com suas insígnias e estandartes, as crianças das escolas e ponderável número de povo dirigiram-se em romaria cívico

<sup>98</sup> União dos católicos para combater o comunismo. *A Ordem*, Natal, p. 4, 30 jul. 1945.

<sup>99</sup> Os católicos de Currais Novos unem-se contra o comunismo. *A Ordem*, Natal, p. 2, 6 ago. 1945.

<sup>100</sup> A demagogia do vigário geral. *A República*, Natal, p. 3, 7 ago. 1945.

<sup>101</sup> Vitoriosa neste estado a campanha anti-comunista. *A Ordem*, Natal, p. 4, 15 ago. 1945.

religiosa ao oratório público do porto, onde se realizou uma grande e animada concentração a qual ao defrontar o monumento de Nísia Floresta, entoou vibrantemente o Hino Nacional.<sup>102</sup>

Após as preces pela “paz e felicidade do Brasil”, a população posicionou-se para ouvir o Cônego Pedro Paulino, que contrapôs o cristianismo e o comunismo, afirmando serem ambos adversários irreconciliáveis, pois, enquanto o cristianismo tinha as vistas voltadas para o céu e seu ideal era o paraíso celeste, o comunismo tinha os olhos revirados para a terra e seu ideal era o paraíso terreal.<sup>103</sup> Em Nova Cruz, além de palestras que alertavam sobre o “credo comunista” e as atividades dos seus adeptos, distribuía-se e colavam-se pela cidade boletins anti-comunistas. Para o jornal *A Ordem*, estes eram arrancados a “altas horas da noite, pois faltava coragem aos comunistas de se apresentarem à luz do dia.”<sup>104</sup>

Os comunistas, por sua vez, além de arrancarem os boletins, criaram pelo interior do estado vários comitês políticos, realizando diversas reuniões com a população. Segundo *A Ordem*, eles percorriam os municípios procurando ex-participantes da Insurreição Comunista de 1935, para improvisarem os comitês. Nas reuniões, apresentavam um quadro de reivindicações: vacinar o povo, fundar escolas, combater a carestia, dentre outras. Tais reivindicações eram consideradas, pelos católicos anticomunistas, como sendo

[...] um superficialismo doloroso, pois as escolas que o governo vem fundando e vacinas e postos médicos todas as prefeituras, sem comunismo, já tinham pleiteado. Combate a carestia todo mundo reclama. O comunismo é o partido da violência. Seu clima é a desordem, a bomba, a greve, a luta de classes. O ambiente não comporta. o povo não quer saber dessas coisas. As pseudo-reivindicações comunistas estão no programa de todos os governos. Não é preciso que eles venham lembrar uma coisa que está no programa de qualquer governo bem intencionado.<sup>105</sup>

<sup>102</sup> Concentração anti-comunista em Papari. Entusiástica oração do Cônego Pedro Paulino. *A ordem*, Natal, p. 4, 21 ago. 1945. O evento ocorreu em 18 de agosto de 1945.

<sup>103</sup> Id. Ibid.

<sup>104</sup> A mocidade católica de Santa Cruz desfralda a bandeira anti-comunista. *A Ordem*, Natal. p. 4, 7 ago. 1945. 04; A Juventude Feminina Católica intensifica a campanha anti-comunista. *A Ordem*, Natal, p. 4, 12 set. 1945.

<sup>105</sup> O desinteresse deles. *A Ordem*, Natal, p. 4, 22 ago. 1945.

A organização dos comitês e a realização das reuniões comunistas pelo interior foram acompanhadas também por instalações de postos médicos, o que para os católicos anticomunistas era uma forma de “[...] iludir o nosso povo, não vacilando mesmo em explorar as nossas classes menos favorecidas.”<sup>106</sup>

As disputas, portanto, ocorreram também nos municípios. Um exemplo foi a realização de uma palestra em São José de Mipibu, para a fundação de um comitê comunista, que causou uma verdadeira celeuma na cidade. Alcebíades Pimentel, Prático de Farmácia e Enfermeiro, em uma carta justificativa enviada para os jornais, explicava que teria sido convidado para acompanhar os médicos Jacob Wolfson e Mirabeau Pereira em uma reunião convocada para a organização de um Comitê Popular Democrático. Este objetivava atender reivindicações da população, entre elas a de um posto médico. O abaixo-assinado colhido causou uma série de boatos na cidade de que os médicos seriam comunistas.

Vale destacar que, de cerca de 6.000 habitantes do município, apenas 76 assinaram o documento pró-instalação do comitê. Para se defender de qualquer acusação, o que demonstra o temor de ser considerado comunista, o enfermeiro enviara a carta para os jornais, afirmando que estava em sua casa, munido do título de eleitor, contemplando “o nível do termômetro político-nacional”. Seu intuito era “votar com liberdade e consciência preferindo evitar o tumulto das ideologias, confusões (a se) tornar indesejável” na comunidade, a qual sempre servia. Afirmava ainda não ser comunista, desafiando quem o provasse sê-lo.<sup>107</sup>

Episódios como esses criavam resistências e as tentativas de formação dos comitês comunistas eram minadas através dos boatos. Estes, espalhados principalmente pela UDN, não poupavam os pessedistas, que constantemente publicavam matérias desmentindo serem comunistas e os atacando. A estratégia udenista de identificar o governo estadual e federal como comunista levava o PSD, em várias matérias de jornal, a ter que negar tal vínculo. Isso evidencia a importância e a gravidade que tal denúncia possuía, ao mesmo tempo em que revela as possibilidades de ação do governo Vargas, acusado pelos opositores ora de fascista, ora de comunista. Desse modo, a propaganda do PSD afirmava:

---

<sup>106</sup> Em Goianinha não há clima para o comunismo. *A ordem*, Natal, p. 4, 22 ago. 1945.

<sup>107</sup> PSD – Secção do Rio Grande do Norte. *A República*, Natal, p. 3, 14 set. 1945.



A oposição, falha de idéias e argumentos tem procurado amedrontar os sertanejos católicos e honestos com a calúnia de que o governo é comunista.

Você mesmo, sertanejo, já deve ter ouvido isto, pois é a única arma de propaganda, e esta mesma falsa, que a oposição possui. Você também deve ter ficado com medo. É natural. O comunismo é materialista e você acredita em DEUS: o comunismo destrói a propriedade, e você possui um pedacinho de terra, onde trabalha para dar de comer a seus filhos. Mas o Governo NÃO É COMUNISTA, O GENERAL DUTRA não é comunista, o Partido Social Democrático não é comunista.

SERTANEJO.

Não acredite na propaganda oposicionista. Abra os olhos e contemple o BRASIL, de hoje, tão diferente do Brasil de antes. A propaganda eleitoral não se faz com palavras ou promessas. Faz-se com atitudes, com reindexações para o bem coletivo. Os políticos oposicionistas não poderão jamais apagar com seus ódios as obras grandiosas do PRESIDENTE VARGAS. (Grifos no original).<sup>108</sup>

Os artigos de *A Ordem* atacavam freqüentemente Luis Carlos Prestes, principalmente após a realização de reuniões do MUT que retransmitiam os comícios realizados pelo PC no Rio de Janeiro. O jornal publicou com destaque um fragmento de uma carta que Prestes enviara a integrantes do partido em 1936, explicando por que não se solidarizara com a Revolução de 1930. “Calcule eu, aceitando o cargo de ministro, interventor ou outras amenidades burguesas, SENDO FORÇADO ATÉ A COMPACTUAR COM OS DIGNATÁRIOS DA IGREJA CATÓLICA.” (Grifos no original).<sup>109</sup>

Em Mossoró, segundo maior colégio eleitoral do estado, os conflitos também foram diretos. A situação política da cidade, durante o Estado Novo, era das mais estáveis, devido à perseguição e prisão dos comunistas em 1935 e 1936. O prefeito, padre Luiz Mota, ocupou o cargo durante nove anos e somente pedira exoneração, em 1945, para acompanhar José Augusto e apoiar a candidatura de Eduardo Gomes. Para ele, o pedido de demissão coletivo feito pelos prefeitos poderia ser comparado ao movimento abolicionista em que Mossoró se engajara, tendo libertado os escravos em 1885. Essa data já era intensamente comemorada na cidade e, em 1945, o padre Mota estabelecia assim tal comparação:

<sup>108</sup> Mensagem ao povo do sertão. *A República*, Natal, p. 3, 21 ago. 1945.

<sup>109</sup> Comunismo e catolicismo. *A ordem*, Natal, p. 4, 25 ago. 1945.

[...] que os ideais de felicidade da pátria e de transformação do seu regime político deveriam falar mais alto do que a comodidade pessoal e o gozo de passageiras e falazes prerrogativas do poder. O programa de ação desse movimento libertário e restaurador, de si tão empolgante que já o compara, na beleza e no entusiasmo, ao movimento abolicionista.<sup>110</sup>

Nesse município, para tentar minar a influência do padre Mota e da família Rosado, que então emergia como grupo político pela UDN, e também para não permitir que os comunistas se reorganizassem na cidade, o interventor Fernandes Dantas indicou para o cargo de prefeito o jovem proprietário de uma salina Vicente da Mota Neto, sobrinho do ex-prefeito pe. Mota, portanto da mesma família que administrava o município. A região de Mossoró se constituía em uma importante região salineira do estado e contava com a atuação de um dos sindicatos estaduais mais importantes – o Sindicato dos Salineiros de Mossoró, conhecido como Sindicato do Garrancho –, até porque a maioria dos integrantes era filiada ao PC.<sup>111</sup> Em 1945, o Sindicato dos Salineiros voltou a atuar e a participar das questões políticas. Um dos seus principais dirigentes, Francisco Guilherme, que passara dois anos presos em função da Insurreição Comunista, voltou à direção, com muito apoio dos trabalhadores.

Apesar de o prefeito não ter ligação política com os comunistas, as acusações também se voltavam contra ele, inclusive com a distribuição de boletins pela cidade. Ao PSD cabia desmenti-las, através de notas nos jornais e visitas à Igreja em apoio à sua campanha anticomunista.<sup>112</sup> O jornal *A República*, em um texto que parecia muito mais justificativo que propagandístico, afirmava que o prestígio do prefeito dava-se em função de ele se preocupar com a situação das classes menos favorecidas pela fortuna. Tal preocupação seria a responsável pelo

[...] extraordinário prestígio que conquistou no ambiente proletário, motivo pelo qual a plutocracia creoula neste momento de confusão e antipáticas explorações políticas resolveu descobrir tendências extremistas na atitude humana do prestigioso prefeito. Combatendo, num gesto de desassombro e lúcida interpretação da hora

<sup>110</sup> *O Diário*, Natal, p. 3, 10 jul. 1945.

<sup>111</sup> Entre fins de 1935 e meados de 1936 alguns comunistas empreenderam na região Oeste do estado uma guerrilha comunista, ocorrendo vários confrontos entre a polícia e os guerrilheiros. O foco principal de luta foi próximo à cidade de Assu.

<sup>112</sup> PSD- Secção do Rio Grande do Norte. Os boatos sobre o comunismo. *A República*, Natal, p. 3, 4 set. 1945.

contemporânea tradicionais e carunchosos oligarcas, o PSD, apoiado em forças moças e entusiastas, tornou-se em Mossoró um líder de extraordinária irradiação, o que significa haver se imposto ao respeito de uma grande região do nosso estado.<sup>113</sup>

Os retornos do prefeito à cidade após viagens para Natal ou para o Rio de Janeiro eram acompanhados por manifestações que contavam com grande participação popular. Em setembro, ao retornar de uma de suas viagens, ele encontra a cidade em festa, sendo acompanhado por um curso que percorreu as principais ruas da cidade e terminou em frente à *Rádio Amplificadora*. Depois houve um “comício-monstro”, tudo isso acompanhado por uma banda de música. O jornal convidava “as associações de classe, operários, os pobres, os humildes, os escolares e o povo em geral para se associarem à manifestação que se tributa ao governador da cidade nesta fase política por que atravessa a Nação.”<sup>114</sup>



Figura 1 - Regresso do Prefeito Motta Neto a Mossoró (1945)  
Fonte: Jornal A República (Set. 1945)

Os confrontos pelos municípios não paravam e chegavam ora a níveis perigosos, até com intervenções armadas, ora a níveis risíveis, com enfrentamentos, no mínimo curiosos. Este é o caso ocorrido na localidade de Caiçara, pertencente ao município de Itaretama, onde

<sup>113</sup> De passagem para o Rio o dr. Vicente Mota Neto. *A República*, Natal, p. 3, 15 ago. 1945.

<sup>114</sup> Dr. Vicente da Mota Neto. *A República*, Natal, p. 3, 13 set. 1945.

duas caravanas, uma do PSD e a outra da UDN, foram realizar comícios nos mesmos dia e horário, o que gerou, inevitavelmente, um confronto. O fato tanto chamou a atenção, que as narrativas do evento foram publicadas posteriormente nos jornais. O Promotor da Comarca, Wilson Cavalcanti, protagonista do episódio, conta que fora convidado para participar de comício realizado pelo PSD e, no dia marcado, eles lá encontraram também os partidários da UDN, a quem cumprimentaram com a “máxima educação liberal”. A UDN realizou seu comício primeiro, com seus oradores chamando o presidente Vargas de “venal e ladrão”. Segundo ele, não tendo agradado ao público presente, os caravaneiros encerraram o evento, solicitando que o público se dispersasse, o que não ocorreu. O público presente pediu ao Promotor, então, que falasse, iniciando-se, assim, a propaganda do PSD. Em suas palavras:

Falei ao povo, não como Promotor Público da Comarca, porém como homem liberto, animal político e social, com o direito de ter idéias. O povo vibrou de entusiasmo, entrecortando de aplausos as minhas palavras. [...] quando eu ainda estava discursando o Sr. João Medeiros Filho, veio perturbar o nosso comício, fazendo diante de mim caretas tão monstruosas que até aos meus olhos ele pareceu imitar a um horrível macaco orangotango.<sup>115</sup>

Na versão de seu adversário, mais comedido nas declarações, ao menos na imprensa, João Medeiros Filho explica que eles viajaram em campanha política para Caiçara, junto com Isafas Marques, Alzira Soriano, Francisco Cabral e realizaram um comício, ao meio dia, o qual decorreu com tranqüilidade. A “nota deselegante” teria ficado por conta do Promotor, que tentara perturbar o evento: “à frente de pequeno grupo de provocadores, intrometeu-se nas manifestações da UDN e em linguagem desabrida ‘trombejou’ alguns inócuos impropérios, o que poderia ter dado lugar a revides, se não fora a serenidade com que os da UDN timbramos em levar por diante esta campanha.”<sup>116</sup>

Um conflito mais perigoso ocorreu na cidade de Papari (atual Nísia Floresta), onde houve o enfrentamento entre um grupo de jovens, que foi à cidade realizar comícios pró-Eduardo Gomes. Na oportunidade, o prefeito Américo de Oliveira, liderando um grupo armado, resolveu impedir os comícios. E não só impediu a realização de discursos pelos povoados, como também cercou a casa em que os jovens estavam hospedados e obstruiu a via

<sup>115</sup> Resposta ao Sr. João Medeiros. *A República*, Natal, p. 3, 4 ago. 1945.

<sup>116</sup> Em Caiçara e São Paulo do Potengi. *A República*, Natal, p. 3, 17 jul 1945.

que ligava essa cidade a São José de Mipibu, onde eles pretendiam ir pedir ajuda. Para o PSD, os jovens somente tinham ido buscar assuntos para explorações políticas:

Foram a Papari alguns rapazes de boa família, deixando em desassossego os velhos pais que os não sabiam vítimas de explorações políticas, dos que lhes puseram dinheiro nas mãos e lhes disseram: ‘vão a Papari, onde só temos vinte e seis eleitores e se não tiverem ouvintes, tragam de lá grandes acontecimentos para intimar o entusiasmo por nossa causa.’<sup>117</sup>

A UDN protestou, via imprensa, contra a atitude do prefeito, afirmando que ele descarregara suas iras e histerismo sobre os jovens, que apenas faziam propaganda política. Fazendo uma representação junto ao TRE, solicitaram a punição do prefeito e de seus correligionários. Após intensa discussão, o TRE julgou que o delito era da ordem da justiça comum e não caberia àquele tribunal seu julgamento.<sup>118</sup> O caso somente contribuiu para exaltar os ânimos na região e atizar as disputas violentas, que se refletiriam nas campanhas posteriores.

Os combates que envolviam, tanto udenistas quanto pessedistas, voltavam-se também contra os cafeístas, partidários de Café Filho. Como já afirmamos, Café Filho teve dificuldades para obter o registro do partido, que desejava fundar, dadas as exigências da legislação eleitoral, que demandava um número mínimo de assinaturas e de formação de diretórios estaduais. A solução encontrada foi aliar-se a Adhemar de Barros fundando o Partido Republicano Progressista (PRP). Porém, antes da definição pela sigla, e mesmo após essa definição a posição dos cafeístas, ao longo da campanha, foi ambígua. Ocorreram várias tentativas de acordos políticos com os principais rivais, chegando a um apoio inicialmente discreto, e depois ostensivo, às manifestações dos comunistas. Em sua primeira convenção, realizada em julho de 1945, os cafeístas escolheram os candidatos a deputado federal, mas não se definiram quanto ao apoio a um dos candidatos à presidência da República.<sup>119</sup> Mesmo

---

<sup>117</sup> *A República*. Natal. p. 1, 5 out. 1945.

<sup>118</sup> Papari sob o terror. *O Diário*, Natal, p. 3, 5 out. 1945. p 03; Representação N.53 12 out. 1945.

<sup>119</sup> A Convenção de ontem do Partido Social Progressista. *A República*. Natal. 03 de julho de 1945. p. 06. Os candidatos a deputados federais indicados foram: Mário Câmara, Café Filho, Abelardo Calafange, Raimundo Macedo, Maltez Fernandes, Reginaldo Fernandes de Oliveira e Francisco Veras. Em 06 de outubro ocorreu a fusão dos partidos, mas não se anunciou a posição que o partido tomaria.

em outubro, quando Café Filho fechou um acordo com Ademar de Barros, criando o PRP, ele não anunciou nenhuma posição quanto a quem apoiaria.

Enquanto isto, no Rio Grande do Norte, as tentativas de acordos eram denunciadas pelos opositores. *O Diário* noticiou que o PSD e o PRP tentavam um acordo que incluía apenas a chapa para o governo estadual, pois, para as eleições a deputado estadual, as candidaturas seriam separadas por partidos. Café Filho confirmou o contato, mas não divulgou o teor do telegrama enviado pelo PSD.<sup>120</sup>

No entanto, não era apenas com o PSD que Café Filho tentava estabelecer acordos. A *República* passou também a informar sobre a possibilidade de um acordo entre PRP e UDN. Em um texto irônico referia-se a um *casório político*, intermediado por Djalma Marinho:

[...] elementos cafeístas antes excomungados, já confraternizavam. Que espetáculo maravilhoso, que imenso ridículo. os princípios democráticos dos políticos oportunistas são portáteis e se adaptam a todos os credos e as todas as cores, dependendo de quem der mais... Enquanto isso, o povo compreende e elogia a atitude política dos líderes vitoriosos do PSD, que acima dos interesses pessoais, desde o primeiro dia, colocaram a sua dignidade e os seus legítimos ideais democráticos.<sup>121</sup>

A concretização do “casório” não era simples e exigia a modificação da chapa federal e a aprovação de José Augusto, o que não ocorreu. O acordo com Café Filho foi vetado por Silvino Lamartine, (irmão de José Augusto) que chegou a se desligar da UDN, em protesto. Em carta publicada em *O Diário*, Silvino Lamartine afirmava que Café era inimigo ativo e tradicional dos partidários de José Augusto, o que tornava intolerável qualquer aliança. Para *A República*, a saída de Lamartine da UDN indicava seu futuro esfacelamento, e que o comício que houve em Natal estaria “[...] vazio de gente e principalmente de idéias, em sintonia alarmante.”<sup>122</sup>

Enquanto as tentativas de acordo não se efetivavam, Café Filho ganhou autorização para publicação de *O Jornal*, que passou a circular a partir de setembro de 1945 e recebeu

<sup>120</sup> Política Estadual. *O Diário*, Natal, p. 6, 13 out. 1945.

<sup>121</sup> Tudo é possível neste mundo. *A República*, Natal, p. 3, 16 out. 1945.

<sup>122</sup> Golpe de morte nas hostes da UDN indígena. *A República*, Natal, p. 3, 1 nov. 1945.

subvenção do DIP.<sup>123</sup> Isto explica suas posições, trabalhando nos bastidores, costurando alianças e angariando apoios. A UDN reclamava, através de *O Diário*, que Café Filho, primeiro, declarou apoio a Dutra e, depois, a Eduardo Gomes, mas sem ter compromisso com a UDN no estado. No mês de setembro de 1945, mudava de posição novamente, aderindo à idéia de Constituinte com Getúlio, em caráter pessoal, pois oficialmente o partido não assumia posição política de apoio a nenhuma candidatura.<sup>124</sup>

A posição ambígua de Café permaneceu até as eleições, apesar de, nacionalmente, o PRP ter declarado apoio a Eduardo Gomes, o que não foi acompanhado por alguns estados. No Rio Grande do Norte, por exemplo, Café Filho passou a apoiar o candidato comunista Yeddo Fiúza e vinculou sua candidatura e as dos candidatos ao Senado, pelo PRP, àquele candidato. Tal aliança beneficiou as candidaturas tanto do PRP, ao Senado e à câmara, (principalmente a de Café Filho), como também a de Yeddo Fiúza. Apesar de pouco conhecido no estado, o candidato do PCB fez maioria em Natal. No entanto, com as pressões sobre o partido, que levariam a sua cassação e com o não fortalecimento do PTB, foi o PRP (PSP), nos anos seguintes, o grande beneficiário da movimentação política em Natal, iniciada em 1945.

Porém, durante a campanha UDN e PSD se enfrentavam e a onda de boatos corria pelos municípios. Ambos os partidos, PSD e UDN, publicavam listas com adesões nos jornais e acusavam seus adversários de inventarem seus apoios. Com a intensificação dos combates, o Departamento de Segurança Pública normatizou, no início de outubro, os locais para realização de comícios, estabelecendo que estes tinham que: 1) ser comunicados à chefia de polícia, informando dia, hora e local; 2) ser realizados com absoluta ordem e respeito às autoridades e demais correntes políticas; 3) não contar com armas de fogo ou brancas pelos promotores e assistentes.<sup>125</sup>

No início de outubro, o governo Vargas anunciou mais uma mudança para as eleições que ocorreriam em dezembro de 1945, estabelecendo que seriam escolhidos também os governadores e deputados estaduais. Os interventores que quisessem concorrer teriam 30 dias

<sup>123</sup> Em 1946, o então o deputado federal Mota Neto solicitou ao Ministério da Justiça informações sobre subvenção do DIP ao *O Jornal*, no que foi informado que teriam sido dadas três subvenções de Cr\$ 30.000 em 27 de julho de 1945, em 04 de setembro e, em 25 de setembro. Dinheiro do DIP para o Jornal de Natal. *A República*. Natal, p. 4, 20 ago. 1946.

<sup>124</sup> Aderiu à idéia da Constituinte. *O Diário*, Natal, p. 3, 25 set. 1945.

<sup>125</sup> *A República*, Natal, p. 2, 3 out. 1945. p. 02. Em Natal, os locais onde poderiam ser realizados eram: Praça Pio X, Rocas, Tavares de Lira, entre Frei Miguelinho e Dr Barata (ambas inclusive) Alecrim (Pátio da Feira). No interior, os locais seriam indicados pela autoridade policial.

de prazo para desincompatibilização.<sup>126</sup> Os protestos da UDN foram inúmeros, pois se acreditava que, com tal lei, o presidente Vargas “[...] poderia eleger, sob sua égide, não só o Congresso Federal, com poderes constituintes, como também as Assembléias e os governadores estaduais. Sua força não encontraria limites, e nada assegurava que num último momento ele não se pronunciasse a seu próprio favor.” (GOMES, 2005, p. 278).

Os partidos passaram então a realizar suas convenções e a escolher seus candidatos, com os ânimos cada vez mais exaltados. Os boatos sobre a deposição do presidente circulavam e o general Góis Monteiro encarregava-se de negá-los, afirmando que os jornais procurassem esclarecimentos nas fontes nas quais as informações pudessem ser checadas e publicadas sem adulterações e sensacionalismo, ao invés de primeiro se publicar o que convinha e somente depois checar-se o que foi publicado.<sup>127</sup> Apesar das negativas, naquele momento, a situação já era muito tensa.

#### **1.4 Fim do Estado Novo: últimos embates e eleições**

Em 29 de outubro de 1945, Vargas foi deposto e os interventores por ele nomeados foram exonerados. Iniciava-se outro momento político no processo de redemocratização, faltando cerca de um mês para a realização das eleições. Os militares entregaram o governo ao presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, e determinaram que as interventorias fossem ocupadas pelos presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais. Também tomaram várias outras providências para evitar um contra-golpe. No Rio Grande do Norte, assumiu o governo, então, Miguel Seabra Fagundes.

Em fins de outubro, a situação era tensa. Por isso, as manifestações políticas foram proibidas e os Comandantes de Destacamentos passaram a ser os responsáveis, na sua área de atuação, pela manutenção da ordem. Em Natal, uma das primeiras resoluções da Chefia de Polícia foi a dissolução de um comício da UDN, que ocorreria na Praça Pio X, no dia 30 de outubro. Em nota, a chefia explicava ao público que essa decisão não havia sido uma iniciativa do governo do estado, mas do General Otávio Mazza, Comandante do Destacamento de Natal, a mais alta autoridade federal, em obediência a ordens superiores. As

---

<sup>126</sup> O texto de importante decreto-lei assinado ontem pelo pres. Getúlio Vargas. *A República*, Natal, p. 1, 11 out. de 1945.

<sup>127</sup> Novo e formal desmentido do Ministro da Guerra. *A República*, Natal, p. 1, 25 out. 1945.



normas para a realização dos comícios foram ratificadas, mantendo-se os mesmos locais e a necessidade da autorização da chefia de polícia. A preocupação com os meios trabalhistas era evidente e foram enviados telegramas às DRT's nos quais se afirmava que caberia aos seus respectivos delegados assegurar, por todos os meios, a ordem. Qualquer tentativa de greve ou arregimentação trabalhista com a finalidade de criar embaraço à administração deveria ser reprimida energicamente. É importante observar que à frente da DRT, naquele momento, estava o comunista João Anastácio de Queiroz.<sup>128</sup>

As primeiras notícias relacionadas à deposição de Vargas foram acompanhadas no Rio Grande do Norte por uma onda de boataria espalhada pela UDN, segundo o PSD. Ainda segundo os pessedistas, o intuito era provocar inquietações e incutir o ânimo, nos círculos políticos municipais, para angariar apoios. Mas o “movimento como estava sendo visto, processava-se dentro da ordem, com o intuito de dar ao país eleições honestas.”<sup>129</sup>

O novo governo estabeleceu que o pleito, que seria realizado em dezembro de 1945, elegeria apenas o presidente da República e os senadores e deputados federais responsáveis pela elaboração da Constituição, modificando a resolução anterior que antecipava as eleições estaduais. Assim, faltando apenas um mês para as eleições, os partidos tiveram de se reorganizar e redefinir seus candidatos. Nesse caso, em alguns municípios os juízes de direito das comarcas assumiram as prefeituras. Porém, em várias cidades foram nomeados cafeístas para esses cargos.<sup>130</sup>

As mudanças quanto à propaganda política atingiram mais ao PSD, já que os jornais oficiais foram proibidos de dar apoio político a qualquer partido. Imediatamente, os pessedistas organizaram-se e fundaram o jornal *O Democrata*<sup>131</sup>, que passou a circular, a partir de 11 de novembro, com a propaganda do partido. A UDN não teve de modificar sua propaganda política e continuou a publicar seu boletim em *O Diário*.

Os embates tornaram-se mais ásperos ainda. No caso da LEC, além da publicação de artigos anticomunistas agressivos, seus membros passaram a enviar questionários aos candidatos e, dependendo de suas respostas, recomendavam ou não as suas candidaturas.

---

<sup>128</sup> *A República*, Natal, p.12, 1 nov. 1945.

<sup>129</sup> Notícias do interior. *A República*, Natal, p. 3, 1 nov. 1945.

<sup>130</sup> Assim, por exemplo, para a prefeitura de Patu foi nomeado Lauro Maia e por indicação de João Maria Furtado, para as prefeituras de Ceará-Mirim e Baixa Verde, respectivamente, Floriano Ferreira da Silva e o capitão Álvaro Nunes.

<sup>131</sup> Infelizmente, não conseguimos localizar exemplares desse jornal. Direção: Rui Moreira Paiva; Redator-chefe: Francisco Ivo Cavalcanti; Redatores: Claudionor de Andrade, Manoel Varela e Túlio Fernandes.

Assim, o boletim da LEC de 1945, publicado em várias edições dos jornais locais, condenava as candidaturas de Café Filho, Kerginaldo Cavalcanti, por não terem respondido ao questionário enviado, além da de Yedo Fiúza, por ser comunista. Os candidatos a deputado federal pelo PCB nem mesmo eram considerados pelo boletim.

A UDN passou a fazer uma série de denúncias através do jornal *O Diário*, acusando principalmente o secretário geral do estado, Dioclécio Duarte, considerado “[...] autor, inspirador e sócio de todas essas imoralidades.”<sup>132</sup> As imoralidades às quais se referia o jornalista estavam relacionadas a várias questões: 1- anúncio pelo pessedista da criação do município de Epitácio Pessoa<sup>133</sup>; 2- entrega de carros oficiais a integrantes do PSD para serviço eleitoral do partido; 3- retirada de cartazes de propaganda política do Brigadeiro afixados na cidade; 4- perturbação do comício pró Brigadeiro realizado em 30 de outubro; 5- alteração da vida judiciária, com a criação de uma comarca em Natal e outra em Apodi, e de cartórios nas cidades de Alexandria, além dos de Pedro Velho e Port’Alegre; 5) realização de diversas transferências de funcionários.<sup>134</sup>

Tais denúncias foram encaminhadas para o Ministério da Justiça e surtiram efeito. Entre as primeiras medidas do governo, ocorreu a requisição de carros e caminhões que estavam à disposição das prefeituras, em meio a nomeações de novos prefeitos. As manifestações políticas foram intensificadas com a realização das convenções partidárias e de vários comícios. Os comunistas continuaram realizando manifestações pelos bairros de Natal e, em 17 de novembro, organizaram uma grande manifestação na Praça Pio X, para o anúncio do candidato do partido à presidência. A campanha encerrou-se sem incidentes, mas com o clima de boatos espalhando-se pelo interior do estado. Nada mais restava a fazer, a não ser esperar os resultados das urnas.

Algumas questões relacionadas aos resultados eleitorais de 1945 são importantes de serem evidenciadas e, quanto a isso, o jornal *A Ordem* nos fornece alguns dados. Um dia após o início da apuração, publicou um artigo, sem declarar sua autoria, com o sugestivo título “*De quem é a culpa?*”. Nele analisavam-se os resultados da eleição em Natal, que davam a maioria de votos exatamente aos candidatos que a LEC condenara. Para a presidência da República, o candidato comunista Yeddo Fiúza vencia em quase todas as seções eleitorais, e

---

<sup>132</sup> Não Soube Cair. *O Diário*, Natal, p. 3, 10 nov. 1945.

<sup>133</sup> A localidade de Epitácio Pessoa foi elevada a distrito da cidade de Angicos em 1938 e transformado em município em 1948, com a denominação de Pedro Avelino.

<sup>134</sup> Id. Ibid.

essa realidade se assemelhava à votação recebida por Café Filho, para deputado federal; e por Kerginaldo Cavalcanti e Sérgio Marinho, para o Senado. O artigo encontrava os culpados nos próprios católicos, nos partidos políticos e na imprensa. Esta havia tido atuação quase nula no combate ao comunismo. Os partidos, afirmava o artigo, na reta final da campanha, teriam passado a discutir exclusivamente questões pessoais, além de terem poucos católicos nos seus quadros.

Contudo, aos católicos de Natal, o artigo atribuía a culpa maior. Esses ignoravam os apelos de *A Ordem* e da Igreja. Muitos católicos não faziam nada pelo apostolado ou não cumpriam os “deveres seriíssimos de Cristão”. Mas, um dia, teriam de prestar contas a Deus, deixando de colocar a política acima da religião. Assim, da população de cerca de 90.000 pessoas que então habitava Natal, menos de mil militavam na *Ação Católica*, apesar de a Igreja, através do Papa Pio XI, ter lançado uma ordem para a arregimentação do apostolado. Nas palavras do próprio Papa, a Igreja, “com ânsia materna [...] geme ante as privações e padecimento de sua condição e se aflige com os grandes perigos espirituais a que os expõem infames e pseudo-postulados de ciência tão fartamente divulgados entre a gente simples.”<sup>135</sup> Apesar desta recomendação, nem todas as paróquias de Natal tinham *Ação Católica*, nem os católicos faziam muita coisa pelos que sofrem e não conheciam os bairros operários de Natal: Baixa da Coruja, Rua do Respeito, Morro do Pinto, Alto da Castanha, Carrasco, dentre outros.<sup>136</sup>

O texto é demonstrativo de que a intensa campanha anticomunista teve em Natal um resultado pífilo e que a atuação dos comunistas, sobretudo na periferia da cidade, com realização de reuniões, formação de comitês populares e de comícios, havia sido mais eficiente. A perplexidade com que os resultados foram recebidos pela hierarquia católica demonstra a crença de que a intensa campanha em Natal seria suficiente, como o foi em algumas cidades do interior do estado, para impedir a votação nos candidatos condenados pela LEC.

É preciso considerar que a mobilização comunista, realizada desde os primeiros meses do ano de 1945, estava atrelada, em um primeiro momento, às diversas manifestações cívicas que ampliavam o espaço público e, em um segundo momento, ao movimento queremista. O apoio de vários grupos ao governo Vargas era mobilizador. Além disso, já na reta final da

---

<sup>135</sup> De quem é culpa? Em torno dos resultados das eleições. *A Ordem*, Natal, p.1, 04 dez. 1945.

<sup>136</sup> Id. *Ibid.*

campanha agregaram-se, à mobilização comunista, as candidaturas do PRP, sob a orientação de Café Filho. Em Natal, reuniam-se, no apoio à candidatura a presidência da República do PCB, algumas das principais lideranças políticas, que, ao longo do período da Terceira República, disputariam a hegemonia política na cidade. Os votos ao PCB, como ficaria demonstrado nas campanhas posteriores, não eram somente dos comunistas.

**Tabela 4 Votação para presidente da república – Natal e Rio Grande do Norte (1945)**

Candidatos	Natal	Total no estado
Yeddo Fiúza (PCB)	5.279	6.915
Eurico Dutra (PSD)	5.070	50693
Eduardo Gomes (UDN)	3355	45500
Mário RolimTeles (PAN)	3	3
brancos	s/dados	1075
Nulos	s/dados	1362

Em 1945, nas duas zonas eleitorais da capital, os candidatos ao Senado pelo PRP, Kerginaldo Cavalcanti e Sérgio Marinho, e a deputado federal, Café Filho, foram os mais votados. Tais resultados são importantes de serem avaliados, pois estão ligados à votação obtida pelos candidatos do PCB.<sup>137</sup> Tanto para o Senado quanto para a Câmara Federal a votação obtida pelo PC não correspondeu à votação obtida pelo candidato a presidente Yeddo Fiúza. Este obteve uma maioria de cerca de 200 votos sobre o segundo colocado, Eurico Dutra. Tal resultado somente foi possibilitado pela vinculação às candidaturas do PRP, sob a liderança de Café Filho, e ao PTB varguista.

**Tabela 5 Votação para Senadores – Natal e Rio Grande do Norte (1945)**

Candidatos	Natal	Total no estado
<b>Eleitos</b>		
José Georgino Avelino (PSD)	3870	44885
Jose Ferreira de Souza (UDN)	3064	42116
<b>Não eleitos</b>		
Antonio Fernandes Dantas (PSD)	2393	41543
Dinarte de Medeiros Mariz (UDN)	2638	41389
Kerginaldo Cavalcanti de Albuquerque (PRP)	5650	15276
Sergio Bezerra Marinho (PRP)	4549	13320
Luiz Carlos Prestes (PCB)	2156	3030
Miguel Moreira (PCB)	1996	2802

<sup>137</sup> Para o senado concorriam Luiz Carlos Pestes e Miguel Moreira, que também eram candidatos a deputado federal. Miguel Moreira era naquele ano um dos dirigentes do partido no estado e havia participado da Insurreição Comunista de 1935.

Já no interior, tanto a UDN quanto o PSD beneficiaram-se dessa campanha anticomunista, disseminada pela LEC. No Seridó, região central do estado, forte reduto da UDN e de tradição católica, a votação de Café Filho e dos candidatos do PCB foi praticamente insignificante. A polarização entre PSD e UDN, com grande vantagem para os udenistas, somente ocorreu devido à atuação do padre Walfredo Gurgel, eleito deputado federal pelo PSD. Caso contrário, a hegemonia seria udenista. Na definição das chapas, os partidos haviam escolhido candidatos com força política em diferentes municípios do estado, de forma que a chapa tivesse votação expressiva em determinados locais devido à atuação de algum dos candidatos.

Para a presidência da República, Eurico Dutra venceu em 15 das 26 zonas eleitorais do estado e Eduardo Gomes venceu 10, ficando Yeddo Fiuza com maioria em uma das duas zonas eleitorais da capital, o que lhe garantiu maioria na cidade. A vinculação desses resultados aos outros cargos eleitorais disputados garantiu a maioria de cadeiras ao PSD. Para o Senado, Georgino Avelino venceu em 14 zonas eleitorais, sendo o candidato mais votado. No entanto, as possibilidades do PSD eleger o segundo senador foram frustradas pela votação de José Ferreira de Souza, da UDN, na zona eleitoral de Santa Cruz. O apoio dos primos Theodorico e João Bianor Bezerra foi suficiente para que José Ferreira tivesse votação maior do que a do ex-interventor Fernandes Dantas. Enquanto Eduardo Gomes obteve 3.694 votos naquela zona, os candidatos ao Senado pela UDN tiveram: Dinarte Mariz 4.294 e José Ferreira 4.529.

Para a Câmara Federal PSD, UDN e PRP lançaram sete candidatos, cada um. A UDN, que sonhara em eleger quatro ou cinco deputados, elegeu somente dois: seu grande líder, José Augusto, o candidato mais votado para a Câmara Federal, e o jovem Aluizio Alves, graças ao coeficiente eleitoral alcançado pela votação de José Augusto. Caso contrário, a UDN teria eleito apenas um deputado.

**Tabela 6** Votação para Deputados Federais eleitos - Natal e Rio Grande do Norte (1945)

Candidatos	Natal	Total no estado
Dioclécio Dantas Duarte (PSD)	462	7516
Jose Augusto Varela (PSD)	1332	7268
Monsenhor Walfredo Gurgel (PSD)	456	7116
Vicente da Mota Neto (PSD)	50	6994
Jose Augusto Bezerra de Medeiros (UDN)	1091	14348
Aluizio Alves (UDN)	212	5788
João Café Filho (PRP)	4120	11239

Em entrevista concedida em 1983, Aluizio Alves narra o lançamento da sua candidatura para a Câmara Federal, afirmando que seu interesse era ser candidato a deputado estadual e que desistira disso para fazer uma conciliação partidária, pois teria sido procurado por integrantes do partido para concorrer à chapa federal. Para Aluizio, fora definidor para sua vitória o apoio eleitoral do partido e sua “boa situação emocional em Natal”. Ele afirma que, durante a guerra, havia

[...] sido incubido de mobilizar o apoio da opinião pública para a causa aliada; tinha um programa de rádio, na Rádio Educadora, “Glórias do Brasil”, aos domingos, que tinha grande repercussão, tinha um programa as 6:00 horas da noite, “Ave-Maria”, que eu fazia sempre dedicando aos mortos da guerra, às famílias e tal. Tinha assim uma boa situação emocional em Natal, tinha feito assistência às famílias combatentes, grandes festas, grandes artistas, tinha uma vinculação muito grande a todas as famílias de pessoas que haviam participado, haviam sido convocadas para a guerra e, tinha, ainda, aquela minha ação social da Campanha de Assistência aos Flagelados em 42.

Em primeiro lugar, é preciso considerar o lugar de fala de Aluizio Alves. Em 1983, momento da entrevista, ele já havia exercido diversos cargos públicos, inclusive de governador do estado, e acabava de sair derrotado de outra campanha política para o governo do estado. Ao rememorar sua primeira campanha política, quando saíra vitorioso, minimiza as disputas em 1945 e as estratégias que foram utilizadas para a sua eleição, valorizando o cargo que exercera e atribuindo a isto sua vitória eleitoral. Empiricamente, a afirmativa de Aluizio Alves não tem sustentação, pois, em Natal, ele teve pouco mais de duzentos votos. Sua votação ocorreu na cidade em que nasceu, Angicos, onde foi o candidato mais votado.

Naquela cidade, seu pai, Manoel Alves, havia exercido o cargo de prefeito. Os votos vieram também da região de Santana do Matos, onde seu primo era liderança política, e de Santa Cruz, devido ao apoio de Rainel Pereira. No entanto, Odorico Ferreira afirmaria, posteriormente, que havia uma determinação expressa da UDN para que se votasse em José Augusto e Aluizio Alves. “Os udenistas acusavam Aluizio Alves de haver mandado expedir telegrama na véspera do pleito a todos os diretórios municipais da UDN, recomendando seu nome com a ‘assinatura’ do velho líder José Augusto.” (BEZERRA, s/ data. p. 25).

Para Dinarte Mariz, a eleição de Aluizio foi resultante do seu apoio, pois determinara que cada diretório do Oeste direcionasse uma quantidade de votos para ele, além de ter sido o responsável pela indicação do nome do jovem estudante. Nos municípios daquela região, foi o único candidato do PSD a ser votado, enquanto Vicente Mota Neto teve expressiva votação na cidade de Mossoró e no entorno, o que lhe garantiu a vitória. José Augusto Varela e Dioclécio Duarte tiveram uma votação mais espalhada pelos municípios do estado.

Tais resultados são importantes para os acordos que começaram a ser gestados logo no início de 1946, para as eleições que ocorreriam em janeiro de 1947, nas quais se escolheriam o governador do estado, um senador e suplentes (para os dois senadores eleitos em 1945 e um para o que seria eleito em 1947), além de deputados estaduais. Dessa forma, os resultados eleitorais de 1945, favoráveis ao PSD, permitiram a acomodação/reacomodação, no início de 1946, de seus partidários em diversos cargos públicos. A exoneração de Miguel Seabra Fagundes ocorreu em fevereiro de 1946, tendo sido nomeado Ubaldo Bezerra, que assumiu a interventoria em 13 de fevereiro de 1946.<sup>138</sup>

A campanha eleitoral de 1945 demarcando o fim do Estado Novo foi um evento político histórico. No Rio Grande do Norte, como demonstramos ao longo do capítulo, as mobilizações foram intensas com os partidos políticos, candidatos e eleitores se organizando e tomando os espaços públicos com diversos tipos de manifestações. Após anos sem eleições, a população respondia e participava da política pelo voto.

---

<sup>138</sup> O indicado para a interventoria foi escolhido de uma lista com cinco nomes, organizada pela comissão executiva do PSD: João Câmara, Manoel Varela, Francisco Ivo Cavalcanti, Manoel Gurgel e Ubaldo Bezerra. Após acordo entre a delegação local do partido, a Executiva Nacional e o Presidente da República, João Câmara retirou sua candidatura e indicou o nome do novo interventor. (CENTENO, 2006. p. 164). Para secretário geral do estado, foi nomeado Claudionor Andrade. As prefeituras passaram novamente a ser ocupadas por pessoas indicadas pelo PSD, acirrando as disputas no âmbito local. Em Natal, assumiu o cargo de prefeito Sílvio Pedroza.

## APÊNDICE

Tabela 7 Principais jornais do Estado (1945-1955)

JORNAL/ ANO DE FUNDAÇÃO	FUNDADORES/ PROPRIETÁRIOS	CARACTERÍSTICAS MARCANTES
A REPÚBLICA (1889)	Pedro Velho de Albuquerque Maranhão (PR- RN) - Governo estadual	- Fundado para ser o porta-voz dos republicanos; - Posteriormente, transformado em jornal oficial do governo estadual e defensor do grupo político que estava no poder; No pós-30, passou a ser <i>Imprensa Oficial do Rio Grande do Norte</i> (IORN), depois foi elevado a <i>Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP)</i> , já passando por um processo técnico de modernização, recebendo novos linotipos e impressoras, o que lhe deu outro aspecto visual e gráfico; - Em 1945, circulava como jornal diário; em 1947 voltou a ser apenas jornal oficial; - Sofreu várias interrupções na circulação.
<i>A ORDEM</i> Julho de 1935	Igreja Católica	- Publicação de artigos relacionados à religião católica e fatos contemporâneos da política brasileira que eram enviados do Rio de Janeiro, em sua grande maioria. - Editoriais contrários à maçonaria, ao atletismo e a co-educação, que consistia em salas mistas de alunos e alunas. Os jornalistas católicos afirmavam que eram essas idéias as responsáveis pela penetração do comunismo junto à população. - O jornal, nos anos 1930, tinha entre seus escritores católicos que passaram a simpatizar com a ideologia de direita que atraía simpatizantes no Brasil: o integralismo. Dentre os seus colaboradores estavam também muitos dos que escreviam em <i>A República</i> . - Após a redemocratização de 1945, o jornal manteve o mesmo perfil anticomunista e circulou até 1952.
<i>O DIÁRIO</i> (fundado em setembro de 1939 e transformado em <i>Diário de Natal</i> , em 1947)	Valdemar Araújo, Rivaldo Pinheiro, Adherbal de França e Djalma Maranhão;	Fundado em setembro de 1939, com o objetivo de divulgar as notícias da guerra; seus proprietários venderam o registro do jornal, no mês de abril de 1942, ao então diretor de <i>A República</i> , Rui Paiva. Em fins de 1944, o jornal foi vendido à rede dos <i>Diários Associados</i> ; - É o mais antigo periódico em circulação no estado e um dos com maior tiragem.
<i>JORNAL DE NATAL</i> (agosto de 1947)	Café Filho	- Antes dele, outras folhas foram publicadas por Café Filho, desde os anos 20, mas com várias interrupções; - Entre 1947 e 1958, o jornal foi um dos mais importantes do estado, circulando em média 3 ou quatro vezes na semana; - Em 1958 foi vendido a a Djalma Maranhão e passou a ser denominado <i>Folha da Tarde</i> , órgão que se intitulava nacionalista e que circulou até 1964.
<i>TRIBUNA DO NORTE</i> (março de	Aluizio Alves; Dinarte Mariz e mais uma	- Inspirada nos moldes da Tribuna da Imprensa de Carlos Lacerda, inclusive reproduzindo inúmeros artigos daquele jornal;



1950)	sociedade composta por diversos acionistas (a maior parte, pertencente aos quadros da UDN)	- Foi o primeiro dos jornais do estado a se ampliar, nos moldes da imprensa carioca, suas editorias e cadernos especializados incluindo moda, economia, esportes, na década de 1950. - Ainda circula e concorre nos dias atuais, em termos de triagem, com o <i>Diário de Natal</i> .
-------	--	--

## CARTOGRAFIA POLÍTICO-ELEITORAL

As tabelas abaixo apresentam dados biográficos de alguns políticos que ganharam evidência no estado o Rio Grande do Norte durante a Terceira República. Como as informações sobre eles são, muitas vezes, imprecisas e esparsas, a opção aqui foi por privilegiar os dados relativos ao período contemplado pela pesquisa (1945-1955). Não tivemos a intenção de colocar dados biográficos de todos os políticos que atuaram no período, selecionamos alguns deles. Muitos desses políticos ocuparam o cargo de prefeitos municipais e a rotatividade no executivo municipal foi muita grande entre 1930 e 1948, de modo que tivemos dificuldades em precisar tais dados. Os sites da internet e alguns livros que apresentam dados biográficos sobre os políticos do estado mostram muitas informações inverídicas e imprecisas em relação à trajetória desses políticos. Hiram Pereira (PCB), por exemplo, é apresentado como tendo sido deputado federal eleito em 1945 e cassado em 1947. Contudo, ele não concorreu, em 1945, a nenhum cargo. Somente em 1947, foi candidato a deputado estadual, obtendo 590 dos 2.787 votos recebidos pelo partido, o que não era suficiente para elegê-lo, pois o partido não atingiu o coeficiente eleitoral.

**Tabela 8 Dados biográficos políticos do PCB**

NOME	PROFISSÃO	CARGOS NOMEADOS	CARGOS ELETIVOS DISPUTADOS - ELEITOS	OBSERVAÇÕES
Djalma Maranhão (Natal-1915-1971)	Jornalista	- Prefeito de Natal (1956- 1959)	- Deputado estadual (1954); - Deputado federal (1958) - Prefeito de Natal (1960)	- Em 1946 deixou o PCB. - Filiou-se ao PSP em 1950, a convite de Café Filho. - Deposto da prefeitura de Natal em 2 de abril de 1964, teve os direitos políticos cassados com a decretação do AI-1; - Exilado no Uruguai,

				faleceu em 1971, sendo sepultado em Natal.
Hiran de Lima Pereira (Caicó-1913-1975)		- Secretário de Administração da Prefeitura do Recife, na gestão de Miguel Arraes;	- Concorreu ao cargo de deputado estadual em 1947; não sendo eleito.	- Desaparecido político em 1975.
Jonas Reginaldo (Mossoró)			- Concorreu a deputado estadual, em 1947, obtendo 163 votos.	- Participante da insurreição Comunista de 1935
Lauro Reginaldo da Rocha (Mossoró-1908-1991)	Operário; sindicalista			- Criou junto com o irmão Reginaldo a primeira célula do PCB em Mossoró, em 1925. - Participante da Insurreição Comunista de 1935, passou por várias prisões.
Luiz Ignácio Maranhão (1921-1974)	Advogado Jornalista Professor		- Deputado estadual, pelo PTN (1958-1962); - Não reeleito em 1962	- Preso e torturado na Base Área de Natal, em 1952; - Desaparecido político em 1974
Raimundo Reginaldo (Mossoró)				- Participante da Insurreição Comunista de 1935

Tabela 9 Políticos PSD

NOME/NASCIMENTO/MORTE	PROFISSÃO	CARGOS NOMEADOS	CARGOS ELETIVOS DISPUTADOS/ELEITOS	OBSERVAÇÕES
Aderson Dutra (Patu – 1911- 1993)	Médico	- Integrante do Conselho de Geografia e Estatística do município de Martins, 1938; - Prefeito de Martins (1942-)	- Deputado estadual (eleito pelo PSD, em 1947); Deputado federal, suplência (1950); Deputado estadual, (1954, não eleito) Prefeito de Martins (eleito em 1958);	Em 1952, deixou o PSD e filiou-se ao PSP de Café Filho.
Aluízio Gonçalves Bezerra (Santa Cruz- 1926 – 1978)	Advogado	- Secretário de Interior e Justiça (1961); - Ministro do Tribunal de Contas do Estado (1966)	- Deputado estadual (1950, 1954, 1958); - Deputado federal (1962 e 1966)	- Filho de João Bianor Bezerra (eleito deputado estadual em 1947) e sobrinho de Theodorico Bezerra, presidente do PSD.
Antonio Fernandes Dantas (Caicó – 1881- 1966)	Militar de carreira	- Comandante da 6ª região militar (BA-1937); - Interventor (BA-1937-1938);	- Senador (1945- derrotado); - Eleito suplente do senador João Câmara, em 1947, teve, porém a sua candidatura cassada pelo TRE;	- Não obteve êxito em disputas eletivas no pós-45;

		- Interventor RN (1943-1945)		
Claudionor Telógio de Andrade (São José de Mipibu - 1909-1980)	Advogado, Promotor e Juiz;	- Secretário-geral do estado (1946); - Prefeito de Natal (1950);	- Deputado estadual (1947 – suplência); Eleito deputado estadual, em 1948, para uma das duas vagas criadas pela Constituição de 1947.	- Em 1950 deixou o PSD, junto com um grupo dissidente, liderado pelo então governador José Varela e foi para o PST, concorrendo a deputado federal, sendo um dos menos votados. - Em 1954, quando o ex-governador José Varela deixou o PST, ele foi responsável pela reestruturação desse partido, assumindo sua presidência.
Dioclécio Dantas Duarte (Natal- 1894-1975)	Advogado, jornalista	- Secretário geral do estado (1945)	- Deputado estadual e federal, por vários mandatos nas décadas de 1910 e 1920; - Deputado federal (1945, ficando na suplência em 1950 e em 1954);	- Atuava na imprensa da capital federal e, em 1945, retornou ao estado para a fundação do PSD. No entanto, somente conseguiu se eleger em 1945.
Francisco Bilac de Faria (Serra Negra do Norte- 1915-1973)	Militar (PMRN); Odontólogo; Professor.	- Prefeito de Martins (mais de uma vez ,nas décadas de 1930 e 1940);	- Deputado estadual (1950-1954)	- Participou dos combates aos comunistas em 1935;
Georgino Avelino (Angicos- 1888 -1959)	Jornalista; advogado	- Interventor (RN-1945)	- Deputado federal (PRRN-1924 e 1926); - Senador (PSD-1945), reeleito em 1954.	- Fundador de jornais no Rio de Janeiro, onde residia, mantinha relações de amizade com Eurico Dutra; - Tornou-se, a partir de 1945, um dos mais importantes líderes do PSD no estado; - Faleceu ainda no exercício do cargo de senador.
Israel Ferreira Nunes (Luís Gomes- 1902-1972)	Bacharel em Direito; Juiz; Promotor	- Oficial de gabinete na interventoria de Antônio Fernandes Dantas; - Chefe de polícia e delegado da ordem política e social;	- Deputado estadual (1947, reeleito em 1950, 1954 e 1958); Não eleito em 1962; - Voltou à Assembleia Legislativa em 1970, pela ARENA.	- No cargo de Juiz de Direito, respondendo pela Comarca de Mossoró, deferiu o pedido de voto da professora Celina Guimarães, em 1927. Tal fato a tornou a primeira mulher a obter o direito de voto no país.
João Câmara	Agropecuárista		- Prefeito de Baixa Verde	- Faleceu em dezembro

(1895-1948)	a, industrial e comerciante		(1928); deputado estadual (1933); deputado federal (PP- 1934 a 1937); Senador (1947).	de 1948, pouco mais de um ano depois de assumir o mandato de senador.
José Arnaud Gomes Neto			- Deputado Federal (1945, ficou na primeira suplência, assumindo depois que José Varela foi eleito governador-1947-1951) Deputado federal (1950 e 1954), não reeleito em 1958.	- Era genro de João Câmara e foi seu herdeiro político.
José Augusto Varela (Touros-1896-1976)	Médico		- Deputado estadual (1934) - Deputado federal (1945); Governador (1947-1951); senador (1954- não eleito) vice-governador (1955-1960); Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (1960).	- Em 1950 liderou uma dissidência dentro do PSP e formou o PST. Em 1954, rompeu com o PST e passou a compor o PDC, partido pelo qual concorreu e foi derrotado ao senado em 1954.
Manoel Varela de Albuquerque (Natal-1900-1990)	Professor; advogado; Procurador da República	Chefe de Polícia (1946)	Deputado estadual (1947); Candidato ao governo do estado em 1950 (não eleito)	- Primo de José Varela e candidato por imposição dele.
Monsenhor Walfredo Gurgel (Caicó- 1908-1971)	Monsenhor		Deputado federal (1945); não reeleito em 1950; Vice-governador (1960); Governador do estado (1965-1971)	- Uma das mais importantes lideranças do PSD da região do Seridó.
Sílvio Piza Pedroza (1918-1998)		Prefeito de Natal (1946- 1951)	Vice-governador do estado (1950);- deputado estadual em 1947, tendo se licenciado para permanecer na prefeitura.	Assumiu o governo do estado em 1951, após o acidente que vitimou o governador Dix-Sept Rosado.
Theodorico Bezerra (Santa Cruz-1903-1994)	Fazendeiro, agropecuarista ; Industrial; empresário	Eleito pela Assembleia Legislativa, vice-governador (1963)	Deputado estadual (1947); Deputado Federal (1950, 1954 e 1958); Concorreu ao Senado, em 1962, não sendo eleito; Deputado federal (1966, 1974 e 1978- não eleito em 1970);	- Arrendatário do Grande Hotel, principal de Natal, por muitos anos e local de reuniões políticas. - Presidente do PSD a partir de 1949 até a instituição do bipartidarismo, em 1965;
Ubaldo Bezerra (Recife- PE - 1894-1974)	Usineiro	Interventor do estado (fevereiro de 1946 a janeiro de 1947).	- Candidato derrotado à prefeitura municipal de Ceará-Mirim, em 1952; - Deputado estadual, em 1954.	
Vicente da	Proprietário de	Prefeito de	- Deputado Federal 1945;	- Sobrinho do Padre

Mota Neto (Mossoró – 1914-1981)	salina	Mossoró (1945)	1950 (ficou na suplência, mas assumiu o cargo com a vaga aberta por Café Filho); - Deputado estadual, em 1954 (suplência)	Mota Mota; - Em 1954, ao ficar na suplência para deputado estadual acusou alguns companheiros da legenda de promoverem fraudes eleitorais retirando votos de candidatos do próprio partido. Acabou assumindo o mandato com a convocação de dois deputados para ocuparem outros cargos.
---------------------------------------	--------	----------------	---	--

Tabela 10 Políticos da UDN

NOME	PROFISSÃO	CARGOS NOMEADOS	CARGOS ELETIVOS DISPUTADOS	RELAÇÕES FAMILIARES/ ATUAÇÕES RELEVANTES
Aluizio Alves (Angicos- 1921-2006)	Advogado; jornalista	Diretor do SERAS (1942)	- Deputado federal eleito (1945,1950, 1954, 1958); - Governador do estado (1960); - Deputado federal 1966 (cassado em 1969). - Em 1982, concorreu ao governo do estado, pelo PMDB, tendo sido derrotado.	Depois da sua cassação, seu filho Henrique Eduardo Alves foi o escolhido para substituir o pai, sendo eleito, sucessivamente, deputado federal desde 1972.
André Fernandes (Pau dos Ferros - 1903- 1975)	Militar de carreira do Exército Brasileiro	Chefia de polícia (1937 e 1943)	- Deputado federal (1950)	
Dinarte Mariz de Faria (Serra Negra do Norte- 1903-1984)	Comerciante; industrial	Prefeito de Caicó (1930- 1932)	- Senador, não eleito (1945 e 1950); - Vice-governador em eleição indireta, derrotado, em 1947; - Senador, eleito em 1954; - Governador do estado, eleito em 1955; - Senador eleito (1962, 1970, 1978).	A partir do rompimento com Aluizio Alves em 1960, ambos iniciaram um processo de disputa política que incluía a construção memorialística das suas próprias trajetórias políticas, tendo o adversário como contra-ponto. A sucessão de Dinarte Mariz no governo do estado, em 1960, foi pleiteada por Alves e vetada pelo então governador. Tal veto causou não só o rompimento político entre os dois, mas, também, uma acirrada

				disputa política nos anos posteriores. Em 1960, Alves lançou-se candidato a governador pelo PSD e venceu o pleito. Em 1962, Mariz se reelegeu senador e foi um dos líderes do golpe militar de 1964. Em 1965, na campanha para a sucessão de Aluízio Alves, Dinarte Mariz concorreu, porém foi derrotado. Em 1969, depois de assumir o mandato de deputado federal, para o qual foi eleito em 1968 (Aliança Renovadora Nacional – ARENA), Alves foi cassado após a decretação do Ato Institucional n. 5 de dezembro de 1968. A partir daí, mesmo cassado, Aluízio Alves passou a liderar o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) no estado, enquanto Dinarte Mariz liderava a ARENA.
Dix-Huit Rosado (Mossoró-1912- 1996)	Médico; Industrial		- Deputado estadual (UDN), em 1947; - deputado federal (1950 e 1954 – PR); - senador em 1958 e depois prefeito de Mossoró por três mandatos.	- Em 1950, participou da cisão udenista que compôs o PR; - Assumiu a liderança do grupo Rosado após a morte do irmão Dix-Sept Rosado.
Dix-Sept Rosado (Mossoró-1911- 1951)	Empresário		- Prefeito de Mossoró (1948-1950); - Governador do estado (1950)	- Em 1950, liderou uma cisão na UDN, fundando o PR no estado, partido pelo qual concorreu ao governo do estado, sendo eleito. - Assumiu o governo em janeiro de 1951 e em julho do mesmo ano sofreu um acidente de avião, falecendo junto com alguns dos seus auxiliares no governo
Djalma Marinho (Nova Cruz-1908-1981)	Advogado		- Deputado estadual (1934- AS) deputado federal (1945- não eleito) deputado estadual (1947) deputado federal (1950- primeira suplência; 1954 -58-62- eleito); Governo do estado (1960), disputando com o seu ex-colega de partido, Aluízio Alves, tendo sido derrotado.	Atuou na defesa dos presos políticos acusados de comunistas, em 1935.
Francisco	Médico	Prefeito de	Deputado federal	

Duarte Filho Mossoró (1905-1973)		Mossoró (1935-1936);	(1945, ficou na suplência); Vice-governador (1950- não eleito) Senador eleito (1958)	
Gentil Ferreira de Souza (Santa Cruz 1901-1962)		Prefeito de Natal (na década de 1930, por 3 vezes)	Vereador de Natal, eleito em 1948.	Filho do Coronel Ezequiel e irmão de Antônio e Odorico Ferreira de Souza, entre outros.
João da Matha Paiva (Jardim de Angicos- 1897-1965)	Padre		- Deputado estadual (1935- PP); - deputado federal (1945- não eleito) - deputado estadual (1947-1951)	
João Francisco da Mota	Indust. e comerciante		Vereador de Natal pela UDN (1948);	- Rompeu com a UDN e passou a compor o PTB, junto com o filho Clóvis Mota
João Medeiros Filho (Campina Grande-PB – 1904 – 1987)	Advogado; Promotor	Chefe de Polícia (1935)		- Era o Chefe de Polícia quando eclodiu a Insurreição Comunista de 1935
Joaquim Inácio de Carvalho Filho (Martins- 1888-1948)	Advogado; Promotor; Juiz	Prefeito de Natal (década de 1940) Prefeito de Martins	Deputado estadual (1913-1917) Senador (1935)	
Jocelyn Vilar (Ceará –Mirim- 1898-1970)	Advogado	Foi oficial de gabinete do interventor Rafael Fernandes.	Prefeito de Martins (na década de 1940) Em 1945, concorreu a deputado federal (1945- não eleito); Prefeito de Martins (1948) Deputado estadual (1954- 1970); Governador (1955- não eleito)	Casado com Alzira Carvalho, irmã do ex-senador Joaquim de Carvalho.
José Augusto Bezerra de Medeiros (1874-1971)	Advogado; Juiz; Procurador da República		- Deputado estadual e federal (nas décadas de 1910 e 1920); - Governador do Rio Grande do Norte (1924-1928); - Senador (1928 a 1930); - Deputado federal (1935-1937); - Deputado federal (1945 a 1955).	- Em 1954, não conseguiu se eleger deputado federal, saindo da vida pública.

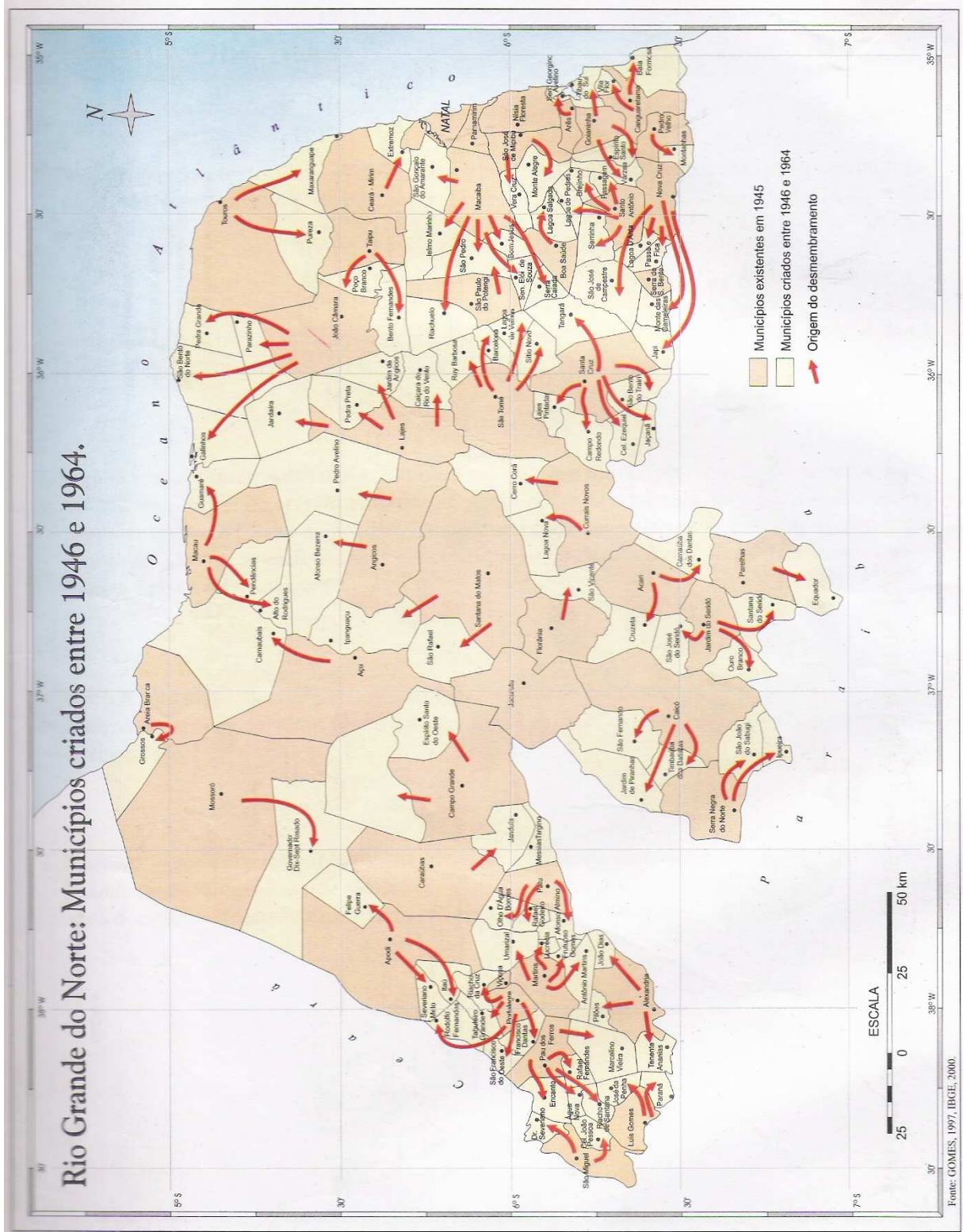
José Ferreira de Souza (Santa Cruz-1889-1975)	Advogado, jornalista e professor; Procurador da Fazenda Nacional		Deputado estadual (1933); deputado federal (1934 a 1937); senador (1946 a 1955).	Era um dos filhos do coronel Ezequiel Mergelino de Sousa, liderança política da cidade de Santa Cruz. - Em 1954, não contou com o apoio do partido para a sua reeleição.
Mário Negócio (Fortaleza-CE, radicado em Mossoró-1911-1951)	Advogado	Secretário Geral do Estado (1951)	Deputado estadual (1947)	Amigo e auxiliar de Dix-Sept faleceu em um acidente na cidade de Tacima-PB em março de 1951.
Rafael Fernandes Gurjão	Médico	Deputado federal (na década de 1920) Prefeito de Mossoró; Interventor (RN 1937-1943)	Governador do estado, em eleição indireta 1935. Permaneceu como interventor após a decretação do Estado Novo em 1937, sendo substituído em 1943.	

Tabela 11 Políticos do PSP

NOME	PROFISSÃO	CARGOS NOMEADOS	CARGOS ELETIVOS DISPUTADOS	RELAÇÕES FAMILIARES/ ATUAÇÕES RELEVANTES
Kerginaldo Cavalcanti de Albuquerque (Natal-1895-	Advogado; Promotor; Jornalista		Deputado estadual (1918); Deputado federal (1933-1934); Suplente de senador (1947); Senador 1948; reeleito em 1950	- Foi o único candidato a suplente de senador que concorreu em 1947 e não teve sua candidatura cassada. Com a morte do senador João Câmara, em 1948, assumiu o mandato.
Abelardo Calafange (Canguareta - 1904 - 1974)	Médico	Prefeito de Baixa Verde (1932)	Deputado estadual (1934- Aliança Social); Deputado estadual (1945- PSP); Deputado federal (1950- suplência); Suplente de senador (1954- não eleito)	- Aliado de Café Filho desde a década de 1930, deixou o PSP e filiou-se ao PR, após a campanha de 1950, por divergências com integrantes do partido; - Ocupou por alguns meses o cargo de deputado federal, graças ao licenciamento do titular.
Erivan França (Natal - 1925- 1988)	Jornalista	Secretário e chefe de gabinete de Café Filho		
Antônio Félix da	Eletricitário e sindicalista		Vereador em Natal (1948 a	- Foi um dos fundadores do PTB em 1945. Em 1948, já pertencia aos

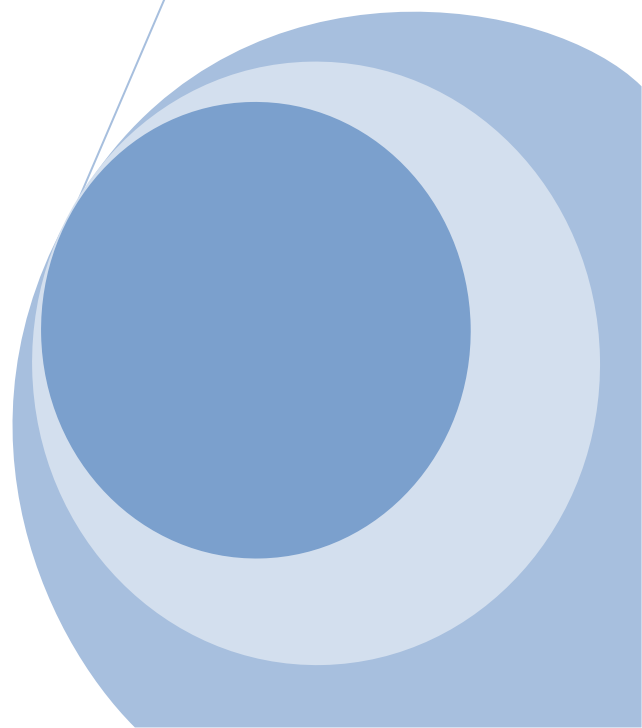


Silva (Touros- 1904- 1990)			1976)	quadros do PSP.
Sérgio Bezerra Marinho (Nova Cruz- 1903-1993)	militar, professor, e magistrado.	Oficial de Infantaria Esc ola Militar do Realengo; Ministro do Tribunal Superior do Trabalho; Secretário-geral do Estado (novembro de 1945 e fevereiro de 1946)	Suplente de Senador (1954), interinamente em 1957, e depois, em 1959, com a morte de Georgino Avelino assumiu Juiz Classista do TRT da 1ª Região.	
Reginaldo Fernandes de Oliveira (Natal- 1903- 1988)	Médico; professor; Jornalista.	Diretor do Departamento de Tuberculose da Prefeitura do Distrito Federal	Suplente de Senador (1954)	Foi eleito suplente de senador em 1954 a assumiu o mandato entre 1956 e 1963.
João Fernandes Campos Café Filho (Natal - 1899-1970)	Jornalista; Advogado aprovisionad o	Chefe de Polícia (início dos anos 1930)	Deputado federal (1934-1937); Deputado federal (1945-1951) Vice-presidente da República (1951-1954); Presidente da República (1954- 1955)	



Fonte: Felipe (2004, p. 127)

**2 A hora e a vez da  
política estadual: a  
campanha de 1947-1948**



- Para deputado: o pirata da perna de pau!
  - Mamãe, mamãe!
  - A cidade tá cheia de vereador.
  - E o que foi que você fez mesmo?
  - Taquei Detefon nos brutos!<sup>139</sup>
- (Texto escrito por um eleitor na cédula eleitoral.  
Diário de Natal, 1948)



Figura 2 - Propaganda do inseticida Detefon  
Fonte: Diário de Natal, 1948

Este capítulo se inicia com dois documentos publicados nos jornais de Natal, em 1948. A propaganda do inseticida Detefon, também anunciada em revistas e jornais de outras cidades brasileiras, informava, como novidade na fabricação daquele produto, a junção de duas substâncias químicas eficazes para a exterminação de insetos: o DDT e a rotenona. O DDT (diclorodifeniltricloroetano) era uma grande descoberta da indústria química desde, pelo menos, a década de 1930.<sup>140</sup> Tal descoberta tornou obsoletos os inseticidas anteriores que utilizavam a rotenona como base principal de seu veneno.

As inovações da indústria química e o anúncio do Detefon chamaram a atenção de um eleitor natalense, que, em 1948, encontrou outra utilidade para o produto: exterminar

<sup>139</sup> *Diário de Natal*, Natal, p. 6, 24 març. 1948.

<sup>140</sup> Por desenvolver pesquisas sobre a utilização da substância DDT em inseticidas, o suíço Paul Herman foi contemplado com o Prêmio Nobel de Química em 1948.

políticos. A brincadeira, de evidente teor crítico, foi escrita em uma cédula depositada em uma urna eleitoral. O gesto pode ser interpretado de várias formas e não há como saber qual era a exata intenção daquele cidadão. É possível que fosse uma referência à matéria publicada no jornal *A Ordem* que reclamava da propaganda comunista nos muros da cidade, afirmando que o povo já a intitulara de “remédio para todos os males” e de Detefon, pois afugentava os eleitores democráticos.<sup>141</sup> Forma de protesto ou de descrédito em relação aos rumos da recente democracia, o fato é que, em pouco mais de dois anos, os eleitores brasileiros foram convocados a votar três vezes.

A frequência na realização de eleições era, pois, uma grande novidade para a população do país, e do Rio Grande do Norte em particular. Desde o pleito de 2 dezembro de 1945, passando pelo ocorrido em 19 de janeiro de 1947, e pelas eleições realizadas em 21 de março de 1948, a mobilização política agitava as cidades do estado. Em 1947, foram escolhidos o governador do estado, o vice-governador, um senador, três suplentes de senadores e os deputados estaduais, que comporiam a Assembléia Constituinte Estadual. Em 21 de março de 1948, era a vez de se eleger prefeitos – com exceção de Natal –, vereadores e mais dois deputados estaduais, cargos criados pela Constituição Estadual, promulgada no ano anterior.<sup>142</sup> Portanto, um tempo de campanhas políticas que foram vividas intensamente nos municípios, com disputas violentas e acirradas, mas também com muitas festas políticas.

Nesse sentido, o principal objetivo deste capítulo é acompanhar a mobilização nas cidades do Rio Grande do Norte para a realização das eleições estaduais e municipais, remarcando a importância dos pleitos e evidenciando o acirramento das tensões, em localidades do interior do estado. Estas se constituíam como lugar político sensível, onde emergiam confrontos resultantes de dissensões político-partidárias, no âmbito estadual, e, mais do que isso, no nível municipal, o que ocorria, em muitos casos, pela primeira vez. Surgiam novas lideranças, que ou eram apoiadas, ou concorriam com os “velhos” chefes políticos das décadas anteriores e seus “herdeiros políticos”.

Os enfrentamentos políticos da segunda metade da década de 1940 ocorriam em espaços que passavam por grandes transformações físicas, com construções de obras que possibilitavam melhorias na vida da população, transformando o cotidiano municipal, até então regido pelo tempo da Igreja Católica e de suas festas religiosas. A definição/delimitação

---

<sup>141</sup> Candidaturas comunistas: espantalhos do eleitorado. *A Ordem*, Natal, p. 4, 25 fev. 1948.

<sup>142</sup> A Constituição do Estado do Rio Grande do Norte foi promulgada em 25 de novembro de 1947.

desses espaços, do ponto vista geográfico/administrativo – como cidades, distritos ou vilas – passou por uma intensa discussão, técnica e política, que datava do final dos anos 1930 e do início dos anos 1940. Após a definição geográfica realizada pelo IBGE, em 1938, a população das cidades e vilas necessitavam passar por um processo de construção de sentimentos de pertencimento. Começava a ser criada/inventada uma nova identidade. Ou seja, a tradição era construída a partir da releitura do passado político. Esse foi um processo extremamente importante do ponto de vista político, que se refletiu nas campanhas eleitorais e, por isso, também é abordado neste capítulo. As questões locais eram intensamente discutidas na Assembléia Legislativa, e os deputados passavam a, dentre outros aspectos, engajarem-se em lutas pelos desejos emancipatórios das localidades.

Analisar as campanhas políticas de 1947 e de 1948 não é uma tarefa simples. A campanha municipal de 1948 é uma das menos documentadas de todo o período da Terceira República. A ausência de pesquisas que abordem o período é um problema substancial. A bibliografia ainda carece de trabalhos com base mais empírica e analítica, e sobre a história dos municípios é bastante reduzida. Muitos dos livros que abordam a história local também incluem documentos oficiais, como atas de reuniões das câmaras de vereadores, leis das emancipações políticas, dentre outros elementos, que, para seus escritores, compõem os principais marcos dessas histórias. Eles são extremamente importantes para as construções identitárias locais, sendo escritos por pessoas nascidas nestes lugares. Há, neles, quase sempre, um sentimento de enaltecimento das pessoas e das regiões.

De forma geral, portanto, tais textos discutem alguns fatos e a atuação de pessoas consideradas importantes, como padres, políticos e ocupantes de cargos do judiciário, como juízes e promotores. São nomes de personalidades consideradas ilustres, que estão presentes no cotidiano da população em cidades, praças, bairros, ruas, escolas, hospitais e estádios de futebol. Apresenta-se, nesse caso, um ponto que vale observar e desdobrar. A maioria desses nomes, inclusive o de alguns municípios, criados entre 1945-1964, são de políticos atuantes a partir das primeiras décadas do século XX, e que participaram do processo de redemocratização, iniciado em 1945. São, principalmente, políticos que possibilitaram a longevidade do seu grupo, através de filhos, genros ou netos. Esse é, portanto, um processo de criação de identidades de grupos políticos, que se entrelaçava com a construção de identidades das próprias localidades, que começava a ser gestado no estado. As regras eleitorais para esses dois pleitos eram as mesmas da campanha anterior, com exceção da

impossibilidade de o candidato poder se candidatar por mais de um estado. Tal prerrogativa foi vetada pela Constituição Federal de 1946.

## **2.1 Política estadual e divisões territoriais: os sentidos políticos do espaço geográfico**

O estado do Rio Grande do Norte, na segunda metade da década de 1940, era essencialmente rural e sua população vivia, em sua maioria, em fazendas, sítios e granjas e da pecuária, da produção agrícola e do comércio. Algumas cidades litorâneas, como Mossoró, Areia Branca e Macau, já eram grandes produtoras de sal e possuíam um relevante contingente de trabalhadores salineiros. As áreas urbanas dessas localidades eram muito reduzidas, porém, nelas, ocorriam eventos que as movimentavam, principalmente no entorno da Igreja Católica. Como afirma Dantas, “[...] diferente de uma organização linear, as histórias [dos municípios] seguem um fluxo que bricola as razões geometrizaras e as pulsões da imaginação, como pólos complementares. Elas nascem de preces, de serpentes encantadas, de guerras entre povos.” (2005, p. 26).

A vida religiosa nessas localidades era intensa. De acordo com o censo de 1940, algumas cidades já desenvolviam cultos protestantes e reuniões espíritas. Em templos na capital e no interior do estado, havia igrejas designadas como: Assembléia de Deus, Assembléia de Cristo, Adventista do Sétimo dia, Batista Cristã, Batista Independente, Presbiteriana e Centro Espírita Deus, Cristo e Caridade, entre outras. (CÂMARA, 1943). No entanto, os municípios eram predominantemente católicos, e todos possuíam igrejas, alguns, templos imponentes, outros, pequenas capelas construídas em povoados ou em fazendas. O período de realização de festas religiosas, sobretudo dos padroeiros locais, constituía-se em um dos momentos mais importantes no cotidiano municipal, com mobilizações para a participação em missas, novenas e quermesses e, muitas vezes, com apresentações das bandas de músicas, chás e bailes dançantes.

Em Caicó, por exemplo, a *Festa de Santana* é realizada desde 1700, no mês de julho. Nas décadas de 1930/40, era um dos principais eventos religiosos do estado. Comportava, no seu interior, várias solenidades e caracterizava-se como uma “dimensão social da vida coletiva caicoense”, além de se expressar “[...]em vivências sociais de apropriação, de criação e de permanência as quais se aglutina(vam) em torno de vários componentes culturais, como

por exemplo, o religioso, o educativo, o estético, o lúdico e o social.” (ARAÚJO & MEDEIROS, 2006, p. 195). No ano de 1930, durante as comemorações à Santana, ocorreu a realização de um concurso, para a escolha da Rainha da Festa, que mobilizou a região. Vale observar que a comissão apuradora dos votos era composta pelas principais autoridades municipais: o prefeito Eduardo Gurgel, o adjunto de Promotor, Hilarino Amâncio Pereira e o Tenente-Coronel Enico Monteiro (ARAÚJO & MEDEIROS, 2006, p. 211). Era durante tais festas religiosas que as novidades sociais, políticas e culturais circulavam e os jornais se encarregavam de divulgá-las. Por isso, as *Festas de Santana* “apresentavam-se como pretextos para a ostentação de toillettes, para a propagação dos cânones em matéria de elegância e, notadamente, para o polimento dos comportamentos e dos costumes sociais.” (Id. Ibid. p. 204).

As feiras, realizadas semanalmente, em diferentes pontos, movimentavam a população que se deslocava das áreas tanto rurais quanto urbanas para esse importante ponto de sociabilidade. Não por acaso, muitos comícios foram realizados em feiras. Não por acaso também, as feiras se constituíram em muitas localidades em objeto de disputas. Na Fazenda Irapuru (Santa Cruz) de Theodorico Bezerra os moradores eram proibidos de comprar fora da feira existente naquela propriedade. Nas feiras, todos os tipos se faziam presentes: agricultores, feirantes, mendigos, donas de casas, padres, comerciantes, dentre outros. Geralmente, nos locais onde se realizava a feira, surgia a necessidade de construção de um mercado público ou, nos arredores, de melhoramentos ou construção de matadouro – obras, muitas vezes, reivindicadas por feirantes e populares.

Freqüentemente, a feira era instalada próximo à praça principal da localidade, que, por sua vez, também se situava no entorno da igreja católica e, no caso, da sede do município, dos órgãos da administração pública, como prefeituras e câmaras de vereadores. A precariedade das estradas e dos meios de comunicações dificultava os contatos políticos com outras regiões, mas não os impossibilitava. A vida cotidiana acelerava o trânsito das notícias e, em algumas áreas, a construção de estações de trens, o que aumentava o fluxo de pessoas e de mercadorias. Isso ocorria juntamente com a ampliação dos meios de comunicação, como o rádio e os impressos, o que permitia a maior circulação de informações sobre política e economia, além de novidades sobre moda e costumes, que possibilitavam desejos e criavam outras necessidades cotidianas. Para Certeau,



[..] o cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia a dia, nos oprime, pois existe uma opressão do presente. Todo dia, pela manhã, aquilo que assumimos ao despertar, é o peso da vida, a dificuldade de viver, ou de viver nesta ou noutra condição, com esta fadiga, com este desejo. O cotidiano é aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior. É uma história a meio-caminho de nós mesmos, quase em retirada, às vezes, velada. [...] É um mundo que amamos profundamente, memória olfativa, memória dos lugares de infância, memória do corpo, dos gestos, da infância, dos prazeres. (CERTEAU, 1996, p. 31).

Era no cotidiano rural ou urbano dessas cidades e vilas que se engendravam as lutas políticas e que as identidades locais iam sendo constituídas. Gervais-Lambony (2001) lembra que os indivíduos têm suas identidades espaciais forjadas sobre seu local de residência ou de trabalho, em viagens ou estadias, relacionadas a um espaço que conhecem, que praticam e que imaginam. O espaço vivido é constituído do sentimento de pertencimento, na medida em que o indivíduo pode se identificar com um bairro, uma cidade, região ou estado. No entanto, a identidade é múltipla, pois algumas pessoas podem se sentir, ao mesmo tempo, cidadãos de um país e de um bairro, membros de uma determinada família e de uma categoria profissional.<sup>143</sup> Nesse sentido, a construção do sentimento de pertencimento a um coletivo é política/cultural, pois implica a organização do grupo em um determinado espaço e, conseqüentemente, a produção de discursos sobre esse espaço e sobre esse grupo.

Não se trata de um processo sobreposto ao da formação da identidade individual e não é somente fundado sobre uma prática espacial, resultando da elaboração de discursos que produzem territórios, de fato adotados como referências identitárias dos indivíduos. As identidades, pois, não são naturais, estáticas ou únicas, nem têm uma realidade biológica; são sempre construções sociais e políticas. (GERVAIS- LAMBONY, 2001, p. 259-260). Como afirma Arrais

O espaço não é uma matéria inerte, um mero suporte das relações travadas entre os indivíduos, mas parte constitutiva das relações sociais, incorporando significados que lhe são atribuídos por determinadas representações, revestindo-se de simbologias e

---

<sup>143</sup> “A geografia política e a geopolítica abordam o espaço como um conjunto de territórios, divididos por estratégias de poder e que se encaixam, segundo escalas diferentes.” (GERVAIS- LAMBONY, 2001, p. 258)

participando da construção de certas identidades. A noção de subjetividade implícita nesse conceito conduz à compreensão do espaço como marca e expressão das relações sociais. (ARRAIS, 2004, p. 11).

No Rio Grande do Norte, algumas questões ocorridas nos anos 1930 e no início dos 1940, além de agitarem a vida política municipal, refletiram-se diretamente em disputas político-partidárias e em construções identitárias, após a redemocratização de 1945. Porém, tais questões foram muito mais evidenciadas nas disputas políticas das eleições seguintes. Um dos aspectos, que agitou a vida política local, refere-se às indicações de prefeitos e auxiliares, juízes, promotores, e até de outras funções públicas, como escriturários dos cartórios. Vale salientar que ocorreu, em algumas cidades, alta rotatividade nas nomeações, causando instabilidade política, até porque cargos do judiciário eram ocupados, muitas vezes, por parentes diretos dos prefeitos. Quando ocorriam substituições no executivo, tais mudanças eram acompanhadas por alterações no judiciário também, em intrincado jogo jurídico e político. Além disso, os juízes de direito das comarcas assumiam também as funções eleitorais nos períodos das eleições.

Outra questão importante nos municípios relacionou-se às disputas para a delimitação das circunscrições territoriais e categorias administrativas, ou seja, da divisão político-administrativa dos estados em municípios e distritos. Esse foi um processo de afirmação/reafirmação da importância política das localidades e de suas lideranças. As definições de limites ocorreram através de medidas governamentais. A Constituição de 1937 atribuía à União a responsabilidade de resolver os problemas sobre os limites no território nacional, antes do Censo previsto para ocorrer em 1940. Esse Censo foi o primeiro feito no Brasil com a utilização de critérios internacionais para a contagem da população. Ele objetivava traçar um perfil mais completo do país, relacionando aspectos econômicos, sociais e culturais, como atividades econômicas e ocupação da população, número de escolas e alunos matriculados, igrejas existentes e adeptos de cultos religiosos, por municípios.

Para delimitar as categorias administrativas das localidades e traçar o perfil populacional, foram criados, em 1938, o Instituto Nacional de Estatística (INE) e o Conselho Nacional de Geografia (CNG), depois incorporados ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nesse mesmo ano, o governo federal, por decreto-lei, determinou aos

estados a regulação das fronteiras municipais e as divisões dos seus territórios.<sup>144</sup> O decreto foi o primeiro instrumento legal a ordenar a estrutura territorial dos municípios e, assim, estabelecia uma divisão jurídica (comarcas e termos)<sup>145</sup> e administrativa (municípios e distritos). Desse modo,

Art. 2º Os municípios compreenderão um ou mais distritos, formando área contínua. [...]; Art. 3º A sede do município tem a categoria de cidade e lhe dá o nome. Art. 4º O distrito se designará pelo nome da respectiva sede, a qual, enquanto não for erigida em cidade, terá a categoria de vila. [...] Art. 5º Um ou mais municípios, constituindo área contínua, formam o termo judiciário, cuja sede será a cidade ou a mais importante das cidades compreendidas no seu território e dará nome à circunscrição. Art. 6º Observado, quanto à sede e à continuidade do território, o disposto no artigo anterior, um ou mais termos formam a comarca. Art. 7º Os territórios das comarcas e termos serão definidos, nos respectivos atos de criação, pela referência às circunscrições imediatamente inferiores que os constituírem. [...] Art. 15. As designações e a discriminação de "comarca", "termo", "município" e "distrito" serão adotadas em todo o país, cabendo às respectivas sedes as categorias correspondentes, e abrangidos os distritos que existiam somente na ordem administrativa ou na judiciária.<sup>146</sup>

Tal decreto previa, ainda, que nenhum novo distrito seria instalado sem que, previamente, fossem delimitados os quadros, urbano e suburbano, dos municípios. No caso do quadro suburbano, o distrito-sede deveria ter, pelo menos, trinta moradias e, no caso de município, o quadro urbano da sede teria que, obrigatoriamente, possuir, no mínimo, duzentas moradias.

No caso do Rio Grande do Norte, tal processo foi regulamentado em fins de março de 1938<sup>147</sup>, e causou grandes disputas políticas. A medida aprovada elevou várias vilas à

---

<sup>144</sup> Dispõe sobre a divisão territorial do país e dá outras providências. Decreto-lei, n. 311, 2 març. 1938. Disp. em [www.iterpa.pa.gov.br](http://www.iterpa.pa.gov.br). Aces. em 23.03.2008.

<sup>145</sup> Os termos judiciários correspondiam aos limites geográficos dos municípios. As comarcas abrangiam, muitas vezes, mais de um termo.

<sup>146</sup> Dispõe sobre a divisão territorial do país e dá outras providências. Decreto-lei, n. 311, 2 març. 1938. Disp. em [www.iterpa.pa.gov.br](http://www.iterpa.pa.gov.br). Acess. em 23.03.2008.

<sup>147</sup> Decreto 457 29 març. 1938. *A República/Diário Oficial*, Natal, p. 2, 2 abr. 1938.

categoria de municípios e, ao inverso, várias vilas perderam tal condição.<sup>148</sup> Desse modo, o estado passou a ter um novo desenho. Juridicamente, possuía 21 Comarcas e 42 termos, e administrativamente, 42 municípios e 45 distritos.<sup>149</sup>

O grande problema, que resultou na realização de inúmeras reuniões e discussões, residiu exatamente no rebaixamento da condição administrativa de várias localidades. As insatisfações causadas foram enormes e as pressões levaram o governo estadual a constituir, meses depois, uma Comissão de Estudos, ligada ao Departamento de Estatística e Publicidade (DEP),<sup>150</sup> para resolvê-las. Os municípios foram obrigados a criar um Diretório Regional de Geografia (DRG), para discutirem os problemas de limites e conduzirem o processo de regulação de fronteiras, tendo, inclusive, que elaborar mapas com seus limites geográficos. Do trabalho das equipes, resultou uma nova divisão judiciária e administrativa para o estado: as mesmas 21 comarcas e 42 termos; 42 municípios e 84 distritos, em vez dos 45 anteriores.<sup>151</sup>

Os conflitos e conciliações, ocorridos para a criação de mais 39 distritos, resultaram na afirmação de lideranças políticas locais. Pequenos povoados ascenderam à condição de distrito, dando demonstração de sua força política. Mas, alterações nas divisões somente poderiam ocorrer quinquenalmente e, desse modo, em 1943, foi publicado um decreto que estabelecia uma nova divisão administrativa e judiciária para o estado. Do ponto de vista administrativo, ocorreram duas alterações: 1) o município de São Gonçalo foi extinto e sua antiga sede passou de cidade a vila com o nome de Felipe Camarão; 2) o município de São Paulo do Potengi foi criado, com a elevação da sede à cidade. Entretanto, do ponto de vista judiciário, foram criadas mais quatro Comarcas (Angicos, Areia Branca, Parelhas e Goianinha).<sup>152</sup> As alterações judiciárias eram um aspecto importante na correlação de forças

---

<sup>148</sup> Perderam a condição de vila: Afonso Bezerra e Epitácio Pessoa (Angicos); Almino Afonso (Patu); Vitória (Pau dos Ferros); São Rafael (Santana do Matos); Jardim de Angicos (Lages); Cerro Corá (Currais Novos); São Paulo do Potengi (Macaíba); São João do Sabugi (Serra Negra); São José de Campestre (Nova Cruz) Grossos (Areia Branca). Esses povoados readquiriram a condição de vila no mesmo ano.

<sup>149</sup> Além dos 42 municípios existentes, que coincidiam com os distritos, havia três distritos com autonomia administrativa: Jardim de Piranhas, Ouro Branco e Itaú. Essa foi a divisão municipal do Rio Grande do Norte, analisada pelo censo de 1940.

<sup>150</sup> A Comissão era composta por Anfilóquio Câmara, Nestor Lima e Rubem Ribeiro e tinha como objetivo definir os limites municipais e a delimitação das áreas urbanas e suburbanas dos municípios, das sedes e distritos municipais. Divisão territorial do Estado. *A República*, Natal, p. 3, 2 out. 1938.

<sup>151</sup> Incluíam os que haviam sido rebaixados, além dos 45 já existentes.

<sup>152</sup> Decreto-lei no. 268, 30 dez. 1943. *A República*, Natal, p. 4, 31 dez 1943.

dentro do estado e, em 1945, em plena campanha eleitoral, foram criadas mais duas comarcas, uma em Natal e outra em Apodi.

Após a análise dos resultados do Censo de 1940, o IBGE estabeleceu também uma das primeiras divisões regionais do país, em zonas fisiográficas, baseada em critérios econômicos, para o agrupamento dos municípios. O Rio Grande do Norte foi dividido em 06 áreas: Zona do Litoral, Agreste, Centro-Norte, Seridó, Oeste e Serrana. Em 1947, quando da elaboração da Constituição Estadual, tais questões voltaram a ser discutidas pelos deputados, que, seguindo a Constituição Federal de 1946, optaram pelos seguintes critérios para a criação de municípios: população de dez mil habitantes; renda anual mínima de 50 mil cruzeiros; existência, na sede, de cem moradias e prédios para funcionamento da prefeitura; além da prévia existência de mercado, matadouro, açougue e cemitério.

A Constituição Estadual estabelecia que desmembramentos seriam regulados pela lei estadual, baixada nos anos com terminação 3 e 8, para vigorar no ano seguinte. Tais leis teriam que ser precedidas de pronunciamento da Câmara de Vereadores, mediante solicitação à Assembléia Legislativa do Estado. Assim, em 1948, foram criados mais seis municípios, já resultantes de novas disputas políticas: São Rafael, São João do Sabugi, São José de Campestre, Ipanguaçu, Jardim de Piranhas e Pedro Avelino.

Tais discussões foram extremamente importantes para os municípios, pois, pela primeira vez, em muitos casos, eles tiveram que se debruçar sobre sua história e geografia, o que implicava em refletir sobre seu passado, suas tradições e seus limites geográficos. Se, em cidades maiores e com grupos políticos mais fortes, no âmbito da política estadual – como Mossoró e Caicó –, o processo de construção de discursos identitários já estava mais avançado, o mesmo não ocorria com localidades menores, que necessitavam definir/redefinir sua importância política. Para tanto, durante as campanhas eleitorais de 1947/48, os candidatos intensificavam investimentos em discursos identitários para seus municípios e distritos.

Desse modo, essa divisão, estabelecida por decretos e decisões governamentais, conviveu com a construção política de identidades locais, fundadas na noção de pertencimento da população aos povoados, distritos e municípios. Aspecto que se apresentou, de forma evidente, a partir do crescimento das localidades e da elevação de algumas à categoria de municípios e de distritos. A produção e mobilização de identidades locais foi um processo no qual o território foi reinventado “como fundamento concreto das identidades

coletivas.” (GERVAIS-LAMBONY, 2001, p. 253) Tais sentimentos são construídos, principalmente, por discursos políticos que visam fazer os indivíduos reconhecerem seu pertencimento a uma comunidade e a um determinado espaço físico/social. [...]“Uma relação de identidade entre uma comunidade e um território é produzida por um conjunto de práticas e de discursos que são de atores políticos, seja de poderes públicos ou de agentes administrativos, de movimentos sociais ou grupos étnicos.” (GERVAIS-LAMBONY, 2001, p. 259).

Em 1945, no Rio Grande do Norte, a região Seridó era uma das que mais vivera esse processo de construções simbólicas, através dos seus intelectuais e políticos. Os discursos políticos evidenciavam, na região, e, principalmente, em Caicó, as características ímpares do local, como a terra, o homem e as mercadorias que produzia (MACÊDO, 2005, p. 22). Currais Novos, cidade da região, já possuía vários monumentos comemorativos: em homenagem ao centenário da sua fundação e ao seu fundador Cipriano Lopes Galvão; busto do ex-prefeito Coronel José Bezerra Gomes, que administrou a cidade nas primeiras décadas do século XX; busto do jornalista e abolicionista Ulisses Telêmaco.<sup>153</sup>

Na região Oeste, Mossoró era a mais importante cidade e, em 1945, também realizava comemorações de datas históricas, que lembravam um “pioneirismo mossoroense”, termo que constantemente foi utilizado na imprensa e na fala de políticos, intelectuais e jornalistas, oriundos daquela cidade ou não, nas décadas seguintes. O “pioneirismo”, em 1945, referia-se à libertação dos escravos, ocorrida em 30 de setembro de 1883. A data era feriado municipal desde 1913. Comemorações relacionadas a episódios históricos ocorridos na cidade foram sendo realizadas, ampliando uma tradição duradoura, pois, no início do século XXI, o *Auto da Liberdade* constitui-se em um grande espetáculo, encenado ao ar livre, anualmente, e relembra os 4 episódios que tornaram Mossoró precursora de acontecimentos nacionais: a libertação dos escravos; o *Motim das Mulheres*, ocorrido em 1875, quando um grupo de mulheres protestou contra o alistamento masculino para a Guerra do Paraguai; a primeira permissão para uma mulher votar no Brasil, ocorrida em 1927<sup>154</sup>; e a resistência ao bando de Lampião, também em 1927, quando os cangaceiros foram impedidos de entrar na cidade. A

---

<sup>153</sup> Ulisses Telêmaco de Araújo Galvão (1872- 1907) foi professor, poeta e pesquisador. Destacou-se na cidade de Currais Novos como jornalista, fundando os periódicos *O Eco do Norte* (1900) e a *Voz Potiguar* (1906), além de colaborar para jornais de Natal, Recife e Porto Alegre.

<sup>154</sup> As primeiras mulheres que obtiveram a permissão para votar foram as professoras Celina Guimarães, em Mossoró, e Júlia Barbosa, em Natal.

resistência ao ataque de Lampião é também comemorada anualmente com *Chuva de balas no País de Mossoró*, atração turística sob forma de espetáculo que faz “uso” do passado da região.

Porém, em outras localidades do Rio Grande do Norte, na segunda metade da década de 1940, as únicas festas eram a dos padroeiros. Mas, ao longo do tempo, as comemorações das emancipações políticas passaram a ser realizadas em vários lugares. Tornaram-se importantes nos calendários municipais, só perdendo, muitas vezes, para as festividades dos padroeiros, do carnaval e as juninas.

Em 1940, o Censo identificou apenas três municípios com população superior a 30.000 habitantes: Santa Cruz, Natal e Mossoró. No entanto, ocorria tanto um crescimento populacional quanto intensas mudanças em diferentes dimensões da vida urbana e rural da população, sobretudo no interior do estado. A construção de estradas, açudes, escolas, hospitais, estações postais e telegráficas, além de mercados públicos, melhorava as condições de vida cotidiana. Todos os políticos tentavam capitalizar tais melhorias como resultantes de suas ações.

Na eleição para deputados estaduais, ocorrida em janeiro de 1947, os partidos lançaram nomes de pessoas das várias regiões do estado, principalmente de prefeitos e ex-prefeitos. Na campanha seguinte, em várias cidades, incluiu-se, na chapa de vereadores, representantes de vilas e povoados, o que aproximava o candidato ao eleitor. Tal ação foi importante, pois possibilitou o surgimento de algumas novas lideranças políticas locais e estaduais, bem como a emergência de algumas reivindicações locais específicas. O que nos parece importante evidenciar é que os candidatos eram, muitas vezes, próximos, geográfica e culturalmente, dos eleitores. Muitos deles exerciam ou haviam exercido funções públicas nos municípios, como advogados, médicos, comerciantes. Esse processo de ascensão política de lideranças locais se mescla com a criação dessas identidades locais. Como afirmam Grysnpam e Pandolfi,

As identidades de regiões, de espaços, estão também associadas às identidades e memórias dos grupos que os ocupam. Inversamente, as identidades dos grupos que ocupam determinados espaços, determinadas regiões, ressemantizam-se a partir da redefinição das identidades desses espaços e de suas memórias. Portanto, as lutas pelas memórias regionais, pelas memórias espaciais, são também

batalhas discursivas em torno da definição e das formas de percepção das identidades desses espaços, tanto quanto dos grupos neles presentes. (GRYNSZPAN & PANDOLFI, 2007, p. 69.)<sup>155</sup>

Vejam, então, como as disputas políticas em 1947 e 1948 atuam nesse complexo processo que cria e recria sentimentos de pertencimento a um local, região e estado.

## 2.2 Partidos, alianças e candidaturas

As atenções políticas, em 1946, se voltaram para as disputas ocorridas na Assembléia Nacional Constituinte, em torno da elaboração da Constituição. Diversos aspectos eram objetos de confrontos e chamaram a atenção da imprensa, deixando os conflitos de nível local em segundo plano. A campanha política nos estados somente foi iniciada, de forma mais sistemática, após a promulgação da Constituição, em 18 de setembro de 1946. Antes de sua dissolução, a Assembléia Constituinte elegeu o vice-presidente da República, Nereu Ramos (PSD-PTB), que concorrera com José Américo de Almeida (UDN). As eleições estaduais, previstas, inicialmente, para serem realizadas em outubro de 1946, foram adiadas, e somente ocorreram em 19 de janeiro de 1947. Nelas, foram escolhidos, diretamente, os governadores estaduais e, em alguns estados, um senador ou mais, bem como os suplentes – inclusive o dos senadores eleitos em 1945 –, além dos deputados estaduais responsáveis pela constitucionalização dos estados e pela escolha dos vice-governadores. Porém, até a realização do pleito, muitos confrontos e conciliações ocorreram. Definidas as vagas, os partidos lançaram-se às suas convenções para definirem candidatos, alianças e estratégias de campanha.

No Rio Grande do Norte, os principais partidos políticos, que concorreram às eleições de 1945, iniciaram o ano de 1946, com diferentes realidades e motivos de comemoração e/ou preocupação. O PSD iniciou o ano festejando os resultados eleitorais de dezembro de 1945. A posse do presidente da República foi comemorada, oficialmente, com a realização de um baile dançante no Aero Clube de Natal, um dos mais importantes da capital.<sup>156</sup> As mudanças nas interventorias foram das primeiras medidas do governo Eurico Dutra. Para o Rio Grande do

---

<sup>155</sup> Os autores discutem a multiplicação de iniciativas e projetos, com o objetivo de dar visibilidade às memórias de favelas, na cidade do Rio de Janeiro.

<sup>156</sup> Partido Social Democrático. *A República*, Natal, p.11, 29 jan.1946.



Norte, foi nomeado, como interventor, o industrial Ubaldo Bezerra, que tomou posse em 7 de fevereiro de 1946, no Rio de Janeiro, assumindo o governo no dia 13 do mesmo mês, com grande festa política em Natal<sup>157</sup>. A posse do novo interventor possibilitou a reacomodação dos principais integrantes do PSD nos cargos públicos e na direção do jornal *A República*. Vários prefeitos, que haviam sido exonerados em novembro de 1945, reassumiram as administrações municipais.

O PCB, embora não tenha conseguido eleger nenhum dos seus membros, iniciou o ano de 1946 absolutamente fortalecido, principalmente, em Natal. A grande quantidade de votos obtida pelo candidato à presidência, Yeddo Fiúza, na capital, foi imensamente comemorada e animou seus partidários, que passaram a traçar estratégias para ampliar sua influência junto ao operariado.

Como já afirmamos o PRP de Café Filho e Ademar de Barros mudou de nome em 1946 e passou a ser denominado PSP. Este, no Rio Grande do Norte, comemorava a vitória de Café Filho para a Câmara Federal, mas também o bom êxito eleitoral dos candidatos ao Senado – Kerginaldo Cavalcanti e Sérgio Marinho –, em Natal, pois, apesar de não terem conseguido se eleger, foram os mais votados e garantiram a hegemonia do partido na principal cidade do estado. Os ex-integralistas também se organizavam no estado, fundando o Partido da Representação Popular (PRP), organizado nacionalmente por Plínio Salgado, em 1945. Em 1946 eles lançaram candidatos e apoiaram candidaturas.

A UDN, apesar de eleger dois deputados federais, em 1945, José Augusto e Aluísio Alves, e um senador, José Ferreira de Souza, tinha grandes motivos de preocupações, pois os resultados demonstravam a força que o PSD conseguira pelo interior do estado. Era preciso definir estratégias para minar a hegemonia pessedista que se anunciava.

Os resultados eleitorais de 1945 facilitaram as tentativas de entendimentos entre UDN e PSP, que vinham ocorrendo desde a campanha de 1945, mas que encontravam enormes resistências. Após entendimentos, os dois partidos lançaram ao governo estadual o nome do Desembargador Floriano Cavalcanti<sup>158</sup>. Tal escolha não foi simples e para ela contribuiu o

---

<sup>157</sup> Para o cargo de secretário-geral do estado foi nomeado Claudionor de Andrade e, para prefeito da capital, Sílvio Pedroza.

<sup>158</sup> O Desembargador Floriano Cavalcanti (1895-Belém/PA- 1973- Natal-RN) bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1918. Exerceu os cargos: deputado estadual (1925-28); professor de várias disciplinas, como lógica, filosofia, história no Colégio Atheneu e de introdução à ciência do direito na Faculdade de Direito; Juiz de Direito das Comarcas de Pau dos Ferros, Canguaretama e Natal (1932-1941); Desembargador (1941); Presidente do Tribunal de Justiça (1954). Exerceu ainda o cargo de Desembargador no TRE (1945). Escreveu

fato de o escolhido, além de ser um respeitado jurista, e vice-presidente do TRE desde 1945, ter relações familiares com políticos: era cunhado do udenista Djalma Marinho e irmão de Kerginaldo Cavalcanti, um dos principais integrantes do PSP (ex-PRP).<sup>159</sup> Assim, o PSP se aliou à UDN, sob o slogan *Oposições Coligadas*. A união decorria da possibilidade de fortalecimento de candidatos de ambos os partidos, em locais até então impenetráveis, como era o caso, para o PSP, da região do Seridó, reduto da UDN. Por outro lado, havia a possibilidade de a UDN adentrar áreas nas quais os progressistas tinham boa votação e concorriam diretamente com o PSD, como Natal e Areia Branca. Georgino Avelino (PSD) criticava o que considerava a insincera união entre UDN e PSP, “fusão de duas correntes extremamente divididas”, com o intuito de realizarem uma soma aritmética dos votos dos partidos, “como se o eleitorado de uma terra adiantada como a nossa fosse uma espécie de gado curreleiro que se conta por cabeças.”<sup>160</sup> A chapa das *Oposições Coligadas* era composta ainda pelo ex-governador Juvenal Lamartine (UDN), que concorria ao Senado, e Kerginaldo Cavalcanti, a suplente. Os indicados para a suplência dos senadores eleitos em 1945 foram: João Marcelino e Antonio Germano da Silveira.

O PSD, após grande disputa interna, quanto ao nome que disputaria o governo, escolheu o ex-prefeito de Natal e deputado federal vitorioso na campanha anterior, o médico José Augusto Varela. Para concorrer ao Senado, foi escolhido o industrial João Câmara e, para seu suplente, o ex-interventor Antonio Fernandes Dantas; para as vagas de suplentes de senadores eleitos em 1945 concorreram Paulo Leopoldo Câmara, Atílio Xavier e Plínio Saldanha. Para a efetivação desses acordos, houve muitas reuniões, cartas, telegramas e articulações. A definição das candidaturas para deputado estadual e de apoio dos partidos menores ainda demoraria, resultando de muita barganha política. Os candidatos a deputados estaduais eram oriundos das diversas regiões do estado.

---

alguns ensaios: O Pessimismo sob o Conceito Universal; Da Responsabilidade Civil do Estado; Caxias - o Estadista – Soldado; Rui Barbosa e a necessidade do Culto Cívico; Silvio Romero, o Crítico, o Filósofo e o Jurista; O Juiz e a Importância de Sua Missão; A Concepção Filosófica da História; Tobias Barreto e a Escola do Recife; Farias Brito e sua Influência Espiritualista.

<sup>159</sup> Para Furtado (1976, p. 270 ), a escolha de Floriano Cavalcanti decorreu de manobras do seu irmão, Kerginaldo Cavalcanti, junto à UDN, o que teria pego o próprio Café Filho de surpresa, afirmativa que pode ser relativizada considerando-se que todas as decisões do PSP no estado necessitavam do aval de Café Filho, que era o seu principal líder.

<sup>160</sup> Chegada de Georgino Avelino para chefiar a campanha do PSD. *O Diário*, Natal, p. 6, 19 dez. 1946.

### 2.3 Mobilizações comunistas e o anticomunismo da LEC

Ao longo do ano de 1946 os comunistas organizaram diversos tipos de manifestações políticas no Rio Grande do Norte. Em meio ao clima de cassação dos mandatos e extinção do partido, que se estabelecia nacionalmente, mobilizações anticomunistas também ganharam evidência, no âmbito estadual, tornando-se matéria central naquela disputa.<sup>161</sup> No entanto, os comunistas tiveram de administrar um conflito interno que emergiu no partido, meses depois das eleições de 1945. O jornalista Djalma Maranhão, filiado ao partido desde 1930, em abril de 1946, fez uma série de acusações a três dirigentes, ex-insurretos de 1935: Miguel Moreira, José Costa e João Anastácio de Queiroz.<sup>162</sup> Dentre as acusações, estavam o dilapidamento do patrimônio do partido e a apropriação indébita de recursos. Em carta aberta, publicada em jornais de Natal, Djalma Maranhão reiterou as acusações que já havia encaminhado à direção do PCB.<sup>163</sup>

Muito mais do que intrigas políticas, acusações nada corteses ou polidas e disputas pessoais dentro do partido, as denúncias de Djalma Maranhão desmoralizavam a atuação dos comunistas e do PCB, dando mais munição para o combate ao comunismo, em curso. Em 1945, a aliança com Vargas dera frutos, e vários membros do partido ocuparam cargos administrativos. Durante a campanha política um dos principais cargos foi o de delegado da

---

<sup>161</sup> No mês de maio, por exemplo, a comemoração de um ano de legalidade do partido, marcada para ser realizada no Largo da Carioca, no Rio de Janeiro, não foi autorizada pela polícia e a população que se aglomerava no local foi dispersa à bala, o que resultou em várias pessoas mortas e feridas. O partido protestou através da imprensa e na Assembléia Constituinte sem, porém, muita interlocução com o governo. (Carone, 1980, p.10-18)

<sup>162</sup> COSTA (1995) afirma que do Rio Grande do Norte foram indiciadas 1.039 pessoas pelo Tribunal de Segurança Nacional após a Insurreição Comunista de 1935. Os “donos do partido”, de quem fala Djalma Maranhão, foram todos condenados. Miguel Moreira foi condenado a 05 anos de prisão e José Costa, a seis anos e meio; quanto a João Anastácio, não constava na ficha pesquisada pelo autor. Mas sabe-se que também foi condenado, passando alguns anos na prisão.

<sup>163</sup> Djalma Maranhão adjetivava Miguel Moreira, dentre outros, como sinistro, covarde, assassino, indivíduo “de péssimos procedimentos e de baixos instintos”, além de acusá-lo de fazer chantagens para a inclusão do seu nome, para concorrer ao cargo de deputado federal, pelo PCB, em 1945. Quanto a José Costa, Maranhão denominava-o de “espécie de lacaio-mor” e afirmava que ele havia sido “ébrio contumaz e desordeiro”, que perdera o vício de embriaguez na cadeia, após sua prisão, em 1935. Quando solto, estabeleceu-se como comerciante, instalando uma sapataria e depois uma livraria, que, suspeitava-se, teriam o dinheiro proveniente da Insurreição de 35. O terceiro dirigente era João Anastácio, bastante conhecido em Macau e Areia Branca, importantes cidades que tinham grande produção de sal e um fortalecido sindicalismo ligado ao PCB. O sindicalista ocupara a presidência do Sindicato dos Estivadores de Macau na década de 1930. Maranhão o acusa de não ser comunista em 1935 e, após a insurreição, ele foi preso e, posteriormente, acusado de ter dado desfalque de dinheiro no sindicato. Anastácio havia sido presidente do MUT, em 1945, por imposição de Miguel Moreira e agia também sem prestar contas financeiras. Carta aberta ao povo e ao proletariado do Rio Grande do Norte. *A República*, Natal, p. 10, 24 abr. 1946.

DRT, ocupado, temporariamente, por um dos denunciados, João Anastácio. As acusações, além disso, também punham em dúvida a conduta moral de insurretos de 1935, com insinuações de que parte do dinheiro “confiscado” não tinha sido devolvida pelos comunistas. O autor das acusações apelava a Luiz Carlos Prestes e à direção nacional do partido para analisar as acusações e realizar uma devassa nos livros da tesouraria.

O conflito, quatro meses depois de uma vitoriosa campanha eleitoral na capital, tornava a divisão interna do partido pública e caía como uma avalanche na cidade. Assunto nas rodas de conversas, o episódio resultou, apesar da presença de um dirigente do Comitê Central para solucionar o impasse, na expulsão de Djalma Maranhão do partido. Esse conflito foi extremamente importante para a trajetória política que este político trilharia. Até 1950, ele permaneceu sem filiação partidária, mas envolvia-se ativamente nas disputas políticas, inclusive na Associação de Imprensa. Em 1950, aceitou o convite feito por Café Filho, então deputado federal, para integrar o PSP e concorrer ao cargo de deputado estadual, não tendo sido, no entanto, eleito, o que ocorreu somente em 1954. Em 1956, foi indicado para assumir a prefeitura de Natal e, em 1960, foi eleito diretamente para o mesmo cargo pelo PTN.

Os dirigentes do PCB, após a expulsão de Djalma Maranhão, silenciaram sobre o assunto e lançaram-se à ampliação do movimento sindical, grande meta, nos âmbitos nacional e local, para angariar visibilidade e votos. Os rumos e diretrizes para a campanha foram traçados na III Conferência Nacional, realizada no mês de julho de 1946. O intuito era ampliar e fortalecer o partido nos estados e municípios. Para os comunistas, a obra realizada pelo MUT, criado em 1945, deveria não só continuar, como ganhar novo ritmo de intensificação e luta em defesa da liberdade e da autonomia sindicais. E, nesse sentido, os esforços do partido deveriam ser canalizados para o êxito do Congresso Sindical, pois dele sairia a Central Geral dos Trabalhadores (CGT).<sup>164</sup> A imprensa foi assinalada pela conferência do PCB como sendo o elemento mais importante para fazer propaganda da política e da atividade do partido. Entretanto, no Rio Grande do Norte, o partido não possuía ainda um jornal, o que ocorreria somente em 1947, com a publicação da *Folha Popular*<sup>165</sup> (MELO, 1987, p. 148). Antes, porém, a perspectiva de fortalecimento, via imprensa, foi utilizada pelo partido, com Luiz Maranhão Filho passando a ocupar a chefia de redação do jornal *A República*.

---

<sup>164</sup> Manifesto da Comissão Executiva: teses e resoluções. Citado em CARONE, 1982, p. 65-71.

<sup>165</sup> Segundo Melo, o primeiro número do jornal *Folha Popular* circulou em 24 de setembro de 1947. Inicialmente, era dirigido por Hiram de Lima Pereira e Luis Maranhão Filho, depois somente dirigido por este.

Apesar das apreensões e dos temores de cassação dos mandatos, os comunistas norte-rio-grandenses continuaram suas atividades de organização, visando às eleições seguintes, mas evitando confrontos diretos com os outros partidos. Assim, no Rio Grande do Norte, uma das primeiras grandes tarefas do PCB, em 1946, foi a organização de um congresso sindical estadual, que visava eleger teses e representantes para o congresso nacional. A comissão responsável pelo evento foi eleita por uma assembléia de presidentes de sindicatos da capital e publicou um regimento interno que defendia, dentre outras teses, a discussão nacional e local: defesa e aperfeiçoamento da legislação trabalhista; problemas econômicos e sociais do trabalhador; cultura do trabalhador; posição da classe operária na consolidação da paz e da democracia; previdência e assistência social.<sup>166</sup>

Concluído sem incidentes, o evento elegeu os representantes para a reunião nacional e, confirmando o prognóstico, tinha como maior parte os comunistas. Contudo, o cerco se fechava e em meio à realização dos encontros estaduais e dos preparativos para o congresso nacional, o Ministro da Justiça, Carlos Luz, mandou suspender por quinze dias a circulação do *Jornal Comunista Tribuna Popular*, que era publicado na Capital Federal. Sem grandes explicações, e recorrendo a uma lei do Estado Novo, a nota informava:

O matutino *Tribuna Popular*, em edições sucessivas, vem dirigindo injúrias contra os poderes públicos e aos agentes que os exercem, crime punido no decreto-lei nº 431, de 18 de março de 1939. O chefe de polícia do Distrito Federal determinou a apreensão de várias edições e, caracterizada a reincidência, resolveu este ministério determinar a suspensão do jornal pelo prazo de 15 dias, conforme autoriza o artigo 4º, parágrafo único do aludido decreto.<sup>167</sup>

A proibição causou inúmeros protestos nas ruas, na Câmara Federal e na imprensa, mas a medida foi mantida pelo governo. Segundo Almino (1980, p. 166-169), em 30 de

---

<sup>166</sup> A convocação publicada nos jornais, “Proclamação aos Trabalhadores do Rio Grande do Norte”, reafirmava as resoluções do partido, acrescida apenas de convite para os trabalhadores participarem do Congresso Sindical Norte-rio-grandense, afirmando-se que ele debateria todos os problemas da vida nacional e, particularmente, os que afligiam os trabalhadores das classes desfavorecidas do campo e das cidades, bem como ao povo em geral. Proclamação aos trabalhadores do Rio Grande do Norte. *A República*, Natal, p. 6, 25 jul. 1946. Comissão promotora do Congresso Sindical Norte-riograndense: Adauto Soares Marinho – presidente do Sindicato dos Rodoviários; Hiram de Lima Pereira – Presidente do Sindicato dos comerciários; Geraldo Sabino de Oliveira – presidente do Sindicato dos Empregados em Alfaiatarias; Antônio da Cunha Cruz Gouveia – presidente do Sindicato dos Bancários.

<sup>167</sup> Suspenso o jornal *Tribuna da Imprensa*. *A República*, Natal, p. 1, 17 ago. 1946.

agosto, dia em que o jornal voltaria a circular, em diversos bairros do Rio de Janeiro eclodiram manifestações, nas ruas. A polícia reprimiu os protestos, violentamente, além de responsabilizar o PCB pelos episódios, fechar a sede do partido e efetuar diversas prisões, inclusive de um deputado comunista, de presidentes de sindicatos e de jornalistas, dentre os quais quase toda a redação do jornal *Tribuna Popular*.

Esses episódios puseram em evidência nacional o deputado federal potiguar João Café Filho. Em diversos discursos pronunciados na Assembléia Constituinte, que lhe dariam visibilidade na imprensa, Café Filho assumiu a defesa do PCB e afirmou que os movimentos não eram para protestar contra o fechamento do jornal, não tinham reivindicações específicas nem eram organizados. O deputado protestou também contra a violação das imunidades parlamentares dos comunistas e também contra a invasão às residências dos deputados João Amazonas e Carlos Mariguela. Em discursos veementes ele afirmava: “Tenha o governo a coragem de agir de frente e feche o partido comunista, se para tanto conta com apoio da opinião pública e das classes armadas; mas não fira a dignidade desta assembléia perseguindo deputados eleitos pelo povo.”<sup>168</sup> O PCB desestimulava protestos através do seu jornal, que voltou a circular no dia 31 de agosto.

Em meio a um clima de perseguição aos comunistas e das afirmativas do partido em nome da ordem e da tranqüilidade, instalou-se o Congresso Sindical Nacional, que havia sido convocado e planejado pelo MTIC. Nas primeiras reuniões, o clima já era tenso e a sessão nem chegou ao final, pois o congresso foi dissolvido antes. A maior parte da representação dos estados era de sindicatos ligados ao PCB. Após desentendimentos entre as delegações, ocorreu uma dissidência e as bancadas de Amazonas, de São Paulo e do Rio Grande do Sul se retiraram das reuniões, para decidirem ações, sob a presidência do Ministro do Trabalho, Negrão de Lima, enquanto o congresso era dissolvido pelo governo. Em nota oficial, o ministro afirmava ter sido sempre tolerante com o pensamento divergente, lamentando “que sob o sol do Brasil, houvesse homens que desejassem impor pela coação o silêncio dos brasileiros livres e estava disposto a agir com energia contra os que pretendiam empregar métodos contrários a nossa índole ordeira e pacífica.”<sup>169</sup>

Da reunião dos dissidentes, constou um juramento em que os trabalhadores se comprometiam a manter indissolúvel a união da categoria; zelar e defender seus interesses;

<sup>168</sup> Anais da A.C., XXIII, p. 349 e 350 citado por Almino, 1980, p. 171.

<sup>169</sup> Dissolução imediata do Congresso Sindical dos Trab. do Brasil. *A República*, Natal, p. 1, 22 set 1946.

amar esposas, filhos e lares; defender a pátria e a religião e amar e defender o Brasil. Do juramento constou também um abaixo assinado, com a seguinte declaração: “os congressistas anticomunistas declaram-se solidários com a dissolução imediata do congresso, em virtude do caráter político-partidário que o está caracterizando.”<sup>170</sup> A partir daí, a cassação do partido e dos mandatos era apenas uma questão de meses.

A Igreja Católica envolveu-se efetivamente no combate aos comunistas, ao longo do ano de 1946. A mobilização incomodava os anticomunistas e o congresso sindical realizado no estado não passou despercebido. Assim, além da intensificação da publicação das matérias anticomunistas em *A Ordem*, outros combates foram lançados, durante a realização do evento. Em entrevista realizada com o presidente da Liga de Defesa do Trabalhador, José Ernani de Medeiros, que falou sobre a “infiltração comunista nos sindicatos do estado”, o repórter deu o tom da conversa. Afirmou que, naquele momento, enquanto 21 nações se reuniam em Paris, trabalhando por uma paz duradoura, “os comunistas brasileiros procuravam a todo custo desvirtuar os ideais democráticos dos trabalhadores bem intencionados pela grandeza de nossa pátria.”

Esse foi o mote para a fala de José Medeiros, que acreditava que os comunistas, além de dominarem a maioria dos sindicatos do estado, tentavam afastar os presidentes dos que ainda não eram comandados por comunistas. Era preciso que os operários comparecessem às assembleias sindicais para evitar a propagação do “credo vermelho” nas direções dos mesmos e para que a imagem do Rio Grande do Norte, conhecido, no sul do país, como “Moscou pequeno”, não fosse confirmada, caso a maioria da sua representação sindical viesse a ser comunista. Apelava para que o delegado da DRT não permitisse que os sindicatos caíssem nas mãos dos comunistas, pois, para ele, a maioria da representação do futuro congresso seria composta por “perigosos e traiçoeiros componentes das ideologias marxistas.”<sup>171</sup>

A entrevista demonstra o quanto a presença dos comunistas estava disseminada pelos sindicatos e o quanto este aspecto incomodava os anticomunistas, e não só no Rio Grande do Norte. Entretanto, foi em meio às definições de apoios dos partidos aos candidatos que esse combate foi intensificado, através do jornal *A Ordem*. Para os católicos, o papel da LEC não

---

<sup>170</sup> Id. Ibid.

<sup>171</sup> Os comunistas invadem os sindicatos e associações no RN. *A República*, Natal, p. 8 e 6, 10 ago. 1946.

era “fazer política partidária, mas [...] vigiar e reclamar o respeito aos direitos da maioria absoluta dos católicos no Brasil.”<sup>172</sup>

Os candidatos tiveram que se pronunciar sobre algumas questões, enviadas para eles e publicadas em várias edições de *A Ordem*: 1) caso se mantivesse a separação Igreja/Estado, colaboraria ou legislaria em prol de ambos e do interesse coletivo, no que se referia ao ensino e à assistência social; 2) se seguiriam as encíclicas papais, relativas à proteção da família, da educação, da infância e da mocidade, bem como as que se referiam à solução de problemas econômicos e sociais; 3) se rejeitavam o comunismo, não nomeando ou indicando comunistas para cargos de direção no governo, inclusive da imprensa oficial e do magistério público. Com o decorrer da campanha, a última questão foi mudada e a pergunta passou a ser se o candidato considerava o comunismo ameaçador para a democracia, a unidade nacional e os sentimentos católicos do povo.

Dos que concorriam ao governo, Floriano Cavalcanti foi o primeiro a responder, afirmando que tais questões eram abordadas por ele nos comícios, pois eram conhecidos seus sentimentos cristãos. José Augusto Varela também respondeu, afirmando se reconhecer como sendo de uma família tradicionalmente católica e que suas posições políticas eram bastante conhecidas.

Dois importantes nomes da Igreja Católica, em 1946, eram Frei Damião e o Cardeal Jaime Câmara. Eles foram chamados a se pronunciar sobre questões ligadas à campanha política em curso. Frei Damião<sup>173</sup>, em novembro de 1946, menos de dois meses antes das eleições, esteve no Rio Grande do Norte realizando suas missões religiosas, que atraíram milhares de pessoas. Questionado em Ceará-Mirim, onde fazia suas romarias, sobre como deveria ser o voto dos católicos, o Frei recomendou à multidão que o acompanhava a votar no candidato que fizesse as seguintes promessas: não freqüentar cultos protestantes ou sessões espíritas e não votar em comunistas.<sup>174</sup>

Dom Jaime Câmara, por sua vez, havia sido o primeiro bispo de Mossoró<sup>175</sup>, lá permanecendo por um período de cerca de cinco anos, até ser nomeado para exercer o

<sup>172</sup> Não se enganem nem os partidos, nem o povo. *A Ordem*, Natal, p. 1, 11 nov. 1946.

<sup>173</sup> O italiano Pio Gianotti (1898-1997) pertencia à ordem dos Capuchinhos. Em 1931, mudou-se para o Brasil, estabelecendo-se em Pernambuco e passando a realizar missões religiosas e romarias, por todo o Nordeste brasileiro, que atraíram milhares de pessoas.

<sup>174</sup> Frei Damião e a política. *A Ordem*, Natal, p. 1, 13 nov. 1946.

<sup>175</sup> A Diocese de Mossoró foi criada em 28 de julho de 1934 e inaugurada em 18 de novembro de 1934, assumindo a administração do bispado, temporariamente, Dom Marcolino Dantas, Bispo de Natal. Jaime de



arcebispado em Belém, assumido em janeiro de 1942. Em Belém, ficou até setembro de 1942, quando foi transferido para a Arquidiocese da Capital Federal. Em 1946, foi nomeado Cardeal e, no exercício dessa função, no Rio de Janeiro, Dom Jaime respondeu criticamente às consultas telegráficas sobre a atuação de Café Filho, não por acaso, vindas da região Oeste, principalmente de Mossoró e Pau dos Ferros. É relevante destacar que Café Filho não era candidato naquele ano. No entanto, atraiu a antipatia dos católicos quando, durante as discussões na Assembléia Constituinte, opôs-se, junto com a bancada do PCB, à colocação do nome de Deus no preâmbulo da Carta Magna. O argumento de Café Filho e de outros deputados contrários à medida era o de que havia uma contradição em colocar-se o nome de Deus na Constituição de um país sem religião oficial. Outro posicionamento de Café Filho antipático aos católicos era o fato de ser favorável ao divórcio.<sup>176</sup> O jornal *A Ordem* destacava esses posicionamentos, e ele, a partir daí, passou a ser intensamente combatido. Isso explica o porquê dos diversos panfletos distribuídos em várias regiões do estado, com a resposta de D. Jaime Câmara.

Em panfleto intitulado *Aos Católicos*, afirmava-se a importância das palavras do ex-bispo de Mossoró sobre o “agitador” João Café Filho, inimigo da Igreja, por ser ateu e divorcista. O panfleto afirmava, ainda,

Atentai Católicos!

Se o Sr. João Café Filho é contra os princípios da igreja – igualmente o é o partido que ele dirige – as chamadas Oposições Coligadas!

D. Jaime rasgou a máscara do deputado nacional do divórcio e do ateísmo!

Só no Partido Social Democrático repousa a confiança da Igreja Católica!

Votemos contra o inimigo da religião! A candidatura do deputado José Varela, a governador do estado, merece a confiança da Igreja!

As urnas, pois, católicos do Rio Grande do Norte! Tendes já a palavra esclarecedora de D. JAIME!...<sup>177</sup> (Grifos no original.)

---

Barros Câmara foi ordenado Bispo de Mossoró em 02 de fevereiro de 1936, em cerimônia realizada em Florianópolis, Santa Catarina, local em que ele exercia a função de reitor do seminário de Azambuja-Brusque. FENEMICK (2007. p. 111-112)

<sup>176</sup> Contra a invocação do nome de Deus. *A Ordem*, Natal, p. 1, 16 agos. 1946.

<sup>177</sup> Boletim do PSD- secção de Mossoró.



Figura 3 - Panfleto distribuído durante a campanha eleitoral de 1947  
 Fonte: Acervo CPDOC/FGV

Este tipo de panfleto foi utilizado também em outras regiões. Em Santa Cruz, por exemplo, recorreram-se às mesmas imagens e também aos boletins. Afirmava-se que Café Filho se elegera, em 1945, com o voto dos comunistas. Várias cédulas com o nome de candidatos do PCB junto ao de Café Filho haviam sido distribuídas. Para tentar neutralizar essa campanha, os udenistas tiveram que se esforçar. Assim, respondiam: “[...] não usamos as palavras grosseiras, de acusação e de desespero dos nossos adversários. Não exploramos a tolice de que são comunistas, anticristãos, ou que são contra a religião ou contra a família,

como eles fazem.” Os panfletos udenistas, na tentativa de neutralizar a campanha negativa desencadeada, afirmavam que era suficiente lembrar que apenas as “Oposições Coligadas” tinham um religioso como candidato, o padre monsenhor João da Matha Paiva.<sup>178</sup>

O alvo, sendo Café Filho, enfraquecia a aliança *Oposições Coligadas*. Naquele momento, cabia à UDN desfazer a imagem de Café Filho como comunista, construída também pelos próprios udenistas na campanha anterior. José Augusto, na Câmara Federal, encarregou-se de fazer a defesa de Café Filho. Ele reclamava que, em vários municípios, os adversários usaram “*da mais abjeta exploração religiosa, como se o estado todo nos conhecesse e não soubesse das firmes, decididas e arraigadas convicções cristãs do nosso candidato e dos condutores dos destinos políticos dos nossos partidos.*”<sup>179</sup> Mas, essa abjeta exploração religiosa foi a mesma arma utilizada pelos udenistas contra seus adversários, indistintamente, em 1945.

À medida que se aproximava o pleito, intensificava-se a propaganda anticomunista do jornal *A Ordem*. No entanto, sem ataques diretos aos candidatos; apenas não se recomendava, pela LEC, o nome dos comunistas e do membro do PSP, Francisco Bezerra, que concorria a deputado estadual. O Cardeal Câmara, destaque em vários números do jornal, conclamava o eleitorado a votar, afirmando ser este um dever de consciência: “votai, dentro do vosso partido, só em candidatos aprovados pela LEC, e preferencialmente, de vida reconhecidamente católica.”<sup>180</sup> O jornal recomendava, ainda, aos católicos que não deveriam deixar a cédula em branco, além do cuidado para não anularem seu voto, nem muito menos deixarem de votar, pois, agindo assim, estariam contribuindo com o comunismo, pelo fato de ser um voto a menos para os católicos. Por isto, o jornal dizia que os eleitores prestassem a atenção, pois teriam que depositar na urna uma cédula para cada cargo, com o nome do candidato ou a legenda do partido. Além disso, não deveriam fazer anotações nas cédulas, não rasurar e não consentir que trocassem sua cédula, pois isto poderia ser uma manobra comunista.<sup>181</sup>

Os esforços dos católicos no combate ao comunismo, no entanto, foram considerados insuficientes pelos pessedistas. Para eles, a LEC era frágil, pois ficara estática, entre os dois

<sup>178</sup> Boletim n.01 do diretório da UDN em Santa Cruz. Citado por Bezerra, s/data. P. 36.

<sup>179</sup> Todas as simpatias públicas estão com as oposições coligadas. *O Diário*. Natal, p. 6, 26 dez. 1946.

<sup>180</sup> Votar é um dever dos católicos. *A Ordem*, Natal, p. 1, 30 dez. 1946.

<sup>181</sup> Id. *Ibid*.

partidos, “confusa, inábil e errada”. Enquanto os resultados eleitorais eram apurados, o PSD, através de artigos publicados no jornal *O Democrata*, atacou a LEC, afirmando que ela,

[..] deixou os católicos a lutar sozinhos contra os inimigos da família, do povo, da religião, com uma complacência criminosa, pois é inocência demais exigir, apenas um ‘compromisso banal’ que iguala, perante o consenso dos católicos, as pessoas mais diferentes em ideologias, partidos e inclinações.<sup>182</sup>

O presidente da LEC, Otto de Brito Guerra, defendia-se afirmando que a posição da Igreja não era indicar partido ou candidatos, mas sim aprovar seus posicionamentos relacionados à Igreja. As críticas, porém, levaram a LEC a afirmar que Frei Damião e o Cardeal Câmara haviam sido envolvidos indevidamente na campanha política. Vários boletins, entregues pelos partidos políticos, continham fotos dos dois religiosos e palavras, falsas ou não, sobre seus posicionamentos políticos. O Cardeal Câmara, segundo o jornalista, incomodara-se muito com um boletim distribuído que, em seu nome, afirmava que José Varela (PSD) receberia o apoio dos comunistas.

#### **2.4 Propaganda política e cenas da campanha eleitoral no interior do Rio Grande do Norte**

A campanha foi intensa e disputada em todas as frentes. À medida que se aproximava o pleito, ampliavam-se os acordos e as movimentações, com caravanas percorrendo vários municípios de uma mesma região e realizando comícios que agitavam o cotidiano dos moradores. De muitas cidades foram lançadas candidaturas a deputados estaduais, alguns, inclusive, sendo prefeitos ou ex-prefeitos.

Diferentemente da campanha eleitoral de 1945, quando, no período que antecederia às eleições, os prefeitos nomeados haviam deixado os cargos, o jornal oficial havia sido proibido de fazer propaganda política, dentre outras medidas visando à lisura do processo, em fins de 1946, há menos de um mês da realização do pleito, os prefeitos não só participavam ativamente da campanha, como cabos eleitorais de candidatos, como alguns concorriam ao cargo de deputado estadual. Este era o caso dos prefeitos de Mossoró, Natal, Assu, Acari,

---

<sup>182</sup> GUERRA, Otto. Resposta aos censores da LEC. *A Ordem*, Natal, p. 1, 20 jan. 1947.

Canguaretama e Alexandria<sup>183</sup> e do Delegado da Ordem Política e Social. A imprensa oficial, apesar de uma resolução do TSE que proibia a divulgação de qualquer propaganda de partido, continuava sendo a responsável pela divulgação das notícias do PSD.<sup>184</sup> Tais aspectos eram constantemente denunciados, principalmente pela imprensa carioca, através de telegramas, enviados a Dutra e a outras autoridades, por políticos como José Augusto, Café Filho, Aluizio Alves e Dinarte Mariz.

Para Café Filho, o PSD local, além de não respeitar as determinações do Ministro da Justiça, criava “um ambiente desfavorável à prática da democracia no estado, desencadeando uma verdadeira guerra de nervos, com o slogan de que a oposição ganha, mas não leva, adiantando que quem manda é quem tem força.”<sup>185</sup> Boatos também diziam que o Exército requisitaria, às vésperas da eleição, todos os caminhões, sob argumento de garantir segurança aos eleitores, o que para Café Filho era uma estratégia para deixar as *Oposições Coligadas* sem transporte.

José Augusto afirmava que o desespero revelado em alguns locais, com a obstrução de estradas públicas para intimidá-los, como ocorreu em Luis Gomes, demonstrava que “todas as simpatias estavam com as *Oposições Coligadas*, e com seu candidato a governador.”<sup>186</sup> O PSD, por sua vez, afirmava que uma das estratégias da UDN era exercer pressões, visando à exoneração do interventor Ubaldo Bezerra, para cujo fim teriam sido utilizados “todos os meios lícitos em política e, mesmo ilícitos em moral humano.”<sup>187</sup>

Em meio à temperatura elevada da campanha, fazia-se necessária ainda a definição dos partidos menores, inclusive do PCB. O PTB, por exemplo, estabeleceu um acordo com o PSD para apoiar os candidatos daquele partido a governador, senador e suplentes, mas lançou nomes próprios a deputados estaduais. O PTB, através de nota, afirmava reconhecer qualidades no candidato Floriano Cavalcanti, no entanto, não o apoiariam em função de que a UDN manifestava hostilidades aos trabalhistas, no plano nacional.<sup>188</sup>

O PCB vivia uma situação de indefinição quanto aos rumos do partido nacionalmente, pois as possibilidades de cassação já eram reais e se refletiam no Rio Grande do Norte. No

---

<sup>183</sup> Os prefeitos eram de Natal, Silvio Pedroza; de Mossoró, José Nicodemus; de Alexandria, Patrício Neto; de Acari, Sérvulo Pereira e de Martins, Raul Alencar.

<sup>184</sup> 5 artigos na lei de emergência para as eleições de 19 de janeiro. *O Diário*, Natal, p. 1, 29 nov. 1946.

<sup>185</sup> *O Diário*, Natal, p. 1, 30 dez. 1946.

<sup>186</sup> *O Diário*, Natal, p. 6, 26 dez. 1946.

<sup>187</sup> *O Diário*, Natal, p. 6, 19 dez. 1946.

<sup>188</sup> Apoio do PTB. *O Diário*, Natal, p. 6, 17 dez. 1946.

entanto, mantiveram-se firmes na campanha de 1946, analisando as propostas dos candidatos ao governo do estado, antes de anunciarem qualquer apoio, já que nenhuma das coligações assumiria uma aliança com o PCB. Lançaram, então, nomes para deputado estadual e organizaram comitês na tentativa de eleger algum dos seus integrantes. No caso do líder sindical Hiram Pereira, o comitê visava desenvolver “atividades em todo estado, contando com o apoio de jornalistas, médicos, operários, estudantes e elementos de várias categorias sociais.”<sup>189</sup> Uma das estratégias para o êxito dessa candidatura foi a elaboração de um panfleto político, no qual não constava o nome do partido pelo qual Hiram Pereira concorria. Tal fato não passou despercebido à LEC, que publicou uma nota no jornal *A Ordem* em que denunciava essa artimanha.<sup>190</sup>

A declaração de apoio dos comunistas ao candidato a governo estadual pelas *Oposições Coligadas* somente ocorreu poucos dias antes da realização das eleições. Anunciaram a simpatia por Floriano Cavalcanti, porém, ratificando que a decisão não resultara de acordo com a coligação, e sim de uma análise sobre o programa de governo apresentado por ele.

Fiel a sua política de união nacional, pela democracia, pelo progresso, pela ordem, e pela tranqüilidade, em defesa da Constituição Federal. [...] Não pretendemos implantar no país um governo socialista, mas de confiança nacional; um governo que, libertando o Brasil do imperialismo estrangeiro e realizando a reforma agrária, possa resolver pacificamente os problemas mais urgentes de nosso povo, concedendo melhores condições de vida a milhões de trabalhadores do campo, hoje ainda vivendo na maior miséria.<sup>191</sup>

Afirmavam, ainda, que o programa de governo de José Varela era vago demais e, como deputado federal, ele havia sido “um soldado disciplinado da ala reacionário pessedista, votando sempre a favor de todas as medidas antidemocráticas e contrárias aos legítimos interesses do povo brasileiro.”<sup>192</sup> Para o Senado, o PCB não indicava nome algum. O anúncio do apoio do PCB, como era de se esperar, foi explorado negativamente pelos católicos, através do jornal *A Ordem*. Floriano Cavalcanti, além dos presidentes do PSP e da UDN,

<sup>189</sup> Comitê Estadual do PCB. *O Diário*. Natal, p. 4, 15 jan. 1947.

<sup>190</sup> *A Ordem*, Natal, p. 4, 18 jan. 1947.

<sup>191</sup> Manifesto: Comitê Estadual do PCB. *O Diário*, Natal, p. 5, 15 jan. 1947.

<sup>192</sup> Manifesto: Comitê Estadual do PCB. *O Diário*, Natal, p. 5, 15 jan. 1947.

Kerginaldo Cavalcanti e Dinarte Mariz, através de entrevistas e notas publicadas pela imprensa, esclareciam aos eleitores não terem assumido nenhum compromisso com os comunistas, para que eles apoiassem as *Oposições Coligadas*, ratificando os compromissos assumidos com a LEC.<sup>193</sup> A ED, por sua vez, resolveu não apoiar nenhum dos candidatos ao governo do estado, indicando apenas um candidato a deputado estadual que pertencia ao partido, mas que foi registrado pelas *Oposições Coligadas*: Antônio Pereira de Macedo.

O PRP, porém, presidido por Manoel Rodrigues de Melo, indicou candidatos a deputados estaduais, mas teve dificuldades para estabelecer acordos nas chapas majoritárias. Os ex-integralistas eram tão rejeitados quanto os comunistas, pois ainda eram rotulados de fascistas.<sup>194</sup>

Enquanto a polêmica com os comunistas e com os ex-integralistas era discutida via imprensa, a campanha acirrava-se pelos municípios do interior. Assim, outro aspecto que vale ser evidenciado, em relação às disputas políticas em 1946, é a violência que se estabeleceu em alguns municípios, com episódios de enfrentamentos armados, e por discussões sobre versões de tais conflitos, via imprensa. A oposição (udenista e progressista) acusava o governo de realizar transferências ilegais de funcionários públicos, por retaliação política, além de permitir arbitrariedades policiais. Em reportagens publicadas em jornais do Rio de Janeiro e de Natal, e também pronunciamentos na Câmara Federal, os deputados denunciavam ações policiais abusivas. O governo estadual, por meio de notas da Chefia de Polícia, publicadas em *A República*, explicava as denúncias, acusando os udenistas de serem os responsáveis.

Os enfrentamentos foram desde embates verbais até episódios que culminaram em assassinatos. Os maiores deram-se em Mossoró, Patu e Pedro Velho, locais onde a UDN possuía importantes lideranças políticas. Patu foi palco de cenas de violência ao longo das campanhas políticas e, durante o período compreendido entre 1930 e 1948, ano da primeira eleição direta para o executivo municipal, teve 14 prefeitos nomeados. Ou seja, uma das mais altas rotatividades nas prefeituras norte-rio-grandenses. (HEMETÉRIO FILHO, 2005, p. 40). Tal aspecto tornava o clima tenso e as disputas se acirravam. Em 1946, meses antes do pleito, os embates envolviam autoridades locais, como prefeito e delegado, ligadas ao PSD e os adversários, principalmente da UDN. As denúncias incluíam: perturbação de comício da

---

<sup>193</sup> *O Diário*, Natal, p. 1, 3 jan. 1947.

<sup>194</sup> Momento político Estadual. *O Diário*. Natal, p. 3, 7 jan.1947.

UDN-PSP, na comunidade de Olho D'água, com um grupo armado sendo liderado pelo prefeito, e prisões, sem motivos, de partidários da UDN.

Em Mossoró, segundo maior colégio eleitoral do estado, as disputas políticas também se acirraram e envolveram prisões e ameaças de morte. Nesse caso, os protagonistas eram grandes nomes da UDN municipal, pertencentes à família Rosado, que emergia como grupo político. O embate também era demonstração de força e teria se iniciado com ameaças de morte feitas pelo Capitão da Polícia Militar, Luiz Carvalho Rabelo, a Dix-Huit Rosado. Este era um dos filhos do farmacêutico Jerônimo Rosado e um dos candidatos da UDN ao cargo de deputado estadual nas eleições que se aproximavam. A ameaça foi respondida pela família com a contratação de um capanga, José Francisco Pereira, vulgo Zé Moreno, para assassinar o Capitão da Polícia.

O iminente conflito envolveu várias autoridades da cidade: delegado, juiz da comarca, advogados. O suposto capanga afirmou à polícia que havia sido contratado pela família Rosado, mas, posteriormente, disse ao juiz que havia sido coagido pelo delegado para fazer tal declaração. Juiz e delegado entraram, então, em conflito. Ao final, o acusado acabou sendo retirado da cidade, não ocorrendo sua condenação pela suposta tentativa de assassinato.

A discussão, via imprensa, dos detalhes desse episódio ocorreram porque o PSD, por um lado, queria provar que os udenistas estavam contratando capangas armados, para o enfrentamento político-eleitoral. Com isso diminuiriam as acusações dirigidas ao delegado da cidade, integrante do PSD, de agressões, espancamentos, revistas acintosas e prisões arbitrárias.<sup>195</sup> Por outro lado, os udenistas queriam demonstrar as arbitrariedades policiais ocorridas na região. Meses depois desse episódio o mesmo delegado de polícia foi indicado e assumiu a prefeitura de Mossoró. Ainda no cargo, candidatou-se a deputado estadual pelo PSD, sendo eleito.

Outros conflitos violentos marcaram a campanha. Na cidade de Pedro Velho, inicialmente, ocorreram prisões e espancamentos, mas os ânimos se exaltaram e um dos últimos acontecimentos da campanha, e o mais violento, ocorreu exatamente naquela cidade, culminando no assassinato de duas pessoas e na substituição do interventor do estado Ubaldo

---

<sup>195</sup> O delegado era José Nicodemus. A matéria foi publicada no jornal *A República* com o seguinte texto: “Para ciência e julgamento do povo sensato do Rio Grande do Norte, transcrevemos a entrevista que, sob o título e subtítulo acima, publicou o jornal “A Resistência” do Rio de Janeiro, edição de 23 do corrente, concedida ao referido jornal pelo deputado Aluizio Alves”; O Rio Grande do Norte sob o domínio da violência: Prisões, espancamentos, coações policiais – vive momentos de angústia a família potiguar – O Governo do estado chefia a violência – Denúncia impressionante do Deputado Aluizio Alves. *A República*, Natal, p. 4, 12 jul. 1946.



Bezerra dias antes da realização do pleito. Naquela cidade, comícios da UDN foram proibidos, por pessedistas, de serem realizados. Tal fato levou os udenistas a solicitarem à Justiça Eleitoral um *habeas corpus* preventivo, para que, com garantia da justiça, pudessem realizá-los. Na mesma solicitação, haviam denunciado a situação de Pedro Velho, onde imperava a violência dos irmãos Aduino e Orlando Azevedo. Ambos já haviam praticado agressões no município, inclusive contra o padre da cidade.

Contudo, o confronto mais violento ocorrera alguns dias antes da realização do pleito e após a UDN marcar um comício na localidade de Lagoa de Montanhas (então, pertencente ao município de Pedro Velho) e de o médico Orlando Azevedo<sup>196</sup> proibir sua realização, por ser inimigo do líder udenista do município, Hélio Galvão. Acompanhado por vinte vaqueiros, o médico interveio no comício, que foi suspenso, por interferência do delegado da cidade, então acompanhado somente por dois soldados. A caravana deixou o distrito e dirigiu-se para a casa de Hélio Galvão, na sede do município.<sup>197</sup> Instantes depois a residência do tabelião foi invadida por Orlando Azevedo e seus vaqueiros. Os integrantes da UDN fugiram, pulando janelas e muros. O confronto resultou na morte do udenista Aristides Hortêncio e do vaqueiro Severino, que trabalhava para Orlando Azevedo.

É importante evidenciar quanto a esse violento acontecimento que sua repercussão ocorreu de forma rápida na imprensa e nos meios políticos da capital federal, em função da exploração feita pelos deputados Aluizio Alves, José Augusto e Café Filho, que concediam diversas entrevistas e realizavam pronunciamentos na Câmara Federal.

A imprensa local também deu evidência ao episódio e passou a tratar Aristides Hortêncio como herói. Tal heroísmo deveria ser compensado nas urnas no dia 19 de janeiro. Moacir Duarte, candidato a deputado estadual, escreveu um texto com o sugestivo título *Eu vi Aristides Morrer*, publicado no jornal *O Diário*. O enorme artigo, escrito em linguagem

---

<sup>196</sup> Em 1935, durante a Insurreição Comunista, Orlando Azevedo organizou três grupos que invadiram e ocuparam Nova Cruz, apesar de não pertencerem às colunas organizadas pelos comunistas que tomaram vários municípios do Estado. “A maior parte do processo relativo à cidade e Nova Cruz é constituída de documentos de e sobre Orlando Azevedo. Médico, formado na Alemanha.(...) Nos autos do processo constam depoimentos de autoridades do Estado. Inúmeras cartas de políticos, padres, etc. inocentando-o. De qualquer forma, com a derrota do levante é indiciado, preso e condenado a dois anos de reclusão.” COSTA, 1995, P. 109.

<sup>197</sup> O episódio ocorreu em 5 de janeiro de 1947 quando ele era ocupante do cargo de tabelião no cartório de Pedro Velho, por indicação de José Augusto e Aluizio Alves. Orlando Azevedo pretendia encontrar Hélio Galvão, mas este pulara o muro para a casa vizinha, tendo Orlando Azevedo, então, acertado com facadas um cachorro e saindo a levar consigo, como refém, o candidato a deputado estadual Moacir Duarte, liberado logo depois.

emotiva, acusava os membros do PSD pelo assassinato, além de apelar à emoção da população e, em especial, dos eleitores. Eis um pequeno trecho do texto:

Eu vi Aristides morrer!

Vi a fúria homicida, a sanha sanguinária dos cicários, a hediondez do crime desenvolvendo todas as suas forças. [...] Eu senti o frio do punhal assassino, tinto de sangue, e brio de vingança, apontado para o meu corpo. Eu ouvi os bandidos perguntarem a Orlando, quando este me conduzia para sua casa: “Quer que fure este, patrão?” [...]

Matem os homens senhores do governo; deturpem a verdade dos acontecimentos, senhores da polícia pessedista; coajam, surrem, persigam, seviciem, amedrontem, corrompam, usem enfim de todos de todos os meios, todos os estratagemas, todos os artifícios, nesses últimos estertores de sua permanência no governo. Tudo será em vão. É inseputável a coragem cívica do nosso povo.<sup>198</sup>

O governo respondia aos ataques oposicionistas através de notas da chefia de polícia, mas a pressão exercida foi enorme e culminou na substituição do interventor Ubaldo Bezerra. Antes disso, porém, ele designou o chefe de polícia para realizar uma investigação mais específica. No entanto, o resultado não indicou de quem seria a responsabilidade pelas mortes, além de atribuir o episódio a disputas pessoais entre Orlando Azevedo e Hélio Galvão e afirmar que, apenas ocasionalmente, podia ser relacionado à passagem da caravana político-partidária.<sup>199</sup>

Fatos não incomuns nas campanhas políticas anteriores do estado, enfrentamentos armados que culminaram em mortes eram constantemente lembrados como mobilizadores de sentimentos e tensões. Um caso como esse, a poucos dias do pleito, se bem explorado, poderia resultar em uma modificação dos resultados. O episódio pareceu dar novo alento à campanha da UDN e do PSP, pois permitiu uma ampla mobilização, inclusive nacional, clamando por justiça, que parecia se realizar na tão desejada exoneração do interventor Ubaldo Bezerra. Aliás, esta foi a providência imediata do presidente, Eurico Dutra, para diminuir a exaltação de ânimos e a exploração do caso nacionalmente. O interventor

<sup>198</sup> Eu vi Aristides morrer. *O Diário*. Natal, p. 6, 8 jan. 1947.

<sup>199</sup> Memorial ao comandante de destacamento de Natal. *O Diário*. Natal, p. 6, 11 jan. 1947; Nota oficial da Chefia de Polícia. *O Diário*, Natal, p. 6, 7 jan. 1947.

nomeado, Orestes Rocha, comandante do Destacamento de Natal, assumiu o cargo, em 15 de janeiro, prometendo eleições livres e sem coações.

O novo interventor fixou várias medidas para tentar diminuir o impacto negativo do episódio e das exaltações políticas. No entanto, as notas publicadas deixavam claro que as medidas tomadas, mais do que a lisura do pleito, serviam para silenciar a oposição política. Assim, desde “medidas sigilosas”, que estavam sendo tomadas pelas Forças Armadas para a manutenção da ordem, até críticas aos oradores de comícios, imprensa e partidos políticos e estabeleciam medidas não sigilosas. Os oradores teriam abandonado a “justa propaganda dos ideais partidários respectivos para passar ao incentivo e clara conclamação do povo a rebelião e a perturbação da ordem pública.”<sup>200</sup> Por isso, os comícios políticos de caráter eleitoral, ou não, estavam proibidos e cancelavam-se aqueles já autorizados, por falta de garantias para sua execução. Os partidos deveriam solicitar nova autorização. Parte da imprensa da capital, segundo o documento, através de notas e matérias “desairosas a pessoas cívicas ou jurídicas, notícias infundadas e ameaças ou atitude de interpretação dúbia” acabava por contribuir para “propaganda aliciadora ou subvertedora de ordem política e social, ou de preconceito de classe.” Nesse sentido, a advertência era a de que cabia às redações pôr fim a tais práticas.<sup>201</sup>

Para a chefia de polícia, alguns partidos políticos estavam perturbando o pleno exercício da liberdade de culto ou desmoralizando as autoridades políticas através de injúrias escritas ou verbais. A medida estabelecida proibiu a utilização de alto-falantes, sem o prévio pedido de licenças, além da fiscalização dos portes de armas e da linguagem empregada na explanação das idéias de propaganda.<sup>202</sup>

Os últimos dias da campanha foram vividos em clima de guerra. Por um lado, os oposicionistas solicitavam garantias mínimas para a realização do pleito de forma mais democrática. Por outro lado, o governo utilizava a sua força militar para manter o controle, porém, em favor do PSD. Veja-se, por exemplo, a concessão de licença, para o comício de encerramento de campanha das *Oposições Coligadas*, na Praça Pio X. A duração teria de ser entre 20 e 22h, sob a supervisão do 3º. Agrupamento de Artilharia Anti Aérea, que seria responsável pela “cobertura de proteção, manutenção da ordem e das liberdades permitidas, bem como a observância dos dispositivos da legislação em vigor sobre o porte de armas e uso

---

<sup>200</sup> Destacamento Mixto de Natal. *A Ordem*, Natal, p. 4, 13 jan. 1947.

<sup>201</sup> Destacamento Mixto de Natal. *A Ordem*, Natal, p. 4, 14 jan. 1947.

<sup>202</sup> *A Ordem*, Natal, p. 4, 16 jan. 1947.

da palavra falada.” As forças militares tinham autorização, ainda, para encerrar o comício antes do prazo determinado, no “caso de insurgência contra o recomendado e nos de força maior.” (FURTADO, 1989, p. 237)

As notas da chefia de polícia e o teor da licença concedida demonstravam que imprensa, partidos e candidatos estavam sob forte vigilância, como se o Rio Grande do Norte estivesse, ainda, sob o regime que vigorou durante o Estado Novo. Os candidatos tinham que se preocupar com seus discursos para que o comício não fosse encerrado antes do tempo previsto. A oposição acusou também o governo de desviar as correspondências enviadas por ela, para o interior ou para fora do estado<sup>203</sup> e impetrou Mandado de Segurança, junto ao TRE, solicitando liminar para que as correspondências chegassem ao destino final. A resposta do interventor Orestes Rocha ao TRE foi no mesmo tom das notas da chefia de polícia. Afirmou, inicialmente, que tinha certeza de que os telegramas não haviam sido desviados e que, apenas, proibira o envio de 3 despachos particulares, levados a ele pelo diretor dos Correios. O interventor argumentava que a ordem pública e a tranqüilidade dos homens e instituições estavam em primeiro lugar, e acrescentava que a matéria referida não era da alçada do TRE.

Orestes Rocha ignorava a Justiça Eleitoral, a qual protestou, porém sem grande êxito, pois o interventor não atendeu a determinação de enviar tropas para o interior do estado no dia das eleições, enquanto, em Natal, quase todas as seções eleitorais tiveram a presença de patrulhas do Exército. Os embates entre o governo e a justiça se estenderiam ao longo da apuração dos resultados eleitorais (FURTADO, 1989, p. 244-245).

## **2.5 Os resultados eleitorais: a Justiça Eleitoral entra em cena**

As eleições foram realizadas em 19 de janeiro de 1947 sob denúncias, por parte da oposição, da existência de coação, fraudes e aliciamento de eleitores, postos em prática pelo partido governista. Elas se constituíram em uma das mais renhidas de todo o regime republicano no estado. Contudo, mais do isso, tal campanha evidenciou um ator político que seria fundamental para a democracia brasileira: a Justiça Eleitoral. Criada em 1932, desde que fora instalada em 1945, ela era chamada a se manifestar em relação aos acontecimentos políticos e muitas das seções plenas do tribunal constituíam momentos de extrema tensão,

---

<sup>203</sup> Dirigia a repartição dos Correios e Telégrafos do Estado o tio do senador Georgino Avelino (PSD), José Anselmo Alves de Souza.

com acusações de favorecimentos, de fraudes nos alistamentos, de duplicidade de títulos, entre outras questões.

A Constituição de 1946 estabelecia que “os estados organizarão a sua justiça.” Assim, a organização judiciária no Rio Grande do Norte era composta por juízes de direito, juízes municipais, como também por juízes de paz, sendo da competência dos juízes de direito exercer as funções de juízes eleitorais.<sup>204</sup> Parte dos integrantes do TRE e dos juízes que atuavam nas comarcas tinha relação de parentesco com políticos, o que era outro motivo de desconfiança. Muitas decisões tomadas por eles eram questionadas junto ao TRE, o que levava a discussões calorosas. Durante toda a campanha de 1946, o trabalho foi intenso. Nesse ano, o TSE baixou uma resolução que proibia que os juízes com parentesco de até 3º grau com candidatos exercessem funções eleitorais. No estado, a medida atingiu vários juízes e desagradou a muita gente.<sup>205</sup>

Assim, em meio ao clima de guerra que antecedeu ao pleito e no início da tumultuada apuração dos resultados, resoluções tomadas pelo TRE foram sistematicamente desobedecidas pela Polícia Militar, que seguia as determinações do interventor. Era o início de um enfrentamento entre os poderes judiciário e executivo, que se estabelecia, de forma explícita e direta, no estado, pela primeira vez. As sessões de julgamento no TRE contavam com a presença de grande público que acompanhava com atenção as discussões no pleno daquele tribunal.

As disputas jurídicas puseram em conflito diversas lideranças políticas. Veja-se, por exemplo, um tipo de fraude bastante comum utilizada pelos políticos locais e a preocupação de um deles, o candidato a deputado estadual pelo PSD, Theodorico Bezerra, acusado de praticar diversas fraudes, com a opinião do seu primo, o senador udenista José Ferreira de Souza.

---

<sup>204</sup> A Constituição de 1946 estabeleceu ainda que o Poder Judiciário fosse exercido pelos seguintes órgãos: Supremo Tribunal Federal; Tribunal Federal de Recursos; Juízes e Tribunais militares; Juízes e Tribunais Eleitorais; Juízes e Tribunais do Trabalho. Entre as atribuições da Justiça Eleitoral, incluíam-se: o registro e a cassação de registro dos partidos políticos; a divisão eleitoral do país; o alistamento eleitoral; a fixação da data das eleições, quando não determinada por disposição constitucional ou legal; o processo eleitoral, a apuração das eleições e a expedição de diploma aos eleitos; o conhecimento e a decisão das arguições de inelegibilidade.

<sup>205</sup> Adalberto Amorim, irmão do pessedista Pedro Amorim; Eurico Montenegro, cunhado do pessedista Onofre Soares; José Gomes da Costa, cunhado do pessedista João Severino da Câmara; Oscar Homem de Siqueira, irmão do pessedista Armando Homem de Siqueira; José Vieira, cunhado do udenista João Marcelino; Silveira Martins, genitor do pessedista José Nicodemos; Jaime Aquino, cunhado do pessedista Claudionor de Andrade; Hilariano Pereira, genitor do comunista Hiram de Lima Pereira. No TRE eram impedidos também o presidente, Desembargador Regulo Tinoco, cunhado dos candidatos João Biano e Theodorico Bezerra, ambos do PSD; Desembargador Felix Bezerra Sobrinho, afim do udenista Juvenal Lamartine. *O Diário*, Natal, p. 3, 7 jan. 1947.

Theodorico Bezerra era acusado pelos seus adversários de ser um dos principais responsáveis pelas irregularidades no pleito, em Santa Cruz e arredores. Em 1947, ele escreveu uma carta para o primo solicitando o seu testemunho de que as eleições haviam decorrido com liberdade de voto. Mas, o senador respondeu que na disputa não só tinha ocorrido coação, como também fraudes e enumera alguns exemplos, entre os quais o mais importante era o da “troca de chapas”. Vale lembrar que as cédulas distribuídas eram as mesmas que seriam colocadas nas urnas. Ou seja, havia candidatos que se apresentavam como candidatos ligados a um partido que não o seu:

Não foi por outro motivo que me dirigi pessoalmente em Santa Cruz ao Dr. Dario, juiz de direito e seu correligionário, reclamando contra tal fato. Soube mesmo em Santa Cruz que o Quinquim [correligionário do PSD no município] chegava a se apresentar sob o meu nome a eleitores diversos e, com tal disfarce, conseguia trocar chapas. [...].<sup>206</sup>

A referência ao juiz Dario Jordão de Andrade como partidário de Theodorico Bezerra relacionava-se ao fato de que esse juiz não acatara a representação impetrada por integrantes da UDN contra três pessoas, dentre as quais o prefeito da cidade.<sup>207</sup> As acusações eram de ameaças e coação, em função da troca de cédulas eleitorais. Em razão dessa decisão, o juiz fornecera um atestado, solicitado pelo PSD, afirmando as condições legais de realização do pleito no município: o serviço de alistamento eleitoral havia decorrido sem irregularidades e, durante a campanha, o clima fora de tranqüilidade e sem prisões, por motivos políticos.

O juiz considerava, ainda, que houve um índice de abstenção elevado, tanto da UDN, quanto do PSD e PSP, como conseqüência da seca que assolara a região, “privando o eleitor de recursos necessários à sua alimentação e vestuário, de tal modo que muitos deles deixaram de comparecer às eleições, alegando não terem roupas e calçados para se apresentarem condignamente.”<sup>208</sup> O único problema ocorrido, segundo tal balanço, foi o das trocas de algumas cédulas. Porém, ninguém foi flagrado fazendo tal ato.

---

<sup>206</sup> Carta de José Ferreira de Souza para Theodorico Bezerra. 17 março 1947, cit. em BEZERRA (s/data), p. 42.

<sup>207</sup> O prefeito era Aauto Sá Leitão. A representação foi impetrada também contra Theodorico Bezerra, então candidato a deputado estadual e o farmacêutico Pedro Medeiros.

<sup>208</sup> Atestado do juiz Dario Jordão de Andrade. 27 fev 1947. Citado em BEZERRA (s/data), p. 45-6.

Esse tipo de acusação aos juízes foi bastante comum em 1947. Várias reclamações formais foram impetradas pelos partidos junto ao TRE, o que ocasionou a impugnação de seções e a anulação da votação, com disputas que se estenderam por cerca de seis meses. Depois do julgamento de vários recursos o TSE determinou no mês de julho a diplomação dos candidatos. Porém, outro processo em curso, que discutia a cassação dos mandatos dos integrantes do PCB, trouxe novos questionamentos junto ao TRE. Os resultados oficiais somente foram divulgados em agosto de 1948, quando o TRE já julgava recursos da campanha eleitoral de março daquele ano.<sup>209</sup> Sessões que encerraram a votação antes do horário previsto tiveram sua votação anulada.

Os recursos impetrados pelas duas coligações, em geral, referiam-se a aspectos regulamentados pela Lei Eleitoral de 1945 e iam desde a constituição das mesas receptoras até os critérios para a contagem dos votos, passando pelo horário de funcionamento das sessões eleitorais e pelo sigilo do voto. É importante observar que ocorreram casos semelhantes com ambas as coligações. Isto é, elas entrarem com recursos, seja solicitando anulação ou contagem dos votos, ganharem na decisão do tribunal e, no fim, os resultados nas urnas serem inversos do que pleiteavam. Esse fato foi, por exemplo, o que ocorreu na 19ª sessão da Zona de Padre Miguelinho, onde o PSD solicitou a anulação da urna, alegando coação do eleitorado. O tribunal resolveu pela apuração e o resultado era favorável ao PSD, com 24 votos de maioria. O mesmo ocorreu com os coligados que solicitaram anulação de uma sessão na cidade de Angicos e tribunal também resolver por apurar a sessão, sendo a maioria dos votos nos candidatos da coligação. Tais aspectos demonstram que os partidos não tinham o controle absoluto dos votos dos eleitores. Em algumas regiões, onde a influência de chefes políticos era maior, era mais fácil manter tal controle, em outros não se sabia bem para onde se inclinava o eleitorado.

Nesse sentido, identificamos algumas questões recorrentes e que foram discutidas no TRE/TSE naquele ano: 1) seções não contabilizadas pelas juntas apuradoras, por problemas diversos identificados quando da contagem inicial dos votos; 2) solicitações de anulação de sessões, alegando-se a incompetência do juiz municipal em conduzir os trabalhos eleitorais; 3) contaminação, que seria a contabilidade de votos irregulares, devido ao eleitor ser de outra jurisdição; 4) quebra de sigilo de voto sem as precauções da lei; 5) coação eleitoral.

---

<sup>209</sup> Tribunal Regional Eleitoral. Ata da Sessão Ordinária. 30 set. 1947.

Dessas questões destacamos duas, pela evidência que elas adquiriram nas discussões e julgamentos do TRE/TSE e pelo grande número de votos anulados envolvidos: a incompetência do juiz municipal e a coação eleitoral. Em relação ao primeiro caso, o TRE formou jurisprudência segundo a qual o juiz municipal não poderia assumir as funções eleitorais, que eram prerrogativa do juiz de direito. Como nesse caso, foram vários os impedidos, conforme já afirmamos, de atuarem em função de parentesco com candidatos, assumiram a função os juízes municipais. Essa jurisprudência foi derrubada pelo TSE, que entendeu ser legítima a investidura na função devido ao impedimento dos juízes de direito.

A disputa jurídica travada naquele ano evidenciou uma divisão política entre os juízes e desembargadores do TRE. Este era composto, em 1947, pelos Desembargadores Régulo Tinoco (presidente), João Dantas Sales (vice-presidente) e Francisco Canindé de Carvalho; juízes Carlos Augusto Caldas da Silva e João Maria Furtado; advogados José Áureo Lins Baía e Vicente Farache.<sup>210</sup> Quase todas as sessões de julgamento foram compostas pelos 5 últimos, pois o presidente era impedido de votar, por ter parente que era candidato. Assim, a maioria dos resultados dos recursos foi de 3x2. Para Furtado, os juízes “Carlos Augusto e Lins Baía, insensíveis aos acontecimentos entenderam que as eleições aqui ocorreram em ambiente de liberdade.” Esse tópico é importante de ser evidenciado, pois esses dois membros do TRE fechavam a questão na maioria dos recursos e eram acusados de partidários do PSD, enquanto os outros eram acusados de simpatizantes dos cafeístas/udenistas, chamados pelos pessedistas de “maioria organizada” (FURTADO, 1989, p. 258 ). O juiz Lins Baía afirmava acompanhar com desconforto as acusações de que seu voto era partidário.<sup>211</sup>

Os pessedistas, por sua vez, entraram com vários recursos pedindo a suspeição de João Maria Furtado, algo negado pelo TRE. Uma das questões centrais da disputa jurídica foi a alegação de coação eleitoral. Parte significativa desses recursos foi relatada por esse juiz, que aceitou as denúncias das *Oposições Coligadas*, por entender que o interventor não dera garantias para a realização do pleito. Nesse caso, vale lembrar o que já afirmamos anteriormente: João Maria Furtado era amigo pessoal e partidário de Café Filho. Para ele, o

---

<sup>210</sup> Mais uma vez, as chapas que disputavam as eleições na OAB eram demonstrativas dessas divisões políticas. A chapa vitoriosa, por dois votos de maioria, era composta pelos pessedistas: Francisco Ivo Cavalcanti; Manoel Varela, Claudionor de Andrade, Antônio Soares, Paulo de Viveiros, Armando Siqueira, José Nicodemos e Júlio Fernandes. A chapa opositora pelos udenistas/progressistas: Silvino Bezerra, Kerginaldo Cavalcanti, João Medeiros, Djalma Maranhão, Oscar Medeiros, Vicente Farache, Teodomiro Sá e Jessé Café. Eleição disputadíssima na Ordem dos Advogados margem de 2 votos para os vitoriosos. *Diário de Natal*, Natal, p. 1, 26 maio 1947.

<sup>211</sup> *O Diário*, Natal, p. 1, 6 mar. 1947.



próprio tribunal havia sido coagido e em vários acórdãos se referia ao clima de terror existente no estado antes do pleito e aos enfrentamentos entre a Justiça Eleitoral e o interventor do estado. Assim se pronuncia em um dos seus julgamentos:

a justificação perante juiz competente com as formalidades legais de fatos concretos de coação induz o reconhecimento desse vício. O ambiente geral no estado tem de ser levado em conta no reconhecimento de coação eleitoral. importa em coação o trancamento ilegal e arbitrário do Telégrafo para transmissões de despachos e notícias normais entre dirigentes de partidos políticos às vésperas do pleito. Há coação na indevida intervenção de forças do Exército, armadas de canhões e metralhadoras com revistamento geral de assistência em comícios políticos, inteiramente pacíficos. (FURTADO, 1989, p. 265-266)

A compreensão desse juiz, bem como da maioria dos integrantes do TRE, foi a de que houve coação eleitoral em diversos locais do estado. No entanto, essa não foi a decisão do TSE, que entendeu que a coação não foi provada em vários dos recursos impetrados, mandando, assim, o TRE diplomar os eleitos em fins de julho de 1947, apesar de ainda faltarem recursos para serem julgados. É importante observar que, mesmo após o TSE julgar alguns recursos e negar a coação, o TRE continuou, pelo placar de 3x2, a prover recursos das *Oposições Coligadas*, por coação.<sup>212</sup>

Em 1947, dados do *Diário de Natal*, informam que foram julgados cerca de 600 feitos, recursos, representações, agravos ou mandatos de segurança.<sup>213</sup> Apenas algumas zonas não tiveram recursos impetrados: São José de Mipibu, Currais Novos, Acari, Parelhas e Martins. O TSE anulou algumas sessões não por coação, mas por fraude.

Tal aspecto se constituiu em importante contributo para o regime democrático que se estabelecia e para a autonomia da Justiça Eleitoral. Embora entre seus integrantes houvesse simpatizantes dos partidos políticos, até por relações de amizade, as discussões jurídicas travadas naquele ano, e levadas ao TSE, contribuiriam para que os políticos do estado passassem a se importar com suas ações, em campanhas futuras, pois os julgamentos podiam não lhes ser tão favoráveis.

---

<sup>212</sup> Sábado no TRE. *Diário de Natal*, Natal, p. 3 e 6, 7 abr. 1947.

<sup>213</sup> Cerca de 600 feitos julgados pelo TRE. *Diário de Natal*, Natal, p. 6, 30 abr. 1947.

Em Natal, votaram 15.600 eleitores de 21.487 inscritos, totalizando uma abstenção de 3.597 eleitores. No estado, o eleitorado total era de 159.310, tendo sido apurados naquele pleito 118.430 votos. A apuração era acompanhada pelo público no Fórum da capital. Entusiasmados com a liderança de Floriano Cavalcanti, na capital, as pessoas vibravam e eram ameaçadas de serem retiradas do recinto.

Alguns votos chamaram a atenção de um jornalista por demonstrar como o eleitorado natalense fazia suas escolhas sem necessariamente seguir recomendações dos partidos. Algumas chapas apresentavam votos para Floriano Cavalcanti (PSP-UDN), ao governo, e para deputados estaduais, em trabalhistas e pessedistas. Os ex-integralistas, INTEGRADOS NO Partido da Representação Popular (PRP), recém criado no estado, votaram em massa em José Varela (PSD). Os comunistas apresentaram votação cerrada no candidato das *Oposições Coligadas*, e apenas alguns votos em branco para o Senado. Eles também eram os mais organizados no acompanhamento da apuração, com folhas impressas, onde anotavam os resultados.

Para governador, os votos brancos e nulos totalizaram 5.859. Os resultados divulgados, depois de amplas discussões e julgamentos do TSE, foram os seguintes: José Varela (PSD) – 57.296; Floriano Cavalcanti (UDN-PSP) – 55.275. Tais resultados possibilitaram que os candidatos fossem diplomados e assumissem seus cargos, porém a disputa ainda foi estendida por mais de um ano junto ao TSE, e os números finais diminuíram a diferença entre os dois candidatos, não sendo, contudo, suficientes para inverter os resultados.

**Tabela 12 Votação para Governador do Estado - Rio Grande do Norte (1947)**

CANDIDATOS/CARGOS	APURAÇÃO PARCIAL (DIPLOMAÇÃO DOS ELEITOS)	RESULTADO FINAL (APÓS O JULGAMENTO DOS RECURSOS)
Jose Augusto Varela (PSD)	57296	55993
Floriano Cavalcanti PSP/UDN)	55275	54494

José Varela perdeu 1.303 votos e Floriano Cavalcanti, 781. Um resultado absolutamente disputado, sendo a eleição mais concorrida de todo o período da Terceira República no estado. Isso demonstra que os enfrentamentos armados ocorridos no interior do

estado relacionavam-se diretamente com o acirramento da disputa e que a hegemonia pessedista estava prestes a ser testada nas urnas.<sup>214</sup>

**Tabela 13 Votação para Senadores e um suplente - Rio Grande do Norte (1947)**

<b>SENADOR/SUPLENTE</b>	
João Severiano Câmara (PSD)	57244
Antônio Fernandes Dantas (PSD)	56906
Juvenal Lamartine de Faria (UDN)	52689
Kerginaldo Cavalcanti (PSP)	52673

Para senador, foram eleitos João Severiano da Câmara (PSD), com uma votação em torno de 57.000, número aproximado ao do seu suplente, Antônio Fernandes Dantas (PSD). É importante frisar que a candidatura de Fernandes Dantas foi cassada pelo TRE, por irregularidades no seu registro. O candidato das *Oposições Coligadas*, Juvenal Lamartine de Faria (UDN) e seu suplente, Kerginaldo Cavalcanti de Albuquerque (PSP), obtiveram em torno de 52.000.<sup>215</sup>

**Tabela 14 Votação para suplentes dos Senadores eleitos em 1945 - Rio Grande do Norte (1947)**

<b>SUPLENTE</b>	<b>VOTOS</b>
Paulo Leopoldo Câmara	38.292
João Marcelino de Oliveira	26.403
Abílio Xavier de Almeida	12.246
Plínio Dantas Saldanha	9.307
Antônio Germano da Silveira	9

Para membros da Assembléia Constituinte do estado, apesar de alguns deputados terem perdido mais de 300 votos após a anulação, os resultados finais não foram alterados. O PSD elegeu 18 deputados e as *Oposições Coligadas* – UDN e PSP – 12 deputados da UDN e dois do PSP<sup>216</sup>. O PCB, PRP e o PTB não atingiram o quociente eleitoral. O PCB recebeu o

<sup>214</sup> Ganharam uns, perderam outros. *Diário de Natal*, Natal, p. 10, 15 agos. 1948.

<sup>215</sup> O jornal *Diário de Natal* não divulgou os votos anulados para o senador, como não alterou a votação, optamos por manter os dados. A diferença de votos foi em torno de 750 votos a menos para as *Oposições Coligadas* e 1250

<sup>216</sup> PSD: Sílvio Pedroza, José Nicodemos Martins, Jofre Ariston de Araújo, Israel Ferreira Nunes, Pedro Soares Amorim, João Bianor Bezerra, Arnaldo Barbalho Simonetti, Cosme Corsino Lemos, Wálter Fonseca de Albuquerque, Aderson Dutra de Almeida, Alfredo Augusto de Santana, Manoel Varela de Albuquerque, Theodorico Bezerra, Antônio Pereira Dias, Túlio Augusto Fernandes de Oliveira, Creso Bezerra; UDN: Djalma Aranha Marinho, Jerônimo Dix-Huit Rosado Maia, Antonio Pereira de Macedo, Agostinho Santiago de

apoio de 2.787 eleitores e o candidato mais votado, somente 590 votos. O PTB alcançou 1.086 votos, com Cícero Mendonça liderando com apenas 257; O PRP, dos ex-integralistas, alcançou 1.041, sendo Manoel Rodrigues de Melo, com 533, o primeiro colocado.<sup>217</sup>

## 2.6 Eleições municipais de 1948

A campanha eleitoral de 1948 é uma das menos documentadas de todo o período da Terceira República, o que se dá por dois motivos: as notícias políticas locais ainda demoravam a chegar à capital do estado, onde eram publicados os principais jornais; das coleções dos periódicos da campanha eleitoral, somente restam os exemplares de *O Diário de Natal*. A narrativa que construímos foi com base nas notícias esparsas desse jornal, pois a bibliografia praticamente nem mesmo faz referência a tal campanha.

A Assembléia Constituinte do Rio Grande do Norte de 1947 era representativa de todas as regiões do estado. Diversos dos 42 municípios existentes em 1947 tinham deputados eleitos. Alguns ficaram nas suplências, mas foram bem votados. Tal aspecto trazia para o interior dos municípios discussões sobre alianças e estratégias políticas que deveriam ser adotadas para a campanha de 1948, que estava próxima. A Assembléia Constituinte do Rio Grande do Norte foi instalada em setembro de 1947, e, cerca de dois meses depois, a Constituição Estadual foi promulgada.

Dentre outras atribuições, os deputados deveriam definir o tempo de mandato do governador, que, nesse caso, foi fixado em 5 anos. Após a promulgação da Constituição, as atenções se voltaram para o pleito municipal. Natal foi enquadrada no grupo de cidades<sup>218</sup> que não poderiam escolher seus prefeitos diretamente, por serem consideradas de Segurança Nacional, em função da presença de bases militares durante a Segunda Guerra Mundial.<sup>219</sup> Por

---

Medeiros Brito, José Gonçalves Pires de Medeiros, Monsenhor João da Matha Paiva, José Fernandes de Melo, Aristófares Fernandes e Silva, José Xavier da Cunha, Mário Negócio de Almeida, Rodolfo Pereira de Araújo, Moacir Torres Duarte; PSP: Abelardo Calafange e Ezequiel Fonseca de Souza.

<sup>217</sup> Os resultados eleitorais divulgados pelo TRE encontram-se disponíveis em <http://br.geocities.com/ricardocostaconolly>. No entanto, neles não estão incluídos os anulados pelo TSE e divulgados em 1948.

<sup>218</sup> Do grupo faziam parte, além de Natal, Recife, Curitiba, Santos, Salvador, Florianópolis, Guarulhos.

<sup>219</sup> A Constituição de 1946 definia no artigo 28: “§ 1º - Poderão ser nomeados pelos governadores dos estados ou dos territórios os prefeitos das capitais, bem como os dos municípios onde houver estâncias hidrominerais naturais, quando beneficiadas pelo Estado ou pela União. § 2º - Serão nomeados pelos governadores dos estados ou dos territórios os prefeitos dos municípios que a lei federal, mediante parecer do Conselho de Segurança Nacional, declarar bases ou portos militares de excepcional importância para a defesa externa do País.”

isso, as eleições de 1948, na capital, foram apenas para escolha dos vereadores e de dois deputados estaduais. No interior, os eleitores votaram para prefeito, vereadores e 2 deputados estaduais. De fato, as eleições municipais de 1948 evidenciaram as principais lideranças políticas, em âmbito local, e a força que os partidos possuíam em cada região. Para evitarem disputas acirradas, em muitas cidades, os principais partidos – PSD, UDN e PSP – estabeleceram acordos e lançaram candidatos únicos. Esse foi o caso, por exemplo, de Patu, Caraúbas, Currais Novos e Canguaretama. Contudo, em geral, o PSD concorreu com as *Oposições Coligadas* (UDN e PSP), que mantiveram a aliança da campanha do ano anterior.

As eleições municipais também eram, e são, importantes para o surgimento de novas lideranças políticas, apadrinhadas por políticos ou não. Elas, portanto, movimentaram os municípios com festas políticas, que saudavam lideranças estaduais, mas também as locais. Se, em 1945, a campanha para deputado federal havia mobilizado lideranças regionais, em 1947 a disputa para deputado estadual evidenciou lideranças locais, mais próximas dos eleitores, pois os municípios pretendiam eleger o maior número de representantes. Porém, nenhuma delas foi comparável à mobilização de 1948 para o pleito de prefeitos e vereadores.

Essa foi a primeira disputa mais efetiva, em termos municipais. Exatamente por isso, muitas conversas, com o intuito de realização de conciliações, ocorreram, pois o clima em algumas cidades tornou-se tenso, com ameaças veladas ou diretas. A possibilidade de mudanças ou ampliação de representantes políticos levou a embates extremos, mas também à consolidação de diversos acordos. Um jornalista do *Diário de Natal* chamava a atenção para o fato de que, em janeiro de 1948, nas cidades em que a força política centrava-se em um pequeno número de chefes as chapas já haviam sido definidas. Em outras, onde a influência “desse caudilhismo é menor, e, por isso, a fisionomia democrática é mais nítida, as candidaturas não foram oficialmente assentadas, ou se já o foram, os acontecimentos poderão levar ao aparecimento de mais de um nome dentro de uma só corrente.”<sup>220</sup>

Algumas cidades, segundo o jornalista, prometiam intensas disputas: Mossoró, Assu, Martins, Alexandria, Port’alegre, Ceará-Mirim. Em outras, as alianças ocorriam das mais diversas formas, com o PSD e a UDN estabelecendo acordos, que incluíam tanto as

---

Constituição Federal de 1946. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao46.htm). Acesso em 27 mar 2007. A lei nº 121, de 22 de outubro de 1947, declara, para fins do § 2º do art. 28, da constituição federal, os municípios que constituem bases ou portos militares de excepcional importância para a defesa externa do país.

<sup>220</sup> *O Diário de Natal*, Natal, p. 1, 11 jan. 1948.

candidaturas de prefeito e vice quanto ao número de candidatos ao cargo de vereador. Em outros casos, entendimentos eram postos à mesa para a efetivação das alianças. Assim, em Santana do Matos, por exemplo, a UDN exigia indenização do governo estadual pelas terras onde localizava-se o Açude Alecrim<sup>221</sup>. O acordo vingou, pois o PSD concordou com a imediata indenização, além de assumir o compromisso de não haver transferências de funcionários públicos por motivos políticos, outra reivindicação udenista.<sup>222</sup> Esse mesmo compromisso era exigido pela UDN de Mossoró. A aproximação foi articulada pelo deputado federal Mota Neto. Porém, o acordo não foi estabelecido e a UDN lançou o nome de Dix-Sept Rosado para prefeito, primeiro cargo eletivo disputado e assumido por ele, antes de chegar ao governo estadual, na campanha de 1950.

Uma estratégia utilizada pelos partidos políticos para dar legitimidade política aos pequenos povoados era lançar ao cargo de vereador pessoas oriundas desses lugares. Tal aspecto não é, de forma alguma, irrelevante, dado que praticamente todos eles foram transformados em municípios entre 1945 e 1964. Este foi o caso, por exemplo, de Goianinha, que, em 1948, lançou nomes de vereadores de várias localidades, algumas elevadas a cidades posteriormente: Várzea, Espírito Santo e Tibau, além de Piau e Pipa (ainda hoje distritos)

Outras formas de aproximação com os eleitores iam sendo postas em prática. Em Santa Cruz, além da inauguração de uma amplificadora da firma Theodorico e Bianor Bezerra para a realização de comícios, a distribuição de panfletos políticos foi constante. As coligações faziam acusações mútuas e tentavam capitalizar as mudanças ocorridas na cidade como resultantes de suas atuações políticas. Os panfletos do PSD faziam uma série de acusações ao candidato da UDN-PSP-PTB<sup>223</sup>, como proteger criminosos e decretar falências fraudulentas. Acusações que ilustram bem o clima político que varreu o estado, instalando-se, com destaque, nas pequenas localidades.<sup>224</sup>

Os pessedistas exigiam que os udenistas informassem ao eleitor quais os açudes construídos, as escolas criadas, os serviços de telefone, os auxílios prestados à infância e à velhice, que haviam, de fato, realizado. A intenção era fazer um contraponto com as gestões

<sup>221</sup> O açude Alecrim somente teve sua construção concluída em 1955, com capacidade de 7.000.000 m<sup>3</sup>.

<sup>222</sup> Conciliação em Santana do Matos. *O Diário de Natal*, Natal, p. 6, 18 fev. 1948.

<sup>223</sup> O candidato das *Oposições Coligadas* era Antônio Ferreira de Souza (filho do Coronel Ezequiel e irmão do senador José Ferreira de Souza) e o do PSD era Jácio Fiúza (sobrinho de Theodorico Bezerra).

<sup>224</sup> O panfleto lembrava aos eleitores que o candidato opositor não realizara obra assistencialista. “Não obstante, ser o maior latifundiário do município, ninguém conhece a quem ele deu uma estaca sequer para cerca, uma carguinha de lenha a um pobre ou mesmo de varas ou gravetos.”

do PSD, afirmando que “o surto de desenvolvimento e progresso” que se verificava em Santa Cruz datava de 1945, ou seja, após a vitória do PSD.<sup>225</sup> Por sua vez, as *Oposições Coligadas* atacavam o opositor, que acabara de chegar ao município e era indicado por seu tio, Theodorico Bezerra, para concorrer à prefeitura. O panfleto desqualificava o candidato por ele ser pernambucano, e não morar nem ser conhecido em Santa Cruz. Afirmavam, ainda, que o jovem, formado pela Faculdade de Odontologia do Recife, não era criador ou agricultor, e seu nome foi lançado para “tapar buraco. Como se o eleitor estivesse disposto a aceitar a imposição de um candidato a prefeito com cheiro e jeito de estudante desacostumado com o povo e sem tirocínio da vida administrativa e pública.”<sup>226</sup>

As *Oposições Coligadas* valorizavam o seu candidato por ser santacruzense e conhecido pela população. Em uma busca de identificações com o eleitor, o panfleto afirmava que o candidato exercia suas atividades “ligadas aos nossos próprios interesses, agricultor e criador, como somos quase todos, e filho do maior benfeitor do município, o Coronel Ezequiel Mergelino de Souza.” Alertava também para que as pessoas tomassem cuidado com a troca das cédulas, pois os resultados das urnas, em 1947, não representaram a vontade e o desejo do eleitorado, pois seriam devidos à troca das cédulas distribuídas pelo partido.

Apesar de algumas alianças políticas, na maioria das cidades não houve aproximação entre os adversários. Em Natal, havia intensa atividade política, que aumentava à medida que se aproximava o prazo para registro de candidaturas. O prefeito de Natal, Sílvio Pedroza, incomodava-se com a propaganda política pintada nos muros da capital, por considerar que deixavam a cidade feia e suja. Por isso, sugeria aos candidatos evitar a pintura a carvão e piche nos muros e prédios, como ocorrera nas eleições anteriores. O prefeito, através de um ofício, estimulava o uso, para propaganda política, de “cartazes de papel, boletins de faixas de pano, facilmente removíveis, que não ferem o direito do proprietário e não sujam, nem enfeiam a capital.”<sup>227</sup>

---

<sup>225</sup> Não pode ser candidato. Citado em BEZERRA, (s/data), p. 53.

<sup>226</sup> Panfleto do PSD. Saiba o candidato de Santa Cruz que. Citado em BEZERRA, (s/data), p. 54.

<sup>227</sup> Propaganda política sem sujar a cidade. *O Diário de Natal*, Natal, p. 10, 22 fev. 1948.

### 2.6.1 A cassação dos mandatos dos comunistas na Câmara Federal e ressonâncias na política norte-rio-grandense

No nível nacional, a caça aos comunistas intensificava-se com o fechamento e o empastelamento de jornais e a prisão dos jornalistas, identificados como comunistas.<sup>228</sup> Desde setembro de 1947, o PCB havia sido extinto e a Câmara Federal iniciara o ano de 1948 decidindo sobre o futuro dos mandatos dos deputados eleitos pelo partido. Tal aspecto é importante por ter reflexos nas disputas municipais e, nesse caso, do Rio Grande do Norte, principalmente em Natal e em cidades nas quais o partido era fortalecido devido ao sindicalismo salineiro, como Mossoró, Macau e Areia Branca.

O projeto de cassação dos mandatos foi resultante de um acordo interpartidário e relatado pelo deputado pessedista norte-rio-grandense Dioclécio Duarte, tendo sido acompanhado por um clima de grande tensão.<sup>229</sup> Duarte fazia parte do grupo pessedista que estimulava o anti-comunismo. Em Natal, os pessedistas combatiam arduamente os comunistas, principalmente porque eles possuíam um importante contingente de eleitores em algumas cidades e, desde 1945, concorreram ou apoiaram o grupo oposicionista que fez maioria na capital do estado.

A justificativa do relator, a favor da cassação, expressa não somente o seu pensamento, como também o de toda a ala reacionária do congresso que desejava a extinção dos mandatos, em nome do fortalecimento da democracia brasileira. Para ele, era exatamente por esse motivo que sentia revolta pelo

[...] imperialismo de Moscou. Combatendo a ditadura capitalista querem os partidários da doutrina vermelha implantar a ditadura proletária. [...] Estranhando a defesa natural dos povos ocidentais sob o fundamento de liberdade de opinião, estabeleceu, entretanto, dentro das próprias fronteiras temível muralha aos que não professam o mesmo credo político. [...] O fenômeno bolchevista não é apenas um

<sup>228</sup> No Rio de Janeiro, por exemplo, travou-se tiroteio entre a polícia e os comunistas no jornal *Tribuna Popular*. Este havia sido proibido de ser publicado e os comunistas lançaram outro, com o título *Imprensa Popular*, que também foi suspenso e fechado pela polícia. *O Diário de Natal*, Natal, p. 1, 8 jan. 1948.

<sup>229</sup> O projeto era de autoria de Ivo de Aquino. Quando da votação o deputado Gregório Bezerra (PCB-PE), exasperou-se com a posição de Dioclécio Duarte. Este revidou, chamando o comunista de assassino, que respondeu dizendo: “poderei ser o assassino de V. Excelência!”. Outros deputados intervieram afastando os dois deputados para evitarem um desfecho trágico. Aprovado, ontem, na Câmara Federal, por 181 a 74. *O Diário de Natal*, Natal, p. 1, 7 jan. 1948.



ato de guerra contra o capital; é também um ato de guerra contra o trabalhador, contra o público, contra a sociedade que não aceita as suas doutrinas, contra a pátria, contra o regime estabelecido entre nós, contra a República.<sup>230</sup>

Todos os deputados do PSD-RN (Dioclécio Duarte, José Varela, Mota Neto e Walfredo Gurgel) votaram a favor da cassação. Aluízio Alves (UDN) não compareceu à sessão, mas José Augusto (UDN) e Café Filho (PSP) votaram contra. O TSE julgou constitucional a cassação dos mandatos por quatro votos a dois.<sup>231</sup> Às vésperas da votação na Câmara, os reflexos da votação já foram sentidos pelos comunistas em Natal. O jornal ligado ao PCB, *Folha Popular*, que funcionava na esquina de duas importantes ruas do centro da cidade<sup>232</sup>, foi alvejado com tiros, mas não houve feridos, somente janelas quebradas.<sup>233</sup> Dez dias depois dos disparos, os comunistas Luiz Maranhão e Hiram de Lima Pereira foram presos quando vendiam exemplares da mesma *Folha Popular*, já que o jornal havia sido suspenso, por quinze dias, assim punido por ter publicado uma matéria considerada injuriosa, pelas autoridades locais, ao Ministro do Trabalho.<sup>234</sup> É interessante observar que a prisão de ambos, bem como o julgamento deles, foram acompanhados pela população, que lotou as dependências do Fórum.

A *Tipografia Progresso*, que também era ligada ao PCB, sofreu um atentado. O prédio, também localizado no centro da cidade (R. Felipe Camarão), foi arrombado e seus móveis e utensílios destruídos, inclusive a impressora. Vários protestos foram realizados pelos sócios da tipografia e pela Associação Norte-rio-grandense de Imprensa sem, no entanto, terem surtido efeito. Américo de Oliveira Costa, presidente da Associação de Imprensa, em telegrama ao presidente Dutra, reclamava que a prisão dos jornalistas, sem motivo, era um abuso das autoridades policiais locais. Gilberto de Oliveira, sócio da *Tipografia Progresso*, em carta endereçada à Chefia de Polícia, denunciava o desaparecimento de vários objetos, inclusive de uma máquina de escrever. Mais de dois meses

<sup>230</sup> A brilhante declaração de voto do dep. Dioclécio Duarte. *Diário Oficial*, Natal, p. 4, 17 jan. 1948.

<sup>231</sup> *O Diário de Natal*, Natal, p. 1, 9 jan. 1948.

<sup>232</sup> Ulisses Caldas com Rio Branco.

<sup>233</sup> *O Diário de Natal*, Natal, p. 6, 7 jan. 1948.

<sup>234</sup> *O Diário de Natal*, Natal, p. 6, 22 jan. 1948.

depois, o inquérito instaurado pelo delegado Wilson Dantas, da Delegacia de Ordem Social, foi arquivado por falta de provas.<sup>235</sup>

A grande questão que relacionava esses atentados à votação na Câmara Federal eram as ações das autoridades locais, que não fizeram muito esforço para encontrar os culpados. Iniciava-se, a partir daí, uma nova onda de perseguição aos comunistas no estado, que passou por vários reveses ao longo da Terceira República.

A disputa na capital passava pela atuação dos comunistas e chamava a atenção dos comentaristas políticos, pois, nas duas primeiras eleições pós-45, os resultados na capital deram maioria aos oposicionistas. Desse modo, não se sabia se o PSD cresceria e tiraria a diferença de cerca de 800 votos da eleição anterior. No entanto, considerava ser difícil, pois “Natal, com eleitorado mais ou menos independente”, sempre deu vitória à oposição. Esperava-se que a chapa *Oposições Coligadas* saísse majoritária para a Assembléia Estadual. O jornalista afirmava que o “fiel da balança” poderia ser o eleitorado comunista, com mais ou menos 1.600 votos obtidos em 1947. Os comunistas “não só procuraram entendimentos como foram procurados. Porém, nada havia se efetivado, pois os comunistas queriam incluir Luiz Maranhão e Hiram Pereira nas chapas, considerados elementos queimados demais.”<sup>236</sup> O temor era o de que a legenda fosse cassada pela inclusão de comunistas.

No entanto, próximo ao pleito, o PCB estabeleceu um acordo com as *Oposições Coligadas*, que em Natal incluíam a UDN, o PSP, o PTB e o PSB, (ex-Esquerda Democrática, transformado em PSB, em abril de 1947). Entre seus dirigentes estavam os jornalistas Rivaldo Pinheiro e Valdemar Araújo. Os candidatos a vereadores pelo PSB foram Américo de Oliveira Costa e Raimundo Nonato Fernandes. A este e a Antônio da Cruz Gouveia, os comunistas anunciaram apoio e indicaram o voto.<sup>237</sup>

---

<sup>235</sup> *O Diário de Natal*, Natal, p. 6, 18 mar 1948.

<sup>236</sup> *O Diário de Natal*, Natal, p. 4, 23 fev. 1948.

<sup>237</sup> Raimundo Nonato Fernandes era jornalista e advogado e foi ele quem defendeu os comunistas, Luiz Maranhão e Hiran Pereira, quando da prisão desses, em janeiro de 1948. Antônio Gouveia era presidente do sindicato dos bancários e concorria pelo PSP. O PSD, na capital, estabeleceu aliança com o PRP, que incluía, entre os seus nomes, Clóvis Travassos Sarinho e Manoel Rodrigues de Melo.

## 2.7 Resultados eleitorais

O dia da eleição nos municípios foi bastante movimentado. Não houve notícias de incidentes graves. Em Natal, as disputas foram intensas, com os cabos eleitorais se confrontando para a entrega de chapas. A boca de urna gerou um “qui-pro-quo entre os cabos eleitorais adversários”<sup>238</sup>, pois, além da distribuição das cédulas eleitorais, eles rasgavam as chapas distribuídas pelos adversários. Entre as ruas Amaro Barreto e a Alexandrino de Alencar, no bairro do Alecrim, ocorreu a maior concentração eleitoral, pela proximidade com vários locais de votação. O serviço de transporte foi eficiente, com passagem gratuita nos ônibus de todas as empresas.

Em Natal, votaram cerca de 11.000 mil eleitores, o que demonstrava, segundo o jornalista do *Diário de Natal*, um enorme interesse da população. Como previam os prognósticos, a chapa das *Oposições Coligadas* foi vitoriosa na capital, com mais de 1.500 votos de maioria para vereadores e de 1.400 para deputados estaduais. O PSP manteve a hegemonia na capital, elegendo oito vereadores<sup>239</sup>, enquanto o PSD seis, a UDN três, e o PRP um vereador. Esse resultado, para o PSP, foi o grande estímulo para lutar pela autonomia política de Natal. No estado, porém o PSD saiu vitorioso com mais de 30 prefeituras, enquanto a UDN conseguiu cerca de 10 e o PSP, apenas dois municípios.<sup>240</sup> A maioria obtida pelo PSP, em Natal, permitiu que o partido indicasse o primeiro presidente da Câmara Municipal, Olavo João Galvão, instalada em 5 junho de 1948.

Em alguns municípios os partidos realizaram acordos e lançaram candidaturas únicas. Contudo, é preciso chamar a atenção para a disputa jurídica que se estabeleceu, principalmente, em Santa Cruz e Ceará-Mirim. Nestas cidades, as candidaturas disputam voto a voto, inclusive nos recursos ao TRE/TSE, semelhante ao que ocorreu na campanha anterior. Intensamente disputado o pleito nesses municípios revelava como situação e oposição

<sup>238</sup> *O Diário de Natal*, Natal, p. 6, 22 mar. 1948.

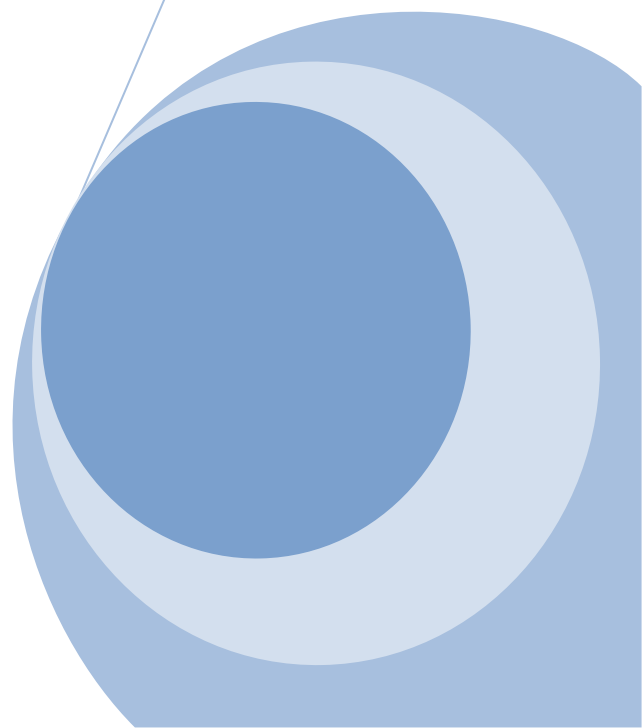
<sup>239</sup> PSP: Olavo João Galvão (ocupou a presidência ente 1948 e 1950), Manoel Vilar Raposo de Melo, Elyseu Leite, Severino de Oliveira Galvão, Amaro Magalhães da Silva, Antônio da Cunha Cruz Gouveia, Antonio Félix da Silva, Sandoval Wanderley. PSD: Demétrio Pinheiro de Viveiros, Sebastião Gomes Moreira, Eduardo Antonio Freire, Manoel de Oliveira Paula, Martinho de Figueiredo Machado, Luiz Soares Correia de Araújo; UDN: Gentil Ferreira de Sousa, João Alves de Santana, João Francisco da Mota ; PRP: Manoel Rodrigues de Melo

<sup>240</sup> O PSP elegeu os prefeitos de Areia Branca e de São José de Mipibu. Não consegui dados exatos em relação ao número de prefeituras conquistadas pelo PSD e pela UDN. Os dados divergem, por isso, optei por não colocá-los exatos e sim aproximado. Dos municípios que consegui verificar o resultado a UDN elegeu 12 e o PSD 29, e tinha prefeitos nomeados em 6 municípios criados naquele ano.

adquiriam força política, para disputas equilibradas nessas duas cidades, ao longo da Terceira República.

A redemocratização estadual e municipal ocorreu sob intensas disputas políticas, com denúncias de coação, aliciamento e violências de vários tipos no estado. No entanto, apesar do alto índice de abstenção eleitoral naquelas duas eleições, a mobilização dos eleitores foi intensa. Sobretudo na capital do estado, onde o público acompanhava de perto o noticiário político e as disputas jurídicas ocorridas no TRE.

**3 Sonhos e esperanças: a  
campanha política de  
1950**



Outro dia em movimentado comício no subúrbio diz-se que discursava um pretendente a cargo eletivo. A certa altura, fazendo demagogia grossa, teve a idéia de meter a mão no bolso, revirando o forro e exclamou:

- Por essas algibeiras jamais passou coisa mal ganha!

Um bêbado entre os circulantes que escutavam, aparteceu prontamente:

- É que essa roupa é nova, compadre.

(PIRES, José. *Diário de Natal*, 23 set. 1950)

Essa narrativa feita por um jornalista do *Diário de Natal*, destaca um episódio que teria ocorrido na periferia de Natal, em uma das várias movimentações políticas vivenciadas pelos candidatos e pela população da cidade. Se o fato foi real ou não, não faz diferença para a reflexão que nos introduz nas “venturas e desventuras”<sup>241</sup> da campanha eleitoral de 1950. O arguto repórter via tais anedotas maliciosas como uma forma de reação/participação popular na política. Elas eram, para José Pires, anônimas, contudo, vivas e espirituosas, e se faziam presentes no cotidiano político de muitas cidades.

Em 3 de outubro de 1950, os eleitores tiveram um novo compromisso com a recente democracia: escolher representantes, em especial um novo presidente da República.<sup>242</sup> Essa eleição foi a mais importante e abrangente de todo o regime republicano brasileiro. Os únicos cargos excluídos dessa disputa eram os de prefeito e de vice-prefeito, para os quais ocorreria um pleito em 1952. É importante observar que, em 1950, foi instituído um novo Código Eleitoral, com algumas mudanças em relação ao de 1945. Gostaríamos de destacar a extinção do alistamento *ex-officio*, além da ampliação das funções do juiz eleitoral, que regulamentava a atuação da Justiça Eleitoral nas pequenas localidades. Ambas eram formas de coibir abusos e ampliar aspectos da legislação eleitoral. Mas, o Código mantinha a possibilidade de o candidato concorrer em mais de um cargo eletivo, desde que pelo mesmo partido.

---

<sup>241</sup> O termo foi inspirado na discussão sobre as relações entre o público e o privado na política brasileira ao longo do regime republicano (GOMES, 1998. p. 490.).

<sup>242</sup> As eleições foram para os seguintes cargos: presidente e vice-presidente da República; governador e vice-governador; senador e suplente de senador; deputado federal; deputado estadual e vereador.

Nesse sentido, o objetivo deste capítulo é demonstrar como a campanha de 1950 se constituiu em um teste fundamental para a recente democracia brasileira. Emergiram daí duas questões essenciais: 1) analisar o tipo de estrutura de partidos que se conformou no Rio Grande do Norte, em 1950, com Café Filho se tornando o maior nome na política do estado, no plano nacional; 2) mostrar como, já em 1950, havia fortes investimentos em campanhas eleitorais e como a população se mobilizava, inclusive no interior do estado.

De fato, em 1950, as eleições no Rio Grande do Norte ganharam grande evidência, no nível nacional, em função da presença de João Café Filho como candidato a vice-presidente na chapa de Getúlio Vargas. As indefinições quanto à aceitação de seu nome por Vargas e pelo PTB, além dos ataques que sofria pela LEC, foram aspectos relevantes daquela campanha. A vitória da chapa Getúlio Vargas/Café Filho (PTB-PSP), no nível nacional, e da Aliança Democrática (AD) formada por PSD, PR e PSP, no âmbito estadual, foi extremamente importante para a disputa política de 1952.

Naquele ano ocorreu uma efetiva ampliação do material de publicidade e propaganda utilizado pelos candidatos, bem como uma intensa mobilização da população. A imprensa, mais uma vez, ganhou destaque, em função da opção política, clara, que cada meio de comunicação fazia e da utilização deles para propaganda política. Naquele ano passou a circular mais um jornal no estado, *Tribuna do Norte*, ligado a UDN e fundado em março de 1950. Esse jornal foi o responsável pela propaganda udenista, a partir da sua fundação e reproduzia diversas charges e artigos publicados na *Tribuna da Imprensa*. A cartunista Hilde Weber,<sup>243</sup> assumindo a ótica udenista, representava as disputas políticas que então ocorriam, razão pela qual reproduzimos alguns de seus trabalhos ao longo deste capítulo.

Os jornais inauguraram as chamadas enquetes jornalísticas para sondagem da opinião dos eleitores. A presença de bandas de músicas nos comícios e as vaquejadas promovidas para receber os candidatos, saudados com fogos, era uma demonstração da autêntica festa política em que se transformavam as campanhas eleitorais. Ainda não era tempo do marketing político profissional, mas diversos recursos imprimiram modificações nas campanhas, cada vez mais sofisticadas. Consideramos importante destacar tais aspectos, pois, de uma forma geral, a bibliografia acadêmica que analisa a história política do estado só aponta tais mudanças na

---

<sup>243</sup> Hildegard Weber (1913-1994) nasceu na Alemanha e mudou-se para o Brasil em 1933. Trabalhou em diversos jornais, principalmente publicando caricaturas políticas que acompanhavam diversos momentos da história brasileira. Em 1950, ela foi contratada pela *Tribuna da Imprensa*, onde passou a publicar charges relacionadas às disputas políticas que ocorriam.

campanha eleitoral de 1960. Portanto, queremos destacar, neste capítulo, as características de pleitos de massa que as eleições dos anos 50 já incorporavam no Rio Grande do Norte.

Este capítulo foi dividido em 4 itens, nos quais abordamos as alianças e candidaturas estabelecidas para aquela campanha; as estratégias de propaganda política dos partidos e candidatos, e também as ações dos eleitores; a evidência de Café Filho, no nível nacional, mas também as resistências à sua candidatura à vice-presidência, em 1950; e, finalmente, os resultados eleitorais naquele ano.

### 3.1 Alianças e candidaturas

Objetivamos neste item apresentar as composições partidárias e as candidaturas nos vários níveis de disputas. De fato, o sistema partidário no Rio Grande do Norte, no início de 1950, era composto por seis partidos: PSD, UDN, PSP, PTB, PSB, PRP. Os três primeiros eram os maiores e, exatamente por isso, anteciparam as disputas ao governo estadual, lançando, desde 1948, nomes para concorrer às chapas majoritárias. No entanto, a composição final das alianças somente foi definida em meados de 1950, após cisões ocorridas nos dois maiores partidos – PSD e UDN –, originando, então, duas novas agremiações partidárias no estado, pelas quais concorreram os candidatos ao governo estadual, naquele ano: o Partido Social Trabalhista (PST), dissidente do PSD, que lançou o bacharel em direito Manoel Varela e o Partido Republicano (PR), dissidente da UDN, que indicou o empresário Dix-Sept Rosado. Ambas as candidaturas resultaram de alianças entre os novos partidos criados e os antigos rivais. Assim, a *Aliança Democrática* (AD) reuniu PSD, PSP e PR, e obteve o apoio do PTB, enquanto a *União Popular* (UP) contava com o PST e a UDN.

Contudo, até essa definição, muitos acontecimentos ocorreram e valem aqui ser discutidos. Entre 1948 e 1950, os acordos e alianças passaram por várias indefinições e reveses. Ora se buscavam candidaturas conciliatórias, ora os principais partidos políticos anunciavam candidaturas próprias. O PSD, por exemplo, lançou-se à disputa para o governo estadual, antes dos outros partidos, acabando por antecipar também a decisão dos demais.



Desse modo, escolheu, para substituir o governador José Varela, o senador e industrial João Câmara, presidente do Diretório Estadual.<sup>244</sup>

O PSP, por sua vez, negociava com a UDN um nome de consenso, que pudesse disputar com a candidatura pessedista, mas também tentava realizar entendimentos com o PSD, em torno de uma “fórmula de pacificação”. Assim, no segundo semestre de 1948, Café Filho propôs a José Augusto, presidente da UDN, o nome do também udenista Orlando Ribeiro Dantas ao governo do estado. Como a esse partido ainda não interessava tal acordo, José Augusto respondeu que somente na convenção partidária, que seria realizada meses depois, os udenistas discutiriam qual o nome a ser indicado.<sup>245</sup> A questão, naquele momento, era que a UDN tentava estabelecer um acordo com o PSD, deixando o PSP de lado, o que poderia acabar com as chances de crescimento desse partido no estado. O *Jornal de Natal* ironizava as tentativas de acordos, afirmando que “[...] o povo, massa anônima e poderosa que constitui os partidos assiste, boquiaberto, a comédia que tendo sido muito bem ensaiada durante meses, está sendo representada com a perfeição dos verdadeiros mestres”.<sup>246</sup>

Antes mesmo de qualquer solução, as disputas de bastidores e de imprensa ganharam um fato novo, com o falecimento do senador João Câmara.<sup>247</sup> Duas conseqüências relevantes foram daí advindas, ambas negativas para o PSD, pois o partido perdia o presidente do diretório e o candidato a governador, além da vaga de senador. É importante lembrar a atuação da Justiça Eleitoral no pleito de 1947, analisada no capítulo anterior, com a impugnação de urnas e seções eleitorais, além da cassação de candidaturas. Nesse caso, o PSD, vitorioso na batalha jurídica para o governo do estado, fora derrotado na pugna para o Senado, pois a candidatura do suplente de senador foi impugnada no TRE. Assim, o partido não possuía um suplente legalmente eleito. Iniciava, então, com a morte de João Câmara um declínio do PSD, nas urnas, não pelo falecimento em si, e sim porque a cadeira de senador

---

<sup>244</sup> Antonio Soares Filho, no prefácio que escreveu para o livro *Dix-Sept*, de Hélio Galvão, afirma que a candidatura de João Câmara surgiu em uma festa realizada na sede do América Futebol Clube, em uma mesa em que estavam presentes vários membros do PSD. Após os “vapores etílicos” subirem acima do controle”, alguém resolveu em tom de brincadeira lançar a candidatura. No dia seguinte, a informação estava nas ruas da cidade, tendo Georgino Avelino solicitado a João Câmara que confirmasse sua disposição em disputar o governo do estado para não cindir o partido (GALVÃO, 2002, p.7-8).

<sup>245</sup> Telegrama de Café Filho a José Augusto (s/data); Telegrama de José Augusto a Café Filho. 15 out. 1948.

<sup>246</sup> Política e políticos. *Jornal de Natal*, Natal, p. 1, 29 jan. 1949.

<sup>247</sup> João Câmara faleceu em 12 de dezembro de 1948, vitimado por um ataque cardíaco. Para substituir João Câmara na Comissão Executiva o partido indicou o governador José Varela, mas ele não aceitou. O cargo foi, então, assumido pelo deputado estadual Theodorico Bezerra. Faleceu ontem o Senador João Câmara. *Diário de Natal*, Natal, p. 1, 13 dez. 1948.

passou a ser ocupada por Kerginaldo Cavalcanti, do PSP, possibilitando que o partido de Café Filho aumentasse seu poder de barganha e passasse a se impor, ainda mais, na definição de alianças para os cargos majoritários.<sup>248</sup>

A UDN lançou-se, então, na ofensiva para a realização de um acordo com o PSD. Este partido, no entanto, manteve-se na defensiva, indicando o nome mais consensual, naquele momento: o do senador Georgino Avelino.<sup>249</sup> Para tentar neutralizar as possibilidades de uma aliança PSD-UDN, o PSP indicou, em janeiro de 1949, a candidatura de Café Filho ao governo do estado,<sup>250</sup> homologando a decisão e lançando um selo intitulado “pela redenção do Rio Grande do Norte”. Tal selo, reproduzido pelo *Jornal de Natal*, que pertencia a Café Filho, objetivava arrecadar recursos para a campanha e somente deixou de ser publicado quando, mais de um ano depois, estabeleceram-se outros acordos. Inicialmente, Café Filho desistiu de concorrer ao governo do estado e lançou-se candidato a deputado federal, mas logo depois, passou a compor a chapa com Getúlio Vargas, disputando a vice-presidência da República.

No entanto, de forma geral, não se definiu a composição definitiva das chapas, até meados de 1950. Os dois maiores partidos do estado, UDN e PSD, entraram em disputas internas que originaram diversas cisões. Assim, no início de 1950, estavam em velada disputa, por um lado, os principais líderes partidários – Georgino Avelino (PSD), Café Filho (PSP), José Augusto (UDN)–; e, de outro lado, os próprios partidos estabeleciam divisões internas. No caso do PSD, as lutas para definir o nome do candidato ao governo do estado levaram a um conflito de grandes proporções, pois a indicação do senador Georgino Avelino desagradou, principalmente, o governador José Varela, que entrou em disputa dentro do partido, defendendo e lançando o do seu primo e amigo, Manoel Varela, como candidato, por sugestão da UDN. A partir daí, os confrontos de bastidores tornaram-se públicos e isso resultou na criação de uma nova agremiação partidária no estado, o PST, como se disse. Este

---

<sup>248</sup> O suplente de João Câmara era o ex-interventor do estado Antonio Fernandes Dantas. Sua candidatura foi impugnada por irregularidades no registro. Kerginaldo Cavalcanti solicitou ao TRE uma declaração de candidato mais votado e pôde, então, assumir a vaga. O PSD ainda recorreu ao TSE, porém não conseguiu reverter a decisão. Quer ocupar a vaga do senador João Câmara. *Diário de Natal*, Natal, p. 6, 15 dez. 1948.

<sup>249</sup> Antônio Soares afirma que a candidatura não interessava a Georgino Avelino porque ele tinha negócios no Rio de Janeiro, onde era sócio do Banco Mercantil. Sobre as disputas ver: Política do estado. *Jornal de Natal*, Natal, p. 1, 23 mar. 1950.

<sup>250</sup> Café Filho, candidato ao governo do Rio Grande do Norte: o povo independente da nossa terra vibra de entusiasmo em torno da candidatura do líder progressista. *Jornal de Natal*, Natal, p. 1, 11 jan. 1949. Nota Oficial do PSP. Publicação do selo. *Jornal de Natal*, Natal, p. 4, 15 de mar. 1949.

partido, no nível nacional, era então liderado pelo senador Vitorino Freire e, no Rio Grande do Norte, pelo próprio governador José Varela.

Antes da cisão, ocorrida em 23 de fevereiro de 1950, alguns membros da Comissão Executiva do PSD tentaram evitar o rompimento, demonstrando sua solidariedade para com Georgino Avelino. Mas o dissenso foi inevitável e o senador renunciou à candidatura, o que não foi aceito pela maioria do partido, que manteve seu nome. O grupo, então ligado ao governador, anunciou o rompimento. Nesse caso, o que é particularmente interessante observar é que o noticiário sobre tal reunião era transmitido pela *Rádio Poti* e o público aglomerava-se em frente ao Edifício Bila, sede do PSD, localizado no Bairro da Ribeira, para também participar. Ou seja, os lances da disputa tinham repercussão, tanto que, quando da saída do governador do prédio, houve muitos aplausos da população que lá se encontrava.<sup>251</sup>

A partir dessa reunião foi lançado, oficialmente, o nome de Manoel Varela, mesmo ainda sem a definição sobre a legenda do PSD, a quem caberia a partilha. José Varela investiu-se na presidência do partido e levou seu arquivo e documentos da secretaria para sua própria residência. Os membros que formavam a ala dissidente passaram a substituir delegados do partido junto ao TRE e a formar novos diretórios municipais varelistas (partidários de José Varela), além de modificar outros que não os apoiavam.<sup>252</sup> A intenção do governador de comandar a legenda do PSD no estado, porém, foi vetada pelo Diretório Nacional e a ala dissidente refugiou-se no PST e compôs aliança com a UDN, formando a União Popular (UP).<sup>253</sup> Manoel Varela iniciou sua campanha eleitoral sem o vice. Somente em fins de julho, foi indicado para tal o médico mossoroense Duarte Filho (UDN). A legenda do PSD permaneceu com a “velha guarda”, ainda sob o comando de Georgino Avelino.

Por sua vez, a UDN também não saiu intacta do dissenso pessedista. Após a declaração de apoio da UDN a Manoel Varela, um grupo, liderado pelos irmãos Dix-Sept e Dix-Huit Rosado, insurgiu-se contra a decisão. Inicialmente circunscrito a Mossoró, os dissidentes rapidamente articularam-se em vários municípios do estado e encontraram no PR, liderado em nível nacional pelo ex-presidente Artur Bernardes, apoio para a fundação de uma nova legenda no estado. Desse modo, a ala dissidente udenista passou não só a integrar os quadros

---

<sup>251</sup> Dramática reunião da Comissão Executiva. *Diário de Natal*, Natal, p. 1, 24 fev. 1950.

<sup>252</sup> Ficaram ao lado do governador: Manoel Varela, Alfredo Mesquita, Claudionor de Andrade, Aguinaldo Simonetti e Aderson Dutra. Pediram exoneração dos cargos: Sílvio Pedroza, prefeito de Natal; Severino Bezerra, do departamento de educação; Custódio Toscano, Secretário geral do estado; Política do estado. *Jornal de Natal*, Natal, p. 1, 25 mar. 1950.

<sup>253</sup> Fundado, ontem, no palácio do governo o PST. *Diário de Natal*, Natal, p. 6, 17 maio 1950.

do PR no estado, mas principalmente a articular uma aproximação com o PSP e com o PSD, para a formação de uma aliança.<sup>254</sup> O PSD ainda tentava, apesar dos conflitos internos, manter a hegemonia na indicação do candidato ao governo do estado, porém o momento já não mais lhe favorecia.<sup>255</sup>

Emergia o PSP como importante sigla para a formação de uma aliança, embora já tendo um candidato indicado para disputar o governo do estado. Isso porque os conflitos internos dentro do PSP foram menores e se resumiram à capital do estado, onde o partido tinha a maior força política. O presidente do diretório, Abelardo Calafange, também era diretor do *Jornal de Natal*. Em artigos agressivos, atacando adversários políticos ou respondendo às críticas, principalmente udenistas, Calafange abria diversas frentes de conflito, inclusive com correligionários.<sup>256</sup> Café Filho tratou de apaziguar os ânimos dentro das hostes cafeístas e partiu para a ampliação dos quadros partidários. Uma das estratégias utilizadas foi aproximar-se dos esquerdistas, que tinham se afastado do PCB antes da sua extinção e dos que tentavam atuar na legalidade, capitalizando o voto dos comunistas. Estes, mesmo após a extinção do partido, possuíam uma significativa influência nos sindicatos.

Dessa forma, em 1950, Café Filho convidou Djalma Maranhão para se filiar ao PSP e concorrer a algum cargo eletivo nas eleições seguintes. Djalma era um jornalista atuante que havia participado da fundação do jornal *O Diário*, em 1939, e da revista *Cabugi*, em 1945. Era também professor de Educação Física do Colégio Atheneu e havia participado, em Natal, da fundação de várias entidades esportivas e clubes carnavalescos. Era muito conhecido pois, como ele mesmo afirma, costumava ser o “orador da maioria dos comícios que tem se realizado em Natal nos últimos tempos.”<sup>257</sup> Porém, desde sua expulsão do PCB em 1946, não havia se filiado a nenhum partido político. O jornalista participava ativamente das disputas na

<sup>254</sup> Fundado o PR no RN. *Jornal de Natal*, Natal, p. 1, 3 jun. 1950.

<sup>255</sup> Mesmo assim, outros nomes ainda foram lançados na tentativa de pacificação: Walfredo Gurgel e Theodorico Bezerra, porém não obtiveram sucesso.

<sup>256</sup> Ainda durante a definição das chapas, Calafange entrou em conflito com alguns vereadores e escreveu artigos com linguagem violenta, contendo severas críticas aos adversários, como contra o vereador Severino Galvão, cujo título era: “cachorro, nós te conhecemos.” Os vereadores fizeram uma moção de repúdio contra o jornal, que foi assinada por Sandoval Wanderlei (PSP). O também progressista Antonio Gouveia saiu em defesa do jornal, o que gerou confrontos e ameaças de morte entre os vereadores. Bastante movimentada a sessão de ontem. *Diário de Natal*, Natal, p. 6, 8 maio 1950; Demorada conferência entre o governador e o vereador Sandoval Wanderley. *Diário de Natal*, Natal, p. 6, 17 maio 1950. Calafange logo após as eleições deixou o PSP e saiu fazendo várias acusações.

<sup>257</sup> Carta de Djalma Maranhão a João Café Filho. s/d. Arquivo CPDOC.

*Associação de Imprensa*, onde ligava-se a um grupo que se opunha aos católicos e ao jornal católico *A Ordem* e que era liderado por Oto Guerra e Ulisses de Góis.

A opção de Djalma Maranhão em filiar-se ao PSP, em 1950, deu um novo rumo à sua atuação política. Ele assumiu a linha de frente do partido, como um grande articulador. No *Jornal de Natal*, publicou uma coluna intitulada “*Posto de observação*”, na qual analisava os principais acontecimentos políticos do estado. Uma forte atuação que durou até 1956, quando Djalma deixou o PSP, por divergências com Ademar de Barros.

Assim, Café Filho passou a urdir uma aliança e encontrou no PR um nome que pudesse encabeçar a chapa majoritária: Dix-Sept Rosado, prefeito da cidade de Mossoró. O impasse, contudo, ainda ocorria em relação ao nome do candidato a vice-governador.<sup>258</sup> Depois de muitas conversas e de uma reunião decisiva, indicou-se o ex-prefeito da capital Sílvio Pedroza (PSD). As notícias da reunião também eram transmitidas pela *Rádio Poti* e aguardadas com ansiedade pelos correligionários. O resultado agradou a quase todos.<sup>259</sup> O PSP manteve a vaga para o Senado e suplências. Para deputados federais, estaduais e vereadores, o partido também garantia um número significativo de vagas. O PTB também apoiou a coligação e indicou candidatos a deputado estadual e a vereador. A composição além de conciliar a emergência da região Oeste do estado, como força política, e a ascendência do cafeísmo sobre a região de Natal e outras regiões, reforçava a ala vitoriosa do PSD. Esta contava com amplo apoio político pelo interior desde as eleições de 1945. Tal apoio foi consolidado em 1947, quando elegeram o governador e, em 1948, quando elegeram a maioria dos prefeitos municipais.

Enquanto os rumos da campanha estadual eram definidos o mesmo ocorria com as eleições presidenciais. Tanto as definições das candidaturas à presidência, quanto às da vice-presidência passaram por intrincados processos de negociações, tornando, muitas vezes a disputa tensa e indefinida. De fato, a campanha presidencial de 1950 inaugurou um modelo que seria comum nas eleições seguintes, com as articulações para a escolha do candidato passando por três fases. Em um primeiro momento, os partidos buscavam um nome de união nacional, o que, segundo Lúcia Hipólito, negava “[...] aos partidos legitimidade, como veículos de tendências políticas diferenciadas.” (2005, p. 158). Em um segundo momento, após o fracasso dos acordos consensuais, os partidos tentavam se fortalecer com a indicação

<sup>258</sup> Dos mais cotados, constavam Walfredo Gurgel e Creso Bezerra (PSD) e Luiz Lopes Varela (PSP).

<sup>259</sup> Dentro do PSD quem menos se contentou com o acordo foi o deputado estadual Theodorico Bezerra, que pretendia concorrer ao governo do estado. Com o veto ao seu nome deixou a presidência e ameaçou desligar-se do partido.

de candidato próprio. Nesse caso, vetos recíprocos neutralizavam as possibilidades de acordo. Finalmente, em uma terceira fase, os partidos retomam a discussão, escolhendo cada um o seu candidato, o que não impedia a formação de alianças entre os grandes partidos e os partidos menores, em torno de um nome comum. Para a definição dessas alianças, muitas vezes, a interferência do presidente da República era fator relevante.

Em 1950, por um lado, a iniciativa da busca de um nome de consenso foi iniciativa do PSD, que, como partido majoritário no Congresso, entendia ser sua responsabilidade a liderança do processo eleitoral. No entanto, entre a fórmula Jobim<sup>260</sup>, a fórmula mineira<sup>261</sup> e a escolha do candidato, muitas disputas, vetos e confrontos ocorreram dentro do PSD. As tentativas de entendimento foram frustradas e, na verdade, a “aceitação da fórmula mineira pelo PSD marca o fracasso da candidatura de união nacional.” (HIPÓLITO, 2005, p. 159).

De um lado, a candidatura de Getúlio Vargas se fortalecia e consolidava em várias frentes. Para o PTB, sem um nome nacional, Vargas era o ideal, “[...] mesmo quando ainda não tinha revelado o desejo de se candidatar [...]” (HIPÓLITO, 2005, p. 160). Isto é, mesmo não havendo assumido que concorreria às eleições, já ocorriam diversas manifestações em seu apoio, em diferentes cidades brasileiras. Regal considera que durante o período em que se refugiou em sua fazenda, no Rio Grande do Sul, Vargas permaneceu com intensos contatos políticos, que o mantinham absolutamente informado sobre os acontecimentos da política nacional. Um dos seus principais contatos era o filho de João Pessoa, Epitácio Pessoa. Este foi responsável, juntamente com Napoleão de Alencastro e José Maciel Filho, por iniciar uma campanha de arrecadação de fundos para o pleito presidencial. Tais recursos foram utilizados para a aquisição de uma gráfica denominada “Sociedade Anônima Indústria e Gráfica o Marmiteiro (SAIGOM), em referência à derrota do Brigadeiro Eduardo Gomes em 1945. A gráfica passaria a produzir dois veículos: a revista *Diretrizes* e o jornal *O Radical*, voltados para a divulgação da doutrina trabalhista.” (2007, p. 52-53).

Assim, o nome de Vargas ganhou força e o PTB passou a realizar entendimentos com o PSP. Em janeiro de 1950, Ademar de Barros retirou sua candidatura à presidência. A partir daí, os demais partidos foram se definindo. O PSD, em maio, indicou o nome do mineiro Cristiano Machado. Ele, porém, não conseguiu unir os pessedistas e Getúlio Vargas fez

---

<sup>260</sup> A “fórmula Jobim” foi proposta pelo governador do Rio Grande do Sul, Válder Jobim, e pregava que o candidato deveria ser escolhido após consulta a todos os partidos.

<sup>261</sup> A “fórmula mineira”, proposta pelo deputado Benedito Valadares, pregava que o candidato deveria ser pessedista e mineiro e contava com vários nomes: Israel Pinheiro, Ovídio de Abreu, Bias Fortes e Carlos Luz.

alianças, em vários estados, apoiando os pessedistas e recebendo o apoio destes. “O PSD, por seu turno, põe em prática a cristianização. O candidato é abandonado à própria sorte, e sua candidatura é praticamente esvaziada, uma vez que os mais expressivos líderes pessedistas aderiram a Getúlio Vargas.” (HIPÓLITO, 2005, p.161).

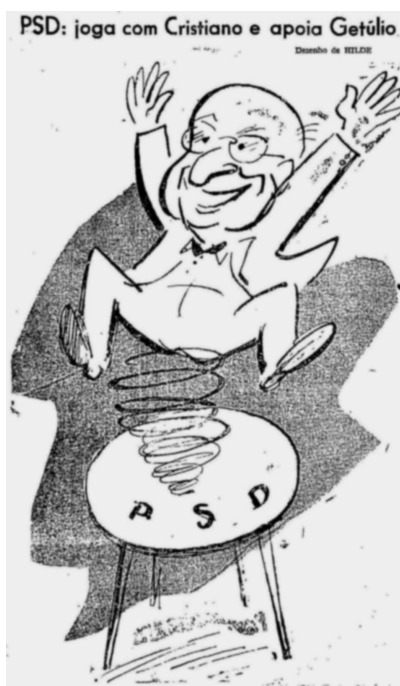


Figura 4 - Charge de Hilde Weber  
Fonte: Tribuna do Norte (ago. 1950)

A UDN, apesar das divisões internas, lançou mais uma vez o nome do brigadeiro Eduardo Gomes para a presidência. O PRP, nova legenda dos integralistas, declarou apoio a esse candidato. José Américo, em discurso de lançamento dos nomes udenistas, afirmava que a escolha de Eduardo Gomes, como em 1945, era natural:

Não se podendo ter um candidato que desça dos céus, Eduardo Gomes é o candidato ideal; é um nome nacional; é um forte; é um puro; é realizador; é o chefe da ordem, é um chefe capaz de comandar contra a desordem; falam de perigo e o maior de todos é a ausência de autoridades. (Citado por BENEVIDES, 1981, p.79).

O principal opositor de Eduardo Gomes, Getúlio Vargas, passou a ser novamente alvo de fortes ataques pela imprensa. O udenista Carlos Lacerda, através da *Tribuna da Imprensa*, considerava o getulismo uma “doença social”. O jornalista iniciou uma campanha para, em caso de vitória de Vargas, impedir sua posse. Para Lacerda, Vargas “não deve ser candidato à presidência. Candidato não deve ser eleito. Eleito, não deve tomar posse. Empossado, devemos recorrer à revolução para impedi-lo de governar.” (Citado por HIPÓLITO, 2005, p. 160). Contudo, Lacerda desqualificava também os outros concorrentes. Cristiano Machado, por exemplo, era tratado como candidato do Banco do Brasil (BB) à presidência. Para o jornalista, os discursos dele eram frágeis, e com sentido único: municipalista. O que prometia estava na legislação trabalhista, com exceção da participação dos trabalhadores nos lucros das empresas.<sup>262</sup>

O jornal udenista *Tribuna do Norte* reproduzia várias matérias da *Tribuna da Imprensa*, inclusive os textos de Carlos Lacerda e de outros udenistas, como Macedo Soares e Gilberto Freire. Nesse caso, é interessante verificar o vocabulário utilizado nos ataques a Vargas, já que a palavra *populismo* entrava definitivamente nessa retórica, em sentido francamente negativo. Macedo Soares, por exemplo, em um artigo sugestivamente intitulado “vamos falar de povo”, afirmava referir-se:

[..]à pregação dos desabusados demagogos de que só eles conhecem os métodos de comover as crédulas e ingênuas massas populares. Essa mentira celerada estampa-se nas fisionomias, nos gestos e nas palavras dos descamisados que a si mesmos chamam-se de “populistas”. O “populismo” será, pois, uma atitude grosseira de mentiras e simulações [...]. O velho Vargas, o Ademar e o audacioso aventureiro Hugo Borghi são os exemplos acabados da nova seita política. O mais grave, porém, é que essa espécie de batuque transferido dos terreiros de macumba para os círculos dirigentes da República não dispensa, como contrapartida da propaganda, um programa de ameaças e intimidações, num ambiente de calúnias, torpezas e infâmias.<sup>263</sup>

O PSB também lançou um candidato à presidência: João Mangabeira. No entanto, essa candidatura não adquiriu popularidade. A disputa à vice-presidência, na campanha de 1950,

<sup>262</sup> LACERDA, Carlos. A utilidade do candidato. *Tribuna do Norte*. Natal, p. 3, 8 jul. 1950.

<sup>263</sup> SOARES, José Macedo. Vamos falar de povo. *Tribuna do Norte*. Natal, p. 3, 8 jul. 1950.



adquiriu uma importância ímpar, sobretudo para o Rio Grande do Norte, devido à candidatura de Café Filho. Por isso, abordaremos esse aspecto mais adiante. Lançadas as candidaturas, os partidos partiram em busca do voto do eleitor, através dos chefes de partidos, de cabos eleitorais, mas também da intensificação da propaganda política.

### 3.2 Propaganda partidária e práticas dos eleitores

Com a volta do regime democrático, cada eleição se torna um aprendizado para o eleitor, para o político e para a Justiça Eleitoral. Entre as modificações instituídas pelo Código Eleitoral de 1950 esteve a extinção do alistamento *ex-officio*, ao qual nos referimos em capítulo anterior. Desse modo, em 1950, o cidadão deveria requerer seu alistamento, que poderia ser realizado a partir de uma petição de qualificação que deveria ser assinada e entregue em postos de recolhimento, que funcionavam em diversos locais, inclusive em comitês partidários. Os postos encaminhavam as solicitações de registros ao TRE, responsável por analisar e deferir ou não as inscrições. Para o pleito, o eleitor deveria recolher as chapas, que poderiam ser impressas ou datilografadas, antecipadamente, e no dia da eleição, depositá-las nas urnas.<sup>264</sup> Em 1950, a campanha política foi muito intensa, com os concorrentes a presidente e a vice-presidente percorrendo todos os estados brasileiros.

Neste sentido, este item analisa a propaganda política e a ação de candidatos e eleitores, pautando-se por um tratamento que ressalta a dimensão do cotidiano da política. Nas campanhas estaduais e municipais, as movimentações pelas cidades eram enormes. A UDN esforçava-se para tornar seu candidato a presidente mais popular. Contudo, até as matérias de recomendação de seu nome eram escritas com alto grau de formalidade, o que indicava as dificuldades encontradas. Um pequeno trecho do jornal udenista *Tribuna do Norte* é ilustrativo disso.

O povo que tem seguido a vossa vida retilínea em seu rumo admirável de firme devoção patriótica. Vós o conquistásseis, desde as cordas mais sensíveis do seu coração, precisamente por essa devoção de todas as horas, devoção sem objetivos pessoais, sem ambições, sem promessas, nem desejos de recompensas. Não prometeis porque nada

---

<sup>264</sup> Encerrado o alistamento eleitoral. *Diário de Natal*, Natal, p. 1, 6 de agos. 1950.

procurais. Não seduzis porque não desejais ver o vosso povo perder-se na irreabilidade das ilusões. Não mistificais porque sois, pelo contrário, o primeiro e o mais bravo soldado desta luta que há cinco anos vêm travando as forças democráticas do país contra a escravidão da inconsciência a que a mistificação organizada durante quinze anos de mau governo conduziu grande parte dos brasileiros.<sup>265</sup>

Pilotando o avião em que viajava em campanha (o que já era um ponto a mais), Eduardo Gomes era acompanhado pelo seu vice, Odilon Braga, e por grande comitiva. No Rio Grande do Norte, houve comícios em Natal, Mossoró e Caicó. Esta cidade, reduto udenista, estava ornamentada com “dísticos, faixas e cartazes, além de um grande escudo da UDN.” No retorno de Caicó para Natal, a comitiva parou em diversas cidades, fazendo pequenos comícios.<sup>266</sup> Em Parelhas assistiu a uma missa celebrada por Monsenhor João da Matha, também udenista. Na capital, os candidatos da UDN passearam em carro aberto e realizaram comício na Praça Pio X (Centro da cidade) e na Praça Gentil Ferreira (Alecrim). Como ocorreu em vários lugares do país, Eduardo Gomes também ouviu e viu em Natal manifestações favoráveis ao seu principal opositor.



Figura 5 - Propaganda de campanha  
Fonte: Tribuna do Norte (set. 1950)

<sup>265</sup> Tremulam lenços brancos sobre o céu de Natal. *Tribuna do Norte*, Natal, p. 1, 20 de agos. 1950.

<sup>266</sup> Passaram pelas seguintes cidades: Jardim do Seridó, Parelhas, Acari; Currais Novos, Santa Cruz, Bom Jesus e Macaíba. Desde ontem, em Mossoró, o Brigadeiro. *Tribuna do Norte*, Natal, p. 4, 19 agos. 1950; Tremulam lenços brancos sobre o céu de Natal. *Tribuna do Norte*, Natal, p. 1, 20 de agos. 1950.

Naquele momento, os trabalhistas já empreendiam intensa propaganda sobre a visita de Vargas a Natal e a Mossoró, agendada para a semana imediatamente seguinte. Caminhões com alto-falantes percorriam os bairros,

[...] muros e paredes de prédios foram cobertos de boletins e cartazes com retratos do candidato. O programa “parabéns a você” na Rádio Poti [há três dias lhe dedicava] grande número das gravações. Calçadas da cidade amanheceram com a palavra ‘Getúlio’ pintada em enormes letras de modo a serem vistas do ar. Raros eram os ônibus e automóveis de praça que não traziam cartazes de “viva Getúlio”, gomados em carrocerias e pára-brisas.<sup>267</sup>

Quando da chegada de Vargas, o curso que percorreu diversas ruas de Natal era composto por vários automóveis, ônibus, caminhões e, em alguns momentos, também por carroças, motocicletas e bicicletas. Apesar da propaganda e do público, o jornalista que cobriu o passeio em carro aberto registrou que ele foi desorganizado, pois o automóvel no qual Vargas se encontrava andou em disparada pelas ruas e poucas pessoas o viram. Muitas permaneceram nas calçadas, esperando, sem saber que o ex-presidente já havia passado. No comício que ocorreu na Praça Pio X, no improviso final, Vargas recomendou as várias candidaturas da AD.<sup>268</sup> No entanto, o silêncio sobre o nome Café Filho foi total, apesar dos apelos do público, que gritava o nome dele. O candidato a vice-presidente, providencialmente, não estava em Natal, naquele momento.

Os udenistas preferiram analisar a ausência de manifestações contrárias ao petebista como resultantes da educação dos eleitores do brigadeiro. Assinalando as diferenças entre as visitas, afirmavam:

[...] na do Brigadeiro, assistiu o povo o deprimente espetáculo das provocações preparadas por getulistas e comunistas, provocações que, visando à perturbação das festas ao candidato democrático, não o conseguiram pela cordial tolerância do brigadeiristas norte-rio-grandenses. Na do Sr. Getúlio Vargas, verificou-se, por parte de seus

<sup>267</sup> Getúlio Vargas alvo de enorme manifestação popular. *Diário de Natal*, Natal, p. 1, 26 agos. 1950.

<sup>268</sup> Para governador e vice-governador Dix-Sept Rosado (PR) e Sílvio Pedroza (PSD) e para senador Kerginaldo Cavalcanti (PSP).

adversários, o mais absoluto respeito, não se registrando um ato sequer, de hostilidade à sua pessoa, à sua comitiva, à sua causa.<sup>269</sup>



Figura 6 - Charge de Hilde Weber  
Fonte: Tribuna do Norte (set. 1950)

A popularidade de Vargas em Natal era enorme. À medida que a campanha empolgava, tentava-se desqualificar o eleitor. *A Tribuna do Norte*, por exemplo, publicava o que seria uma experiência que qualquer pessoa poderia fazer em uma roda de getulistas, perguntando:

– Você é eleitor?

– Não.

– E você?

– Também não.

– E você? – Ainda não. Raríssimos respondem sim.

Dez Getulistas, dois eleitores – a conta é essa em média.

E os não eleitores é que são getulistas convictos e conscientes. Pois, se o sincero getulista pensa como seu chefe: não acredita em democracia, nem em eleições, em Congresso, e se está certo que “voto não enche barriga”, por que diabo haveria de tornar-se eleitor?

<sup>269</sup> Duas atitudes. *Tribuna do Norte*. Natal, p. 3, 26 agos. 1950.

Getulista sincero não é eleitor...<sup>270</sup>



Figura 7 - Propaganda de campanha  
Fonte: Tribuna do Norte (set. 1950)

O pessedista Cristiano Machado chegou a agendar uma viagem para o Rio Grande do Norte, porém, as alianças estabelecidas pelo PSD local impediram a organização até de um simples comício. O partido estava coligado ao PSP de Café Filho e ao PR, ou seja, apoiava o PTB e seu candidato Getúlio Vargas.

---

<sup>270</sup> Getulista sincero. *Tribuna do Norte*. Natal, p. 2, 26 set. 1950.



Figura 8 - Charge de Hilde Weber  
Fonte: Tribuna do Norte (ago. 1950)

Os candidatos a vice-presidente passaram a incluir Natal nos seus roteiros de viagem.<sup>271</sup> Vale observar a presença do senador Vitorino Freire, fundador do PST e candidato a vice-presidente pelo mesmo partido, que causou uma celeuma entre situação e oposição, com ataques via imprensa. Vitorino Freire foi a Natal fazer propaganda do seu nome e do candidato a governador do estado, pelo PST, Manoel Varela. Os integrantes da AD não deixaram a visita ocorrer sem críticas, acusando o senador de imiscuir-se na política local. O *Jornal de Natal*, sem citar nomes, afirmava que o povo do Rio Grande do Norte não necessitava de políticos estranhos à terra, para resolver seus próprios problemas. “A nossa terra despreza os adventícios que aqui aportam para dominar o estado, como já dominaram, como intrusos à terra maranhense.”<sup>272</sup>

A *Tribuna do Norte* reclamava que “não eram representativos dos sentimentos do povo do RN as manifestações menos cordiais e sim as demonstrações de carinho e entusiasmo com que Vitorino foi recebido.”<sup>273</sup> O lançamento da candidatura de Manoel Varela, do qual participou Vitorino Freire, aconteceu em meio a confrontos e indefinições dentro dos

<sup>271</sup> Os candidatos a vice-presidente que não passaram por Natal foram o pessebista Alípio Correia Neto e o republicano Altino Arantes.

<sup>272</sup> *Jornal de Natal*, Natal, p. 1, 8 jul 1950.

<sup>273</sup> Hospitalidade potiguar. *Tribuna do Norte*. Natal, p. 3, 7 jul. 1950.

principais partidos: PSD e UDN. Mesmo sem o nome do vice, Manoel Varela iniciou sua propaganda. Uma das primeiras declarações excluía qualquer possibilidade de adesão de comunistas à sua candidatura. Não lhe interessava, durante a campanha e no governo, como ele mesmo afirmava, “qualquer colaboração dos moscovitas, com quem jamais transigirei e a quem combaterei, duramente, em todos os instantes, recusando formalmente os seus votos, como resguardo e na defesa do regime e de nossas tradições cristãs.”<sup>274</sup>

Ao mesmo tempo em que a UP afastava os comunistas, a AD os procurava, para obter seu apoio. O jornal udenista *Tribuna do Norte* noticiava em forma de denúncia que o médico comunista Vulpiano Cavalcanti havia sido procurado por integrantes do deputado Mário Negócio para que os comunistas apoiassem a AD. O comunista teria sido abordado por representantes da aliança, dentre os quais o candidato a governador, para que os comunistas, na clandestinidade, apoiassem a AD. Aluízio Alves, através da *Tribuna do Norte*, tentava explorar negativamente o convite.<sup>275</sup>

Em meio a denúncias e acusações a propaganda eleitoral intensificava-se. A *Tribuna do Norte*, por exemplo, comprou um espaço na *Rádio Poty* e passou a transmitir um programa intitulado “jornal sonoro”, que abordaria atualidades internacionais e nacionais, além de reportagens sobre a disputa política estadual.<sup>276</sup> Do mesmo modo, os conflitos nos municípios cresciam na mesma proporção. Eram comuns as críticas e a identificação dos opositores como comunistas. O integrante do PST, que concorreria ao cargo de deputado federal, João Fonseca e Silva, assim se referia à AD: “chapa esdrúxula” composta pelo “senador que se diz dutrista, o populismo getulista, o ademarismo e as forças ocultas do comunismo”.<sup>277</sup>

As denúncias, de uso de recursos públicos para campanha dos candidatos via imprensa, também foram intensificadas. O progressista *Jornal de Natal* afirmava que a Federação do Comércio havia sido transformada em *bureau* eleitoral de Aluízio Alves, candidato a deputado federal, pela UDN. A federação era presidida pelos irmãos Militão e Raimundo Chaves, proprietários da firma R. Chaves & Cia, que dirigiam quase todos os órgãos de classe do estado. Militão Chaves era presidente do Sindicato de Comércio Atacadista, da Federação do Comércio, do Serviço Social do Comércio (SESC) e do Serviço Nacional de

<sup>274</sup> Manoel Varela para o governo do estado. *Tribuna do Norte*. Natal, p. 1, 13 jul. 1950.

<sup>275</sup> Posição dos comunistas. *Tribuna do Norte*. Natal, p. 1, 14 jul. 1950; ALVES, Aluízio. O PR procurou os comunistas, *Tribuna do Norte*. Natal, p. 6, 4 agos. 1950.

<sup>276</sup> *Tribuna do Norte*. Natal, p. 1, 6 agos. 1950.

<sup>277</sup> Esdrúxula coligação que se formou no RN. *Tribuna do Norte*. Natal, p. 1 e 6, 6 jul. 1950.

Aprendizagem Comercial (SENAC). Raimundo Chaves era presidente do Sindicato dos Representantes Comerciais e do Serviço Social da Indústria (SESI).

As notícias davam conta de que até a ambulância do SESC teria sido utilizada para a distribuição de chapas do deputado Aluísio Alves, “Remédios, receitas, empregos, serviços dentários, bolsas de estudos, etc. tudo funcionou de acordo com a máquina montada pelos políticos da UP.”<sup>278</sup> O SESC iniciava suas atividades assistenciais aos comerciários e, nesse sentido, concorria com a Legião Brasileira de Assistência (LBA), presidida pelo pessedista Manoel Gurgel. Denúncias de ambas as coligações informavam que atendimentos médicos e compras de medicamentos eram realizadas com barganha política. No caso do SESC, as denúncias afirmavam que os remédios eram adquiridos em farmácias de parentes do presidente da entidade. A *Tribuna do Norte* respondia, em nome do SESC e dos irmãos Chaves, afirmando que os ataques feitos pelo *Jornal de Natal* eram incabíveis. A assistência prestada pela instituição não tinha caráter partidário e a compra dos medicamentos era realizada pelo chefe da clínica Pereira de Macedo, diretamente de laboratórios.<sup>279</sup>

A *Tribuna do Norte* partia para o ataque e denunciava que a LBA cometia uma série de irregularidades: desvios de recursos da instituição para fins eleitorais; demissões políticas; fornecimento de remédios a simpatizantes do PSD, PR e PSP. Denunciavam, ainda, que os médicos, Abelardo Calafange (PSP) e Dix-Huit (PR), concorrentes ao cargo de deputado, receitavam os medicamentos sem pertencerem, no entanto, aos quadros da entidade. A LBA negava o caráter político, de seus atendimentos, afirmando que possuía receitas de mais 30 médicos, inclusive “adversários”.<sup>280</sup>

### 3.2.1 Estratégias inovadoras de propaganda

É importante observar algumas estratégias no nível micro que visavam à conquista do voto do eleitor e que esbarravam em resistências, seja por lideranças tradicionais dos municípios, seja por novos concorrentes que emergiam abalando a “tranquilidade” municipal. Assim, alguns casos são ilustrativos e, por isso, valem ser apresentados.<sup>281</sup> Na vila de

<sup>278</sup> As classes produtoras exigem eleições para a Fed. do Comércio. *Jornal de Natal*, Natal, p. 1, 19 out. 1950.

<sup>279</sup> Ampla obra de assistência dos comerciários e suas famílias. *Tribuna do Norte*. Natal, p. 6, 2 agos. 1950.

<sup>280</sup> Uma resposta de desvios e silêncios. *Tribuna do Norte*. Natal, p. 6, 5 agos. 1950.

<sup>281</sup> Um exemplo de como as disputas se tornavam acirradas ocorreu no bairro do Alecrim, onde o vereador udenista Severino Galvão instalou um escritório para atendimento à população, como, por exemplo, com o



Carnaúba, pertencente ao município de Acari, a disputa ocorreu entre o prefeito, pertencente ao PSD, e o udenista Dinarte Mariz. Este prometeu, em comício, que mandaria instalar o motor, com recursos próprios, para iluminação elétrica da localidade. Seis dias depois enviou o motor, para aquela vila.<sup>282</sup> O prefeito, no entanto, que antes vetara um projeto da câmara, no mesmo sentido, posicionou-se contra a instalação do equipamento e, em um telegrama enviado a Dinarte Mariz, acusava-o de intromissão indébita nos assuntos locais, o que poderia causar intranqüilidade na vila de Carnaúba.<sup>283</sup> A atitude de Dinarte Mariz incomodou ao prefeito da cidade em função do atendimento a uma real necessidade da população, o que poderia se reverter em votos. A intranqüilidade ocorria, em muitos municípios, exatamente quando neles passava a ocorrer uma ascensão de algum tipo de oposição política, bem exemplificada com esse caso.

Contudo, alguns municípios, nos quais oposição e situação travavam disputas políticas havia há mais tempo, passavam por um processo de negociação para consolidação de alianças, em função das cisões partidárias. Em alguns casos, era mais simples a união, em outros, em que as lideranças políticas eram mais tradicionais e as disputas políticas mais acirradas, conflitos se estabeleciam, com maior visibilidade.<sup>284</sup> Tais questões ganhavam evidência porque eram muitos os cargos disputados, em 1950, indo de presidente da República a vereador, obrigando os políticos a declararem sua posição também no nível micro, o que nem sempre facilitava para o entendimento em nível estadual, pois os interesses eram os mais variados.

Assim, por exemplo, em Assu, o progressista Ezequiel Fonseca ameaçou romper com o seu partido devido à incompatibilidade com integrantes da chapa. No entanto, os ânimos foram apaziguados. O jornalista do *Diário de Natal* comentava que era o prestígio pessoal dos “chefes” que conduzia a política em muitos municípios. Desse modo, a cisão ocorrida no PSD

---

recebimento de taxas de luz e telefone dos clientes para efetuar pagamento. Um episódio de corte de energia de uma residência cujo proprietário havia realizado o pagamento no seu escritório foi noticiado pelo *Jornal de Natal*, como sendo um calote que ele estaria dando nos moradores. O vereador não gostou do editorial “imoralíssimo” e afirmava que ele havia sido escrito por um inimigo político e pessoal. Ineditoriais - respostas ao *Jornal de Natal Tribuna do Norte*. Natal, p. 2, 18 agos. 1950.

<sup>282</sup> Dinarte Mariz cumpre o seu compromisso com Carnaúba. *Tribuna do Norte*. Natal, p. 6, 6 agos. 1950.

<sup>283</sup> Contra a luz de Carnaúba o prefeito de Acari. *Tribuna do Norte*. Natal, p. 6, 8 agos. 1950.

<sup>284</sup> Em São José de Mipibu a questão da conciliação foi resolvida por uma comissão interpartidária formada por udenistas e pissetistas, que decidiu que, para vereadores, os dois partidos concorriam em chapa única, com igual número de membros. Confraternizam, em São José de Mipibu, líderes da UDN e do PST. *Tribuna do Norte*. Natal, p. 6, 27 jul. 1950.

estadual havia refletido em Assu, com membros daquele partido se dividindo, mas também conflitando. Assim,

Manuel Montenegro [ficara do] lado do Sr. José Varela, enquanto permaneceu o Sr. Pedro Amorim com o pessedismo ortodoxo do Sr. Georgino Avelino. Quando, posteriormente, veio o entendimento entre pessedista, progressista e republicano, se falou na insatisfação do Sr. Ezequiel Fonseca, que fora dos chefes progressistas, que até a undécima hora defendera o ponto de vista de que o partido deveria permanecer sozinho.<sup>285</sup>

Em Mossoró, após a desincompatibilização de Dix-Sept Rosado para concorrer ao governo do estado, assumiu a prefeitura o progressista Jorge Pinto. Um possível conflito teria ocorrido entre ele e o secretário da prefeitura, Lauro Escóssia, pessoa de confiança do ex-prefeito.<sup>286</sup> O conflito foi negado por ambas as partes, que trataram de apaziguar os ânimos. Uma cisão no segundo maior colégio eleitoral do estado e cidade do candidato ao governador não ajudaria, nem um pouco, à coligação.<sup>287</sup>



Figura 9 - Propaganda de campanha  
Fonte: Tribuna do Norte (set. 1950)

<sup>285</sup> Firme, no PSP, o Sr. Ezequiel Fonseca. *Diário de Natal*, Natal, p. 6, 4 jul. 1950.

<sup>286</sup> Os motivos seriam um levantamento das dívidas da prefeitura, que chegava a um milhão de cruzeiros, e a punição a um “funcionário do depósito de gasolina que desviava o estoque de gasolina para fins políticos.” Rompem o prefeito e secretario da prefeitura de Mossoró. *Tribuna do Norte*. Natal, p. 1, 12 jul. 1950.

<sup>287</sup> Situação da prefeitura de Mossoró. *Tribuna do Norte*. Natal, p. 1, 20 jul. 1950.

Em Santa Cruz, o clima esquentava. Theodorico Bezerra, por exemplo, ao renunciar à presidência do PSD no mês de maio e ameaçar romper com o partido e optar por ficar ao lado do governador José Varela, causou um conflito nas fileiras udenistas municipais. Os Ferreira de Souza, primos de Theodorico, ameaçaram romper com a UDN, deixando a política militante, mas mantendo os cargos públicos que ocupavam. Em um pronunciamento publicado nos jornais e lido na *Rádio Poti*, a família Souza acusava o governador José Varela de tentar conquistar o apoio de Theodorico Bezerra a qualquer custo.<sup>288</sup> A pressão surtiu efeito e, em uma reunião entre o governador e alguns dos irmãos, José Varela comprometeu-se a abrir concorrência pública para o arrendamento do Grande Hotel, então administrado por Theodorico Bezerra. Este, por sua vez, entendeu-se com seu partido, que lhe concedeu uma vaga para concorrer a deputado federal, deixada por Gil Soares.

Theodorico preparava uma vaquejada, a ser realizada em Santa Cruz, para divulgar seu posicionamento político. Aliás, era um tipo de festividade que constantemente ele transformava em festa política. O evento contaria com participação de vários chefes políticos da região. No entanto, as autoridades locais evocaram uma lei de proteção aos animais, visando à proibição da vaquejada.<sup>289</sup> Naquela cidade, a disputa, inclusive a simbólica, sempre era acirrada. Membros do PSD afirmavam que a sede do partido fora destruída, sendo o fichário, as petições de alistamento, os registros de nascimentos e a propaganda dos candidatos rasgados e queimados.<sup>290</sup> Todas as acusações eram negadas pelo governo.<sup>291</sup>

Tentativas de manutenção da ordem, apesar do clima acirrado de disputas, eram realizadas pelos juízes eleitorais. Em Mossoró, o juiz mandou cessar a propaganda situacionista da AD, que ocorria na *Amplificadora Municipal*, através de um jornal político, por ferir dispositivo da lei eleitoral.<sup>292</sup> Já em Goianinha, o líder do PST, Aguinaldo Simonetti, acusava o juiz de ser partidário do PSD e afirmava que recorreria ao TRE, contra uma decisão que diminuía o número de seções eleitorais de 16 para 5.<sup>293</sup> Tais questões demonstram, mais

---

<sup>288</sup> Assinavam o manifesto: Odorico Ferreira, deputado estadual; Antonio Ferreira, por ele e pelo senador José Ferreira; Gentil Ferreira, vereador em Natal, por ele e por João Ferreira; Lourival Ferreira, vereador em Santa Cruz e Felizardo Firmo de Moura.

<sup>289</sup> Política. *Diário de Natal*, Natal, p. 8, 2 de jul. 1950; *Diário de Natal*, Natal, p. 6. 15 jul. 1950.

<sup>290</sup> Notícias da política estadual. *Diário de Natal*, Natal, p. 6. 3 agos. 1950.

<sup>291</sup> As violências policiais em Santa Cruz. *Tribuna do Norte*. Natal, p. 6, 9 agos. 1950.

<sup>292</sup> Juiz mandou cessar a propaganda política. *Tribuna do Norte*. Natal, p. 6, 9 agos. 1950.

<sup>293</sup> As pessoas residentes na localidade de Jundiá, por exemplo, não poderiam votar na vila de Várzea, em função da distância e da obstrução da estrada por enchente ocorrida em uma lagoa da região, (Lagoa Grande). Aguinaldo protestava ainda pelo fato de o juiz haver solicitado força federal para o município, apesar de

uma vez, a atuação da Justiça Eleitoral e da aplicação das novas regras instituídas pelo Código Eleitoral, mas, principalmente, como as mudanças esbarravam em resistências pelos municípios.

A despeito das disputas mais acirradas, em 1950, no Rio Grande do Norte, várias inovações foram incorporadas às propagandas partidárias. Dentre as primeiras estavam as consultas de opinião pública, realizadas pelos jornais, para aferir a preferência dos eleitores. Era comum, em cidades maiores, como em São Paulo, entre 1945 e 1950, que jornais e rádios divulgassem pesquisas resultantes de enquetes jornalísticas. Os meios de comunicação disputavam com políticos e líderes partidários a função de prever os resultados das eleições. O comprometimento entre jornais e profissionais de imprensa era, em grande parte, desconhecido pelo eleitorado mais amplo (BUSSETO, 2003, p. 2-3).<sup>294</sup>

O *Diário de Natal* foi o primeiro a realizar, no mês de maio, uma enquete ouvindo trinta pessoas, no bairro do Alecrim, em Natal. Naquele momento, o quadro delineado mostrava Vargas liderando com dezessete votos, e o brigadeiro Eduardo Gomes, em segundo, com sete. Para o governo, os então candidatos Café Filho e Manoel Varela empatavam com dez votos cada.<sup>295</sup> Para o jornalista,

[...] sente-se que o povo está sem rumo e marcha de olhos fechados para os braços de Vargas, hipnotizado, num automatismo. E é raro o eleitor que nas suas manifestações queremistas, não associe naturalmente, o nome de Café Filho ao de Getúlio Vargas. São dois ídolos de quem as massas permanentemente abandonadas, vivendo num regime de constante pauperismo, esperam dias melhores, numa ingênua sofreguidão.<sup>296</sup>

Apesar do número reduzido de pessoas consultadas, os resultados animaram os partidários do PSP, que resolveram seguir o exemplo do *Diário de Natal*. Desse modo, o *Jornal de Natal* também fez uma consulta popular intitulada “Quais são os candidatos do

---

viverem, segundo ele, em plena calma. Acusa o Juiz eleitoral de Goianinha. *Tribuna do Norte*. Natal, p. 1, 10 set. 1950.

<sup>294</sup> Busseto analisa as campanhas paulistas de 1953 e 1954, em São Paulo, a partir da atuação do IBOPE, um órgão então quase desconhecido nacionalmente e que disputava naquele momento a legitimidade do prever (2003, p. 2-3).

<sup>295</sup> Para deputado federal, Café Filho aparecia com dez votos, enquanto o segundo colocado, José Augusto, aparecia com três, o que dá uma idéia da liderança exercida pelo primeiro em Natal.

<sup>296</sup> Em quem votará o povo alecrinense? *Diário de Natal*, Natal, p. 1, segunda seção, 28 maio 1950.

povo?”, divulgada em mais de 10 apurações. O jornal afirmava que a sondagem não definiria quais seriam os nomes que concorreriam às urnas, mas apenas lembraria aos responsáveis pelos destinos políticos da terra, quais eram os preferidos pelos eleitores. A divulgação da sondagem de opinião demonstrava uma preocupação com a credibilidade da pesquisa por parte da população. Nesse sentido, afirmava-se: “somos órgão de um partido que terá candidatos. Mas, para que essa consulta seja isenta de qualquer interferência estranha, admitimos em receber votos escritos que serão abertos e contados todas as segundas-feiras às 13h nesta redação.”<sup>297</sup>

Porém, apesar da advertência, a segunda apuração foi antecipada para o sábado, sob o argumento de que haviam sido recebidos 81 votos. Nas primeiras apurações divulgadas, informaram-se o número de votantes, a data em que aconteceu a apuração e que se excluiriam, do resultado divulgado, os nomes dos candidatos que tivessem obtido poucos votos. À medida que as apurações passaram a ser quase diárias, as explicações sobre os critérios desaparecem e o resultado final, previsto, inicialmente, para 30 de junho, foi adiado. Houve coincidência, com o processo de negociação da aliança e Café Filho líder das pesquisas e proprietário do jornal promotor das pesquisas, não era mais o candidato ao governo do estado. O adiamento foi providencial para que o novo candidato escolhido pelo partido, até então, desconhecido em Natal, pudesse ultrapassar Café Filho nas pesquisas, o que ocorreu em poucos dias e até a divulgação do resultado final, a diferença entre os dois só aumentaria. O concorrente ao Senado pelo PSP, Kerginaldo Cavalcanti, liderou todas as pesquisas. A pesquisa demonstrava exatamente o que ocorria desde 1945: o PSP vencida todas as eleições em Natal.

É importante observar que a *Tribuna do Norte* lançou uma promoção intitulada “quem sou eu?”, financiada pela Sepan, uma grande loja de variedades (eletrodomésticos, máquina de escrever, arames, cata-ventos, material de construção, dentre outros) pertencente ao candidato a vereador udenista Felizardo Moura. O “Quem sou eu?” era um concurso para que o público identificasse fotografias de personalidades, nacionais ou locais, vivas ou mortas, históricas, políticas, religiosas, desportivas, e completasse frases elaboradas ou escolhidas pelos organizadores<sup>298</sup>. O lançamento da promoção foi feito em grande estilo com um show

<sup>297</sup> A previsão para a divulgação do resultado final era 30 de junho. Quais os candidatos do povo. *Jornal de Natal*, Natal, p. 1, 3 jun. 1950.

<sup>298</sup> As fotografias apresentadas foram de, dentre outros: Joaquim Nabuco, Barão do Rio Branco, Afonso Pena, Marechal Deodoro, Clementi Mariani e Luiz de Camões, General Osório, Regente Feijó, Marechal Floriano, princesa Margaret e Dom Pedro II, Princesa Elisabeth, Padre Antonio Vieira, Napoleão, Benjamin Constant.

de Zé Praxedi, um poeta sertanejo que fazia grande sucesso à época. O poeta era acompanhado por Francisco Ramos, na sanfona, e pela sambista Glorinha Oliveira, além de Isaltina Cavalcanti e Paulo Tito como artistas de palco.<sup>299</sup>

Os prêmios eram em dinheiro, sendo sorteados, semanalmente. Uma vez ao mês ocorria um sorteio de um prêmio mais elevado, do qual poderiam participar pessoas que tivessem errado os nomes das personalidades. Aparentemente não relacionado à campanha política que se desenvolvia, o concurso, além de ser patrocinado por um candidato a vereador, apresentava, muitas vezes, imagens de políticos já falecidos, para serem identificados. Tais imagens, não por acaso, eram postas no jornal ao lado de fotografias com propaganda de udenistas e pissetistas que concorriam àquela eleição. A duração do concurso coincidiu com o período da campanha política. Próximo ao pleito, o jornal parou de publicar os cupons da promoção em várias edições, sob o argumento de que estava com problemas no fornecimento de papel. Retomaram a publicação dias depois da eleição e encerraram a promoção. Esta atraiu a atenção do público que se aglomerava em frente à loja para assistir aos sorteios.

Os comícios movimentavam e divertiam as pessoas nas cidades, pois contavam com bandas de música, churrascos em fazendas, ônibus e caminhões, que transportavam a população de lugares mais distantes. As “vaquejadas políticas” também eram organizadas para mobilização do eleitorado, além da chegada festiva e triunfal dos políticos nas cidades em carreatas, saudados com fogos. Assim, a população rural ou urbana passou a ocupar, com seus gestos, símbolos, ritmos e animação, o cenário das vilas e cidades, demonstrando desejos, manifestações de apoio ou ojeriza aos candidatos. Como escolher entre os inúmeros nomes? No RN, havia cerca de 1700 candidatos em disputa em seus 48 municípios. Assim, observa José Pires, repórter político do *Diário de Natal*: “[...] ao lado de gente naturalmente respeitável, uma fauna curiosa de matizes variados, ingenuíssimos uns, aventureiros outros, ou simplesmente ridículos alguns. A variedade significa, aliás democracia, a oportunidade, o direito igualmente abertos a todos.”<sup>300</sup>

---

<sup>299</sup> O “Quem sou eu?” *Tribuna do Norte*. Natal, p. 1, 13 agos. 1950.

<sup>300</sup> PIRES, José. Sonhos e visões na véspera de eleição. *Diário de Natal*, Natal, p. 4, 23 set. 1950.



Figura 10 - Charge de Hilde Weber  
Fonte: Tribuna do Norte

Não desconsideramos a política de clientela nem o controle eleitoral exercido, principalmente, no interior do estado, mas o controle, por si só, não define a eleição. Por mais que haja pressão, a população também atuava e atua dentro de uma margem de liberdade, por necessidades e forças mobilizadoras específicas, o que incluía ou poderia incluir adesão por algum tipo de vínculo a um chefe político local. Evidentemente, para as composições partidárias, os políticos têm uma margem grande de decisão, mas as escolhas políticas da população são muito mais complexas e envolvem negociação, conflito, tradições culturais, reivindicações, enfim, representações que estão presentes dentro de uma sociedade em um determinado período.

A utilização de material fotográfico e impresso nessa campanha foi intenso, com muitas fotografias sendo distribuídas e afixadas em alguns lugares públicos, além de ter havido a distribuição de material impresso, principalmente de chapas eleitorais e de panfletos políticos. Contudo, o material foi recebido de forma diversa pelo público. Para o jornalista da *Tribuna*

*do Norte*, era pitoresco perceber a abundância propagandística dos candidatos, com diversos boletins colados nas paredes e as mais estranhas figuras conclamando os eleitores às urnas e lhes solicitando apoio. Concluía o jornalista:

[...] as pessoas de bom humor, que procuram sempre conservá-lo assim, não deixam jamais de ler boletins e os anúncios dos candidatos. Há os escritos em linguagem gongórica e os simples, os que obedecem rigorosamente às prescrições dos filólogos, e os que descambam para os solecismos mais absurdos. Por isso, todos são divertidos, e merecem ter sempre leitores. Ainda mais sendo a leitura gratuita, que somente exige a parada de alguns minutos em frente a uma parede.<sup>301</sup>

Em alguns casos, foram feitos vários desenhos e pinturas sobrepostos às fotografias de candidatos afixadas em locais públicos. Para o jornalista José Pires, essa era uma forma de participação da população que estava, de forma espirituosa,

[...] assistindo tudo democraticamente de arquibancada, se divertindo. Esse é o sentido das locuções chistosas das bigodeiras luzitanas, mefistofélicas ou a mandarim destronada, escrito ou aplicados a lápis em tanto retrato de candidato pelas fachadas do prédio. Quem não teve ainda a digestão facilitada desopilando o fígado, vendo por exemplo, os cartazes pelas paredes da sorveteria Cruzeiro, adulterados mediante a justaposição de uma caraça de índia Xavante, ou de uma angustiada expressão fisionômica do Vampiro de Londres ao caminhar para forca ou simplesmente a carinha de uma bailarina dengosa qualquer, naquela hilariante galeria de retratos desfigurados?<sup>302</sup>

Esses dois observadores daquela campanha política apontam que há dois tipos de dispositivos principais, por parte dos candidatos e eleitores: os que tentam convencer/persuadir e os que resistem/aderem. Chartier afirma que, ao se pensarem aspectos da cultura popular, precisa-se considerar dois pólos:

[...] de um lado, os mecanismos da dominação simbólica, cujo objetivo é tornar aceitáveis, pelos próprios dominados, as

<sup>301</sup> Candidatos. *Tribuna do Norte*. Natal, p. 2, 15 jul. 1950.

<sup>302</sup> PIRES, José. Sonhos e visões na véspera de eleição. *Diário de Natal*, Natal, p. 4, 23 set. 1950.



representações e os modos de consumo que, precisamente, qualificam (ou antes desqualificam) sua cultura como inferior e ilegítima, e, de outro lado, as lógicas específicas em funcionamento nos usos e nos modos de apropriação do que é imposto. (1995, p. 186).

Para José Pires, existiam ainda os “eleitores práticos”, que recebiam as inúmeras cédulas distribuídas pelos candidatos, chegando inclusive a pedi-las, acenando com uma “votação cerrada”. Porém, a utilização dessas chapas ocorreria após as eleições, no caso, por exemplo, dos barbeiros, que as usariam para limpar o sabão da navalha ou de outras pessoas que os usavam como rascunhos “de ofícios ou notinhas de compras na mercearia da esquina”.<sup>303</sup> Cita, ainda, o caso de pessoas que saíam afixando propaganda eleitoral pela cidade sem ter qualquer relação direta com o pleito ou com empresas de publicidade. No entanto, faziam o serviço de forma que os cartazes dificilmente poderiam ser rasgados ou arrancados. Tratava-se de pintores ou trabalhadores de casas de decorações, pois, para eles, “[...] um prédio de paredes lambusadas, cobertinha de cartazes eleitorais, será sempre uma possibilidade de contrato, depois do pleito, quando o proprietário se vir obrigado a repintar a fachada.”<sup>304</sup> Dessa forma, não haveria motivos para preocupações, pois o povo saberia escolher, bem ou mal, os melhores nomes. “Eleição é vontade popular, tomada pela maioria de sufrágios. [...] quanto ao candidato hoje tão exuberante de esperança, terá sido, após o 03 de outubro, um simples ‘bilhete branco’”<sup>305</sup>.

Nesse universo, como deveria o candidato convencer/persuadir o eleitor e ser o escolhido? Em meio a tantos nomes e artifícios da população, fazia-se necessário para o candidato atrair os eleitores, identificar-se com as tradições da população das diferentes regiões, a partir de algo que o aproximasse do político que poderia ser a proximidade física, o fato de serem da mesma região, no caso das eleições proporcionais. Mas, também, se fazia necessário desqualificar o opositor para diminuir suas possibilidades de êxito. De uma forma ou de outra, recorreu-se a representações históricas da religiosidade católica, do anticomunismo e do homem sertanejo.

É importante chamar a atenção para a variação de estratégias dos candidatos, que apelavam também para a burla. Assim, por exemplo, um desses aspectos era a confecção de

---

<sup>303</sup> PIRES, José. Sonhos e visões na véspera de eleição. *Diário de Natal*, Natal, p. 4, 23 set. 1950.

<sup>304</sup> PIRES, José. Sonhos e visões na véspera de eleição. *Diário de Natal*, Natal, p. 4, 23 set. 1950.

<sup>305</sup> PIRES, José. Sonhos e visões na véspera de eleição. *Diário de Natal*, Natal, p. 4, 23 set. 1950.

chapas com nomes de vários candidatos a um mesmo cargo. A *Tribuna do Norte* afirmava que esse artifício havia sido utilizado pelo candidato a deputado federal Dioclécio Duarte (PSD), que mandara fazer chapas de vários tipos, como, por exemplo: tipo 1, Dioclécio, Café, Dix-Huit; tipo 2, Dioclécio, Theodorico, Calafange; tipo 3, Dioclécio, Valfredo, Arnaud. O objetivo era o de enganar o eleitor, pois, se ele quisesse votar em um dos outros candidatos que a chapa possuía, recebia a cédula com o nome dele sempre em primeiro lugar. O problema era que a lei eleitoral contava, apenas, o primeiro nome da chapa. O autor arrematava: “Não há dúvida de que é um processo inteligente. Mas, não deve agradar aos correligionários.”<sup>306</sup>

A UP foi acusada de fazer diversas cédulas com o nome Dix-Neuf, uma forma de ludibriar o eleitor de Dix Sept e recorrer depois para anular seus votos. A Justiça Eleitoral acatou logo um pedido dos integrantes da AD, no sentido de considerar os votos com o nome Dix-Neuf, como sendo válidos para Dix-Sept Rosado. As diferentes combinações de alianças dificultavam, muitas vezes, a propaganda. Contudo, os partidos encontravam formas de fazê-la. Veja-se, por exemplo, a propaganda política da AD publicada nos jornais. Em um mesmo espaço, afirmava-se que o PSP indicava os candidatos para governador e vice, senador e suplentes e a relação dos nomes a deputados federais dos três partidos. Logo abaixo, afirmava as indicações do PSD e do PR, para presidente e vice, Cristiano Machado e Altino Arantes, e a relação dos deputados estaduais. Na mesma página, publicava-se a propaganda política individual de Vargas, convocando o eleitor, “que não poderia ser o mesmo de 50 anos atrás, e não deveria votar de acordo com a ordem do ‘coronel’, do compadre ou do chefe político. O voto secreto era sua arma em defesa da democracia soberana”.<sup>307</sup>

O PSB absteve-se da disputa, reconhecendo que não tinha condição de influir na direção da política estadual.<sup>308</sup> Os comunistas pregaram o boicote ao pleito. Organizaram um rápido comício no centro da cidade, com cartazes alusivos à Guerra da Coréia e o orador principal, Luiz Ignácio Maranhão, teceu críticas aos candidatos. Com a possibilidade de chegada da

---

<sup>306</sup> *Instantâneos* ironizava os acordos. *Tribuna do Norte*, Natal, p. 2, 9 set. 1950.

<sup>307</sup> *Diário de Natal*, Natal, p. 6, 24 set. 1950.

<sup>308</sup> Neutro na situação estadual, apoio a candidatura de João Mangabeira. *Tribuna do Norte*. Natal, p. 6, 7 set. 1950.

polícia, os cartazes foram rasgados e os oradores desapareceram pelas ruas do centro. Houve várias prisões, inclusive a do médico Vulpiano Cavalcanti.<sup>309</sup>

Na cidade de Mossoró, na região Oeste, as tentativas de identificações eram tradicionais. Na história da cidade, em um passado mais longínquo ou mais próximo, buscavam-se formas de heroísmo da população. Desde que ascenderam como grupo político em 1945, mas principalmente após 1948, quando Dix-Sept assumiu a prefeitura de Mossoró, os Rosado passaram a trabalhar “[...] com a idéia de que só estão na política para cumprir um chamamento, uma convocação de vozes e sujeitos do passado” (FELIPE, 2001, p. 10).

Em 1950, as construções imagéticas da história da cidade e da família Rosado faziam parte de um programa cultural para o município. Tal programa incluía o museu e a biblioteca municipais, além do Boletim Bibliográfico, proposta editorial que se voltava para pesquisas, contribuições de escritores locais e divulgação de documentos de arquivos, atas da câmara de vereadores, genealogias regionais, etnografia e folclore.

Posteriormente, esse boletim passou a ser denominado Coleção Mossoroense, que hoje existe com mais de dois mil títulos. Esses títulos “[...] determinam quais os fatos históricos que devem ser estudados, qual a memória que deve ser cultuada e preservada e quais os ancestrais que vão ser elevados à categoria de mitos e heróis.” (FELIPE, 2001, p. 10). Nesse sentido, como já afirmamos, alguns fatos foram destacados, como o motim das mulheres que impedia que seus maridos fossem convocados para a Guerra do Paraguai, o pioneirismo na abolição da escravidão, a vitória dos moradores da cidade sobre Lampião, evitando que ele conquistasse Mossoró em 1927, e o primeiro voto feminino no Brasil. Outros aspectos de bravura somam-se a esses, com a representação do sertanejo como forte, capaz de sobreviver às adversidades e de empreender mudanças nos rumos da história, já que era capaz de vencer até a seca.

Enquanto no âmbito estadual a disputa acirrava-se em vários níveis, a propaganda para o executivo federal ficava em segundo plano, seja pela incontestada liderança de Vargas naquele momento, seja porque, na maioria dos estados, o interesse nas disputas para os executivos estaduais se evidenciava como muito importantes.

---

<sup>309</sup> Meeting comunista. *Tribuna do Norte*. Natal, p. 6, 3 out. 1950. Boicote dos comunistas. *Diário de Natal*, Natal, p. 4, 2 out. 1950.

### 3.3 Resistências à candidatura de Café Filho

O lançamento da candidatura de Getúlio Vargas à presidência causou certa insegurança nos candidatos e nos partidos, que temiam pela popularidade do ex-presidente. As indefinições acirraram confrontos, dificultando as definições pelos candidatos a vice-presidente e impossibilitando que algumas candidaturas se firmassem. O PSD, por exemplo, lançou dois candidatos a vice-presidente para concorrer ao lado de Cristiano Machado, na tentativa de ampliar o leque de alianças: Altino Arantes (PR) e Vitorino Freire (PST). O partido que mais rapidamente resolveu a questão da vice-presidência foi a UDN, que escolheu o mineiro Odilon Braga para figurar ao lado de Eduardo Gomes.<sup>310</sup> Contudo, a escolha do candidato a vice-presidente que concorreria na chapa de Getúlio Vargas adquiriu uma importância à parte na história política norte-rio-grandense, em função da candidatura do potiguar Café Filho.

Em um capítulo do seu livro de memórias, *Do sindicato ao Catete*, em que aborda a sua candidatura e campanha política a vice-presidência, Café Filho discute algumas questões que envolveram resistências ao seu nome e ao desenvolvimento da sua campanha eleitoral. Suas afirmativas estão resumidas em alguns pontos principais, e referem-se a três temas: sua atuação parlamentar anterior; as atitudes de Ademar de Barros; e sua própria campanha eleitoral naquele momento (1966, p. 184-202).

Em relação ao primeiro tema afirma que seu nome foi lançado ao governo do RN, pelo PSP estadual, enquanto continuava normalmente sua vida parlamentar. Na ocasião havia sido apontado, em uma enquete da imprensa do Rio de Janeiro, como o deputado que mais trabalhava naquela legislatura, tendo recebido elogios do próprio Vargas. Nesse mesmo sentido, havia ocupado a Tribuna Parlamentar, várias vezes, para debater a sucessão presidencial, considerando-se um dissidente do PSP desde a sucessão no governo paulista, quando Ademar de Barros escolhera Noveli Júnior como candidato a vice-governador, apenas por ser genro do presidente Dutra.

Em relação à atuação de Ademar de Barros no processo sucessório, Café Filho considerava que os partidos estavam dispersos e desorientados e as especulações sobre candidaturas eram enormes. Isso, até Ademar lançar o nome de Vargas, o que teria ocorrido

---

<sup>310</sup> O PSB lançou Alípio Correia Neto como candidato a vice-presidente.

devido à impossibilidade de lançar-se, a si próprio, à presidência, aliada à necessidade dos votos de Getúlio Vargas em São Paulo para eleger seu sucessor: Lucas Garcez, que era eleitoralmente fraco. Ou seja, Ademar não quis correr o risco de concorrer com Getúlio Vargas e perder as eleições. Contudo, para Café Filho, Getúlio também não teria se candidatado sem o apoio de São Paulo. Dessa forma, anunciado o acordo PTB-PSP, prevaleceu, no PSP, o desejo de que o candidato a vice-presidente saísse de suas fileiras. Ademar indicara o nome do senador Olavo de Oliveira<sup>311</sup>, mas o partido optou por Café Filho. Contudo, finalmente, Ademar acabou aceitando a indicação do PSP, o que também ocorreu com o PTB. Estava então formada a chapa que seria vitoriosa e que consagraria o nome de Café Filho como uma importante liderança nacional.

No que se refere ao desenvolvimento de sua campanha eleitoral, Café Filho observa que a LEC desencadeou um intenso combate contra seu nome. Quanto às suas relações com Vargas, chama a atenção para a demora em ser aceito como candidato, tendo, finalmente, incorporado-se às caravanas, nas quais Vargas o recomendou. Entretanto, o que o impressionava era o clima de tensão existente nesses comícios e a indiferença de Vargas às manifestações populares. Assim, “na capital paranaense a concentração popular caracterizou-se por sucessivas perturbações da ordem num ambiente de febril excitação, com armas de fogo, gritos e demais manifestações de turbulência.” (Id. Ibid. 1966, p. 194.). Do Paraná, viajou sozinho para Recife, onde fez um discurso e concedeu entrevista para uma emissora de rádio de São Luiz. O pleito já estava próximo e ele resolveu voltar para o Rio Grande do Norte, a fim de cuidar da sua campanha a deputado federal, o que, como se viu, era permitido pela legislação eleitoral. Assim, para Café Filho, sua campanha a vice-presidente resumira-se, pois, à presença em meia dúzia de comícios em cidades e, por isso, ele considerava difícil sua vitória, “não só pela oposição da Igreja e de outros setores, mas também pela falta de propaganda, pelas restrições de Getúlio e pelo desinteresse quase total do PTB” a seu nome (Id. Ibid., p. 196).

A versão de Café Filho, publicada nos anos 1960, está também presente em trabalhos jornalísticos e acadêmicos que analisam a campanha de 1950. Contudo, algumas dessas afirmações precisam ser problematizadas, considerando-se tanto o contexto de lançamento das candidaturas, em 1950, como o impedimento sofrido por Café Filho, em 1955, após assumir a

---

<sup>311</sup> O cearense Olavo de Oliveira (1893-1966) era advogado e exerceu vários cargos eletivos: deputado estadual, deputado federal e senador.

presidência, depois do suicídio de Vargas. Finalmente, vale pesar que motivações o teriam levado a escrever suas memórias, a partir de 1964. Nesse item, analisaremos apenas o contexto de lançamento do nome de João Café Filho à vice-presidência, bem como o desenvolvimento da sua campanha eleitoral, em 1950, estabelecendo um diálogo com seus escritos memorialísticos.

De fato, no exercício do seu mandato de deputado federal, eleito em 1945, Café Filho ganhou destaque na imprensa, ao se envolver em diversas polêmicas. Durante os trabalhos na Assembléia Nacional Constituinte iniciou vários discursos, de forma nada ingênua, com a frase: “Lembraí-vos de 1937...”. Eis um bom exemplo: “[...] assim, senhores, quando compareço à tribuna combatendo 37, que é divisor político; combatendo 37, que é a definição de uma crise; combatendo 37 que considero definição fascista, estou coerente com o meu passado”.<sup>312</sup> Tais falas alimentavam a imprensa antivarguista e, ao mesmo tempo, davam evidência ao nome do deputado potiguar. Ainda durante a Assembléia, entrou em confronto com a Igreja, ao se posicionar contra a colocação do nome de Deus na Constituição, sob o argumento de que o Estado brasileiro era laico.

Além disso, Café Filho posicionou-se, enfaticamente, contra as perseguições do governo Dutra às manifestações oposicionistas, bem como à extinção do PCB e à cassação dos mandatos dos comunistas. Já em 1948, apresentou um projeto que fixava um piso salarial para os trabalhadores em atividades jornalísticas, o que o tornou popular entre a categoria. Porém, houve forte reação patronal, o que levou o presidente Dutra a vetar o projeto. Ou seja, o perfil que o deputado traçava para si, ao mesmo tempo, era o de um antigetulista, mas que não se definia nem como anticomunista, nem como integrante de uma militância católica mais radical. Um perfil sem dúvida ambíguo, que abria possibilidades de ação, mas causava desconfiança geral. Em 1950, essa desconfiança ganhou visibilidade com as possibilidades de Café Filho compor a chapa com Getúlio Vargas. A imprensa não deixou de ironizar essas ambigüidades, como demonstra a charge abaixo, publicada na *Tribuna do Norte*.

---

<sup>312</sup> Café contra Getúlio (Do *Diário de Notícias* – seleção de falas de Café Filho contra Vargas; Na constituinte em 1946. Diário da Assembléia p 212.). *Tribuna do Norte*. Natal, p. 6, 16 set. 1950.



Figura 11- Charge de Hilde Weber  
Fonte: Tribuna do Norte (set. 1950)

Todas as questões apresentadas acima contribuiriam para tornar Café Filho um deputado conhecido nos meios políticos e na imprensa, e, em meio aos confrontos para escolha de um vice que concorreria ao lado de Vargas, seu nome ganhou evidência. Diversos políticos do PSP foram sondados e vetados, como, por exemplo, o senador potiguar Kerginaldo Cavalcanti. Além disso, Café Filho fora lançado pelo PSP como candidato ao governo do Rio Grande do Norte, desde janeiro de 1949, como forma do seu partido manter uma posição de independência, frente ao PSD e a UDN. Uma indicação que não deixava dúvida quanto à força de seu nome no PSP do estado.

Em nível nacional, tentativas de acordo entre o PSP, através de Ademar de Barros e Vargas, já eram discutidas, desde 1948, quando começou a se cogitar a candidatura do ex-presidente, o que minou as chances do então governador de São Paulo lançar-se como candidato. É certo que, para Ademar de Barros, político experiente, inclusive no trato com o ex-presidente, estava em negociação também a sucessão do governo paulista, mas uma vice-

presidência em aliança com Getúlio Vargas não era nada desprezível para um partido que pretendia ser realmente nacional.

Em suas memórias, Café Filho minimiza o poder eleitoral demonstrado por Vargas, em 1950. Para ele, Vargas só saiu candidato por causa do apoio do PSP paulista. A possibilidade da candidatura do ex-presidente era motivo de especulação, mas também de manifestações favoráveis em vários pontos do país, o que demonstrava que sua popularidade permanecia grande. Em Natal, por exemplo, nos primeiros meses de 1950, a candidatura Vargas já estava nas ruas. O comício de lançamento, realizado no mês de abril, contou com a participação de um enorme público e de 15 oradores, quase todos petebistas e sindicalistas, no pátio da feira do bairro do Alecrim. Segundo o *Diário de Natal*, “inegavelmente, um dos maiores entre os promovidos nos últimos tempos em Natal,” valendo salientar que, dele, não participaram os possíveis candidatos às chapas majoritárias estaduais.<sup>313</sup>

A campanha de Café Filho ao governo do estado também já estava a todo vapor. Em fins de maio, a convenção do partido, realizada em Natal, contou com a participação de Ademar de Barros, quando estavam em negociação os possíveis nomes à vice-presidência.<sup>314</sup> As primeiras notícias sobre a possibilidade da candidatura Café Filho foram divulgadas apenas no início de julho. É improvável que seu nome fosse sugerido por jornais do Rio de Janeiro, já que sequer foi comentado, em seu próprio periódico, o *Jornal de Natal*. Foi o *Diário de Natal* que publicou a notícia do convite feito a Café Filho, via Salgado Filho, presidente do PTB. Porém, ele vacilara em aceitar o convite e o nome do senador potiguar Kerginaldo Cavalcanti teria sido indicado para solucionar o impasse.<sup>315</sup> Vinte dias depois das primeiras notícias, Café Filho viajava ao Rio de Janeiro para assumir a candidatura, pelo PSP, e, a partir daí, o partido passou a defender seu nome.<sup>316</sup>

No entanto, as resistências não cessaram no interior do PTB, que não aceitou seu nome de imediato. O assunto talvez fizesse parte da conversa que não se realizou entre Salgado Filho e Getúlio Vargas, em São Borja, em 30 de julho de 1950. Isso porque o avião em que viajava Salgado Filho caiu na cidade de São Francisco de Assis. O PTB perdia seu presidente

<sup>313</sup> 15 oradores falaram no comício queremista. *Diário de Natal*. Natal, p. 6, 20 abr. 1950.

<sup>314</sup> A participação de Ademar na Convenção do PSP, no mês de maio, relativiza o posicionamento de Café Filho de que somente conversou com Ademar, com ele se entendendo, dias antes, de ele passar por Natal, como que quase por acaso, lançado seu nome. O governador Ademar de Barros em Natal. *Jornal de Natal*, Natal, p. 1, 25 mai 1950.

<sup>315</sup> *Diário de Natal*. Natal, p. 6, 4 de jul. 1950.

<sup>316</sup> Café é convidado para ir ao Rio. *Diário de Natal*. Natal, p. 6, 24 de jul. 1950; O deputado Café Filho candidato a vice-presidente. *Jornal de Natal*, Natal, p. 1, 27 jul 1950.



e candidato ao governo do Rio Grande do Sul e o assunto da vice-presidência teve de, mais uma vez, ser adiado, por mais alguns dias.



Figura 12 - Charge de Hilde Weber  
Fonte: Tribuna do Norte (set. 1950)

Enquanto isso, o PSP passou a trabalhar a candidatura de Café Filho. Nesse contexto, realizou-se uma viagem de Ademar de Barros pelo Norte. No roteiro, incluía-se Natal, mas a viagem não foi fácil. No Maranhão, um comício realizado no centro da capital acabou de forma violenta, com enfrentamento armado, um morto e vários feridos. Houve também depedração do *Diário de São Luiz*, órgão pertencente ao PST. Os ademaristas acusaram o governo estadual (PSD)<sup>317</sup> de mandar a polícia acabar com o comício e apagar as luzes. Porém, o governo afirmava que não impediu a realização do comício e que o apagamento das

<sup>317</sup> O governador do Maranhão Sebastião Archer havia sido eleito pelo Partido Proletário Brasileiro (PPB) criado, em 1947, no Maranhão, para abrigar uma dissidência do PSD, liderada por Vitorino Freire. Após as eleições os dissidentes voltaram ao PSD. Em 1950 houve nova cisão e parte dos pessedistas migraram para o PST, liderado por Vitorino Freire.

luzes havia sido mero acidente.<sup>318</sup> No Congresso Nacional, o senador Vitorino Freire (PST) acusava Ademar de Barros de ter ido ao Maranhão provocar desordens e ameaçava que, se ele lá voltasse, o próprio Vitorino o esperaria: “volte Ademar ao Maranhão e saberemos esperá-lo para uma punição exemplar e definitiva.”<sup>319</sup>

De São Luis, Ademar passou por Fortaleza (CE) e depois foi para o Rio Grande do Norte, visitando Mossoró e Natal. Nesta cidade, em comício realizado na Praça Pio X e irradiado para rádios paulistas e emissoras associadas, foi, então, lançada oficialmente a candidatura de Café Filho a vice-presidente. Em seu primeiro discurso como candidato a vice Café Filho elogiava Ademar de Barros, por resistir aos projetos de intervenção federal em São Paulo e por ter renunciado a sua candidatura à presidência, a fim de evitar que o seu estado caísse nas mãos dos inimigos da democracia. Por isso, o PSP comandava “a maior campanha política de toda a história republicana.”<sup>320</sup>

A partir daí, iniciou-se a luta de Café Filho e do PSP para obter o apoio de Vargas e do PTB. Ao mesmo tempo, como era de se esperar, as críticas ao seu nome ampliaram-se. O primeiro comício de que participou ao lado de Vargas ocorreu no estádio do Vasco da Gama, no Rio de Janeiro. O desconforto gerado foi enorme, a ponto de Ademar de Barros e Café Filho retirarem-se do evento, antes do seu término. Café Filho alegou à imprensa problemas de saúde e Ademar de Barros afirmou que “não era vagabundo, tinha o que fazer”.<sup>321</sup> Na semana seguinte ao comício no Rio, Vargas iria para o Norte e tinha visitas agendadas nas duas maiores cidades do Rio Grande do Norte, Natal e Mossoró.<sup>322</sup>

Em Natal, esperava-se que Vargas anunciasse o nome de Café Filho como seu candidato, o que não ocorreu. Questionado pelos jornalistas o ex-presidente afirmou que o problema era que o nome de Café fora “lançado de surpresa, sem conhecimento prévio” e que o assunto ainda estava sendo tratado pela direção do PTB. Talvez, por isso, Café Filho não estivesse em Natal, quando ocorreu a visita. O jornal udenista *Tribuna do Norte* não noticiou a visita de Vargas, mas comentou o silêncio sobre o nome Café Filho. O autor do artigo afirmava que lamentava a atitude de Café de associar-se a Ademar e a Getúlio, mas a impugnação que Vargas fazia a seu nome tinha que ser vista com revolta e indignação. “As

<sup>318</sup> Ademar fugiu; *Tribuna do Norte*. Natal, p. 1, 05 ago. 1950.

<sup>319</sup> Adverte Vitorino. *Tribuna do Norte*. Natal, p. 1 e 6, 06 ago. 1950.

<sup>320</sup> Lançado oficialmente o nome de Café Filho. *Diário de Natal*. Natal, p. 6, 24 de jul. 1950.

<sup>321</sup> Crise na chapa de Getúlio. *Tribuna do Norte*. Natal, p. 1, 17, agos. 1950; Getúlio no Rio. *Tribuna do Norte*. Natal, p. 1, 15, agos. 1950.

<sup>322</sup> *Tribuna do Norte*. Natal, p. 3, 8 jul. 1950.

humilhações a que a caravana getulista submeteu, em sua própria terra, os oradores das seções norte rio-grandenses do PSP e do PTB, foram feitas ao próprio povo do RN, pelo qual o ditador mais uma vez manifesta o seu desprezo.”<sup>323</sup>

A imprensa antigetulista criticou o fato com charges e manchetes: “crise na chapa populista”; “Café Pequeno”; “Café Rifado”, dentre outras, que punham em dúvida a consolidação da aliança PSP-PTB. A *Tribuna do Norte* atacava Café Filho: “depois de uma brilhante carreira de oposicionista, em que muitas vezes empolgou a opinião popular, o representante potiguar passou uma esponja sobre a sua carreira corretíssima e resolveu unir-se a quem mais combateu em sua vida.”<sup>324</sup>



Figura 13 - Charge de Hilde Weber  
Fonte: Tribuna do Norte (set. 1950)

Diversas matérias das agências de notícias, principalmente da *Meridional*, eram publicadas pelos jornais locais. Elogios à atuação parlamentar de Café Filho eram frequentes, com o intuito de apontar a aliança como sendo um grave erro. Um artigo intitulado “Café

<sup>323</sup> O Café Getuliano. *Tribuna do Norte*. Natal, p. 3, 1 set. 1950.

<sup>324</sup> Getúlio no Rio. *Tribuna do Norte*. Natal, p. 1, 15, agos. 1950.

pequeno” afirmava que o candidato errara ao acreditar em Getúlio. E isso foi o seu mal, pois, quando iniciou o processo sucessório,

Café Filho reservou-se com excesso de prudência. Não ficou com o Brigadeiro, nem se comprometeu com Cristiano. E sua disponibilidade logo evidenciou, aos olhos das velhas raposas da política, uma grande ambição de figurar em qualquer chapa. Ademar tomou a iniciativa de colher, em suas malhas, quem tanto desejava ser colhido. Não lhe valeu – a ele próprio – o aviso com que alertara os outros. Aceitou ser companheiro de Getúlio, o que é mais do que um crime em sua vida política, porque é um erro. Erro que Café Filho começou a espiar, nessa recusa sistematizada de seu companheiro em aceitá-lo. Nunca se viu de um lado tanta má vontade em receber, e de outro tanta teimosia em permanecer. O que parecia um completo e sagaz político, e deputado número um, tornou-se um brinquedo nas mãos experientes de Getúlio.<sup>325</sup>



Figura 14 - Charge de Hilde Weber  
Fonte: Tribuna do Norte (set. 1950)

<sup>325</sup> Café pequeno *Tribuna do Norte*. Natal, p. 6, 5 set. 1950.

Como que em retaliação, Ademar de Barros e Café Filho fizeram um grande comício no Rio de Janeiro. Ademar era, então, também candidato ao Senado por aquele estado, porém sua inscrição no TRE seria indeferida. Os progressistas não falaram no nome de Getúlio Vargas, apesar dos gritos do público de “queremos Getúlio”. A ação “foi encarada pelos observadores políticos como uma atitude pública de advertência ao ex-ditador.”<sup>326</sup> Café Filho afirmava que ocorria uma campanha de “intriga e despeito” contra sua candidatura e que, mesmo sem a definição de Vargas, ia para às ruas.



Figura 15 - Charge de Hilde Weber  
Fonte: Tribuna do Norte (ago. 1950)

No início de setembro, de 1950, o PTB homologou a candidatura de Café Filho. Porém, ainda demoraria alguns dias para ele ser reconhecido e incorporado à caravana de Vargas, que

<sup>326</sup> Silencia sobre o ex-ditador e elogia Ademar. *Tribuna do Norte*. Natal, p. 1, 28 agos. 1950.

percorria diversas cidades.<sup>327</sup> Em um artigo publicado no jornal *Correio do Norte* e reproduzido na *Tribuna do Norte* os udenistas lamentavam que a crise entre os dois candidatos não tivesse desfeito a aliança. Assim, esperavam “que se encontrasse uma fórmula que permitisse frear as tendências demagógicas do ex-ditador, pondo-lhe como companheiro de chapa alguém que por suas tradições e honorabilidade, crítico e bom senso, fosse de certo modo uma garantia de equilíbrio.” E concluíam: “Que Deus esclareça o eleitorado brasileiro, a fim de que a pátria seja poupada ao insulto que lhe pretendem fazer”.<sup>328</sup>

Coincidindo com o pedido para que Deus esclarecesse o eleitorado, a LEC lançou um manifesto condenando a candidatura de Café Filho. Vale lembrar que, no período da estada de Ademar de Barros em Natal, lançando o nome de Café Filho, o Cardeal Jaime Câmara informara, através do seu secretário, que a Igreja permaneceria fora da política partidária.<sup>329</sup> No entanto, bastou a confirmação da candidatura de Café Filho para a LEC se manifestar com toda a força.<sup>330</sup> A participação de católicos em épocas de campanhas eleitorais no RN era comum desde a década de 1930. Após o silêncio na eleição de 1948, quando não houve pronunciamentos quanto às candidaturas, a LEC, em 1950, voltou a condenar os nomes dos que não eram considerados confiáveis. No Rio Grande do Norte, as candidaturas de Djalma Maranhão, Antônio Gouveia e Benilde Dantas, do PSP, foram denunciadas “por suas tendências ou simpatias a uma doutrina política expressamente condenada pela Igreja Católica.”<sup>331</sup> Mais uma vez, o jornal católico *A Ordem* entrou em cena contra o comunismo.

O veto ao nome de Café Filho dava-se “em virtude do seu passado hostil às reivindicações da LEC.”<sup>332</sup> Ele, inclusive, se recusara a encontrar-se com o presidente daquele órgão. Em uma matéria publicada no *Correio do Norte* Café Filho era assim descrito:

Formado na escola protestante, mas agnóstico e ateu, sempre tem revelado os seus pendores extremistas, ora ativamente, como quando chefe de polícia em Natal, perseguindo respeitabilíssimas figuras tradicionais da família potiguar, quer em repetidas manifestações no Parlamento, de apoio aos comunistas e aos deletérios princípios que defendem a dissolução da família através do divórcio. Cumpriremos a

<sup>327</sup> Getúlio recomenda o nome de Café Filho. *Tribuna do Norte*. Natal, p. 6, 19 set. 1950.

<sup>328</sup> A triste aventura populista (Do *Correio do Norte*). *Tribuna do Norte*. Natal, p. 1, 14 set. 1950.

<sup>329</sup> A igreja acima e fora da política partidária. *Tribuna do Norte*. Natal, p. 1, 06 ago. 1950.

<sup>330</sup> Condena a Igreja a candidatura de Café Filho. *Tribuna do Norte*. Natal, p. 1, 16 set. 1950.

<sup>331</sup> Manifesta-se a LEC estadual. *Tribuna do Norte*. Natal, p. 6, 20 set. 1950.

<sup>332</sup> Manifesto da LEC. *Tribuna do Norte*. Natal, p. 6 e 2, 17 set. 1950.

lei de Deus e os ensinamentos dos nossos bispos, votando bem. E ninguém poderá votar bem se contribuir ainda que com a sua simples ausência das urnas, para que seja eleita uma chapa comunizante, um vice-presidente inimigo declarado da Igreja, que por essa ou aquela circunstância poderia vir a governar uma nação tida como atualmente a de maior número de católicos.<sup>333</sup>

A LEC, pelas palavras do Cardeal Câmara, aconselhava os católicos a se unirem em preces e sacrifícios no sentido de dar à nação o governo que ela necessita: “e como o espírito das trevas, inimigo da Igreja e da humanidade aproveita os maus indivíduos que lhe sirvam de auxiliares neste mundo, não será demais que as almas tementes a Deus se abroquelem nas penitências e orações.”<sup>334</sup>

Café Filho optou por não entrar na polêmica e manteve-se em silêncio até o início da apuração dos resultados.<sup>335</sup> Porém, houve reações entre os católicos, em especial entre as mulheres que se engajaram em sua campanha.<sup>336</sup> No comício de encerramento da campanha, ocorrido na Praça Pio X (centro de Natal), a presença feminina entre os oradores foi majoritária.<sup>337</sup> Em outras cidades também ocorreram reações. Em Jardim de Piranhas, por exemplo, o médico pessedista Honório Medeiros inquiriu o padre Pedro acerca da leitura do manifesto da LEC, durante a missa.<sup>338</sup>

O veto da LEC à chapa Vargas-Café foi extremamente explorado no estado, com a coligação oposicionista lançando boletins nas emissoras de rádios a curtos intervalos. O próprio arcebispo do Rio de Janeiro afirmara que cédulas com o nome de Café Filho não deveriam ser escolhidas por católicos, assim como as que constassem o nome de Dix-Sept Rosado, pois este só era candidato ao governo pelo apoio de Café Filho, por também ser comunista. Porém, os partidários da AD também usaram o expediente do anticomunismo, atirando boletins de um avião teco-teco nos quais declaravam que o candidato a governador pelo PST-UDN, Manoel Varela, era um neocristão, já que havia batizado seus filhos com os nomes de Lênin e Stalin.<sup>339</sup> Ou seja, tais episódios evidenciam muito bem a presença da Igreja

<sup>333</sup> Pode um católico votar num inimigo da Igreja? *Tribuna do Norte*. Natal, p. 6, 22 set. 1950.

<sup>334</sup> Cardeal Câmara condena na chapa em que figure Café Filho. *Tribuna do Norte*. Natal, p. 1, 29 set. 1950.

<sup>335</sup> Café Filho e o pronunciamento da LEC. *Diário de Natal*, Natal, p. 1, 24 de set. 1950;

<sup>336</sup> *Diário de Natal*, Natal, p. 1, 25 set. 1950.

<sup>337</sup> Expressiva homenagem da mulher potiguar ao deputado João Café Filho. *Diário de Natal*, Natal, p. 1, 30 set. 1950.

<sup>338</sup> Chefe do PSD agride a um sacerdote católico. *Tribuna do Norte*. Natal, p. 6, 27 set. 1950.

<sup>339</sup> As proclamações da UP e AD. *Diário de Natal*, Natal, p. 4, 1 out. 1950.

Católica como ator político relevante, bem como a eficiência de se explorar o “medo ao comunismo”, usado de parte a parte para influenciar o eleitorado.

Ao se referir a sua campanha política, muitos anos depois, Café Filho não destaca alguns aspectos que, naquele contexto, foram essenciais, entre os quais, a atuação do próprio Ademar de Barros e do PSP. Assim, poucos dias após o PTB anunciar a aceitação do nome de Café Filho chegava ao Rio Grande do Norte dois milhões de chapas impressas com os nomes Getúlio Vargas/Café Filho, enviadas pelo PSP paulista. Dias depois, o material viajava para o interior do estado, para ser distribuído. Tal distribuição ocorreu em todo o país, sendo importante observar que eram essas chapas que funcionavam como cédulas a serem colocadas nas urnas.<sup>340</sup> As memórias de Café Filho não reconhecem a importância desses apoios para sua vitória em 1950.

Outro fator a ser considerado é que a campanha eleitoral de 1950 foi uma das primeiras a ser acompanhada mais de perto pela imprensa. Comitivas de jornalistas dos principais jornais e emissoras de rádio do país seguiam com os candidatos em suas viagens; as rádios transmitiam os comícios ao vivo, permitindo que o clima político dos comícios chegasse aos diversos lugares do país. Outros fatores contribuíram para o êxito da candidatura de Café Filho, dentre os quais a fragilidade eleitoral dos demais candidatos a vice, bem como a falta de vinculação direta entre o candidato a presidente e a vice-presidente. Basta lembrarmos que Cristiano Machado, que concorria à presidência pelo PSD, tinha dois candidatos a vice-presidente. Além disso, o próprio PSD se dividia quanto ao candidato a presidente, com um grande número de diretórios apoiando Getúlio Vargas e abandonando o candidato do partido, pondo em prática o que se denominou na história política brasileira de cristianização.

O encerramento da campanha, em vários pontos do país, foi caracterizado por enfrentamentos entre os queremistas e os brigadeiristas. E esta não foi uma questão menor naquele contexto.<sup>341</sup>

---

<sup>340</sup> O encarregado da distribuição pelo interior do estado foi Djalma Maranhão. Ademar está inundando o Brasil de chapas Getúlio/Café Filho. *Diário de Natal*, Natal, p. 6, 11 set.1950.

<sup>341</sup> Ocorreram confrontos no Rio, em Curitiba, em Pernambuco, por exemplo. Incidentes no encerramento da campanha de propaganda eleitoral. *Diário de Natal*, Natal, p. 1, 2 out.1950.



### 3.4 Entre a euforia e a perplexidade: resultados eleitorais e tragédias

A eleição ocorrida em 3 de outubro de 1950 foi acompanhada por uma força federal enviada a todos os municípios do Rio Grande do Norte. Tal medida, criticada por muitos líderes governistas, fora solicitada pela oposição.<sup>342</sup> Ocorreram também problemas, no dia da votação, envolvendo “cabos eleitorais”. Em Natal, por exemplo, alguns desses indivíduos recolheram cerca de mil títulos eleitorais e não os devolveram, o que impediu a votação de seus respectivos proprietários. O presidente do TRE chegou a autorizar as mesas receptoras a receberem os votos, com a apresentação de outro documento de identificação.<sup>343</sup> Porém, nem todos conseguiram votar. Como se vê, práticas do controle do eleitorado, conhecidas por décadas, continuavam a ser usadas, mas, no novo contexto, existia uma Justiça Eleitoral que, mesmo com limites, conseguia minimizá-las.

Logo após as eleições, um jornalista do *Diário de Natal* informava sobre um “conversa curiosa”, ouvida em Macaíba, no dia da eleição:

[...]- Em quem você irá votar compadre. Indagou o cidadão.

- No doto Getúlio. Respondeu o eleitor.

- Mas, no Getúlio?

- Sim, no doto Getúlio.

- E para vereador, em quem.

O cidadão colocou a mão no queixo, olhou indeciso em redor e respondeu:

-Para vereador estou com vontade de votar nesse Cristiano Machado que o rádio fala.<sup>344</sup>

É possível que o diálogo seja verdadeiro e muitas pessoas tenham confundido os cargos para os quais desejariam escolher seus candidatos. O que não seria exatamente um demérito, dada a experiência então recente com a democracia, por parte dos eleitores, e a abrangência daquele pleito, que incluía votação para nove cargos. O possível diálogo

<sup>342</sup> As tropas foram enviadas e, na madrugada do dia 3, distribuídas da seguinte forma: Exército para Primeira Zona de Natal, Seridó e litoral sul (chamado de Zona da Great Western, referência às cidades cortadas pela linha de trem construída pelos ingleses, na segunda metade do século XIX); Fuzileiros Naval e Marinha de Guerra, para Açu e Segunda Zona de Natal; Aeronáutica para o Oeste.

<sup>343</sup> Decorreram tranquilamente às eleições de ontem nesta capital. *Diário de Natal*. Natal, p. 6, 4 out. 1950.

<sup>344</sup> Curiosidades do pleito. *Diário de Natal*. Natal, p. 5, 5 out. 1950.

evidencia dois pontos relevantes: a decisão do eleitor em votar no ex-presidente Vargas, independentemente de outros concorrentes; e a importância da propaganda política, através do rádio, como um novo fato político.

A eleição de 1950 não foi somente a mais completa do regime republicano, até então. Um olhar mais atento sobre ela revela aspectos que, de forma geral, os trabalhos sobre história política só atribuem à campanha eleitoral de 1960, como já dissemos. Esta última costuma ser considerada como sendo a primeira a utilizar-se de estratégias de propaganda e publicidade, como a que mais empolgou a população. Por isso, é apresentada, inclusive, como a prova da existência do “*populismo*” no Rio Grande do Norte, por causa da presença da “massa” de eleitores e de uma liderança como a de Aluizio Alves, então candidato do PSD ao governo do estado.

No entanto, observamos que a campanha eleitoral de 1950 se constituiu em um importante momento de participação da população no cenário público, demonstrando suas opções/rejeições políticas de forma clara, em um contexto de intensa propaganda. É preciso atentar ainda para a presença de Getúlio Vargas no cenário político, mobilizando e empolgando o país ou a seu favor ou contrariamente a ele. O fato de o vice, na chapa de Vargas, ser do Rio Grande do Norte foi um fator a mais para a popularização da campanha nesse estado, sensibilizando o eleitorado.

No caso do Rio Grande do Norte, a eleição de 1950, diferentemente da de 1947 e da de 1948, não teve os seus resultados contestados na Justiça Eleitoral. Apenas uma urna foi anulada, o que demonstra que a atuação da Justiça Eleitoral passava a ser reconhecida pelos partidos e candidatos.<sup>345</sup> Outro aspecto que merece ser evidenciado refere-se aos resultados alcançados. Para o pleito estadual, foi a maior diferença conseguida por uma chapa majoritária em todo o período da Terceira República. A AD (PR, PSD e PSP) teve uma vitória no interior do estado que, como afirma um jornalista do *Diário de Natal*, foi desconcertante para ambas as coligações. Nem os governistas integrantes da UP nem mesmo as oposições que compunham a AD imaginavam um resultado tão significativo para praticamente todos os cargos disputados. Todos os cálculos dos partidos e também dos palpiteiros falharam. Por isso, o advogado progressista Fernando Abbott Galvão referiu-se às eleições afirmando que a

---

<sup>345</sup> A UP, após a apuração, ainda entrou com uma representação, junto ao TRE, contra a diplomação do governador eleito e de alguns deputados. No entanto, em uma reunião da executiva da sessão local do partido, resolveram retirar o recurso. Além disso, romperam com Vitorino Freire, o líder nacional do PST.

democracia brasileira, em apenas cinco anos, atingira plena maturidade. Para ele, o pleito era um

[...] desmentido formal ao derrotismo dos que afirmavam não ser possível, entre nós, o exercício do sistema representativo. Quase todos os cálculos falharam, porque traziam como pressuposto o ‘slogan’ que governo não perde eleição.[...] As preferências do eleitorado variaram na razão inversa do governismo de cada candidato. [...] O povo, na realidade, apreendeu o verdadeiro sentido do voto secreto, como arma invencível para premiar os bons governos e escorraçar os maus.<sup>346</sup>

Abbott referia-se, ainda, à ação da LEC que, às vésperas da eleição, fizera campanha contra Café Filho. Porém, o povo brasileiro, mesmo sendo em sua maioria católico, o elegeu vice-presidente da República.<sup>347</sup> Outro progressista comentava:

O povo está aprendendo a escolher os seus dirigentes. Já não se impressiona com as promessas apressadas nas vésperas de eleições, de aventureiros comuns e dos exploradores falazes. O povo aprendeu a derrotar o governo que não lhe satisfaz e a fazer cair a cidadela dos dirigentes que lhe tolhem a liberdade de pensamento e ação.<sup>348</sup>

Os progressistas, felizes com os resultados, além de comentarem e comemorarem sua vitória, exaltavam as principais derrotas da UP: a do brigadeiro; a dos integralistas; a de Manoel Varela ao governo do estado e a de vários chefes políticos municipais.<sup>349</sup> E ainda faziam piada ironizando o candidato a deputado federal João Fonseca, derrotado apesar do alto investimento financeiro que fez na campanha. Assim, publicaram uma nota com o título “Dizem no Grande Ponto”:

Do banqueiro João Fonseca e Silva para um dos líderes varelistas de Goianinha:

<sup>346</sup> Verdadeiramente desconcertante o resultado do pleito. *Diário de Natal*. Natal, p. 6, 10 out. 1950.

<sup>347</sup> GALVÃO, Frederico Abbott. Uma advertência. *Jornal de Natal*, Natal, p. 1 e 3, 21 out. 1950.

<sup>348</sup> VERAS, Adalberto. Vitória do povo. *Jornal de Natal*, Natal, p. 3, 24 out. 1950.

<sup>349</sup> Como por exemplo: os Barbalhos, em Goianinha; os Ferreira de Souza, em Santa Cruz; João Melo, em Macau; Gentil Fernandes, em Areia Branca; Aluizio Alves, em Angicos. Acrescentavam ainda a derrota do banqueiro João Fonseca a deputado federal, que investira grande quantia em dinheiro na campanha. *Jornal de Natal*, Natal, p. 1, 31 out. 1950.

- Então, como é, comprei-lhe dois mil votos e agora somente aparecem minguados dezenas?

Responde o chefe da linha da Great Western ao telefonista da União Popular:

- Não se afobe, Joca, os votos restantes aparecerão nas próximas eleições...<sup>350</sup>

À medida que os jornais anunciavam os resultados eleitorais, várias denúncias de retaliações eram divulgadas. O *Jornal de Natal*, por exemplo, noticiava violências policiais, transferências de funcionários públicos e prisões de eleitores da AD, sem crime praticado ou inquérito instalado.<sup>351</sup>

Os resultados eleitorais, portanto, foram recebidos com mais perplexidade pelos situacionistas da UP. O senador udenista Ferreira de Souza afirmava que apenas um chefe político não havia traído o governador José Varela.<sup>352</sup> Os jornalistas da *Tribuna do Norte* pareciam não acreditar nos números apresentados. Assim, como se estivessem esperando uma virada final no placar, durante um bom tempo, noticiavam apenas os votos das cidades onde os candidatos da UP saíam vitoriosos. A apuração já indicava, em nível nacional, a vitória da chapa Getúlio Vargas/Café Filho, e no nível local da AD, contudo o silêncio imperava no jornal, cujos diretores e acionistas pertenciam, em sua maioria, aos quadros da UDN. Por isso, após o pleito, procuravam explicar sua posição.

[...] não obstante o seu propósito de servir, em sua missão esclarecedora e informativa, a toda coletividade, sem distinções de ordem partidária. O apoio ao Brigadeiro Eduardo Gomes era, porém um imperativo da consciência patriótica de quantos se empenharam pela preservação do regime e pela moralização da nossa vida política e administrativa.<sup>353</sup>

O deputado federal udenista Aluízio Alves, diretor do jornal e um dos nomes mais evidentes durante a campanha política, somente reapareceu, com um artigo assinado, 15 dias

<sup>350</sup> Dizem no Grande Ponto. *Jornal de Natal*, Natal, p. 1, 31 out. 1950.

<sup>351</sup> Esse era o caso, por exemplo, da cidade de Port'Alegre, onde os partidários da AD Antônio Rego e José Alencar denunciavam o delegado da cidade. Eles acusavam ainda que os adversários, entre os quais o filho do prefeito da cidade, haviam espancado três mulheres. Arbitrariedade em Portalegre. *Jornal de Natal*, Natal, p. 1, 11 nov. 1950.

<sup>352</sup> Decepcionado o senador José Ferreira de Souza. *Diário de Natal*. Natal, p. 1, 9 out. 1950.

<sup>353</sup> O apoio ao brigadeiro. *Tribuna do Norte*. Natal, p. 3, 24 out. 1950.

após o pleito, quando os resultados já garantiam sua reeleição. O texto, com o título “Vou bem, obrigado.”, silenciava quantos aos resultados gerais e reclamava de que os adversários utilizaram-se de várias estratégias para desviar votos que seriam seus, como, por exemplo, boatos de que ele desistira de concorrer e de divergências dele com correligionários.<sup>354</sup>

Os boletins eleitorais do TRE eram divulgados, inicialmente, com resultados parciais por comarcas, o que dificulta uma análise mais específica por município. É preciso observar que há alguns dados divergentes, publicados nos jornais, com relação ao número final de votos, mas que, no geral, não modificariam muito os resultados finais. Como não temos os boletins oficiais por comarca, trabalhamos com números que tinham como base os dados do TRE. Faremos uma análise dos resultados tomando por base esses números e os vários cargos e níveis.<sup>355</sup> As tabelas abaixo apresentam os resultados eleitorais das chapas majoritárias no estado e em algumas cidades do estado. Tais resultados serão analisados mais adiante.

**Tabela 15 Votação para Presidente e Vice-presidente da República - (1950)**

CANDIDATOS/ CIDADES	NATAL	MOSSORÓ	ASSU	SÃO RAFAEL	MACAÍBA	SÃO JOSÉ DE MIPIBU	TOTAL NO ESTADO
<b>PRESIDENTE DA REPÚBLICA</b>							
<b>Getúlio Vargas (PTB)</b>	16.236	8.264	2.225	520	3.436	1.845	86.395
<b>Eduardo Gomes (UDN)</b>	3.373	2.486	199	86	443	515	45.640
<b>Cristiano Machado (PSD)</b>	1.074	1.736	2.391	845	635	482	37.835
<b>João Mangabeira (PSB)</b>	30	03	1	0	-	0	34
<b>Nulos</b>	s/dados	s/dados	s/dados	s/dados	s/dados	s/dados	1.575
<b>Branços</b>	s/dados	s/dados	s/dados	s/dados	s/dados	s/dados	4.525
<b>Café Filho (PSP)</b>	17.157	8,084	2.401	555	s/dados	s/dados	89.522
<b>Odilon Braga (UDN)</b>	2.491	2.486	193	759	s/dados	s/dados	43.522
<b>Altino Arantes (PR)</b>	268	698	1.677	46	s/dados	s/dados	7.433
<b>Vitorino Freire (PST)</b>	330	598	430	759	s/dados	s/dados	22.861

<sup>354</sup> ALVES, Aluizio. Vou bem, obrigado. *Tribuna do Norte*. Natal, p. 1, 22 out. 1950.

<sup>355</sup> Os jornais publicaram alguns resultados e, no total, identificamos números de 34 dos 48 municípios existentes no estado. Resultados gerais das eleições presidenciais no estado. *Tribuna do Norte*. Natal, p. 6, 16 dez. 1950.

<b>Alípio Corrêa Neto (PSB)</b>	03	0	0	0	s/dados	s/dados	3
<b>Nulos</b>	s/dados	s/dados	s/dados	s/dados	s/dados	s/dados	

**Tabela 16 Votação para Governador e Vice-governador (1950)**

<b>CANDIDATOS/CIDADES</b>	<b>MOSSORÓ</b>	<b>ASSU</b>	<b>SÃO RAFAEL</b>	<b>MACAÍBA</b>	<b>SÃO JOSÉ DE MIPIBU</b>	<b>TOTAL NO ESTADO</b>
<b>Dix-Sept Rosado (PR)</b>	9.416	4.187	604	2.606	1.856	101.690
<b>Manoel Varela (PST)</b>	3.137	679	867	1.936	1.019	68.448
<b>Branços</b>	s/dados	s/dados	s/dados	s/dados	s/dados	4.034
<b>Nulos</b>	s/dados	s/dados	s/dados	s/dados	s/dados	1.802
<b>Silvio Pedroza (PSD)</b>	9.189	4.099	604	s/dados	s/dados	101.001
<b>Duarte Filho (UDN)</b>	3.361	754	867	s/dados	s/dados	68.950
<b>Branços</b>	s/dados	s/dados	s/dados	s/dados	s/dados	4.383
<b>Nulos</b>	s/dados	s/dados	s/dados	s/dados	s/dados	1.802

**Tabela 17 Votação Senadores e suplentes (1950)**

<b>CANDIDATOS</b>	<b>MOSSORÓ</b>	<b>ASSU</b>	<b>SÃO RAFAEL</b>	<b>MACAÍBA</b>	<b>SÃO JOSÉ DE MIPIBU</b>	<b>TOTAL NO ESTADO</b>
<b>Kerginaldo Cavalcanti (PSP)</b>	8.686	3.892	578	2.042	1.737	93.897
<b>Dinarte Mariz (UDN)</b>	2.310	713	876	2.138	1.078	71.591
<b>Luiz Lopes Varela (PSP)</b>	8.696	3.894	578	s/dados	s/dados	93.793
<b>Genésio Cabral (UDN)</b>	3.134	693	876	s/dados	s/dados	69.605

A AD fez maioria em todos os cargos disputados na campanha de 1950. Para as chapas majoritárias (presidente e vice-presidente da República, governador e vice-governador, senador e suplentes) a vitória foi esmagadora. Dos 34 municípios dos quais temos dados, o candidato ao governo do estado, Dix-Sept Rosado, venceu em 24 e Manoel Varela, em 10. Porém, mais relevante que a quantidade de cidades foi a vitória em importantes colégios eleitorais, a qual, por um lado, consolidou lideranças políticas, como Café Filho em Natal, Dix-Sept Rosado em Mossoró, Theodorico Bezerra em Santa Cruz; e, por outro, contribuiu para romper com redutos controlados havia décadas por chefes políticos locais. Tal aspecto é

absolutamente central, pois se refletiu na campanha eleitoral para prefeito, em 1952, permitindo, por exemplo, que o PSP penetrasse em alguns municípios, indicando nomes de candidatos a prefeito e a vice.

Com mais de 50% dos votos válidos em todo o estado, a candidatura de João Café Filho à vice-presidência acabou contribuindo também para que ele fosse o deputado federal mais votado do estado. Em Natal, ele obteve mais de 80% dos votos para vice-presidente e mais de 40% para deputado federal, reafirmando sua liderança política. Mais uma vez, na capital, o PSP fez maioria, elegendo seis vereadores; o PSD elegeu quatro, o PTB três e o PR, um. Do lado da UP, a UDN, três e o PST, um.<sup>356</sup> Esse resultado eleitoral era extremamente importante para o embate entre os partidos, dentro da AD, que indicariam o prefeito de Natal. Combater a administração da prefeitura era uma constante do PSP, que tinha como grande desejo administrar a capital, pois em todas as eleições ocorridas, desde 1945, o partido havia obtido vitória na cidade. Os resultados eleitorais de 1950 foram fundamentais para reacender tal desejo. Pela primeira vez, um cafeísta foi nomeado para o cargo. Era Olavo João Galvão<sup>357</sup>, que ocupou o cargo de presidente da Câmara de Vereadores, entre 1948 e 1950. Nas eleições de 1948, o PSP havia eleito oito vereadores e, em 1950, reduziu esse número, em função da aliança estabelecida. Ainda assim, era maioria na câmara e o presidente eleito foi o pessepista Eliseu Leite.

É importante chamar a atenção para os resultados de algumas cidades do interior do estado, pois eles nos dão uma dimensão do crescimento de algumas lideranças políticas. Em Santa Cruz, por exemplo, Theodorico Bezerra consolidou sua liderança e controle políticos de algumas localidades, obtendo mais de 5.000 mil votos em um total de 7.597 eleitores. A maioria pró-Dix-Sept Rosado foi de quase três mil votos.

Em Mossoró, Dix-Sept Rosado, que fora prefeito da cidade por dois anos, recebeu mais de 70% dos votos válidos e consagrou sua liderança política na região. O deputado federal mais votado na cidade foi, como era esperado, Dix-Huit Rosado, com mais de 3.000 mil

---

<sup>356</sup> PSP: Elyseu Leite; Amaro Magalhães da Silva, Antônio Félix da Silva, Cauby de Oliveira Barroca, João Frederico Abbott Galvão, Mozart de Almeida Romano; PSD: Boanerges Soares Januário de Araújo, Jessé Pinto Freire, Manoel de Oliveira Paula e Manoel Sátyro de Oliveira; PTB: João Alves de Santana e Pedro Tavares Batalha; Cícero Figueiredo de Mendonça; UDN: Felizardo Firmo de Moura, Gentil Ferreira de Souza, Manoel Vilar Raposo de Melo; PR: Celso de Oliveira Correia; PST: Josafá Machado.

<sup>357</sup> Olavo Galvão havia saído candidato a deputado federal, com a promessa de que, caso a AD vencesse as eleições, ele seria o indicado para prefeitura, como o foi. Durante toda a campanha, o *Jornal de Natal* combateu a administração de Claudionor de Andrade, que saiu do PSD juntamente com o governador José Varela, e aderiu ao PST.

votos. Assumindo o governo do estado, Dix-Sept levou para Natal antigos amigos e auxiliares mossoroenses, como, por exemplo, Mário Negócio, que assumiu a Secretaria Geral do Governo.

Ainda durante a campanha política, um jornalista do *Diário de Natal* chamava a atenção para o fato de que, nas eleições ocorridas entre 1945 e 1950, municípios limítrofes a Natal – como São José de Mipibu, Macaíba e Ceará-Mirim – praticamente não haviam sofrido influência da capital, “desenvolvendo suas jornadas eleitorais dentro dos velhos métodos, seguindo os chefes municipalistas, fiéis ao comando dos “coronéis”. Tal fato, para o jornalista, poderia ser modificado com o pleito de 3 de outubro, que serviria de teste para saber se as direções municipais ainda possuíam o “comando que exerc[iam] com tanta galhardia nos pleitos passados, ou se de fato verificar-se-à a descentralização anunciada.” Mas acreditava, de fato, em

[...] um completo revolvimento. As vilas e povoados dos referidos municípios estão sendo cruzados de caravanas e os comícios se multiplicam. A impressão predominante de que o velho *status quo* foi alterado e que o chamado [voto] de “cabresto” está se libertando. Macaíba e São José de Mipibu, no sentido político estão se transformando em subúrbios de Natal. As caravanas que penetram o Alecrim, o Carrasco e Parnamirim [bairros e localidades de Natal], vão até os vilarejos mipibuenses e macaibenses, levando nova orientação.<sup>358</sup>

O jornalista comentava ainda a situação de São José de Mipibu como sendo sintomática, pois lá faziam campanha e disputavam votos para a Assembléia Legislativa três políticos “estranhos” ao município, ao mesmo tempo em que se firmavam como líderes dos seus partidos: Arnaldo Simoneti (PST), Creso Bezerra (PSD) e Fernando Abbot (PSP). Em Macaíba, o panorama apresentava-se de forma diferente, pois “Mesquita Filho e Theodorico Freire encarnam as aspirações das forças situacionistas e oposicionistas, resistindo à penetração insistente dos políticos que têm suas bases na capital.”<sup>359</sup> Vejamos, então, os resultados eleitorais dos três municípios referidos pelo jornalista.

Em Ceará-Mirim, onde se previa que a influência de Natal demoraria mais a chegar, ocorreu uma das maiores vitórias da AD. Tal fato foi possibilitado pela presença na aliança

<sup>358</sup> São José e Macaíba politicamente sob a influência da capital. *Diário de Natal*, Natal, p. 6, 12 set. 1950.

<sup>359</sup> São José e Macaíba politicamente sob a influência da capital. *Diário de Natal*, Natal, p. 6, 12 set. 1950.



das duas mais importantes forças políticas do município: a família Bezerra, do ex-interventor Ubaldo Bezerra, e a família Varela de Luiz Lopes Varela. Ambas eram proprietárias de engenhos naquela cidade, então uma das maiores produtoras de açúcar do estado, e disputariam, de forma bastante acirrada, as eleições de 1952 daquela cidade. Em 1950, porém, a maioria dos 2.800 votos para o candidato a governador (em um número de 4083 votantes) é demonstrativo exatamente dessa união. O prognóstico do jornalista do *Diário de Natal* chama a atenção para as mudanças que estavam em curso e que as urnas acabariam confirmando.

Em São José de Mipibu – reduto governista –, onde se acreditava, incluindo-se a própria oposição, numa vitória de Manoel Varela com 400 a 700 votos, ocorreu exatamente o inverso. O candidato Dix-Sept venceu com cerca de oitocentos votos. No caso da presidência da República, a diferença obtida por Getúlio Vargas foi de mais de 1.300 votos de diferença. Em mais uma cidade, o ex-presidente era mais votado do que o candidato ao governo do estado.

Em Macaíba, a diferença pró-Vargas foi de cerca de 3.000 votos em um número de eleitores que era de 4.178. Tal dado é importante de ser observado em função de que, naquela cidade, o voto de Vargas não foi vinculado ao de Café Filho, nem ao do candidato a governador da AD. As resistências ao nome de Café Filho ficaram evidentes. Esse obteve cerca de 500 votos a menos que Vargas e uma votação menor do que a de Dix-Sept (2.606 votos). Os dados demonstram que os eleitores tiveram seus próprios critérios de escolha e os antigos redutos fechados eram desfeitos, ao menos em parte.

Açu e São Rafael, por exemplo, provavelmente foram as únicas cidades do estado em que o PSD se manteve fiel, e seus eleitores também, à candidatura de Cristiano Machado e às dos seus dois vices-presidentes. Em ambas as cidades, Cristiano Machado venceu Getúlio Vargas, demonstrando não só o poder do partido, em nível local, mas a fidelidade ao candidato nacional pessedista. Algo que não foi regra naquela eleição, pois Cristiano Machado foi abandonado pelos correligionários em diversos locais do país, inclusive no Rio Grande do Norte.

Para as candidaturas a deputados federais e deputados estaduais os partidos e coligações estabeleceram diferentes alianças. Assim, para deputado federal mantiveram as mesmas alianças das chapas majoritárias, enquanto para deputado estadual os partidos lançaram candidaturas ou isoladas, pelos partidos, ou em alianças com outros. Para deputado federal, a AD elegeu quatro candidatos: João Café Filho (PSP), José Arnaud Gomes Neto (PSD), Dix-Huit Rosado (PR) e Theodorico Bezerra (PSD); A UP elegeu 3, todos da UDN:

André Fernandes, Aluizio Alves e José Augusto de Medeiros. Para a vaga de Café Filho assumiu Vicente Mota Neto (PSD), primeiro suplente da AD.

Para a Assembléia Estadual, as coligações formadas obtiveram os seguintes resultados: a UP (UDN-PST), única a manter a mesma coligação elegeu 15 deputados; o PR coligou-se ao PSD e, juntos, eles elegeram 12, o PSP e PTB, lançaram candidaturas próprias e elegeram, respectivamente, 5 e 2 deputados.<sup>360</sup>

Proclamados os resultados de 1950, os partidos organizaram suas comemorações. A “Passeata da Vitória”, em Mossoró, reuniu, segundo seus organizadores, uma multidão que percorreu as ruas da cidade, festejando seu governador eleito. Em Natal, as homenagens a Café Filho foram organizadas de forma a envolver várias categorias profissionais. Havia várias comissões encarregadas de realizar arrecadações de doações para os festejos e responsáveis pela organização da programação. A Comissão Central divulgava, através do *Jornal de Natal*, as doações realizadas. Tal aspecto é relevante para o crescimento do PSP pelo interior do estado, pois tais doações, em muitos casos, foram a primeira aproximação mais efetiva, ou mais visível, de muitos políticos com Café Filho, já como vice-presidente.

Assim, a chegada do vice-presidente eleito foi acompanhada por uma multidão que tomou as ruas da capital. Muitas pessoas se deslocaram do interior para Natal, a fim de acompanharem às comemorações. Houve um curso de automóveis que percorreu diversas ruas, saindo do Aeroporto Augusto Severo até a Praça Gentil Ferreira, no bairro do Alecrim. De lá, os populares seguiram em passeata até a Praça Pio X, localizada no centro da capital.<sup>361</sup> Acompanhado por vários políticos e jornalistas da grande imprensa do país, Café Filho foi recebido de forma apoteótica: “o carro que conduzia o líder populista, [era] empurrado pela incalculável massa humana que acompanhava o cortejo cívico.”<sup>362</sup> No dia seguinte a essa

<sup>360</sup> Eleições no estado. *Tribuna do Norte*. Natal, p. 6, 20 dez. 1950.

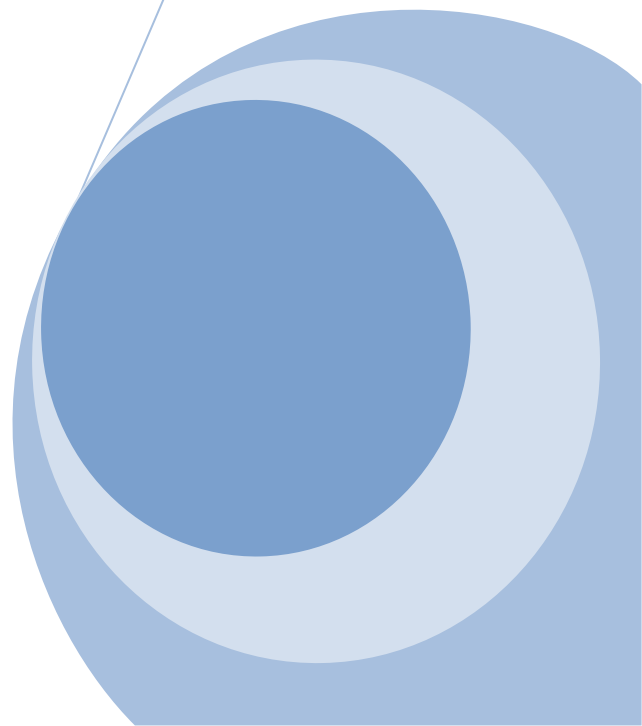
<sup>361</sup> Os comunistas aproveitaram a presença do vice-presidente da República para pedirem apoio à volta da legalidade do partido e uma participação contrária à Guerra da Coreia. A *Tribuna do Norte* exigia explicações “satisfatórias”, quanto ao posicionamento dos progressistas no estado.<sup>361</sup> E esses responderam, via *Jornal de Natal*, afirmando que a infiltração foi uma provocação. Em uma nota assinada pela “Comissão Promotora das Homenagens”, afirmava-se que a infiltração comunista no comício da Praça Pio X, “sob as vistas das autoridades policiais, teve a mais lamentável repercussão e a normal condenação dos promotores da homenagem.” A nota lembrava ainda que os comunistas, durante a campanha política, haviam combatido asperamente a candidatura de Café Filho e na Câmara Federal o deputado Pedro Pomar havia feito violentas acusações ao então candidato a vice-presidente. Por esse motivo, viam incoerência na participação dos comunistas no comício. Comissões pró-homenagens a Café Filho. *Jornal de Natal*, Natal, p. 1, 21 dez. 1950.

<sup>362</sup> Recebido entusiasticamente, nesta capital, pelo povo, o vice-presidente Café Filho. *Jornal de Natal*, Natal, p. 1, 21 dez. 1950. Vê-se, mais uma vez, o uso da palavra populista de forma elogiosa, ressaltando o caráter popular da liderança de Café Filho.

comemoração, ocorreu em diversos bairros da capital a entrega de roupas e brinquedos, como presentes de Natal a crianças pobres.

Os eleitos assumiram seus cargos em janeiro de 1951. O governo foi curto, pois um acidente de avião vitimou o governador e vários dos seus auxiliares. Contudo, as comemorações da vitória fecharam o ano de 1950 no Rio Grande do Norte em clima de festa política. A eleição mais completa de todo o regime republicano possibilitava ao estado evidência nacional com a ascensão de um potiguar à vice-presidência da República. Esse foi um importante momento de participação popular, com gestos, símbolos, presença física no cenário político, com demonstrações de amor ou ojeriza. Tais aspectos foram acompanhados e ocorreram ao mesmo tempo em que se ampliava a utilização de material de publicidade e propaganda.

## **4 Democracia e eleições municipais: a campanha de 1952**



A caravana ao interior e os comícios, no meio das feiras, são cansativos e, às vezes, perigosos. Têm, entretanto, em muitas ocasiões, um sabor humorístico, que desopila o fígado do mais carrancudo dos mortais. Domingo, por exemplo, ao escurecer, estávamos perdidos numa longínqua povoação, trepados na carroceria de um caminhão, fazendo a propaganda dos nossos candidatos. Era o quarto comício e ainda faltava saldar um compromisso e, por isso, todos os oradores levavam recomendações de falar pouco. Ambiente bom, vibrante com o povo entusiasmado. Surge, então, um orador improvisado, que começou dizendo não ser político e falou quase uma hora. Defendeu diversas teses, disse que era honesto e de família nobre, mas não terminava o discurso. Em certo momento, a garganta secou e começou a espumar pelos cantos da boca ... era grotesco o espetáculo.

Djalma Maranhão. *Jornal de Natal*, 1952.

O entusiasmo do orador improvisado em um comício ocorrido no interior do Rio Grande do Norte foi apenas uma das surpresas vividas pelos integrantes das caravanas políticas que percorreram as cidades potiguares na campanha eleitoral de 1952, uma das mais movimentadas de todo o período da Terceira República. Os comícios alteravam o cotidiano das cidades e atraíam a população. As caravanas políticas eram organizadas de forma a percorrerem diversas cidades e localidades, em uma mesma viagem. As visitas eram um sinal de prestígio dos políticos locais, mas aquele também era o momento de novas adesões.

Em 48 municípios do Rio Grande do Norte os eleitores escolheram seus prefeitos e vice-prefeitos. A única exceção foi Natal, que ainda não tinha eleição direta para o executivo municipal. Porém, apesar de os eleitores natalenses não irem às urnas, naquele ano, a capital também viveu o clima de disputas, pois nela ocorriam as discussões e definições quanto aos candidatos e acordos. A campanha eleitoral de 1952 tem algumas especificidades como o fato de ter sido realizada apenas para dois cargos, de prefeito e vice-prefeito, já que os vereadores haviam sido eleitos em 1950. O pleito e a campanha política também foram completamente descolados de outras disputas, com distância de dois anos, entre uma eleição e outra.

Desse modo, este capítulo objetiva analisar algumas características do pleito municipal de 1952 que são demonstrativas de como a democracia era instituída no nível micro. Assim, apresenta o rompimento da Aliança Democrática (PSD, PSP e PR) estabelecido na campanha

de 1950, meses depois da posse dos candidatos eleitos e após o acidente que vitimou o governador e alguns dos seus auxiliares, ocorrido em julho de 1951. O texto aborda ainda as tentativas de pacificação e de novos acordos para as eleições municipais de 1952, o que não tornou a disputa menos violenta nem evitou as tentativas de fraudes eleitorais. Alguns dos episódios de violência e de fraudes ocorridos nos municípios são apresentados para demonstrar como os políticos locais se utilizavam de diversas estratégias para a manutenção do controle eleitoral nos municípios. Ao mesmo tempo, um ator fundamental se firmava no cenário, auxiliando no processo de coibir abusos e possibilitando que a disputa ficasse menos desigual: a Justiça Eleitoral.

Outro aspecto a ser aqui analisado é a intensificação da propaganda política, com contratação de artistas, até de reconhecimento nacional, como foi o caso do sanfoneiro Zé Gonzaga, e de exibições de filmes como forma de atrair o eleitorado, quer dizer, uma espécie de showmício como os das campanhas eleitorais da Nova República do pós 1980.. Os resultados eleitorais do pleito mostraram, pela primeira vez, efetivas disputas em alguns municípios e um equilibrado resultado entre os 3 maiores partidos do estado: PSD, UDN e PSP. Tal aspecto é importante de ser evidenciado, por 4 motivos: 1) o PSD, que até então conseguia manter-se hegemônico nas disputas, em função do controle administrativo do estado, desde 1945, perdia diversas prefeituras e via reduzido o seu contingente eleitoral; 2) a UDN e o PSP cresciam, apontando para uma disputa mais equilibrada nas campanhas seguintes; 3) o PSP se destacava em 1952, pois estava em pleno crescimento, devido à presença de Café Filho na vice-presidência da República; 4) os episódios de violências e de fraudes eleitorais não foram suficientes para influir os resultados eleitorais; ao contrário, alguns casos demonstram exatamente o resultado inverso do pretendido pelos responsáveis por tais questões.

#### **4.1 Cisões e alianças políticas**

Os candidatos eleitos, em 1950, assumiram seus cargos em janeiro de 1951. A primeira tragédia ocorrida durante a gestão de Dix-Sept Rosado foi a morte do secretário-geral do estado, Mário Negócio, amigo do governador havia vários anos. Em uma viagem a trabalho, ele sofreu um acidente automobilístico na cidade de Tacima-PB, em 30 de março de 1951. Entretanto, a tragédia maior foi a queda do avião que levava o governador e sua comitiva para

o Rio de Janeiro, em 12 de julho de 1951, para uma audiência com Café Filho e vários ministros, pouco mais de cinco meses após a posse.<sup>363</sup>

Não se sabe exatamente quais os motivos dessa viagem, mas as principais hipóteses põem, em lados opostos, os progressistas e os pessedistas/republicanos, disputando as indicações para os cargos públicos. Assim, para o cafeísta João Maria Furtado, o governador, empolgado com o poder, dava preferências ao PSD nas nomeações para as funções comissionadas, com o PSP sendo contemplado apenas com a prefeitura da capital e com uma secretaria de estado. “Além dessa atitude descautelosa na esfera estadual, Dix-Sept Rosado tentou junto ao presidente Vargas o remanejamento de direções de repartições federais no estado.” (FURTADO, 1989, p. 304) Café Filho teria, então, intercedido junto a Vargas e o pedido do governador foi arquivado. A viagem de Dix-Sept teria sido para apaziguar os ânimos e manter a aliança com Café Filho.

O republicano Hélio Galvão, indicado por Dix-Sept para assumir o SERAS, no início de seu governo, escreveu um livro sobre o ex-governador intitulado: *Dix-Sept Rosado*. Nessa obra cita as afirmativas de Furtado, descritas acima, e acrescenta uma versão que circulou sobre a viagem, mas que, segundo ele, não foi confirmada pelos familiares do governador. Este teria viajado sob o argumento de obter recursos para a luta contra a seca no estado. Contudo, a intenção era “aproximar as forças políticas mais expressivas, numa auto-defesa contra o gigantismo do crescimento inesperado de Café Filho, dominando todas as posições federais no estado.” (GALVÃO, 2002, p. 108 e 110)

Tais versões demonstram que a aliança, vitoriosa na campanha de 1950, sucumbia às disputas partidárias, meses após a posse dos candidatos eleitos. E uma das principais causas disso relacionava-se às indicações aos cargos públicos, tanto no nível federal quanto no estadual. De um lado, as vagas para os órgãos federais foram centralizadas pelo vice-presidente Café Filho, que, por sua vez, privilegiou completamente o seu próprio partido, o PSP, o que causava insatisfações nos aliados. De outro lado, as indicações para as funções estaduais não agradaram completamente aos aliancistas, pois os pessedistas e os progressistas reclamavam das preferências do governador pelos republicanos. Tais embates tornavam o

---

<sup>363</sup> O governador estava acompanhado dos diretores do Departamento das Municipalidades, José Borges de Oliveira; do Departamento de Agricultura, Felipe Pegado Cortez; e do Departamento de Imprensa, José Gonçalves. No avião que caiu no Rio do Sal, no estado de Sergipe, também viajavam outras pessoas, não ligadas à administração estadual, dentre elas o médico Jacob Wolfson, que pertencera ao PCB e fora responsável, em 1945, pela organização de comitês comunistas pelo interior do estado.

clima político tenso no âmbito estadual. Porém, em nível municipal, o ambiente era de velada disputa, dado que, em 1952, ocorreriam as eleições para prefeitos e, desde 1945, alguns políticos haviam mudado de partidos por diversas vezes.

Para a formação da chapa majoritária, em 1950, o grande impasse ocorreu quanto ao cargo de vice-governador, com Café Filho e Georgino Avelino entrando em uma disputa direta relativamente ao nome do candidato. A questão foi solucionada com a indicação do pessedista, então prefeito da capital, Sílvio Pedroza. O que não estava posto nos acordos, pois nem se aventava, ainda, naquele momento, era a candidatura e a eleição de Café Filho para vice-presidente e, conseqüentemente, sua ingerência sobre nomeações para os cargos federais, antes indicações exclusivas do PSD, principalmente, de Georgino Avelino.<sup>364</sup> A eleição de Café Filho e sua atuação na vice-presidência fortaleceram o PSP estadual, o que passou a incomodar os aliados, que sabiam do desejo de Café Filho de governar o estado e percebiam o nítido crescimento do partido, com várias adesões pelo interior do Rio Grande do Norte.

Portanto, é muito plausível que as divergências estivessem se tornando inconciliáveis. Tanto os ex-udenistas que compunham o PR quanto os progressistas, desde 1945, combatiam o PSD, com artigos agressivos. A recíproca era verdadeira. A conciliação feita para as eleições de 1950 não apagava as inimizades nutridas há anos. O conflito transformou-se em um rompimento definitivo, após o trágico acidente. Mais uma vez, o PSD, de forma inesperada, voltava ao governo do estado. Exatamente o cargo de maior confronto para a formação da aliança, o de vice-governador, apresentava-se como o mais importante, tornando o rompimento entre o PSP e o PSD inevitável e rápido, o que levou o PSP a se aproximar, mais uma vez, da UDN.

Sílvio Pedroza assumiu o governo em 16 de julho de 1951 e os primeiros confrontos iniciaram cerca de um mês após a posse, com vereadores pessedistas criticando o prefeito da capital, João Olavo Galvão (PSP).<sup>365</sup> As disputas de bastidores afloraram e os progressistas do estado esperaram o retorno de Café Filho de uma viagem à Europa, para resolverem sobre o rompimento.<sup>366</sup> Dias depois, a troca de farpas, via imprensa, e os confrontos nos bastidores causaram um rompimento da AD, pouco mais de dois meses após a morte do governador Dix-

<sup>364</sup> Para superintendente do INS foi nomeado o irmão de Café Filho, o advogado Jessé Café. Este, em 1952, deixou o INS, que foi ocupado pelo também progressista Elizeu Leite, e assumiu o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA).

<sup>365</sup> Levianas acusações do vereador Manoel de Oliveira Paula. *Jornal de Natal*, Natal, p. 1, 21 agos. 1951.

<sup>366</sup> O avião em que estava o vice-presidente fez uma conexão em Recife e, antes de retornar para o Rio de Janeiro, em 15 de setembro de 1951, Café Filho conferenciou com a cúpula do PSP potiguar.



Sept Rosado. Os progressistas fizeram várias acusações de desprestígio dos correligionários, além de atribuírem aos pessedistas a responsabilidade por atos de violências em cidades do interior do estado.

O auge do conflito foi uma afirmação do senador pessedista Georgino Avelino de que a administração do governador Sílvio Pedroza era essencialmente pessedista, o que era desmentido por ele.<sup>367</sup> Outro fator que teria contribuído para o rompimento havia sido o aumento do funcionalismo público estadual, defendido pelo PSP e negado pelo governador.<sup>368</sup> A prefeitura de Natal voltou a ser disputada, mas a indicação não ocorreu de forma simples, com vários nomes pessedistas sendo cogitados e vetados. Finalmente, a escolha recaiu, quatro meses depois da exoneração de João Galvão, sobre o nome do deputado estadual e líder do governo na Assembléia Legislativa, Creso Bezerra, do PSD.<sup>369</sup>

Essa disputa pela prefeitura é importante de ser evidenciada, porque o projeto de autonomia política de Natal, naquele momento, já estava em tramitação na Câmara Federal e precisava da aprovação da Assembléia Legislativa Estadual. Esse interesse era principalmente do PSP, que vinha obtendo maioria na capital em todas as eleições, desde 1945.<sup>370</sup> Os acordos estabelecidos com a UDN, em 1952, incluíam o apoio daquele partido ao projeto, que atingia um recurso de poder do PSD. Em fins de novembro do mesmo ano, o presidente da República sancionou a lei que instituía autonomia às cidades de Natal e Santos (SP). Os progressistas partiram então para uma árdua batalha que se iniciava com a reforma da Constituição Estadual. No entanto, tal disputa somente terminou 8 anos depois, pois somente em 1960 Natal teve seu primeiro prefeito eleito diretamente.<sup>371</sup>

Os primeiros meses de administração do governador Sílvio Pedroza foram acompanhados por intensos confrontos no interior do estado, com conflitos armados em

---

<sup>367</sup> Os progressistas Olavo Galvão e Frederico Galvão pediram exoneração, respectivamente, dos cargos de prefeito da capital e de diretor do Departamento Estadual de Estatística.

<sup>368</sup> Com a posse de Sílvio Pedroza, o cargo de vice-presidente da Assembléia Legislativa foi assumido por Ezequiel Fonseca (PSP). Tal fato levou o PSP a uma disputa, na Comissão de Constituição e Justiça, para que o primeiro suplente do PSP fosse convocado, sob o argumento de que, ao assumir o cargo, o partido perdia um deputado. Depois de vários confrontos, a Assembléia aprovou a convocação de Hélio Dantas. Constitucional e oportuna a convocação do deputado Hélio Dantas. *Jornal de Natal*, Natal, p. 4, 13 set. 1951.

<sup>369</sup> Creso Bezerra assumiu a prefeitura em 23 de janeiro de 1952. Ele era filho do professor Severino Bezerra e sobrinho do ex-interventor e industrial Ubaldo Bezerra.

<sup>370</sup> O projeto de autonomia política de Natal tramitava junto com os das cidades de Salvador, Florianópolis, Guarulhos, Recife e Santos e determinava a exclusão dos citados municípios da classificação constante da lei n.º 121 de 22-10-1947, que enumerava as bases militares de importância para a defesa nacional.

<sup>371</sup> O Presidente da República sancionou, hoje, a lei que institui autonomia à cidade de Santos (SP) e Natal (RN). *Tribuna do Norte*, Natal, p. 1, 27 nov. 1952.

vários municípios. Essa onda de violência, juntamente com as tentativas de fraudes eleitorais, ganhou intenso destaque nas disputas políticas de 1952. Apesar do clima de tensão que se estabelecia pelos municípios, as principais lideranças partidárias do estado passaram a dialogar, para por fim às animosidades e firmar alianças visando às disputas municipais, para escolha de prefeitos e vices, marcadas para dezembro de 1952.

Assim, em 23 de julho de 1952, o jornal *A Folha Carioca*<sup>372</sup> informava sobre uma pacificação realizada, no Rio Grande do Norte, pelo vice-presidente da República Café Filho. Essa tinha como objetivo imediato a reeleição da presidência da Assembléia Legislativa, ocupada pelo deputado Ezequiel Fonseca (PSP) e, ainda, “organizar” o pleito municipal.<sup>373</sup> Para o jornalista, rapidamente, modificara-se o ambiente, estabelecendo-se um clima de cordialidade no estado. Não há dúvida de que o acordo que incluía PSD, UDN, PSP, mais PR e PST, permitiu que tais partidos se unissem em alianças, às mais variadas, pelos municípios do estado. Porém, não garantiu que a campanha fosse pacífica e sem disputas, de modo que estas foram bastante acirradas.<sup>374</sup> No PSD, o acordo foi tecido pelo senador Georgino Avelino e pelo governador Sílvio Pedroza. Contudo, o anúncio oficial do apoio do partido à reeleição de Ezequiel Fonseca quase implodiu o PSD, que tinha grandes disputas internas.<sup>375</sup> No entanto, os acordos foram mantidos, embora no nível municipal muitas divergências ocorreram. Como afirma Palmeira,

a associação entre voto e cidadania tornou-se automática para nosso senso (comum) intelectual.[...] Não se trata, todavia, de algo fácil. A adoção do voto universal não introduz automaticamente valores ligados à idéia de democracia representativa. Não por uma qualquer ausência de conhecimento dos eleitores, mas pelo fato de que o voto, como qualquer outro utensílio institucional, não existe num vazio cultural ou social. (PALMEIRA, GOLDMAN, 1996, p 41).

<sup>372</sup> Café Filho pacificou a política do seu estado. *Jornal de Natal*, Natal, p. 1, 31 jul. 1951.

<sup>373</sup> Seis municípios, criados em 1948, tiveram eleições diretas para prefeitos, pela primeira vez, em 1952: São Rafael, São João do Sabugi, São José de Campestre, Ipanguaçu, Jardim de Piranhas e Pedro Avelino.

<sup>374</sup> Os acordos estabelecidos estenderam-se também para a Câmara Municipal de Natal e levaram à presidência o vereador udenista Gentil Ferreira de Sousa, após a renúncia de Eliseu Leite (PSP), em julho de 1952. Com a UDN a presidência da Câmara Municipal. *Tribuna do Norte*, Natal, p. 1, 12 jul. 1952.

<sup>375</sup> Primeiras resistências à rendição oficial do PSD. *Tribuna do Norte*, Natal, p. 1, 16 jul. 1952.

## 4.2 Violências, fraudes políticas e Justiça Eleitoral: faces da construção da democracia representativa

Tendo esse ponto como pano de fundo, é necessário atentar para duas questões que ganharam destaque na campanha política de 1952: os episódios de violência e as tentativas de fraudes eleitorais; e a atuação da Justiça Eleitoral. Tais aspectos são demonstrativos de como as disputas eleitorais passavam por transformações nos municípios e como tais aspectos faziam parte de um mesmo processo: a tentativa de manutenção do controle eleitoral sobre a população por parte dos líderes políticos, mesmo em um regime democrático. Consideramos que a violência, as tentativas de fraudes (brejeiras<sup>376</sup>, como ficaram conhecidas na história do Rio Grande do Norte) e a atuação da Justiça Eleitoral se constituíram em aspectos relevantes para percebermos a construção da democracia, além de evidenciar transformações e permanências em práticas políticas nos municípios, onde chefes políticos estavam habituados ao mandonismo.

A violência e as fraudes eleitorais são analisadas, de forma geral, para afirmar a persistência de aspectos da tradicional dominação coronelista no interior do país e, principalmente, no Nordeste brasileiro. Uma questão que evidencia os limites (e também o aprendizado) das disputas eleitorais e da experiência democrática, vivenciada, durante a Terceira República. Como afirmam Goldmann e Palmeira,

as abordagens tradicionais das eleições tendem a conferir um caráter mais ou menos negativo tanto à dinâmica eleitoral quanto ao comportamento do eleitor. A explicação para as questões levantadas são em geral encontradas na *falta* de algum elemento tido a priori como essencial: racionalidade, informação, tradição e organização partidárias, eficiência governamental etc. As explicações para os comportamentos dos eleitores oscilam entre uma pretensa *irracionalidade* do eleitor, o fato dele não dispor das informações necessárias para decidir de forma correta, e a suposta desorganização do sistema eleitoral do país. (1996, p. 7).

---

<sup>376</sup> Afirma-se em textos memorialísticos e na imprensa norte-rio-grandense que o termo *brejeira*, como sinônimo de fraude eleitoral, foi cunhado pelo udenista Djalma Marinho. O dicionário Houaiss define, entre outros significados, brejeira como sendo “falsificação de mapas de apuração de votos nas eleições, visando a que os votos de um candidato acabe na contagem dos outros.” (2009, p. 510)

Pesquisas recentes desenvolvidas em diversas áreas das Ciências Humanas (antropologia política, sociologia e história) têm chamado a atenção para a importância da experiência democrática vivenciada pelo Brasil, entre 1945-1964, além da necessidade de ampliação do campo de análise, com a introdução de novas temáticas. Contudo, é necessária também a percepção dos contextos de determinadas experiências eleitorais, para se evidenciar quais os sentidos são dados à vida política, através de idéias, normas, crenças e tradições vivenciadas, sentidas e acreditadas pelos atores políticos.

Para Goldmann e Sant'Anna é necessário que o pesquisador abandone uma concepção apriorística do que seja a política, pois raramente ela é “compartilhada pelos agentes sociais efetivos, o que costuma conduzir a uma espécie de surpresa, que acaba por reduzir concepções positivas e específicas a carências e faltas.” (1996, p. 30) Daí, a relevância desses novos estudos que se afastem da idéia da “irracionalidade” do eleitor, reconhecendo “que existem diferentes modos de pensar e viver o político e de que essas concepções informam de modo específico a prática e as demais representações dos agentes” envolvidos no processo. Nesse sentido, é preciso considerar que

vota-se por interesse, afinidade ideológica, adesão partidária, mas também por simpatia, identificação pessoal, torcida de futebol, autoridade materna, etc. e mais uma infinidade de razões impossíveis de esgotar. A hierarquização dessas variáveis é um processo, ao mesmo tempo individual e coletivo, passível talvez de sistematização a posteriori, mas refratária a previsões antecipadas. (GOLDMAN; SANT'ANNA, 1996, p. 25).

Desse modo, convém atentar também para a importância do uso de ferramentas conceituais de forma mais precisa. José Murilo de Carvalho, por exemplo, afirma que há imprecisão e inconsistência na utilização de conceitos como coronelismo, mandonismo e clientelismo. Para ele, o conceito de coronelismo difundiu-se no meio acadêmico a partir da obra clássica de Victor Nunes Leal (1948), na qual próprio autor afirmava que examinava o sistema, a estrutura e a maneira pelas quais as relações de poder se desenvolviam na Primeira República, a partir do município. Nessa concepção, de acordo com Carvalho, o coronelismo “é um sistema político, uma complexa rede de relações que vai desde o coronel até o presidente da República, envolvendo compromissos recíprocos. O coronelismo, além disso, é

datado historicamente.” (1996, p. 1-2). No mesmo sentido, afirma Resende:

O coronelismo tem uma identidade específica, constitui um sistema político e é um fenômeno datado. Inaugurado com a República, ele sobrevive até a Revolução de 1930, quando o centralismo de Vargas impõe-se, pela nomeação de homens de sua confiança para interventores nos estados. A esses, por sua vez, cabe a nomeação dos responsáveis pelas prefeituras de cada município. A liquidação final do coronelismo virá com a ultracentralização imposta por Getúlio Vargas, com o Estado Novo, em 1937. (RESENDE, 2003, p. 95-96).

Desse modo, a utilização do conceito para definir o período político da Terceira República é imprecisa. Para Carvalho, confunde-se coronelismo com a noção de mandonismo e de clientelismo. Este é sempre empregado de “maneira frouxa”, principalmente por autores estrangeiros que escreveram sobre o Brasil. Na literatura internacional, o conceito indica “um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto.” (CARVALHO, 1996, p. 2) Já o mandonismo está relacionado à existência, no nível micro, de

estruturas oligárquicas e personalizadas de poder. O mandão, o potentado, o chefe, ou mesmo o coronel como indivíduo, é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política. O mandonismo não é um sistema, é uma característica da política tradicional. Existe desde o início da colonização e sobrevive ainda hoje em regiões isoladas. (CARVALHO, 1996, p. 2).

Assim, cada um dos conceitos mantém sua especificidade e uma curva de evolução, sendo que o coronelismo surgiu, atingiu o apogeu e declinou, em um período relativamente curto. (Id. Ibid., p. 3).

Os conflitos violentos ocorridos nos municípios, entre 1951 e 1952, eram tratados pelos políticos, que tinham maior força política em determinadas localidades, como sendo resultantes de “intromissões” de “chefes políticos” ou de “coronéis” de outras áreas em cidades que não as “suas”. Há, nessas explicações, a idéia de que a “tranqüilidade”

apresentava-se em função da falta de disputas e de que o controle mantido pelas “lideranças” ou pelos “coronéis” era, exclusivamente, o que necessitavam tais localidades.

Assim, os conflitos foram resultantes exatamente da tentativa de manutenção do controle eleitoral nos municípios, no sentido de não permitir concorrências. Desse modo, os “chefes” se contrapunham à entrada de novas lideranças, o que implicava em inevitáveis confrontos. A legislação eleitoral não permitia a reeleição para o cargo de prefeito. Contudo, o ocupante desse cargo em um município poderia se candidatar por outra cidade. Assim, no Rio Grande do Norte, muitos prefeitos se inscreveram em localidades vizinhas àquelas que governavam, evidenciando-se uma estratégia política de quebra das dominações locais, que lançava mão do mesmo tipo de capital político, mas que só era possível pela existência de eleições democráticas.

Alguns casos são importantes de serem acompanhados, de modo que retornaremos a eles, mais adiante, ao analisarmos os resultados eleitorais, para demonstrar que, naquele ano, em algumas cidades, nem a violência física nem as tentativas de fraudes foram suficientes para determinar o resultado das eleições municipais. Esse pleito foi o primeiro em que se manifestaram, em algumas cidades, de forma explícita e acirrada, situação e oposição.

Em Pau dos Ferros, por exemplo, a família Nunes (PSD), representada, principalmente, por Israel e Licurgo Nunes, vencera as eleições municipais de 1948 e tentava expandir seu eleitorado para as cidades vizinhas, entre elas a de Luiz Gomes. Nesta, encontraram oposição e entraram em confronto direto com o prefeito da cidade, Francisco Fontes, que era udenista. Antes do enfrentamento armado, denúncias afirmavam que os Nunes haviam contratado capangas para assassinar jornalistas. O próprio deputado Jader Torquato (UDN), que ainda era aliado dos Nunes, armado com um revólver, afirmara na Assembléia Legislativa que três capangas estavam em Natal, prontos para entrar em ação.<sup>377</sup> Esse episódio antecipou as disputas seguintes e deu o termômetro da campanha eleitoral naquela região. Logo após as denúncias ocorreu, no mercado público da cidade de Luiz Gomes, um confronto entre os Nunes e os amigos do prefeito que culminou em ferimentos graves no delegado local, e em

---

<sup>377</sup> Os ameaçados seriam os diretores de todos os jornais, com exceção do diretor de *A República*, além dos jornalistas Leonardo Bezerra do *Diário de Natal*; José Cavalcanti e Ferreira Filho, da *Rádio Poti*; Expedito Silva, da *Tribuna do Norte* e Djalma Maranhão do *Jornal de Natal*. Este assumiria dias depois a *Associação de Imprensa*. Cangaceiros em Natal para assassinar jornalistas. *Jornal de Natal*, Natal, p. 1, 17 nov. 1951.

outras pessoas, além de um assassinato.<sup>378</sup>

Em Luiz Gomes ainda ocorreram outros episódios de violência, ao longo da campanha política de 1952, envolvendo os mesmos grupos opositores em confrontos à bala. Licurgo Nunes (PSD), que ocupou a prefeitura de Pau dos Ferros, candidatou-se ao mesmo cargo na cidade de Luís Gomes e passou a concorrer com o grupo do prefeito eleito em 1948. Tais conflitos eram discutidos na Assembléia Legislativa. Para o deputado estadual Jader Torquato, que rompeu com os Nunes, dias antes do primeiro conflito, o clima no município nas campanhas anteriores era de tranquilidade, somente sendo modificado a partir da “intromissão” dos Nunes ali. Assim, em plena campanha eleitoral ocorreu outro enfrentamento armado, durante a realização de um comício. Mais uma vez, na Assembléia o deputado Israel Nunes ameaçava revidar à bala, e não com palavras acusatórias, qualquer insulto.<sup>379</sup>

Outras cidades também viveram um clima de terror em função de disputas políticas. Em Apodi, um soldado assassinou um funcionário da prefeitura. Dias depois, outro soldado da polícia, Francisco Nonato de Oliveira, invadiu a tiros a residência do udenista Joaquim Cavalcanti, que não foi atingido, por fugir pulando o muro da residência. Esse fato levou o governador, Sílvio Pedroza, a substituir todo o destacamento policial da cidade.

Em Nísia Floresta, enfrentamentos armados durante as campanhas políticas não foram incomuns. Anteriormente, nos referimos a episódios violentos, liderados pelo então prefeito Américo de Oliveira, em outubro de 1945, quando impediu que comícios pró-brigadeiro Eduardo Gomes fossem realizados na cidade. Na campanha política de 1948, Américo de Oliveira foi eleito vice-prefeito. Em 1950, aderiu à ala dissidente do PSD, que formou o PST, liderada pelo governador José Varela e rompeu com o prefeito, Sandoval Ribeiro Dantas. Em 1952, já filiado ao PTB, Américo de Oliveira e seu filho, Américo de Oliveira Júnior, foram assassinados pelo delegado de polícia da cidade, Antonio Leonardo de Pontes.<sup>380</sup>

Em Macaíba, dois homens assassinaram o sub-delegado da cidade, um dos quais foi morto pela polícia. Em Goianinha, o conflito foi intra-partidário, no PSD, pelo controle do

---

<sup>378</sup> Um soldado foi assassinado e o delegado, Pedro Bastos, cunhado do prefeito, saiu ferido. Do grupo faziam parte o subdelegado de Pau dos Ferros, Francisco Nunes, além de João Nunes, Manoel Firmino e Joaquim Cavalcanti. O deputado Jader Torquato, que havia rompido com os Nunes, poucos dias antes, havia escapado, por ter fugido do confronto, correndo. Choveu bala em Luiz Gomes. *Jornal de Natal*, Natal, p. 1, 29 dez. 1951. Um morto e vários feridos em um comício político. *Tribuna do Norte*, Natal, p.1, 23 out. 1952.

<sup>379</sup> Confirmado novo tiroteio em Luiz Gomes. *Jornal de Natal*, Natal, p. 1, 17 jan. 1952; Muito grave a situação de Luiz Gomes. *Tribuna do Norte*, Natal, p. 1, 28 out. 1952;

<sup>380</sup> Morto à bala de fuzil, o vice-prefeito de Nísia Floresta. *Jornal de Natal*, Natal, p. 1, 8 jan. 1952.

diretório municipal. Os integrantes Menardo Dantas, Raimundo Dias e o vereador Luis de Araújo Lima foram destituídos após a entrada no partido de Luiz Barbalho (ex-PST), que contou com a anuência do prefeito de Santo Antônio, José Lúcio. Este ocupou a presidência do partido, mas os destituídos não se conformaram com isso e recorreram ao diretório estadual. No entanto, a disputa resultou no assassinato de Menardo Dantas, por Luiz Barbalho, à queima roupa, no centro do município.<sup>381</sup> Esse assassinato levou o prefeito Odilon Barbalho a renunciar e se refletiu na campanha política, contribuindo para a exaltação dos ânimos, pois José Lúcio concorreu ao cargo de prefeito do município pelo PSD.

Meses depois, ocorreu na cidade, no mesmo dia, a programação de comícios das duas candidaturas, o que quase causou um confronto armado entre os grupos opositores. O grupo ligado ao prefeito chegou a soltar bois contra os populares que assistiam ao comício dos adversários. Uma matéria publicada em uma primeira página do *Jornal de Natal* é sugestiva do tipo de tensão que ocorria “os arruaceiros de José Lúcio [foram] paralisados pelos canos dos revolveres dos caravaneiros” [pois], “não adiantava fazer denúncias [à polícia]. Cada um trate de se defender, a fim de que não venha ser assassinado como foi Menardo Dantas.”<sup>382</sup> Na primeira página de outra das edições desse jornal, o candidato a prefeito de Goianinha era assim adjetivado: “tem mandado dar surras, é prepotente, bronco e misantropo. Em seus domínios, ele é dono de tudo, inclusive da honra de muitos lares pobres [...]. Por isso se torna realmente, um dono de tribo.”<sup>383</sup>

Na cidade de Touros, o juiz Joaquim Arnaud, irmão do pessedista José Arnaud, fazia campanha política para o candidato do PSD a prefeito da cidade, enquanto os progressistas reclamavam e pediam providências ao TRE, a partir do *Jornal de Natal*.<sup>384</sup> Em Ceará-Mirim, o prefeito mandou empastelar a difusora oposicionista e jogar os equipamentos no rio que corta a cidade. O vice-prefeito, Vital Correia, e o deputado Roberto Varela financiaram a compra de novos equipamentos de alto-falantes. Mais uma vez, o prefeito mandou cortar as instalações e retirar os projetores de som.<sup>385</sup> Nessa cidade também ocorreu um conflito, que quase levou a um rompimento do PSP com o PSD. O motivo foi a possibilidade de transferência do promotor de São José de Mipibu, Arnaldo Simoneti, (ligado ao PSD) para

<sup>381</sup> Posto de observação. *Jornal de Natal*, Natal, p. 1, 12 jan. 1952; Onda de sangue. *Jornal de Natal*, Natal, p. 1, 15 jan. 1952; Renunciou o prefeito de Goianinha. *Jornal de Natal*, Natal, p. 3, 25 out. 1951.

<sup>382</sup> Far-west em Goianinha. *Jornal de Natal*, Natal, p. 1, 2 out. 1952.

<sup>383</sup> Um dragão de cera. *Jornal de Natal*, Natal, p. 1, 2 dez. 1952.

<sup>384</sup> *Jornal de Natal*, Natal, p. 1, 2 dez. 1952.

<sup>385</sup> Djalma Maranhão. Posto de observação. *Jornal de Natal*, Natal, p. 1, 16 fev. 1952.



Ceará-Mirim. O caso dessa cidade interessava diretamente ao PSP, que tinha um forte candidato a prefeito, Roberto Lopes Varela, que concorria com um candidato pessedista, o ex-interventor do estado Ubaldo Bezerra. As denúncias e reclamações junto ao TRE foram extremamente importantes para que o pleito ocorresse de forma menos desigual, naquela cidade.<sup>386</sup> Os progressistas consideravam que a presença daquele promotor no município atrapalharia as reais possibilidades de eleição dos seus candidatos a prefeito e a vice. Ameaças de rompimento feitas por Café Filho levaram a interferências de Georgino Avelino para tranqüilizar a situação e suspender a transferência.<sup>387</sup>

Esses episódios violentos demonstram que, para a instituição da democracia nos municípios, os confrontos armados foram um componente importante das disputas e envolviam autoridades judiciais dos municípios, dentre as quais os delegados de polícia, juízes e promotores, o que tornava o clima ainda mais tenso e colocava em enfrentamento os partidos políticos.

Além da violência explícita ou velada, outros aspectos contribuía para a exaltação dos ânimos como, por exemplo, as tentativas de fraudes eleitorais. As regras para as eleições de 1952 eram as mesmas das de 1950, com uma única modificação, que previa que, enquanto os títulos eleitorais não fossem substituídos, o cidadão poderia utilizar-se do documento antigo para votar normalmente.<sup>388</sup> O Código Eleitoral de 1950 previa que o eleitor ainda não cadastrado deveria requerer a qualificação e inscrição para ficar apto a votar. Esses requerimentos poderiam ser apresentados pelos próprios interessados ou pelos delegados dos partidos políticos.<sup>389</sup> Essa questão do alistamento eleitoral, em 1952, foi um ponto nevrálgico durante a campanha, pois uma série de acusações de fraudes passou a ser divulgada pelos jornais e diversas reclamações, impetradas junto ao TRE.

Os eleitores eram alertados, através dos jornais, que poderiam ser responsabilizados, criminalmente, tanto se pedissem transferência para um município do qual não fossem moradores quanto se testemunhassem falsa residência, com pena que variava de dois a quatro anos de detenção. Essa era uma estratégia dos partidos para atemorizar a população e tentar

---

<sup>386</sup> Um crime eleitoral. *Jornal de Natal*, Natal, p. 4, 21 agos. 1952.

<sup>387</sup> Ameaçado o clima de concórdia entre o Sr. Café Filho e o governo. *Tribuna do Norte*, Natal, p. 4, 6 set. 1952; A promotoria de Ceará-Mirim. *Jornal de Natal*, Natal, p. 1, 13 set. 1952.

<sup>388</sup> Lei ordinária nº 1447, de 5 out. 1951. Aplica a outras eleições, que se sucedam, enquanto não se der a substituição dos títulos eleitorais em vigor, o disposto no parágrafo 3º do Artigo 197 da Lei 1.164, 24 jul. 1950. Podem votar com os mesmos títulos nas próximas eleições. *Tribuna do Norte*: Natal, p. 6, 4 set. 1952.

<sup>389</sup> Lei No. 1164 de 24 jul. 1950. Institui o Código Eleitoral.

diminuir as transferências ilegais e os duplos alistamentos que estavam ocorrendo.<sup>390</sup> Algumas cidades e políticos ganharam destaque e puseram em choque os partidos, através dos seus jornais e, mais uma vez, colocaram em evidência a Justiça Eleitoral. Os casos mais significativos ocorreram nas cidades de Ceará-Mirim, Santa Cruz e na Vila de Barcelona (São Tomé).

A imprensa afirmava que vários eleitores oriundos de Macaíba, Itaipu e Natal estavam mudando seus domicílios eleitorais para Ceará-Mirim, utilizando-se de falsos atestados de residência. Em Nova Cruz, a denúncia apresentada contra o PSD era a de que estavam sendo alistados habitantes oriundos de cidades pertencentes ao estado da Paraíba. Contudo, o caso da cidade de São Tomé ganhou maior evidência na imprensa, na Assembléia Legislativa e na Justiça Eleitoral. Os motivos foram vários: a intensa disputa que culminou em diversas acusações de fraudes, após a implosão de um acordo gestado entre PSD, UDN e PSP; a inusitada candidatura a prefeito, de um deputado federal e presidente da sessão estadual do PSD, Theodorico Bezerra; um suposto atentado contra o deputado estadual Aluizio Bezerra (sobrinho de Theodorico Bezerra), exaustivamente discutido na Assembléia Legislativa; além da atuação do TRE intervindo e indeferindo mais de mil pedidos de inscrições eleitorais.

O alistamento eleitoral em São Tomé foi coordenado por Theodorico Bezerra e pelo funcionário da Assembléia Legislativa José Bessa. O interesse do deputado era ampliar sua influência política sobre as cidades próximas a Santa Cruz, onde se localizava sua fazenda (Irapuru) e seu poder político. Em São Tomé, reduto udenista, discutia-se uma chapa única para prefeito e vice (Rainel Pereira-UDN e Sinval Azevedo-PSD). A discordância de Theodorico Bezerra em relação ao acordo causou uma cisão interna no PSD municipal, levando uma ala do partido a filiar-se ao PSP e a estabelecer coligação com a UDN, lançando os candidatos acima mencionados. Theodorico, então, resolveu candidatar-se a prefeito da cidade e utilizou-se de todas as armas de que dispunha, para que sua candidatura ganhasse popularidade.

O auge do confronto se deu com o alistamento eleitoral realizado naquele ano e encerrado em 7 de outubro, como previa a Lei Eleitoral. Ele trouxe como grande novidade, na cidade de São Tomé, 1.065 solicitações de inscrições de eleitores, por parte do PSD. Os novos progressistas e os udenistas do município entraram em rota de colisão com o pessedista

---

<sup>390</sup> *Jornal de Natal*, Natal, p. 1, 27 set. 1952.

Theodorico Bezerra e passaram a realizar uma série de denúncias que incluía afirmações da existência de certidões de nascimento e de residência falsas e alistamentos de menores, realizadas pela escritã do cartório de Barcelona, além de eleitores que já possuíam registros em outras localidades, principalmente em Santa Cruz (moradores da fazenda Irapuru) e na localidade de Riacho (hoje município de Tangará).<sup>391</sup> Dois deputados estaduais udenistas tomaram à frente das acusações na Assembléia Legislativa do Estado e as manchetes no jornal udenista, *Tribuna do Norte*, se multiplicaram: “embuste eleitoral”; “fraudes de todos os tipos em Santa Cruz”; “comprovada a fraude eleitoral”, dentre outras.<sup>392</sup>

Ao mesmo tempo em que essas questões eram discutidas na Assembléia Legislativa, ocorreu também, em São Tomé, um suposto atentado contra o deputado estadual Aluizio Bezerra (PSD), sobrinho de Theodorico Bezerra, agitando mais ainda o clima político. Das primeiras notícias constaram notas de solidariedade prestadas pela UDN, porém, em poucos dias, o caso ganhou uma reviravolta, com os udenistas fazendo acusações de que o atentado teria sido forjado. O intuito era tornar menos evidente, para a opinião pública, as denúncias de fraudes. O clima na Assembléia Legislativa esquentou com pronunciamentos de ambos os lados.<sup>393</sup> Além das acusações de fraudes, a *Tribuna do Norte* publicou a cópia do pronunciamento que o deputado proferiu na Assembléia, afirmando tratar-se de um plágio do texto do processo impetrado pelo advogado Wilson Dantas em defesa de José Bessa, denunciado por fraude eleitoral na cidade de Barcelona. A matéria apresenta fragmentos do discurso e do processo.<sup>394</sup> Em meio aos escândalos, José Bessa solicitou uma licença à Assembléia Legislativa, que foi assinada pelo deputado Aluizio Bezerra, a qual, no entanto, sob pressões, foi revogada.<sup>395</sup> Às tentativas de fraudes, os partidos políticos também respondiam de diversas formas. Uma delas era lançar candidatos de oposição, em áreas próximas as que sofriam processos de transferência de eleitores, mesmo sem grandes chances de vitória.

A despeito das acusações, que chegavam a ser irônicas e ridicularizadas na Assembléia

---

<sup>391</sup> Embuste eleitoral. *Tribuna do Norte*, Natal, p. 1, 14 out. 1952.

<sup>392</sup> O misterioso tiro de São Tomé. *Tribuna do Norte*, Natal, p. 1, 16 out 1952; Porque o povo não acreditou. *Tribuna do Norte*, Natal, p. 6, 16 out 1952.

<sup>393</sup> A oposição afirmava que o calibre da bala, que teria atingido o braço do deputado, era diferente do das balas que alvejaram o carro em que ele estava. Afirmavam também que a mesma bala que atingiu o carro, por trás, acertou o deputado, pela frente. Comprovada a fraude eleitoral. *Tribuna do Norte*, Natal, p. 1, 15 out. 1952.

<sup>394</sup> Outra modalidade de fraude. *Tribuna do Norte*, Natal, p. 6, 12 nov. 1952.

<sup>395</sup> O tiro, que veio de frente, teria atingido Aluizio Bezerra de detrás para diante. *Jornal de Natal*, Natal, p. 1, 25 out. 1952.

Legislativa, o PSD tentava ignorar o bombardeio de críticas e prosseguia com a campanha política pelos municípios. As denúncias davam argumentos para a oposição. Aluizio Alves, que, em outros momentos, também fora acusado de práticas de fraudes eleitorais, em um artigo publicado no jornal *Tribuna do Norte* afirmava que não só a escritã da cidade de Barcelona, acusada de fraudes no cartório, como “toda a população de São Tomé – é testemunha da força de que dispõe o deputado Theodorico Bezerra no seio do governo, manobrando polícia, fisco e recursos estaduais, ditando ordens e auxiliares seus, impondo soluções e providências ao próprio governador.”<sup>396</sup> Para Aluizio Alves, tal aspecto criava, na mentalidade do povo, a idéia de que os crimes não seriam punidos, nem as fraudes teriam conseqüências. Por isso, o governo devia dar ao povo uma prova de que governava, mantinha a autoridade e de que não estava preso às “injunções e ameaças” de Theodorico Bezerra, para que tudo voltasse à normalidade e a população recuperasse a confiança no poder público.<sup>397</sup>

Um aspecto vale ser observado e desdobrado, sobretudo a partir do caso de Santa Cruz: o poder do “coronel” e o controle sobre o voto do eleitor. O termo coronel já era utilizado, de forma negativa, nos discursos políticos, embora de forma pouco comum. Veja-se, por exemplo, um panfleto do PSD de São Tomé. O documento comentava a passagem pela cidade da caravana liderada por Djalma Maranhão, para fundar o diretório do partido, e, além de acusá-lo de ser comunista, afirmava que, após àquele dia, o eleitorado da cidade ficava

em um dilema que desafia o bom senso. Dois caminhos se divisam em demanda do 7 de dezembro vindouro: o dos ‘curunéis’, que desfraldaram uma bandeira de taco, cujos retalhos, de cores aberrantes, vão desde o amarelidão dos prepotentes de São Tomé, até o vermelho anarquista de Djalma Maranhão; o dos homens de bem, que respeitam a família e a dignidade do lar e que têm em João Gonçalves de Andrade um padrão de honestidade e em Theodorico Bezerra a efetivação de uma nova era de paz e de progresso para São Tomé. (BEZERRA, s/d, p. 94).

A propaganda chama a atenção pela forma com que a oposição se apropriava do termo “curunél”, escrito de forma incorreta e posto entre aspas exatamente para desqualificar os adversários e dar um tom de identificação com o passado, com o velho. A citação também nos

<sup>396</sup> Governo rendido. *Tribuna do Norte*, Natal, p. 1, 16 out. 1952.

<sup>397</sup> Governo rendido. *Tribuna do Norte*, Natal, p. 1, 16 out. 1952.

remete a uma das personagens centrais naquela campanha, o então deputado federal pelo PSD, Theodorico Bezerra. Ele era, certamente, um político autoritário que se utilizava de práticas clientelistas, de forma sistemática, e que fazia questão, desde o início da sua vida pública, de acompanhar de perto o alistamento eleitoral. Se lhe fosse permitido ou se ele tivesse oportunidade para tal, alistaria seu eleitorado em quantas cidades desejasse. Em um trecho de um documentário produzido pela Rede Globo de Televisão- o Globo repórter de 22 de agosto de 1978-, logo, mais de duas décadas passadas<sup>398</sup>, Theodorico Bezerra afirma interpelando os moradores da sua fazenda, a Irapuru:

E vocês sabem que aqui na propriedade todos são obrigados a ser eleitor e para tirar o título de eleitor, eu mesmo quero tirar a foto de vocês. Pra quê? Pra você olhar para mim e eu ver você. O seu título será entregue por mim a você. Porque eu só quero que more nesta propriedade aquele que for eleitor. O que não for eleitor não pode morar aqui. É como eu sempre digo a vocês e voltarei a dizer. A única coisa que eu posso querer de vocês é o seu voto. Você não tem automóvel pra me emprestar, você não tem dinheiro pra me emprestar, você não tem vaca pra me dar pra tirar o leite, você não tem cavalo para eu andar. Mas, o voto, o voto você tem. E se esse voto você não quer me dar, por que eu vou querer perder tempo com você? Eu não perco tempo. Por isso é que eu to te avisando.

Esse e outros tipos de coação eleitoral ainda persistem em vários locais do Brasil e do mundo. De forma velada ou explícita, aquele que detém o poder tenta submeter quem não o tem à conquista ou à obrigatoriedade do voto. É preciso atentar, porém, para o universo dos moradores e como eles interpretavam seu mundo, o seu “contexto de experiências e de atividades” (CEFAI, 2001, p. 93). Irapuru, nos anos 1950, era uma das maiores fazendas do estado, tanto em termos de extensão quanto em termos de produção, o que garantia emprego e moradia a muitas pessoas. Os “mandamentos” de Theodorico relacionavam-se a regras que visavam, segundo ele, “fazer o controle para evitar desordens”, mas o objetivo principal era

---

<sup>398</sup> O documentário foi dirigido pelo cineasta Azeredo Coutinho, que passou a trabalhar na Rede Globo de Televisão, em 1975, na direção do Globo Repórter. Antes disso, já havia sido integrante do Centro de Cultura Popular da União Nacional dos Estudantes (CPC da UNE) e dirigido o filme *Cabra Marcado Para Morrer*, que narrava a trajetória de João Pedro Teixeira, fundador da Liga Camponesa de Sapé-PB [SACRAMENTO, Igor. Coutinho na TV: um cineasta de esquerda fazendo jornalismo. Comunicação apresentada no XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. UnB: Brasília, 2006. Disponível em [www.intercom.org.br/premios/igor\\_sacramento.pdf](http://www.intercom.org.br/premios/igor_sacramento.pdf). Acessado em 8 agos. 2009.

evitar que os conflitos atrapalhassem o trabalho e a produção da fazenda.<sup>399</sup> Certamente, a preocupação de Theodorico com a leitura e a escrita era para tornar cada morador um eleitor seu, embora ele se utilizasse de outras estratégias de propaganda política que mobilizavam aspectos culturais da região, como a religiosidade (a exemplo das romarias de frei Damião em Irapuru) e identitários, com discursos de pertença ao mundo rural e muitas festas e vaquejadas, com bandas de músicas, desfiles, dentre outros.

Tais questões nos remetem à campanha política de 1952, quando Theodorico Bezerra tornou-se figura central da disputa, acusado de práticas de fraudes eleitorais. Como afirma Djalma Maranhão, ele era “até bem pouco tempo [...] o político mais arrogante do estado e hoje é o mais humilhado, digamos mesmo desmoralizado. Em todos os comícios, os oradores ‘descascam’ o major -como era chamado- apontando a opinião pública como o rei da fraude.”<sup>400</sup> As relações políticas e sociais estabelecidas por ele, na sua propriedade, com os seus moradores ocorriam de forma autoritária, já que ele tinha o poder de expulsar quem se contrapusesse às suas ordens. Contudo, mesmo assim ele recorria a outros processos de convencimento, conforme já afirmamos, como, por exemplo, a religiosidade e as tradições culturais. Tais aspectos demonstram as mudanças que ocorriam em relação a esse poder, que não era mais tão absoluto assim. Certamente, em sua fazenda e em algumas áreas Theodorico Bezerra mantinha ingerência e controle sobre os seus trabalhadores e eleitores. Contudo, tal ingerência nem ocorria de forma absoluta nem poderia ser, de forma simples e pela força, estendida para outras áreas, como pretendia o deputado, em 1952.

A Justiça Eleitoral, que desde as primeiras campanhas políticas, da segunda metade da década de 1940, emergiu como um ator político fundamental, mais uma vez, entrou em cena e teve papel essencial para que os ânimos fossem acalmados nos municípios, através da coibição das fraudes, cassando registro de eleitores e punindo envolvidos. Em Santa Cruz, inicialmente, a escrivã do cartório de Barcelona foi suspensa do exercício das suas funções por 90 dias.<sup>401</sup> Posteriormente, o TRE indeferiu o pedido de inscrição de 1.034 eleitores de

---

<sup>399</sup> Alguns “mandamentos” eram escritos em paredes das casas da fazenda. Eram regras a serem cumpridas, sob pena de o morador ter de deixar a fazenda em 24 horas. Entre as proibições estavam: andar armado; consumir bebida alcoólica; jogar qualquer jogo, inclusive baralho; fazer feira em outro local, que não na própria fazenda; trazer pessoas estranhas à fazenda; brigar com os vizinhos; fazer festa sem o consentimento do proprietário; criar os filhos sem saberem ler nem escrever; falar mal da vida alheia e inventar doença para não trabalhar.

<sup>400</sup> MARANHÃO, Djalma. Posto de observação. *Jornal de Natal*, Natal, p. 1, 2 dez. 1952.

<sup>401</sup> Suspensa por 90 dias a escrivã de Barcelona. *Tribuna do Norte*, Natal, p. 6, 24 out. 1952.

São Tomé.<sup>402</sup> No caso da cidade de Nova Cruz foram excluídos cerca de 700 eleitores alistados pelo PSD, que eram moradores de cidades vizinhas, pertencentes ao fronteiro estado da Paraíba. Além da exclusão, o TRE deliberou que o juiz da comarca fosse processado; estabeleceu que a amplificadora da cidade tivesse horários para que fosse realizada a propaganda de todos os candidatos; e assegurou ampla liberdade para os candidatos e suas respectivas propagandas políticas, além de garantias para a realização do pleito.<sup>403</sup>

Essas denúncias, as tentativas de fraudes e a atuação da Justiça Eleitoral evidenciam as mudanças que ocorriam nas disputas políticas, ao longo dos anos de 1950.

### **4.3 Alianças, propaganda e mobilizações políticas: cenas da campanha em cidades do interior**

Além dos conflitos armados e das tentativas de fraudes, articulações para definição de alianças políticas se iniciaram cedo. O PSD, hegemônico até então, apesar de em termos de votação/cargos ter diminuído seu percentual de votos, ainda administrava o maior número de prefeituras, além do estado, tentava, de todas as formas, manter essa hegemonia. A UDN, que tentara se fortalecer ora se apoiando com o PSP, ora com o PST, voltava naquele momento a estabelecer aliança com o PSP de Café Filho. Entretanto, os udenistas também fizeram aliança com o PSD.

Djalma Maranhão em sua coluna Posto de Observação, do *Jornal de Natal*, alertava que o udenista Dinarte Mariz, que já concorrera a duas eleições para o Senado, não obtendo sucesso em nenhuma delas, articulava em 1952, pensando nas campanhas seguintes. Para Maranhão, Dinarte Mariz pretendia: “fazer a hegemonia do Seridó, a fim de poder influir de maneira decisiva aos futuros pleitos eleitorais e impor condições nos altos conselhos administrativos do estado... as pedras estão sendo lançadas no tabuleiro de xadrez, com muita habilidade.”<sup>404</sup> O PSD, por sua vez, em poucos casos uniu-se ao PSP, pois a maioria das

<sup>402</sup> Comprovada a fraude eleitoral em São Tomé. *Tribuna do Norte*, Natal, p. 1, 15 out. 1952.

<sup>403</sup> Fraude pessedista em Nova Cruz. *Jornal de Natal*, Natal, p. 4, 29 nov. 1952; Vai ser processado o juiz eleitoral de Nova Cruz. *Tribuna do Norte*, Natal, p. 6, 30 nov. 1952.

<sup>404</sup> A composição das chapas incluía intensas e complicadas negociações. Em Caicó, principal município do Seridó, reduto udenista e cidade de atuação política de Dinarte Mariz, por exemplo, lançou-se a candidatura do deputado estadual Stoessel de Brito (UDN) a prefeito. Logo depois, o ex-deputado federal caicoense Monsenhor Walfredo Gurgel, líder do PSD no Seridó, ofereceu o apoio do partido ao nome do irmão de Dinarte, Rui Mariz,

dissidências pessedistas ampliaram o PSP, pelo interior do Rio Grande do Norte.

Há um certo menosprezo na bibliografia que aborda a história do Rio Grande do Norte, em relação ao papel do PSP na política local, entre 1945-1955. Ele é considerado sempre como “fiel da balança”, muitas vezes, em sentido negativo, enfatizando-se as diferentes alianças, com o PSD e a UDN. Em termos de eleitorado, o PSP foi o partido com maior crescimento eleitoral no período. A saída de um integrante do PSP, Abelardo Calafange (primeiro suplente de deputado federal eleito) em 1950, logo após as eleições, para filiar-se ao PR, é apontada por Galvão, nesses termos:

ao fim da campanha o PSP, ao contrário do PSD, que se pôde reconstruir pela conquista do poder, acabava irremediavelmente cindindo. Seu chefe, lutador de tantas lutas, líder popular de tantos recursos, levando sempre seu pequeno partido à situação de uma força de constante equilíbrio, estava agora empolgado na arregimentação nacional de sua candidatura a vice-presidente da República, pouco se lhe dando das divergências em que se queimavam seus correligionários. (2002, p. 107)

No entanto, a saída de Calafange não representou uma cisão de grandes proporções no PSP, e a vitória de Café Filho, para vice-presidente animou os progressistas, que iniciaram um processo de ampliação do partido pelo interior do estado. Ao contrário do que se tem afirmado, a partir de 1951, o PSP cresceu com as dissidências dentro do PSD. Vários líderes políticos do interior do estado foram abandonando as fileiras pessedistas e filiando-se ao PSP, o que se reflete diretamente nos resultados eleitorais de 1952. Um dos motivos para isso era a presença de Café Filho na vice-presidência da República, o que atraía os políticos interessados nas benesses governamentais. Ademais, o PSP nas campanhas anteriores tanto se coligara com PSD quanto com a UDN, o que aproximara o partido de lideranças políticas no interior do estado. Como as maiores rivalidades, em algumas localidades, davam-se entre PSD e UDN, quando ocorria uma dissidência municipal, em algum desses partidos, o caminho mais fácil para essas lideranças era entrar para o PSP, pois, em 1952, os diretórios municipais ainda estavam em formação. O esfacelamento do PSP no Rio Grande do Norte só foi ocorrer

---

cindindo a UDN caicoense, mas também o PSD, que não se contentava com a hegemonia de José Augusto e de Dinarte Mariz. *Jornal de Natal*, Natal, p. 1, 7 agos. 1952.



após as eleições de 1955, com a saída de Café Filho da Presidência e com o rompimento dos progressistas do estado com Adhemar de Barros.

Djalma Maranhão havia sido indicado por Café Filho para a direção do *Jornal de Natal* e para a secretaria geral do PSP, passando a comandar os acordos políticos pelo interior do estado. As funções exercidas pelo jornalista foram de extrema importância para o crescimento do partido naquela campanha. Através de sua coluna Posto de Observação, ele comentava as articulações políticas que estavam sendo feitas, narrava suas incursões pelo interior do estado e fazia previsões quanto aos resultados eleitorais. Em outras matérias, o jornal exaltava as candidaturas progressistas, já que estava em jogo a ampliação do partido em um momento no qual o potiguar mais importante desse mesmo partido ocupava o cargo de vice-presidente da República.

As atividades de propaganda política foram intensas e movimentadas, pois se realizaram fortes investimentos nas formas de convencimento do eleitorado. As caravanas políticas que saíam de Natal mobilizavam as cidades do interior com comícios, fundando diretórios locais dos partidos e lançando candidaturas.

As disputas pela presença da população envolviam as mais diversas artimanhas. Em Nova Cruz, por exemplo, quando se realizava um comício de propaganda dos candidatos do PSP e UDN, os adversários exibiam sessões de cinema, em outro local da cidade, como forma de atrair a população. Aliás, o cinema foi um recurso utilizado em muitos municípios para atrair o público para os eventos políticos. Em Santana do Matos, a UDN programou uma vaquejada em homenagem ao governador, Sílvio Pedroza, que contou com representação de vários municípios. O evento selava a composição entre PSD e UDN para o pleito municipal e reuniu, segundo as estimativas oficiais, cerca de 4.000 pessoas, além de um desfile de duzentos vaqueiros vestidos a caráter e montados em cavalos de campo, acompanhando o governador.<sup>405</sup>

Ao assumir a linha de frente do PSP, Djalma Maranhão passou a ser também o alvo principal dos ataques dos adversários, sendo acusado de comunista em muitos municípios. Itaretama foi a cidade cujos muros a caravana do PSP encontrou pintados com frases que acusavam o partido de ser inimigo da igreja. Em Santa Cruz, seus membros encontraram boletins eleitorais com o mesmo teor.

---

<sup>405</sup> Homenagens tributadas ao governador Sílvio Pedroza. *Tribuna do Norte*, Natal, p. 6, 22 nov. 1952.

O PSP tentava neutralizar os ataques e investiu na contratação de músicos para animar os comícios, nesse caso, uma dupla de artistas (Zé Gamela e Dety Ribeiro), para se apresentar nas cidades, bastando para isso que os diretórios municipais entrassem em contato com o diretório estadual para a definição das datas.<sup>406</sup> No mesmo sentido, mas com um objetivo mais localizado, foi a contratação do sanfoneiro Zé Gonzaga, irmão de Luís Gonzaga. O artista já despontava no cenário nacional e integrava o *cast* de umas das gravadoras mais importantes do país: a Odeon. O sanfoneiro e o conjunto que o acompanhava participaram de um comício do PSP realizado durante a Festa de São Miguel, padroeiro da localidade de Extremoz, então pertencente a Ceará-Mirim. O partido aproveitou a data, uma das mais importantes no calendário local, e organizou uma intensa programação que incluía, além do show desse artista de reconhecimento nacional, uma sessão de semana e um baile dançante.<sup>407</sup>

Em Ceará-Mirim a disputa foi uma das mais movimentadas e onerosas daquela campanha. A família Varela, do senador Luis Lopes Varela, investiu fortemente na propaganda política. Basta lembrarmos o episódio que narramos antes sobre a destruição de equipamentos de alto-falantes e da compra de novos equipamentos. Por outro lado, a família Varela financiou uma campanha das mais onerosas, que incluía a presença de artistas, até de renome nacional, nos comícios, muito material de propaganda política, além do financiamento de cabos eleitorais. Essa campanha também serviu de experiência para a propaganda política da candidatura de Eider Varela a deputado federal, em 1954, que abordaremos mais adiante.

Djalma Maranhão narrava em tom jocosos os acontecimentos que presenciava. Algumas das questões por ele abordadas são demonstrativas de mudanças culturais que ocorriam pelo interior do estado e se refletiam nas disputas políticas. Por exemplo, a caravana encontrou a cidade de Currais Novos em clima de tensão, porque os protestantes transmitiam um programa religioso na amplificadora local:

[...] estive em Currais Novos e fiquei decepcionado com o antigo e flamejante inimigo da opressão... Problemas na amplificadora local... “Seus locutores ameaçados de serem queimados vivos... a cidade na expectativa de uma nova cruzada”... “Tamanho pesadelo

<sup>406</sup> *Jornal de Natal*, Natal, p. 4, 16 out. 1952.

<sup>407</sup> A candidatura de Roberto Varela emolga Ceará-Mirim. *Jornal de Natal*, Natal, p. 4, 18 out. 1952.

simplesmente porque os protestantes... transmitiam um programa de propaganda religiosa.<sup>408</sup>

Currais Novos e Caicó, como afirmamos anteriormente, eram as principais cidades da região do Seridó, onde as tradições católicas eram muito fortes. E as relações entre Igreja e política também o eram, bastando lembrarmos o papel da LEC nas campanhas anteriores. Em 1952, a sagração do bispo de Caicó foi paraninfada por próceres da UDN e do PSD no Seridó, Dinarte Mariz, José Augusto e Tomaz Salustino.<sup>409</sup> O fato de protestantes realizarem um programa religioso transmitido pela rádio local era motivo para muitas resistências na cidade, bem como de disputas simbólicas que afetavam a campanha eleitoral. Contudo, essas disputas simbólicas, naquele ano, envolveram também o boato sobre a morte do jornalista Djalma Maranhão. O episódio é narrado por ele de forma cômica, pois teria ocorrido durante uma incursão da caravana do PSP, pela região Oeste do estado:

Alarmante e brutal, mas, com uma certa dose de pitoresco cheirando a tragicomédia, foi o boato de que o humilde redator do *Posto de Observação* havia morrido. E a notícia era rica em detalhes. Afirmaram uns que eu havia sido vítima de uma virada de jeep, ficando com o crânio esfacelado. Outros diziam que o veículo que tinha tombado espetacularmente, na subida de uma das íngremes serras do Oeste e que o corpo ainda não tinha sido encontrado. Outros eram mais dramáticos, informando que o desastre tinha sido em consequência de uma emboscada, nos contra-fortes da serra de Luiz Gomes. E para cúmulo do azar, o telégrafo estava com suas linhas interrompidas naquele dia, momentaneamente, com as ligações cortadas para Mossoró. [...] E daí por diante, prosseguindo a viagem, era como se houvesse ressuscitado...<sup>410</sup>.

Apesar da narrativa em tom pitoresco, essa falsa notícia, antes de desmentida, deve ter assustado e abalado muita gente. Tal acontecimento ocorreu em meio a uma das viagens mais tensas da caravana, por causa das constantes ameaças de assassinatos a jornalistas, que incluíam o próprio Djalma Maranhão. Os boatos eram inúmeros e, no povoado de José da Penha, anunciava-se que ocorreriam encontros de bandos rivais na hora da realização da feira.

<sup>408</sup> Jornal de natal. 2 de setembro de 1952. Nº 661.

<sup>409</sup> Sagração Episcopal de Dom Adelino Dantas. *Tribuna do Norte*, Natal, p. 6, 4 set. 1952.

<sup>410</sup> MARANHÃO, Djalma. Posto de observação. *Jornal de Natal*, Natal, p. 1, 8 nov. 1952.

O temor era tanto, que algumas famílias se retiraram daquele povoado, em que moravam.<sup>411</sup> Maranhão, mais uma vez, narra de forma cômica o episódio, afirmando que, para o azar e o nervosismo do grupo que compunha a caravana, quando se aproximavam do povoado, viram ainda na estrada um homem que parecia vestido

[...] nos velhos moldes do cangaço com um rifle atravessado na maçaneta da sela... mais adiante outro veio abrir uma porteira com uma espingarda na mão.[...] Chegamos e demos duas voltas pelas principais ruas da povoação e quando paramos o jeep em frente ao telégrafo, fomos cercados pelo povo. Aparentando uma calma e uma coragem que não existia, fizemos blague, perguntando se havíamos chegado em tempo de assistir a grande batalha campal... indagamos pelos Nazaros, famosos trabuqueiros, a serviço dos Nunes e por Edmilson, cabra habituado a brigas com um destacamento de polícia, que comanda a malta assalariada pelos Fontes. Mas, a refrega de José da Penha, que seria a maior hecatombe dos últimos tempos, da mesma maneira que a batalha de Itararé, que seria a maior batalha campal da América do Sul, não houve<sup>412</sup>

O jornalista concluía que a briga entre os Nunes e adversários deles não eram de verdade, pois nenhum dos lados tinha vocação para matar ninguém nem para arriscar-se a morrer. Faziam discursos violentos, ameaçando, mas, na hora final, recuavam. Para ele, o perigo estava em pessoas que os rodeavam: “constatamos, de parte a parte, a presença de verdadeiros marchantes do crime, gente habituada a matar homem, da mesma maneira que se mata um boi.”<sup>413</sup>

As narrativas de Djalma Maranhão demonstram a violência que ocorria em diversos municípios, mas também queremos ressaltar que entre ameaças de mortes, violências de vários tipos se constituía a democracia brasileira, com propaganda de candidaturas e instituição de formas de convencimento do eleitorado. Como afirma Chartier

[...] não existe prática que não se articule sobre as representações pelas quais os indivíduos constroem o sentido de sua existência- um sentido inscrito nas palavras, nos gestos, nos ritos. É por essa razão que os

<sup>411</sup> MARANHÃO, Djalma. Posto de observação. *Jornal de Natal*, Natal, p. 1, 15 nov. 1952.

<sup>412</sup> MARANHÃO, Djalma. Posto de observação. *Jornal de Natal*, Natal, p. 1, 15 nov. 1952.

<sup>413</sup> MARANHÃO, Djalma. Posto de observação. *Jornal de Natal*, Natal, p. 1, 15 nov. 1952.

mecanismos que regulam o funcionamento social, as estruturas que determinam as relações entre os indivíduos devem ser compreendidos como o resultado, sempre instável, sempre conflituoso, das relações instauradas entre as percepções opostas do mundo social. (CHARTIER, 2004, p. 18).

Apesar desse clima de terror em muitos municípios, alguns viviam uma situação bem mais tranqüila, pois neles os partidos políticos estabeleceram acordos e lançaram uma chapa única. São eles: Arez, Caicó, Acari, São Paulo do Potengi, Santana do Mato e Serra Negra.

#### **4.4 Resultados eleitorais**

O pleito ocorreu em 48 municípios do estado. Em alguns deles, havia denúncias de coação e de planos para fraudar as eleições, o que tornava os resultados imprevisíveis. O *Jornal de Natal* afirmava que o PSD em Ceará-Mirim planejava fraudar as eleições no dia da votação. A idéia, que já havia sido posta em prática em outras eleições, era “congestionar a sede da zona com excesso de eleitores e [para isso], organizaram uma equipe mista, masculina e feminina para a troca de cédulas eleitorais.” O jornal alertava que os progressistas estavam organizados para fiscalizar o pleito e a justiça de Ceará-Mirim estava preparada para evitar o plano pessedista, que poderia provocar incidentes e perturbações da ordem.<sup>414</sup>

Os resultados eleitorais de 1952 mostraram uma correlação de força mais equilibrada entre os três maiores partidos: PSD, UDN e PSP. Pela primeira vez, desde 1945, o PSD saía derrotado de uma eleição. Apesar do clima tenso, o pleito ocorreu sem grandes incidentes e os partidos lançaram notas parabenizando a atuação da Justiça Eleitoral e do governo estadual, o que garantiu a realização das eleições de forma mais democrática. Contudo, para alguns integrantes do PSD, residiram exatamente na conduta do governador os motivos que levaram à derrota daquele partido em algumas cidades onde acreditavam que obteriam êxito. Theodorico Bezerra fez um diagnóstico da derrota, afirmando que a culpa estava no próprio partido, pois: 1- não teve no governo do estado um correligionário, e sim um magistrado; 2- o senador Georgino Avelino abandonou o pleito, indo para o exterior, sob a alegação de que não

---

<sup>414</sup> *Jornal de Natal*, Natal, p. 4, 2 nov. 1952.

poderia se desgastar naquele momento, a fim de poder operar a sua reeleição para o Senado, em 1954; 3- o deputado José Arnaud cindiu o partido, fazendo alianças isoladas com os adversários.<sup>415</sup> Para o também deputado federal Dioclécio Duarte, havia somente uma explicação para a derrota pessedista: “o governador Sílvio Pedroza é um ‘romântico’”

Nas declarações dos pessedistas estão implícitas exatamente as mesmas concepções de alguns de seus integrantes durante a campanha política, ou seja, as de que o governo deveria intervir a favor do partido. A perplexidade dos pessedistas não era somente em relação à primeira derrota, em vários municípios mas também quanto a algumas cidades em que a vitória da oposição havia sido esmagadora. Ceará-Mirim, São Tomé, e Luis Gomes são os casos mais emblemáticos daquela pugna, por tentativas de fraudes e de controles eleitorais pela violência, como demonstramos acima, mas, sobretudo, pelos resultados eleitorais apresentados. Em todas elas, alguns componentes importantes do partido foram fragorosamente derrotados, entre eles o presidente e o vice-presidente: Theodorico Bezerra e Ubaldo Bezerra, respectivamente de São Tomé e Ceará-Mirim. A família Nunes saiu derrotada nas cidades de Pau dos Ferros, Luiz Gomes e São Miguel. O PSD, que havia eleito prefeitos em mais de 30 cidades em 1948, somente elegeu 15 dessa vez.

Para Djalma Maranhão, o grande comandante da vitória udenista foi o presidente do partido, Djalma Marinho, por “suas habilidades jurídicas, defendendo com unhas e dentes perante os juízes eleitorais e o TRE o direito dos seus candidatos, possibilitaram a UDN livrar-se do azar derrotista que sinistramente a acompanhava.”<sup>416</sup> A UDN conquistou 16 cidades, sendo a maioria localizada na região Seridó, onde, de 10 municípios, conquistaram 7<sup>417</sup>. Djalma considerava que essas vitórias eram importantes para a UDN influenciar decisivamente na sucessão estadual que estava prevista para 1955: “é uma base magnífica, tanto pela força eleitoral como econômica dos seus líderes.”<sup>418</sup> A UDN elegeu, ainda, a prefeita da cidade de Pedro Velho: a contadora Maria Doralice, a terceira prefeita eleita do estado.<sup>419</sup>

Era exatamente o Seridó a zona onde os progressistas tiveram resultados negativos,

<sup>415</sup> MARANHÃO, Djalma. Posto de observação. *Jornal de Natal*, Natal, p. 1, 15 nov. 1952.

<sup>416</sup> *Jornal de Natal*, Natal, 18 dez. 1952.

<sup>417</sup> Caicó, Serra Negra, Jucurutú, Jardim do Seridó, Parelhas, Florânea e Currais Novos; e no Alto-Oeste: Martins, Pau dos Ferros, São Miguel e Portalegre.

<sup>418</sup> MARANHÃO, Djalma. Posto de observação. *Jornal de Natal*, Natal, p. 1, 18 dez. 1952.

<sup>419</sup> A primeira foi Alzira Soriano, na cidade de Lages, em 1928, e a segunda, Santa Laurentino, em 1948, na cidade de Florânea.

reduzindo-se somente a um vice-prefeito (Jucurutu). Ao inverso, a Zona do Litoral era o grande deserto para os udenistas e, ali, o PSP conseguiu significativas vitórias. O mesmo ocorreu na região Oeste. Tal aspecto demonstra exatamente que o crescimento do PSP resultou de dissidências pessedistas e que a união com a UDN, em algumas cidades, permitia que velhos aliados passassem a combater ferozmente seu antigo partido. A união UDN-PSP ocorreu principalmente na região Oeste do estado, onde a aliança permitiu que ambos os partidos conquistassem cidades, tanto com prefeitos quanto com vice-prefeitos.

As cidades de Macaíba e Ceará-Mirim se constituíram em vitórias substanciais para o PSP, tanto pelo crescimento do partido em cidades próximas à capital quanto, e principalmente, pela significativa maioria em ambas. Mais de 1.700 votos em Ceará-Mirim, e quase dois mil votos em Macaíba. Goianinha também se constitui em um exemplo, pois o candidato do PSD José Lúcio, ex- prefeito de Santo Antônio e responsável por episódios de violência, também foi derrotado pelo candidato do PSP. No total, esse partido conquistou 10 cidades, enquanto em 1948, havia vencido em apenas 2. Para Djalma Maranhão, a vitória do partido elevava seu contingente eleitoral para mais de 40 mil votos, o que poderia significar, na campanha seguinte, a eleição de dois deputados federais. Afirmava ele: “fomos o partido que saiu mais fortalecido do recente pleito e com amplas perspectivas de continuar crescendo.”<sup>420</sup> Os partidos menores PR e PST conquistaram cada um três cidades.

Contudo, poucos dias após terminarem as apurações dos pleitos municipais, o PSP, através de Djalma Maranhão, reiniciava outra batalha: a luta pela autonomia política de Natal. Em sua coluna, Maranhão afirmava que PSD e UDN, política e partidariamente, tinham a mesma origem e que o PSP já se aliara aos dois partidos – e fora combatido também pelos dois – e que, portanto, conhecia todas as “manhas, defeitos e virtudes” de ambos. Reclamava que a UDN afirmava apoiar o projeto autonomista e que, com o projeto de reforma da Constituição Estadual que tramitava na Assembléia Estadual, Natal poderia ter um prefeito eleito em 3 ou 4 meses. No entanto,

na sombra, porém, agiam as velhas e manhosas raposas udenistas, negociando com os pessedistas, para perpetuação do prefeito, em troca de certas vantagens... E o projeto não pode ir à frente. Mas os progressistas continuarão a batalha. Iremos bater as portas do STE.

---

<sup>420</sup> MARANHÃO, Djalma. Posto de observação. *Jornal de Natal*, Natal, p. 1, 20 dez. 1952.

Iremos ao fim do mundo. Não se iludam os udenistas. Nós não perderemos a batalha.<sup>421</sup>

A batalha para a autonomia política da capital ainda durou até 1960 e foi exatamente Djalma Maranhão, um dos seus maiores defensores, o primeiro prefeito eleito da capital. Antes disso, e com base nos resultados eleitorais comentados acima, o PSP estabeleceu as alianças para as campanhas políticas de 1954 e 1955, tendo a prefeitura de Natal como uma das principais reivindicações. E, assim, Djalma Maranhão foi indicado prefeito da capital, em 1956.

Tais acordos somente foram possíveis em função das campanhas eleitorais de 1950 e 1952, que mobilizaram de forma substancial as forças partidárias no estado. Em dois anos os eleitores escolheram ocupantes para todos os cargos eletivos e viram o primeiro norte-riograndense ascender à vice-presidência da República: João Café Filho. Ambas se constituíram em campanhas extremamente importantes em termos de investimentos em propaganda e de mobilizações políticas, com a realização de comícios que contaram com presença de artistas, cartazes, músicas e que mobilizaram sentimentos, memórias, crenças tradições e normas.

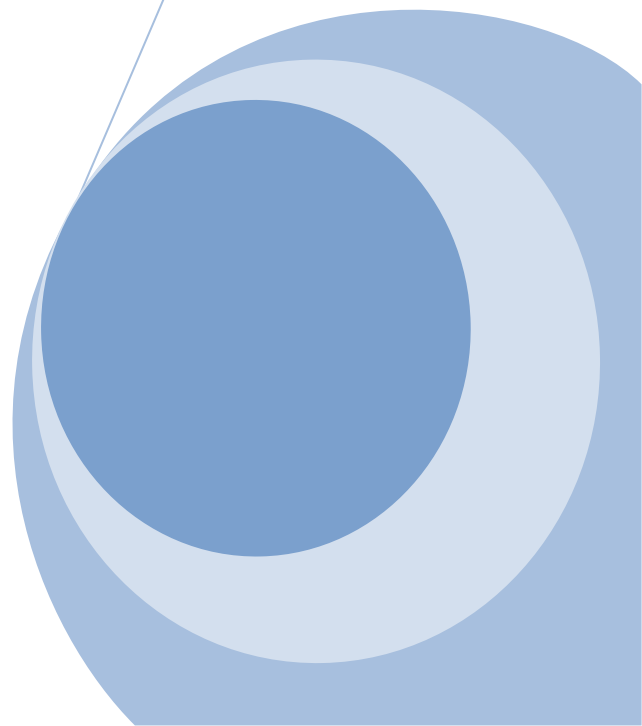
Em 1952, ocorreu uma das campanhas municipais mais disputadas da Terceira República no Rio Grande do Norte, que tem aspectos absolutamente essenciais para percebemos a instituição da democracia no nível micro, como as tentativas de controles, através da violência, de fraudes eleitorais, mas também do reverso, como através da atuação da Justiça Eleitoral e de estratégias de propaganda política postas em prática pelos partidos e candidatos. Em muitas cidades, pela primeira vez, havia nomes de diferentes partidos que, de alguma forma, tinham que lutar para conquistar o voto do eleitor, ou seja, instalara-se algum grau de incerteza na disputa. Tal aspecto resultou em uma equilibrada divisão das prefeituras entre os principais partidos do estado: UDN, PSD, PSP, além do PR. Além disso, o crescimento do PSP no estado, entre 1950-1952 é outro fenômeno político muito relevante para a política estadual.

---

<sup>421</sup> MARANHÃO, Djalma. Posto de observação. *Jornal de Natal*, Natal, p. 1, 23 dez. 1952.



**5 Conciliação e  
divergência política: as  
campanhas de 1954-1955**



[Comício de Eider Varela em uma] cidade sertaneja, encravada em plena Zona Oeste do estado. [...] Um matuto, sertanejo autêntico inteiramente ignorando os progressos que cada dia mais assinalam a marcha da humanidade, tenta de todo o jeito ver o candidato. [...] Apenas ouvia estridulamente o discurso do “homem” que lhe agradava demais. Mas, o importante era conhecê-lo, olhar sua cara e guardar a sua fisionomia na lembrança. Então vendo perdidos todos os esforços, se aproxima de um compadre seu e indaga:

- Compadre, onde é que o homem está falando que não conseguiu ver?

E o compadre para não distrair a atenção toda voltada para o orador, apontou displicente o poderoso alto-falante. [...]

- O homem não está lá dentro não, fui ver e... nada!

O compadre então já meio afobado falou quase ao seu ouvido, apontando o palanque:

- O dr. tá lá em cima homi. Te sustenta mió e oiá.

O matuto fez finca pé, olhou e descobriu por fim o candidato.[...]

- Mas, a voz dele tá é aqui... falou o sertanejo velho, categoricamente para o compadre e apontando o alto-falante. [...]

(*Diário de Natal*, setembro de 1954)

...

Mula Manca é uma mulher que sempre aparece nos pontos movimentados da cidade, pedindo esmolas. Ainda ontem em palestra do repórter com o candidato Flávio Siminéia, soubemos que Maria Manca já estava com uma das faixas eleitorais, daquele candidato, debaixo do braço para levar para casa. Siminéia indagou porque ela havia feito aquilo e a resposta foi esta: “ora, pra fazer um cobertor. E pra que havia de ser?”

(*Diário de Natal*, setembro de 1954.)

Este capítulo se inicia com dois supostos diálogos ocorridos durante a campanha eleitoral de 1954. O primeiro, presenciado por um jornalista que acompanhava a caravana de Eider Varela pelo interior do estado. O segundo, narrado por um jornalista do *Diário de Natal*, teria ocorrido entre uma pedinte e um candidato a vereador, na cidade de Natal. No primeiro episódio, evidencia-se o impacto das inovações tecnológicas nas campanhas políticas e a surpresa com que estas foram recebidas, sobretudo no mundo rural. No segundo, a surpresa foi para o candidato, pois a praticidade de Mula Manca incomodou o político, que esperava outra utilidade para as faixas de tecido com propaganda eleitoral, que ele pôs nas

ruas da cidade. No entanto, ela, provavelmente, nem era eleitora e, para sua vida prática, o tecido teria muito mais utilidade como um cobertor do que como propaganda. A política lhe trazia, naquele momento, algum tipo de vantagem e a espectadora não deixou de aproveitá-la.

Tais episódios são pequenas demonstrações de como o cotidiano da capital e do interior do estado foi vivenciado a partir do início da campanha política de 1954. As cidades passaram a conviver com grandes novidades tecnológicas que traziam um intenso fluxo de mudanças, transformando os hábitos e os costumes. Assim, o ritmo de vida acelerava-se com a ampliação da utilização de transportes movidos a derivados de petróleo, como carros e aviões. As informações circulavam com maior rapidez, devido à ampliação dos meios de comunicação: jornais, rádio, televisão e cinema.

Tais inovações ressonaram nas campanhas políticas de 1954 e 1955, pois os partidos e os candidatos se utilizaram, substancialmente, das novidades tecnológicas, para intensificarem a propaganda política, mas também incorporaram, significativamente, as festas políticas. Tais questões possibilitaram o surgimento de novas formas de representações da vida coletiva e alinhamentos nas formas de compreensão e ação heterogêneas. Ou seja, o viver coletivamente, inclusive a política, ia sendo gestado. (CEFAÏ, 2001, p. 93)

As inquietações com os rumos da política nacional, noticiadas através dos jornais e rádios, eram acompanhadas, atentamente, pela população. Mas, também, os acordos e alianças para a campanha estadual eram analisados, apoiados ou combatidos. Em Natal, naqueles dois anos, ocorreram: o aumento de prédios comerciais; a ampliação de emissoras de rádio, com a fundação da *Rádio Nordeste*; a exibição, pela primeira vez, de imagens televisivas<sup>422</sup>; e o sonho de jovens idealistas de produzir, também pela primeira vez, um filme na cidade.<sup>423</sup> Mas, houve também alguns crimes ocorridos que chamaram a atenção da população, dentre eles, o assassinato do prefeito da cidade de Patu, Lauro Maia.<sup>424</sup> Assim, a população, além de acompanhar de perto as notícias que apontavam os acusados, ouvia

---

<sup>422</sup> A primeira exibição de imagens televisivas ocorreu em Natal em 25 de setembro de 1954, patrocinada por Assis Chateaubriand. Espetáculo televisionado hoje na Rádio Poti. *Diário de Natal*, Natal, p. 1, 23 jul. 1954.

<sup>423</sup> Em 1954, os jovens Felinto Rodrigues, Ronaldo Ferreira e Sebastião Carvalho tinham o intuito de produzir um filme intitulado *Filhos da Rua*. Para isto, solicitaram uma audiência pública com o vice-presidente Café Filho, que prometeu ajudar na consecução do projeto. Antes da finalização do filme, no entanto, ocorreu um conflito entre os produtores e a direção, terminando a idéia de forma melancólica. A arrojada idéia de um filme em Natal. *Diário de Natal*, Natal, p. 1, 23 jul. 1954. (Pág. *Diário da chapa Café Filho*).

<sup>424</sup> Lauro Maia foi eleito prefeito da cidade de Patu em 1952. Seu assassinato ocorreu em 3 de junho de 1954 em frente ao Hotel América, no centro de Natal. O acusado do crime foi o bacharel José Dutra, da cidade de Patu, que teria cometido o crime por motivações políticas.

atentamente o noticiário sobre o suicídio do presidente Getúlio Vargas, bem como sobre gestão de Café Filho e os episódios que levaram ao seu impedimento, em 1955. Os espaços públicos se multiplicaram: os bares, os restaurantes, as sedes de partidos políticos, o Fórum.

Desde 1950, o Rio Grande do Norte ganhara evidência nacional em função da eleição de Café Filho à vice-presidência da República. Contudo, ao longo do período, tal evidência foi ampliada em função dos acontecimentos da política nacional que levaram Café Filho à presidência da República, após o suicídio do presidente Getúlio Vargas, em 24 de agosto de 1954. As eleições de 1954-1955, portanto, foram realizadas sob sua gestão e também por pressões golpistas, principalmente udenistas, para que as mesmas não fossem realizadas. No entanto, ocorreu também um amplo movimento legalista que se estabeleceu em vários segmentos da sociedade brasileira e que se contrapunha ao golpe e defendia a Constituição de 1946, o que garantiu tanto a realização dos pleitos quanto a posse dos candidatos vitoriosos, em janeiro de 1955 e janeiro de 1956.

Em 1954, os eleitores votaram para dois senadores e dois suplentes, um deputado federal, um deputado estadual e um vereador. Além desses cargos, houve eleição para prefeito nos municípios criados em 1953, e mais, em Patu, onde o prefeito foi assassinado, e Caicó, onde o prefeito cometeu suicídio<sup>425</sup>. Em 1955, a população escolheu o presidente e o vice-presidente da República, o governador e o vice-governador. Desde 1945, era a primeira vez que ocorriam eleições com tais características, ou seja, completamente desvinculadas entre o poder executivo federal e estadual e a escolha para o legislativo, federal e estadual. A proximidade das duas campanhas políticas e a conjuntura de crise política em que elas se realizaram as tornaram absolutamente imprevisíveis, com os partidos políticos do estado estabelecendo as mais diversas alianças políticas.

Em 1954, para o Senado foi firmada uma aliança entre os três grandes partidos: PSD, UDN e PSP. Em grande medida, tal acordo foi conduzido pelo vice-presidente Café Filho e ficou conhecido como *Fórmula Café Filho*, *Chapa Café Filho* ou *Fórmula Grande Hotel*, em alusão ao mentor da aliança e ao local das conversações. Assumiram as negociações o vice-presidente Café Filho, pelo PSP; o governador Sílvio Pedroza, pelo PSD; e o deputado Djalma Marinho, pela UDN. Nesse acordo ocorreu uma modificação em relação aos

---

<sup>425</sup> Municípios criados em 1953 e instalados em 1954: Serra Caiada, Monte Alegre, Januário Cicco (Boa Saúde), Almino Afonso, Coronel Ezequiel, Cerro Corá, São Vicente, Ouro Branco, Carnaúba dos Dantas, Cruzeta, São Bento do Norte, Upanema, Pendência, Felipe Guerra, Itaú, Marcelino Vieira e Grossos.

articuladores das campanhas anteriores, saindo da linha de frente Georgino Avelino (PSD) e José Augusto (UDN).

O interesse de Café Filho era firmar uma aliança que se estendesse para a disputa do governo estadual, no ano seguinte. O acordo, naquele momento, beneficiava os três partidos políticos, quanto às candidaturas ao Senado. No entanto, as divergências partidárias e também entre alguns políticos não foram minimizadas por tal aliança, que não foi estendida às chapas proporcionais. Ao contrário, denúncias de fraudes, de compras de votos e de acusações diversas caracterizam a campanha e refletiram-se na disputa estadual, em 1955.

Nesse sentido, este capítulo objetiva analisar as campanhas eleitorais realizadas em 1954 e 1955, inserindo-as no contexto político nacional que possibilitou a ascensão do único potiguar a ocupar a vice-presidência e a presidência da República. Assim, analisa a conjuntura nacional e local e as diversas alianças políticas, em 1954 e 1955, além de evidenciar a intensividade da propaganda política, nas duas campanhas, com inovações em vários aspectos. Objetivamos também apresentar os resultados eleitorais, demonstrando que, ao contrário do que indica a bibliografia acadêmica que aborda a história política do estado, os acordos políticos realizados em 1954, entre o PSD, UDN e PSP não representam o enfraquecimento do cafeísmo no estado nem, principalmente, em Natal. Ao contrário, os dados mostram uma situação absolutamente favorável ao PSP, com a eleição, em 1954, dos dois suplentes de senadores, além de dois deputados federais e sete deputados estaduais; e em 1955, estabelecendo acordo para a indicação do prefeito da capital, um dos mais importantes desejos dos progressistas desde 1945. O PSP vivia então seu apogeu no país, ocupando a vice-presidência e, depois, a presidência da República. É importante chamar a atenção para o crescimento desse partido em diversos municípios do estado do Rio Grande do Norte. Foi em função da conjuntura de crise política nacional e das posições ambíguas de Café Filho e da sua aproximação com a UDN, principalmente com a ala golpista, que o PSP esfacelou-se no Rio Grande do Norte, após os episódios de novembro de 1955. Apesar de o partido ter alcançado naqueles anos seus melhores resultados eleitorais, sucumbiu e esfacelou-se, logo após o impedimento de Café Filho, contribuindo também para o fim da sua carreira política. Este capítulo aborda, ainda, aspectos da produção memorialística de Café Filho, apresentando suas visões sobre o período, e, principalmente, sobre seu impedimento.

## 5.1 Crise política nacional e ressonâncias na política potiguar

Objetivamos neste item discutir aspectos da crise política nacional que acompanharam a gestão do presidente Getúlio Vargas, e seus reflexos na política do Rio Grande do Norte. Para tanto, apresentamos as várias frentes que passaram a pressionar o governo Vargas, culminando no seu suicídio, em 24 de agosto de 1954, e na conseqüente ascensão de Café Filho à presidência da República. As pressões políticas, durante toda a gestão do presidente Getúlio Vargas, foram inúmeras e se iniciaram logo após os resultados eleitorais de 1950, antes da posse, em janeiro de 1951. A UDN, partido derrotado na disputa, passou a pressionar e a pregar a tese de que os eleitos não deveriam assumir os cargos, pois não haviam obtido a maioria absoluta, o que significava 50% da votação, mais um voto. Somente com a afirmação de Eduardo Gomes, candidato udenista derrotado, de que aceitava os resultados, os ímpetus golpistas de alguns membros do partido arrefeceram. Porém, ao longo da gestão, todas as oportunidades foram aproveitadas para pressionar o governo, como papel de partido de oposição, mas também para defesa de golpes de estado, que visavam à tomada de poder.

A imprensa, ao longo do período, merece atenção especial, pela acirrada oposição desencadeada contra o governo; por ser porta-voz de outros grupos opositores, como de políticos udenistas e militares, principalmente; e por se constituir em um dos maiores potencializadores de conflitos, ao longo do período. A criação, em junho de 1951, do jornal *Última Hora*, do jornalista Samuel Wainer, para ser o porta-voz do governo encontrou forte oposição em várias redações e jornalistas. Entre eles e, em especial, Carlos Lacerda, da *Tribuna da Imprensa*, que havia sido criada em 1949, e Assis Chateaubriand, proprietário da rede de *Diários e Emissoras Associadas*, que incluía a *Rádio Globo* e a *Rede Tupi*.

O *Última Hora* tornou-se rapidamente sucesso editorial e jornalístico, pela inovação técnica, com máquinas modernas e bons profissionais, atraídos pelos salários pagos pelo jornal, o que provocou o acirramento do confronto entre a grande imprensa e o governo. Como afirma Abreu e Lattman-Weltman, Vargas dera a Samuel Wainer condições de desequilibrar o jogo de forças no mercado jornalístico, mas também armas aos seus adversários para poder atingi-lo. Ou seja, ao mesmo tempo em que o presidente pretendia romper o cerco de parte da imprensa ao seu governo, estabelecendo uma via de comunicação com a população, atraía para si a ira dos demais jornais, que percebiam a investida como uma dupla intervenção: a criação do *Última Hora* “os atingia tanto como veículos quanto como

opositores. A resposta da grande imprensa foi fulminante. Assim que pôde assenhorear-se de suas evidências, assestou todas as suas baterias contra o incômodo concorrente no intuito de aniquilá-lo e, através dele, atingir o governo.” (ABREU & LATTMAN-WELTMAN, 1994, p. 29)

As acusações de favorecimento feitas ao jornal *Última Hora* culminaram na instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) voltada para investigar o favorecimento, ao Grupo Wainer, através de operações de crédito do Banco do Brasil. A CPI foi instalada em junho de 1953, juntamente com outra que visava investigar as operações efetuadas entre o BB e as empresas jornalísticas, entre 1943-1953. As conclusões das CPIs foram de que havia transações irregulares entre o banco e as empresas jornalísticas em geral, e não exclusivamente com as do grupo Wainer. Contudo, essas eram apenas uma das frentes contra o governo Vargas.

As pressões dos trabalhadores, através de greves e de manifestações por aumento de salários, em um contexto de crise econômica, repercutiam no governo federal de forma intensa. Para tentar diminuir os impactos negativos e estabelecer uma interlocução com os trabalhadores, Vargas nomeou João Goulart<sup>426</sup> para o MTIC, em junho de 1953. Se, por um lado, o governo garantia o diálogo junto aos trabalhadores, por outro lado, atraía pesadas críticas da oposição. As inovações impostas por Goulart no ministério incluíam audiências públicas, com as mais diversas categorias profissionais e concessões ao movimento sindical. Além de incentivar e apoiar o “diálogo entre comunistas e trabalhistas nos meios sindicais, o estilo político do ministro incluía prestigiar a posse de dirigentes das organizações dos trabalhadores, sobretudo aqueles que expressavam a vontade da maioria.” (FERREIRA, 2005, P. 101-102 e 120).

Para a imprensa, as ações do ministro não passaram despercebidas e sua crescente popularidade foi acompanhada por apresentação de imagens negativas de sua atuação. Assim, João Goulart era criticado por ser ministro apenas do trabalho e não atuar junto à indústria e ao comércio, além de ser identificado como responsável pelas greves e paralisações. Era qualificado como um agitador, e como o homem que tentava aproximar o Brasil da

---

<sup>426</sup> João Goulart era deputado federal pelo Rio Grande do Sul, eleito em 1950, e ocupava a presidência do PTB desde 1952.

experiência argentina e do governo de Juan Domingos Péron.<sup>427</sup> Como afirmava Carlos Lacerda, Goulart tentava

criar no Brasil, uma nova CGT, do tipo Péron. Ele prepara um golpe peronista, no estilo boliviano. Não se trata do fechamento do Congresso como foi feito em 1937, e sim da sua dominação pela massa de manobra de um sindicalismo dirigido por ‘pelegos’, visando reformar a Constituição e estabelecer uma ditadura no país. (Citado por FERREIRA, Id. Ibid., p. 127).

O estudo encomendado para o aumento do salário mínimo, no entanto, foi o estopim para a saída de Goulart do ministério, o que ocorreu em fevereiro de 1954. Com a proposta de dobrar os valores que eram pagos, a campanha contra ele intensificou-se na imprensa. Mas, outro segmento voltou ao cenário político, provocando o aumento no nível de tensão política: as Forças Armadas. O “Memorial dos Coronéis”, publicado em fevereiro de 1954, foi a primeira manifestação, dentre várias, das Forças Armadas, entre 1954 e 1955. O documento, dirigido à alta oficialidade do Exército e ao Ministro da Guerra, era assinado por coronéis e tenentes-coronéis do Exército ligados à Cruzada Democrática, grupo militar conservador que dirigia o Clube Militar, desde 1952.<sup>428</sup>

Dentre outros aspectos, o documento abordava alguns problemas dentro do Exército, como inquietações entre os militares, a precariedade das instalações em todo o país e o aparelhamento das tropas, como fardamento e material bélico insuficientes. Além de se referirem a um clima de negociatas, malversações de verbas que envolviam o país e também o Exército, o memorial criticava ainda a migração de militares para funções civis. Segundo o documento, o aumento do salário mínimo, caso fosse concedido como prometido, complicaria mais a situação, pois um trabalhador não qualificado passaria a ganhar praticamente o mesmo

---

<sup>427</sup> A preocupação com a Argentina era evidente na imprensa brasileira. Como afirma Ferreira, “sem golpes de Estado, Péron ascendera ao poder pela mobilização do movimento sindical e pelo voto dos trabalhadores. O seu partido, com vitórias eleitorais seguidas, tinha maioria no parlamento e os adversários, insistindo no palavreado antiperonista, resistiam para não desaparecer do cenário político. Com o respaldo das Forças Armadas, amplo apoio popular e praticamente imbatível nas urnas, o líder argentino passou a exercer poderes ditatoriais, mesmo que em um regime formalmente democrático.” (2005, p. 127)

<sup>428</sup> Assinaram o documento, dentre outros: os coronéis Orlando Ramagem, Siseno Sarmiento, Jurandir de Bizarria Mamede, Antônio Carlos Murici, Alfredo Souto Malan, Amauri Krueel, Ademar de Queirós, Adalberto Pereira dos Santos; e os tenentes-coronéis José Alexínio Bittencourt, Válter de Meneses Pais, Antônio Jorge Correia, Araquém de Oliveira, Sílvio Coelho da Frota, Ednardo Dávila Melo, Fritz Azevedo Manso, Euler Bentes Monteiro, Golberi do Couto e Silva e Geraldo de Meneses Cortes.



que alguém com formação universitária. Os coronéis mostravam esse dado como uma aberrante “subversão de todos os valores profissionais, estancando qualquer possibilidade de recrutamento para o Exército, de seus quadros inferiores”.<sup>429</sup> A repercussão do documento foi enorme e, resultante dele, como forma do governo diminuir o impacto negativo, foram demitidos o Ministro da Guerra, Ciro do Espírito Santo Cardoso, e o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, João Goulart.

Foram seis meses de intensa pressão, entre fevereiro e agosto de 1954, que iam desde solicitações para que o presidente renunciasse até denúncias de um pacto secreto entre Brasil, Argentina e Chile, que ficou conhecido como Pacto do ABC<sup>430</sup>, que fundamentou um pedido de impedimento ao presidente, derrotado por imensa maioria no Congresso. O mês de agosto de 1954, porém, foi o ápice da crise. O atentado contra o jornalista Carlos Lacerda, em 5 de agosto, que culminou na morte do Major da Aeronáutica, Rubens Vaz, foi o estopim para que as pressões fossem intensificadas. À medida que as investigações se aprofundavam e indicavam a proximidade dos responsáveis pelo atentado com a presidência da República, o ímpeto golpista dos udenistas invadia todos os espaços da imprensa anti-varguista. Foram 19 dias de enorme tensão em que se unificaram os discursos de três segmentos que abordamos acima: os políticos udenistas, a imprensa e os militares opositores ao governo.

A Aeronáutica assumiu as investigações e o grupo responsável pela condução do caso instalou-se na Base aérea do Galeão, passando a ser conhecido como “República do Galeão”. As manchetes nos jornais se avolumavam, como afirma Ferreira, “manipulando a figura do Major Vaz, a UDN transferiu para os militares toda a simbologia necessária à legitimidade do poder: ordem, honestidade, legalidade, probidade, heroísmo, patriotismo, desprendimento” (2005, p. 174).

Dos jornais que circulavam em Natal, fizemos a análise do noticiário nacional do mês de agosto do *Jornal de Natal*, *Diário de Natal* e da *Tribuna do Norte*.<sup>431</sup> Deste, no entanto,

<sup>429</sup> Manifesto dos Coronéis. Rio de Janeiro, fevereiro de 1954. Arquivo Getúlio Vargas / GV c 1954.02.20-5 / CPDOC. Disponível em [www.cpdoc.fgv.br](http://www.cpdoc.fgv.br). Acessado em 20 set. 2008.

<sup>430</sup> A denúncia foi feita à imprensa pelo ex-ministro João Neves da Fontoura, que afirmava que Getúlio Vargas e Juan Péron haviam mantido entendimentos para o estabelecimento de um acordo político-econômico que envolvia o Brasil, a Argentina e o Chile, visando enfrentar a pressão econômica norte-americana.

<sup>431</sup> Segundo Abreu e Lattman-Weltman, a cobertura da imprensa escrita, do Rio de Janeiro e de São Paulo, dos acontecimentos do mês de agosto, de modo geral, pode ser dividida em 4 etapas: 1) a fase de apresentação do atentado e da construção do significado de crise política e moral, atribuindo-se à responsabilidade, mesmo que indireta, ao presidente; 2) a da acusação, com “movimentos de (re)produção da indignação coletiva, ou de coletivização da indignação moral, e de comprovação da tese do comprometimento do presidente.”; 3) da articulação em torno da renúncia ou de apelo à renúncia; 4) articulação da imposição da renúncia ou deposição.

não encontramos todas as edições, motivo pelo qual começamos por ele. A primeira edição que localizamos foi a do primeiro dia do mês de agosto e, depois, apenas a do dia 15, quando já se completavam dez dias do atentado ao jornalista Carlos Lacerda. As manchetes da primeira página eram: “Stilac contrário à renúncia de Vargas”; “o presidente deve renunciar” e “praticamente elucidado o crime da Rua Toneleiros”. Mas, também na primeira página foi publicado um editorial, assinado pelo deputado federal Aluísio Alves, intitulado: “A grande lição desta hora.” Além de acionista e de redator da *Tribuna Norte*, ele ocupava o cargo de editor-chefe da *Tribuna da Imprensa*, de Carlos Lacerda.

No artigo, Aluísio Alves defendia exatamente o que seus companheiros udenistas e da *Tribuna da Imprensa* carioca exigiam: a renúncia do presidente Vargas. Nesse longo texto o deputado definia a guarda pessoal do presidente como sendo composta por: “criminosos de morte, chantagistas, sicários profissionais, aventureiros, toda uma rédua de escórias sociais, desfila perante à polícia, e em seu meio são encontrados os matadores do Major Vaz e os empreiteiros da morte frustrada do jornalista de oposição.” O deputado afirmava ainda que a solução tinha que ocorrer dentro da legalidade, o que, para ele, se resolveria com a renúncia do presidente, e arrematava: “a oposição parlamentar, figuras militares, a imprensa quase unânime, aconselham a renúncia do Sr. Getúlio Vargas.”<sup>432</sup>

Não tivemos acesso aos jornais do período de acirramento da crise, suicídio do presidente e posse de Café Filho. Porém, temos a acrescentar que Carlos Lacerda e outros udenistas tinham colunas publicadas na *Tribuna da Imprensa*, que eram reproduzidas na *Tribuna do Norte*. Assim, parte da violência verbal que era desfechada na capital federal sobre o governo Vargas era publicada também no Rio Grande do Norte. No mesmo dia 15 de agosto, o jornal publicou um artigo de Carlos Lacerda que era muito semelhante ao de Aluísio Alves, apenas contendo uma linguagem mais violenta, com o mesmo teor: “renúncia imediata.”<sup>433</sup>

O *Diário de Natal*, pertencente à rede de *Diários e Emissoras Associadas*, deu uma grande cobertura aos episódios desde o atentado até o suicídio, seguindo basicamente a linha editorial do grupo. Da manchete em letras garrafais, - “Grave atentado ao jornalista Carlos Lacerda”-, no dia do ocorrido, o jornal assumiu, uma posição mais moderada. No entanto, já

---

Na fase da imposição da renúncia, os militares também pressionaram lançando manifestos pedindo pela renúncia. (1994, p. 32).

<sup>432</sup> ALVES, Aluísio. A grande lição desta hora. *Tribuna do Norte*, p. 1, 15 agos. 1954.

<sup>433</sup> LACERDA, Carlos. Renúncia imediata. *Tribuna do Norte*, p. 3, 15 agos. 1954.

no dia 10 as manchetes passaram a evidenciar os depoimentos dos acusados que haviam sido presos, além das posições de Carlos Lacerda e das Forças Armadas. A evolução para o pedido de renúncia foi rápida. No entanto, oscilava-se entre uma posição mais radical e uma mais moderada.

O *Jornal de Natal* apresentava majoritariamente notícias locais, dentre as quais as de política e esporte predominavam. Da política nacional, apenas algumas manchetes eram publicadas e, na maioria das vezes, ligadas à atuação de Café Filho, sempre elogiosas, afirmando, entre outros aspectos, ser impressionante a popularidade do vice-presidente na capital federal, com milhares de pessoas o procurando e sendo atendidas por ele.<sup>434</sup> O atentado a Carlos Lacerda foi abordado de forma muito tímida, com apenas uma notícia na primeira página, no dia 5, afirmando que o motorista que conduzira os agressores do jornalista Carlos Lacerda fora preso. No dia seguinte foi publicada uma informação de que a Câmara Municipal de Natal havia aprovado um voto de pesar e de protesto pelo atentado, e um comentário de Djalma Maranhão, no mesmo sentido.<sup>435</sup> A partir daí, notícias curtas eram publicadas, em meio às informações sobre a campanha política do PSP. Alguns artigos de Oséas Martins, secretário particular do vice-presidente Café Filho, escritos para serem lidos na Rádio Nacional, passaram a ser publicados em defesa do presidente Getúlio Vargas.

As manchetes sobre as investigações e sobre o suicídio somente concorreram em importância nos três jornais com a que noticiava que o assassino do prefeito Lauro Maia, da cidade de Patu, era o bacharel José de Deus Dutra, que acabara de ser preso. Tal assassinato tinha uma grande importância no noticiário local, porque o prefeito eleito pelo PSP, em 1952, havia sido assassinado em pleno centro da capital, em 3 de junho, e especulava-se muito sobre motivações políticas para o assassinato, bem como sobre os autores/mandantes.

O vice-presidente evitou, inicialmente, dar declarações acusatórias a Vargas, mas condenou o atentado a Carlos Lacerda. Em 23 de agosto, fez um discurso no Senado, revelando que sugerira ao presidente Vargas que ambos renunciassem aos seus cargos, com o que o presidente não concordara. Para Café Filho, o seu gesto tinha o sentido de demonstrar que ele não era empecilho para a solução da crise que assolava o país. O discurso do vice-presidente foi um dos últimos acontecimentos antes da trágica manhã de 24 de agosto, quando

---

<sup>434</sup> Impressionante a popularidade de Café Filho. *Jornal de Natal*, Natal, p. 1, 4 agos. 1954.

<sup>435</sup> Preso o motorista que conduzia os agressores de Carlos Lacerda. *Jornal de Natal*, Natal, p. 1, 5 agos. 1954; Maranhão, Djalma Maranhão. Posto de observação. *Jornal de Natal*, Natal, p. 4, 6 agos. 1954.

o presidente cometeu suicídio, depois de haver concordado, na noite anterior, em se afastar da presidência.

A comoção tomou conta do país inteiro, sobretudo da capital federal. A confusão de informações foi grande. As primeiras notícias informavam que o presidente se licenciara por 90 dias e que Café Filho assumiria a presidência, reinando a mais absoluta calma no país. No entanto, a surpresa foi geral, principalmente, com as manifestações de pesar, de protesto e de revolta da população, pela morte do presidente. Em Natal, como em todo o Brasil, a notícia do suicídio do presidente causou consternação na cidade, apesar de não terem ocorrido grandes manifestações públicas. O comércio fechou as portas e as pessoas se aglomeraram na sede do PTB e em vários locais da capital, sobretudo, em bares e cafés que tinham receptores de rádio, em busca de notícias. O repórter do *Diário de Natal* testemunhou várias manifestações emotivas, que iam do choro a aplausos, de acordo com as reportagens divulgadas. Diversas pessoas passaram a usar crepe na lapela, em sinal de luto. Em várias residências de bairros e localidades populosas, como Lagoa Seca, Quintas, carrasco e Alecrim, os proprietários colocaram uma flâmula preta como manifestação de luto. Os jornais publicaram edições extras para informarem sobre todos os acontecimentos. O *Jornal de Natal* publicou uma segunda edição, à noite, e o *Diário de Natal* informava que foram publicadas quatro edições extras, no total – segundo dados do próprio jornal, foram vendidos cerca de 20 mil exemplares.<sup>436</sup>

As declarações foram as mais variadas, diante da ação inesperada do presidente. O pensamento do udenista Aluizio Alves é bem representativo dos sentimentos udenistas:

ainda emocionado pelos gravíssimos acontecimentos, não tenho elementos para fazer análise política. Previa tudo. Renúncia, deposição, licença do sr. Getúlio Vargas. Menos a trágica saída a que ele foi levado nessa manhã dramática. Como brasileiro sinto profundamente que ele não tenha tido forças para suportar com vida a crise política.<sup>437</sup>

Contudo, o suicídio de Vargas trouxe uma situação inteiramente nova, do ponto de vista político, para o estado: a ascensão de um potiguar à presidência da República. Desse modo,

---

<sup>436</sup> Arrebatadas pelo povo as edições d'O Diário. *Diário de Natal*, Natal, p. 4, 25 agos. 1954.

<sup>437</sup> Como foi recebida a ascensão de Café Filho pelos potiguares. *Jornal de Natal*, Natal, p. 1, 24 agos. 1954.

outros sentimentos afloravam na população, além de tristeza e emoção, também orgulho, felicidade e esperança no novo presidente. Afinal, boa parte da população do estado, principalmente da capital, votara na chapa Vargas-Café, em 1950, para presidente e vice-presidente da República. Café Filho, assim, aparecia como a continuidade ou a possibilidade de continuidade do governo Vargas. Esse momento da política nacional pôs em evidência o estado do Rio Grande do Norte.

A perplexidade com o desaparecimento do presidente foi acompanhada pelo regozijo, principalmente, entre os cafeístas, devido à ascensão de Café Filho à presidência da República. O PSP era majoritário em Natal, desde 1945. A manchete do *Jornal de Natal* é muito sugestiva do sentimento: “Vargas suicidou-se” em letras menores e, mais abaixo, em letras maiores e em negrito: “Café na presidência da República.” Naturalmente, para os partidários de Café Filho, tinha mais importância a ascensão dele à vice-presidência do que a consternação da política nacional, com o suicídio do presidente. Tanto era assim que mais importante do que falar na tristeza pela morte e da lástima da população, a ênfase era na alegria pelo fato de um potiguar ascender ao mais alto cargo da República.

O episódio do suicídio de Vargas não alterou as alianças e composições partidárias que haviam sido estabelecidas no estado. Apenas, alguns candidatos tentaram se apropriar da “herança trabalhista”, mas, em Natal, a memória varguista concorria com a atuação “viva” de Café Filho na presidência da República. E o cafeísmo, em Natal, era identificado como parte de um mesmo processo: a defesa dos trabalhadores.

## **5.2 Alianças e composições partidárias**

Os entendimentos para as composições partidárias que concorreriam no pleito de 3 de outubro de 1954 iniciaram ainda em 1953. O ponto principal para os acordos eram as candidaturas ao Senado e respectivas suplências, já que no estado somente ocorreriam eleições para governador, em 1955. Assim, já no início de 1954 se definiam os candidatos para as senatórias, o que poderia direcionar os acordos para as chapas proporcionais. No entanto, ocorreu que as alianças e a campanha para o Senado foram, em grande medida, desvinculadas dos acordos para as eleições para deputados federais, estaduais e vereadores.

Um acordo estabelecido entre os grandes partidos definiu a chapa com a seguinte composição: as duas vagas para o Senado seriam por indicação do PSD e da UDN, e as duas

suplências ficariam com o PSP. O PSD optou pela reeleição de Georgino Avelino. Porém, na UDN, que tinha o senador José Ferreira de Souza, o conflito foi mais sério, pois integrantes do partido passaram a se articularem para lançar o nome do industrial Dinarte Mariz, que já havia disputado duas eleições ao Senado (1945 e 1950) e outra, indireta, para vice-governador (1947), não obtendo êxito em nenhuma delas. Ele era um dos grandes financiadores das campanhas do partido e o acordo estabelecido apontava para a possibilidade de um êxito eleitoral, sem grandes esforços de convencimento. A luta interna foi grande, culminando, momentaneamente, no desligamento da família Ferreira de Souza do partido, após a convenção partidária que homologou o nome de Dinarte Mariz.

Para as suplências de senadores o PSP lançou dois cafeístas de longa data: Reginaldo Fernandes (de Dinarte Mariz) e Sérgio Marinho (de Georgino Avelino). O acordo estabelecido com os candidatos ao Senado previa que ambos se licenciassem dos cargos, para que os suplentes pudessem, em alguns momentos, exercerem o mandato de senador. Ocupando a vice-presidência da República, Café Filho tentava encaminhar os rumos da sucessão do governo estadual e federal no ano seguinte, já estabelecendo um acordo com os principais partidos do estado, o que poderia resultar em um apoio ao seu próprio nome como candidato ao governo, caso não conseguisse interferir nos rumos da sucessão presidencial.

A aliança estabelecida entre os grandes partidos no Rio Grande do Norte incomodou os partidos menores, que se opuseram a ela, lançando candidatos ao Senado. O PTB local, através de seu presidente, Clóvis Mota, criticava o acordo, afirmando ser “uma nomeação antecipada de dois senadores à revelia do povo”<sup>438</sup> e que, por isso, o PTB não apoiaria. Esse partido ainda tentou compor uma aliança mais consistente com os outros partidos menores. No entanto, acabou por se definir pelo apoio a apenas um dos nomes ao Senado, deixando o eleitor dos seus candidatos à vontade quanto ao segundo nome.<sup>439</sup> Assim, o PTB apoiou para o Senado Otto Guerra (PRP) e, para suplente, Abelardo Calafange (PR).

---

<sup>438</sup> O PTB terá candidatos próprios. *Diário de Natal*, Natal, p. 8, 14 jan. 1954.

<sup>439</sup> No PTB travou-se uma luta interna pela presidência do partido. Uma ala era liderada por José Nicodemus (ex-PSD). A outra, que foi vencedora em 1954, era liderada por fundadores do partido, como Carlos de Holanda e Cícero Mendonça, que apoiavam para a presidência o industrial João Mota (ex-UDN). Essa disputa culminou com a expulsão de Nicodemus do PTB, sob o argumento de que ele se lançara candidato pela ASP.

Outro candidato ao Senado foi o ex-governador José Varela, responsável pela criação de mais um partido político no estado, em 1954: o Partido Democrata Cristão (PDC).<sup>440</sup> Este partido indicou para a suplência ao cargo de senador João Ferreira de Souza, irmão do senador udenista José Ferreira de Souza. Inicialmente, o PDC esteve em acordo com o PTB/PR/PRP, porém, posteriormente, firmou um acordo para a deputação federal e estadual, com a UDN e com o PSB, formando a Aliança Democrática Cristã (ADC), o que, na prática, abria possibilidades para que, nas candidaturas ao Senado, a votação não fosse cerrada. Ou seja, os eleitores poderiam fazer as combinações de candidatos que desejassem. Exatamente por isso o cumprimento desses acordos passou, ao longo da campanha, por vários reveses. Os candidatos, de forma geral, estabeleciam acordos diferentes dos firmados, oficialmente, pelos seus partidos.

**Tabela 18 Votação para Senadores e suplentes (1954)**

<b>Senador</b>	<b>Suplente</b>	<b>Apoios</b>
Georgino Avelino (PSD)	Sérgio Marinho (PSP)	UDN-PSP- PR
Dinarte Mariz (UDN)	Reginaldo Fernandes (PSP)	PSD- PSP
José Varela (PDC)	João Ferreira de Souza (PDC)	PRP- PR mais dissidências
Otto Guerra (PRP)	Abelardo Calafange (PR)	PTB

As resistências à *Fórmula Café Filho* começavam nos dois grandes partidos. Na UDN, por exemplo, ocorreu uma cisão interna para a indicação do nome de Dinarte Mariz, pois uma ala que o apoiava passou a minar a reeleição de José Ferreira de Souza. Após a definição do nome de Dinarte Mariz, emergiram novas resistências dentro da UDN, dessa vez, quanto ao acordo que indicava o apoio do partido ao nome de Georgino Avelino. Nesse caso, a recíproca era verdadeira e alguns membros do PSB também se recusavam a apoiar Dinarte Mariz. Contudo, as resistências se estendiam também para os suplentes indicados pelo PSP. Em alguns municípios era impossível uma conciliação, dado que muitos dissidentes do PSD haviam se filiado ao PSP, contribuindo substancialmente para o crescimento desse partido no interior do estado.

<sup>440</sup> O partido era liderado, no nível nacional, pelo Monsenhor Arruda Câmara, e foi fundado no Rio Grande do Norte em 25 de fevereiro de 1954. Presidente: José Augusto Varela; e 1º vice-presidente Luiz Soares Correa de Araújo.

Dentro da UDN outras questões complicavam ainda mais a aliança. Aluizio Alves, por exemplo, teria estabelecido um acordo marginal com o candidato ao Senado José Varela, segundo o qual os varelistas votariam nele para deputado federal, ocorrendo a compensação para o Senado. Nesse caso, o prejudicado seria o candidato do PSD, Georgino Avelino, mas também o da UDN, Dinarte Mariz. Segundo Djalma Maranhão, Dinarte ameaçava afastar Aluizio Alves da direção do jornal *Tribuna do Norte*, do qual Dinarte era acionista majoritário, além de financiador do saldo negativo do jornal.<sup>441</sup> No entanto, logo depois de a UDN firmar acordo nas chapas proporcionais com o PDC, surgiram rumores de que Dinarte Mariz passara a financiar também a candidatura de José Varela, em troca de votos no seu nome. E exatamente por isso, a propaganda política dos candidatos e a disputa via imprensa davam a ver, em diversos momentos, que a aliança vista como a mais firme não tinha muita solidez. Às vésperas do pleito os partidos lançavam notas afirmando que o acordo dos senadores deveria ser cumprido, o que os tornaria mais fortes.

O PSP era, talvez, o único partido que efetivamente se interessava pelo cumprimento total do acordo dos senadores, pois, apesar do crescimento no interior do estado, em 1954, não possuía ainda um nome suficientemente forte para concorrer, com chances de vitória, ao Senado. Além de que, o grande interesse era acertar uma aliança visando às eleições seguintes, para o governo do estado. Assim é que foi o PSP o responsável pelo acordo e o que mais defendeu, via imprensa, o seu cumprimento.

Para as vagas proporcionais as convenções partidárias definiram as alianças as mais variadas, o que abriu espaço para que determinados candidatos encontrassem formas de estabelecer acordos marginais ou informais com outros que não os apoiados pela sua aliança, ameaçando o tão propalado acordo dos senadores entre UDN-PSD-PSP. Os integrantes do PDC eram, em sua maioria, integrantes do PST, ligados ao ex-governador José Varela e que haviam rompido com o PSD, em 1950. Em 1954, quando da fundação do novo partido, seus integrantes chegaram a anunciar a extinção do PST no estado, o que não ocorreu, naquele momento, pois alguns componentes do PST resolveram reestruturar o partido e se uniram ao PSP, formando a Aliança Social Progressista (ASP), que indicou nomes para deputados federais, estaduais e vereadores.<sup>442</sup>

---

<sup>441</sup> MARANHÃO, Djalma. Posto de observação. *Jornal de Natal*, Natal, p. 1, 20 maio 1954.

<sup>442</sup> Um dos integrantes que permaneceu no PST, reestruturando-o, foi o ex-prefeito de Natal Claudionor de Andrade. Extinto o PST, no RN. *Diário de Natal*, Natal, p. 8, 14 jan. 1954.



Tabela 19 Quantidade de candidatos por partidos e alianças <sup>443</sup>

Candidatos	Natal	Total no estado
Partido/aliança	Deputado Federal	Deputado Estadual
PSD	7 candidatos	25 candidatos
Aliança Democrática Cristã (UDN-PDC-PSB)	5 candidatos (UDN)	32 candidatos dos 3 partidos( 1) do PSB
Aliança Social Progressista (PSP-PST) <sup>444</sup>	5 candidatos	30 candidatos dos 2 partidos
PR	-	9 deputados estaduais
Coligação Democrática PTB-PRP	2 Deputados Federais	17 deputados estaduais

Para deputado federal, os partidos lançaram candidatos pelas legendas, (UDN, PSD e PTB), com exceção da Aliança Social Progressista (PSP-PST), que os registrou pela aliança. Dix-huit Rosado pertencia ao PR, mas foi registrado pelo PSD, completando a chapa de deputados federais desse partido. Para deputados estaduais e para vereadores da capital, várias alianças foram estabelecidas. Em 1954, nove partidos disputaram o pleito no estado e lançaram-se na disputa pela conquista dos votos dos eleitores: PSD, PSP, UDN, PST, PDC, PTB, PSB, PRP e PR.

### 5.3 Propaganda política: partidos, candidatos e eleitores

As regras eleitorais para as eleições de 1954 foram as mesmas de 1950. Discutia-se no TSE mudanças como, por exemplo, a instituição da cédula única de votação, porém tal aspecto somente foi incorporado nas eleições de 1955. Em 1954, algumas recomendações e restrições foram incorporadas à propaganda política. Assim, o TSE recomendou a não utilização pelos candidatos de *pixes* e de tintas indeléveis nos muros das cidades, devido à dificuldade de limpeza após a realização das eleições.<sup>445</sup> Além de proibir propagandas que incitassem à guerra e utilizassem processos violentos para subverter a ordem pública e social,

<sup>443</sup> Não consegui precisar a quantidade de candidatos para cada partido, pois o registro e a propaganda da maioria eram feitos através da aliança.

<sup>444</sup> Vale observar que a ASP, embora firmada ente PSP e PST, tinha, conforme sua propaganda afirmava, dois candidatos ao senado e seus respectivos suplentes. O departamento jurídico da chapa foi assumido por Claudionor de Andrade.

<sup>445</sup> Proibido o uso do piche ou da tinta indelével na propaganda eleitoral. *Tribuna do Norte*, Natal, p. 1, 1 jul. 1954.

bem como as que demonstrassem preconceito de raça ou classe. As restrições se voltaram também para promessas e solicitação de dinheiro em troca de voto e para a perturbação das cidades, com gritaria, algazarra e abuso de instrumentos sonoros.<sup>446</sup>

As campanhas ficavam cada vez mais sofisticadas e os candidatos se utilizavam das mais variadas formas de propaganda, que alteravam o cotidiano das cidades. É importante chamar a atenção para a intensidade da propaganda política naquele ano. Com exceção das candidaturas ao Senado, que foram menos propagandeadas, nas chapas proporcionais, a campanha foi das mais disputadas, movimentadas e diversificadas, de todo o período da Terceira República, com destaque absoluto para a propaganda política do PSP.

Em meio à crise política nacional a UDN local programou um comício no centro de Natal que contou com a presença do deputado Tenório Cavalcanti, envolto em sua capa preta, a qual, todos diziam e acreditavam esconder sua pistola, chamada “Lurdinha”. Em plena campanha de combate ao presidente Getúlio Vargas, através da Câmara Federal e do seu jornal *Luta Democrática*, o candidato concorria à reeleição pelo estado do Rio de Janeiro e percorria alguns estados, para contribuir com a campanha de alguns colegas udenistas candidatos. O exotismo de sua capa preta, da pistola e das histórias que contava atraía um grande público por onde passava.<sup>447</sup> O que o candidato mostrava como vantagem era exatamente o que a UDN, naquele momento, no nível nacional, dizia combater: a violência contra os opositores, através da pistolagem.

Para Djalma Maranhão o comício na cidade era “um paradoxo, uma incoerência, um sério desvio na sua linha de orientação política. A UDN combatendo a guarda pessoal do Catete e ao mesmo tempo, projetando de forma tão escandalosa o já célebre pistoleiro de Caxias.” O comício foi anunciado com estardalhaço na cidade, tanto através do jornal

---

<sup>446</sup> Impostas restrições à propaganda eleitoral. *Tribuna do Norte*. Natal, p. 1, 11 jul. 1954.

<sup>447</sup> Tenório Cavalcanti nasceu em Palmeira dos Índios (AL) em 1906. Estabeleceu-se em Duque de Caxias-RJ na década de 1920, passando a administrar uma fazenda e a envolver-se em diversos episódios de violência, tendo sido preso em algumas ocasiões. Em 1936, elegeu-se vereador por Nova Iguaçu exercendo o cargo até o Estado Novo. Era cheio de cicatrizes pelo corpo, fruto de tiroteios, em disputa com os partidários do interventor do Rio de Janeiro Amaral Peixoto (1937-1945), o que foi aumentando sua fama de boa pontaria. Em 1945, filiou-se à UDN e foi eleito deputado estadual em 1947, e em 1950, deputado federal. Na câmara passou a combater Vargas e o então governador do Rio, e seu inimigo, Amaral Peixoto. Envolveu-se, nesse período, em diversas disputas, sofrendo um atentado à bala, que furou seu chapéu, em 1953, e 3 dias depois o delegado, acusado por ele de ser o responsável, foi assassinado no centro de Duque de Caxias. Apesar da decretação da prisão, parte da bancada udenista entrou em sua defesa e ele não foi preso. Em 1954, fundou o jornal *Luta Democrática*, aliando-se na intensa campanha da imprensa anti-varguista e foi o deputado federal mais votado, pelo estado do Rio de Janeiro. Ele ainda concorreu, em 1960, ao governo do estado da Guanabara e, em 1962, para governo do Rio, não se elegendo em nenhuma das ocasiões. Ver: BELLOCHI, Israel. Verbete Tenório Cavalcanti. DHBB. Disponível em [www.cpdoc.fgv.br](http://www.cpdoc.fgv.br). Acesso em 22 jan. 2009.

udenista *Tribuna do Norte*, quanto das emissoras de rádio e por alto-falantes.<sup>448</sup> No comício, os oradores udenistas fizeram críticas tanto ao PSD quanto ao PSP, dando a entender que não havia um acordo entre os partidos para a eleição de senadores. No entanto, o que ocorria era que a eleição para o Senado estava, naquele momento, descolada completamente dos outros cargos e as trocas de acusações eram diretas. Nesse comício, que, segundo Maranhão, decepcionou o público, porque Tenório Cavalcanti deixou a “Lurdinha” no hotel, os udenistas atingiram vários alvos.

O deputado estadual Cortez Pereira, por exemplo, criticara pessedistas e pissetistas, além dos progressistas. Maranhão respondeu pelo PSP, afirmando que o partido fora acusado de ter se transformado em partido de ricos, pois adquirira *jeeps* e alto-falantes, porém, o PSP ainda era o partido com penetração nos bairros populares de Natal. Além disso, o candidato Cortez Pereira perdera uma ótima chance de ficar calado, pois “enquanto os candidatos do PSP adquirem uma dúzia de modestos alto-falantes, os chefes da UDN instalam a mais poderosa emissora do Rio Grande do Norte, que será a *Rádio Nordeste* e que custará sete milhões de cruzeiros!”<sup>449</sup>

A coluna de Djalma Maranhão foi publicada exatamente ao lado de uma reportagem sobre o andamento da construção da *Rádio Nordeste*, ilustrada com uma foto de Dinarte Mariz, o que demonstrava que a aliança azedava e que a concorrência nas chapas para deputados federais e estaduais seria acirrada e com muitas acusações. O acordo beneficiava exclusivamente as candidaturas ao Senado e, ainda assim, sem muitas garantias quanto ao seu cumprimento por parte dos candidatos e eleitores.

A UDN ficou naquela campanha em uma situação delicada, sobretudo após o suicídio do presidente, estando meio que paralisados com as intensas manifestações de pesar. Se, por um lado, firmou nas candidaturas ao Senado uma aliança com os principais partidos, não conseguia defender e propagandear a aliança com afinco, abrindo espaço para que acordos marginais fossem estabelecidos. A campanha para o Senado, como já afirmamos, não teve grandes investimentos em termos de propaganda política. Para deputados federais, estaduais e vereadores, os candidatos, tanto udenistas quanto pessedistas, engajaram-se individualmente

---

<sup>448</sup> Djalma Maranhão afirmava não ser contrário à presença do deputado em Natal, pois ele poderia ir onde quisesse e desejasse fazer propaganda do seu partido, no entanto, chamava a atenção para a incoerência entre o que o partido pregava, naquele momento, no nível nacional, e a propaganda do partido, no âmbito municipal. Posto de Observação. *Jornal de Natal*, p. 4, 21 agos. 1954.

<sup>449</sup> MARANHÃO, Djalma. Posto de Observação. *Jornal de Natal*, p. 4, 23 agos. 1954.

nas suas próprias campanhas, utilizando-se dos meios de comunicação disponíveis: os periódicos e as emissoras de rádio – *Poty* e *Nordeste*, após a inauguração.

O PSP, por sua vez, ampliando o que já vinha fazendo nas campanhas anteriores, passou a fazer uma propaganda política intensa, com a instalação de diversos subdiretórios do partido e escritórios políticos em cidades do interior e nos bairros de Natal. Além de um escritório central da *Chapa João Café Filho*, no centro da cidade, no qual funcionava um consultório médico e um gabinete dentário para atendimento à população pobre.<sup>450</sup>

Antes mesmo da ascensão de Café Filho à presidência da República já ocorria a intensificação da propaganda política do partido, sobretudo em Natal. Uma página de propaganda, intitulada *Chapa João Café Filho*, era publicada no *Diário de Natal* sob o comando de Eider Varela. O nome dessa página de propaganda política mudou após a ascensão de Café à presidência da República, passando a ser chamada de *Diário da Aliança Social Progressista*.

No caso das candidaturas à Câmara Federal o partido, pela primeira vez desde 1945, não tinha o seu principal nome como candidato, que no início da campanha ocupava o cargo de vice-presidente, depois o de presidente da República: João Café Filho. Por isso, havia o risco de não conseguirem eleger nenhum deputado federal. O lançamento das candidaturas de Eider Varela e de João Galvão foi acompanhado pela intensificação da propaganda política, até então inédita, para as chapas proporcionais. O mais comum era que os candidatos contassem com o apoio de lideranças políticas pelo interior do estado, que garantiam votos em determinadas áreas. No entanto, o partido passou a investir fortemente na propaganda.

Ambas as candidaturas a deputado federal voltaram-se para diversas frentes, sobretudo a de Eider Varela, que atuou desde a compra de *jeeps*, caminhonetes e equipamentos de alto-falantes que foram entregues a chefes políticos que o apoiavam até a instalação de escritórios eleitorais, em vários locais da capital e do interior do estado, ocupando os espaços possíveis de propaganda. A *Tribuna do Norte*, em uma coluna intitulada “Zé Palpite”, que em muitos casos era escrita pelo deputado federal Aluízio Alves (UDN), candidato à reeleição, fazia várias alusões aos custos da candidatura de Eider Varela.<sup>451</sup> Esta campanha desenvolvia-se

---

<sup>450</sup> Os médicos que atendiam no escritório/consultório eram: Dr. Marcelo Carvalho; Manoel Vitorino; Guilherme Barata; Genaro Florio; Fernando Fonseca; Mirabeau Pereira.

<sup>451</sup> “Assegura-se que [ele] adquiriu 12 jeeps e caminhonetes para fornecê-los aos chefes que o apóiam; 300 mil cruzeiros para financiamentos da campanha em Açu, 200 mil cruzeiros em Areia Branca, 60 mil em Caraúbas, 200 mil em Canguaretama.[...] Os peritos financeiros do Sr. Elder Varela estimam a sua campanha para Deputado

também em outras frentes como, por exemplo, um coral composto por mulheres que se apresentavam cantando os hinos de sua propaganda em comícios realizados em vários pontos do estado.



Figura 16 - Coluna Feminina de propaganda de Eider Varela  
Fonte: Diário de Natal (set. 1954)

A campanha eleitoral para a prefeitura de Ceará-Mirim que, em 1952, elegeu o cunhado e primo de Eider, Roberto Varela, também fora dispendiosa. A campanha havia sido comandada por ele mesmo, que havia experimentado inovações nas técnicas de propaganda política na campanha municipal e, em 1954, resolveu investir na sua própria campanha. Pertencente a família de usineiros Varela, da qual o patriarca era o senador Luiz Lopes Varela, Eider havia sido nomeado diretor estadual do órgão federal, Fomento Agrícola, em 24 de maio de 1954. Ao iniciar a campanha passou a ser acusado de utilização de dinheiro público para financiamento da sua candidatura, o que fez com que ele imediatamente pedisse exoneração do cargo.

Foi esse candidato o responsável por levar, pela primeira vez, para muitos pontos do interior do estado, caminhonetes equipadas com alto-falantes, que, como mostramos na abertura deste capítulo, tanto chamaram a atenção daquele sertanejo. Eram os “comandos” motorizados, cheios de luzes, que entravam espetacularmente nos locais onde iam realizar

---

federal em 5 milhões de cruzeiros. E calculando a votação do candidato progressista em 15 ou 16 mil votos. Cada voto sairá numa média superior a 200 cruzeiros o que representa o maior surto inflacionista nas despesas eleitorais do Estado, em qualquer época. Tais despesas são de propaganda financiamento de chefes políticos da *Chapa João Café Filho*.” Instantâneos. (por Zé Palpite). *Tribuna do Norte*, Natal, p. 8. 1 jul. 1954.

comícios, sendo antecidos pela queima de fogos de artifício e músicas entoadas pela Ala Moça.<sup>452</sup>

O encerramento da campanha de Eider Varela em Natal dá uma idéia das modificações empreendidas por ele nas estratégias de propaganda política. Percorrendo as diversas ruas do bairro das Rocas, do Alto do Juruá (Petrópolis), Alecrim, dentre outros, o candidato organizou uma

grande passeata motorizada num jeep ornamentado com “V” luminoso. Eider Varela encabeçava o desfile que despertou atenção geral em todas as ruas e praças. Seguiam o candidato inúmeros outros transportes, inclusive caminhonete feericamente iluminada conduzindo a Ala Feminina que durante todo o trajeto cantava hinos alusivos à vitória. [...] Em outro veículo, também devidamente ornamentado o popular Zé Gamela e Dety Ribeiro acompanhados de músicos ofereciam ao povo números do seu repertório entremeados de dizeres referentes à propaganda [do candidato].<sup>453</sup>

João Galvão e Djalma Maranhão também diversificaram suas campanhas. A despeito de divergências entre Djalma Maranhão e Eider Varela, como confirmava o próprio Djalma,<sup>454</sup> o partido conduzia a campanha atuando em várias frentes. A propaganda das candidaturas de João Galvão e de Djalma Maranhão passaram a ser filmadas pelo cinegrafista José Seabra e exibida semanalmente no cinema Rio Grande e enviadas para a capital federal, pela “*Unida Filma*”, empresa cinematográfica com sede no Rio.<sup>455</sup> O cineasta também seria responsável pelas filmagens do Carnaval de Natal, de 1955, produzindo um filme com 90 minutos.

---

<sup>452</sup> Olha a virada, oba! Olha a virada. *Diário de Natal*, Natal, p. 6, 29 set. 1954.

<sup>453</sup> Aliança Social Progressista. *Diário de Natal*, p. 3, 30 de set. 1954.

<sup>454</sup> “Maranhão afirmava que em todos os partidos ocorriam divergências. Mas no caso do PSP não havia disputa por chefia, pois esta era exercida por Café Filho. A minha tendência é arraigadamente populista. Eider é um homem das classes produtoras e conseqüentemente um líder da ala conservadora. Eu represento o cafeísmo do passado, das lutas heróicas contra a cavalaria, o empastelamento dos sindicatos, os comícios dissolvidos pela polícia, o espírito daqueles 98 eleitores, que em Mossoró, há trinta anos passados votavam corajosamente em Café Filho. As minhas origens políticas são as mesmas de Café Filho e estão nas Rocas e no Alecrim, apoiada nos pescadores do Canto do Mangue, nos barceiros de Areia Branca, nos estivadores de Macau, na classe operária, nos trabalhadores humildes. Sou um candidato pobre. Mas o partido, para crescer e projetar-se na vida política do Estado, precisa do apoio da outra classe, dos industriais, dos comerciantes, dos fazendeiros. Esta é a contribuição magnífica que, Eider trouxe para o partido. Eu represento o populismo, a tendência socialista. Eider reflete o conservadorismo, a tendência burguesa.” *Jornal de Natal*, Natal, p. 4, 23 jul. 1954.

<sup>455</sup> Propaganda em grande estilo. *Jornal de Natal*, Natal, p. 1, 25 agos. 1954.

O PSP também se destacou nos rituais de comensalidade, que são “eventos marcados pelo consumo de comidas e bebidas por parte de eleitores e candidatos.[...] Conquistar votos não é a motivação principal desses rituais, uma vez que a maioria dos participantes, já está predisposta a votar no candidato celebrado” (KUSCHNIR, 2002, p. 243). Bastante freqüentes nas campanhas eleitorais mais recentes, nos anos de 1950, rituais com tais características não tinham se disseminado ainda nas disputas. O que muitos candidatos acreditavam como mais importante era a conquista ou compra do chefe político local, para a definição da votação em determinadas localidades.

O PSP foi o partido que investiu substancialmente nesses eventos, principalmente na capital do estado, mas sem abandonar a mobilização do chefe político local e os eventos tradicionais em diversos pontos do interior do estado. Assim, por exemplo, nos bairros populares de Natal, principalmente, diversos encontros foram realizados: no bairro das Quintas foi oferecido a Djalma Maranhão tatu torrado com *cocktail*,<sup>456</sup> No bairro das Rocas, na escola de samba “Só falta você”, e na Guarita, localidade do bairro das Quintas, foram realizadas paneladas.<sup>457</sup> Além dos rituais de comensalidade, outros eventos foram realizados, dentre os quais: comícios em homenagem a João Galvão de Medeiros<sup>458</sup> e a Djalma Maranhão, também na escola de samba “Só falta você”; cinema campal também no bairro das Rocas; torneios de xadrez patrocinados pelo candidato a deputado federal pelo PSP Xavier Fernandes; vaquejadas, com conotação de festa política. Todos esses eventos, postos a cabo pelos progressistas pelo interior do estado, foram intensificados em Natal, onde o partido fez maioria em quase todas as eleições desde 1945. Todos os bairros eram visitados e vários comícios eram feitos por dia. É importante observar que o trabalhismo naquela campanha tornou-se objeto de disputas políticas. Mesmo antes do 24 de agosto, alguns partidos tentavam a identificação com o operariado. O PSP, na sua página política, passou a publicar uma coluna intitulada “*Secção trabalhista*”, na qual se comentava sobre os direitos do trabalhador. O PTB, através de uma página política publicada no *Diário de Natal*, intitulada “*O PTB em marcha*”, fazia a propaganda dos seus candidatos, além de comentar a conjuntura política

<sup>456</sup> Tatu torrado oferecido a Djalma Maranhão. *Jornal de Natal*, Natal, p. 1, 24 abril 1954.

<sup>457</sup> Panelada é uma comida feita com vísceras (bucha, tripa, etc) mais o mocotó do boi. Hoje e amanhã, intensa movimentação nos grandes redutos cafeístas de Natal. *Jornal de Natal*, Natal, p. 1, 15 maio 1954.

<sup>458</sup> João Galvão ocupava o cargo de diretor da estrada de ferro Sampaio Correia. A propaganda da sua candidatura afirmava: “reequipou, totalmente, a nossa principal ferrovia, construiu açudes para abastecimento d’água em várias cidades servidas pela Sampaio Correia. Ampliou diversos setores daquela estrada de ferro, destacando-se ainda dentre as suas realizações, a construção da Vila Ferroviária, destinada ao operariado daquela ferrovia, em vias de conclusão.”

nacional após a morte de Getúlio Vargas. O partido também tinha um programa radiofônico transmitido às terças e quintas na *Rádio Poty*. O PTB tentou obter algum resultado positivo em relação à mobilização da memória de Getúlio Vargas, realizando um grande comício na Praça Pio X, quando completou um mês de seu falecimento. Mas, os petebistas não obtiveram muito sucesso.

Às vésperas do pleito o *Diário de Natal* realizou uma enquete em vários bairros da capital na qual se apontava que a UDN era vista como a responsável pelo suicídio de Vargas. Assim, o repórter concluía “que o espírito de Vargas dominava o ambiente político nas camadas populares da capital.”<sup>459</sup>

Contudo, em Natal, a hegemonia progressista se mantinha com a herança trabalhista, identificada também com o cafeísmo. A decisão do PTB de registrar alguns ex-comunistas em sua legenda lhes causou muitas acusações ao longo da campanha. Seu aliado, o PRP, ameaçou romper várias vezes a aliança. Inicialmente, solicitando o compromisso daquele partido em não aceitar ex-comunistas. Às vésperas do pleito, o partido lançou um longo manifesto nos jornais, explicando todas as solicitações e respostas do PTB e afirmando que recebera a confirmação de que o partido mantinha a candidatura de um dos acusados. Assim, para o PRP a solução para o problema seria a retirada dos seus candidatos da chapa do PTB “única atitude digna e compatível com situação tão incômoda e vexatória.” Contudo, a legislação eleitoral não mais permitia, por isso o partido deixava as informações para que o eleitor tirasse conclusões.”<sup>460</sup>

Os petebistas afirmavam terem solicitado o cancelamento das candidaturas a deputados estaduais dos suspeitos (Geraldo Sabino, Evlin Medeiros, Petextrato Cruz – o primeiro concorreu pelo PTB, o segundo pelo PR e o terceiro não se candidatou). Contudo, foram mais incisivos nas respostas à Aluizio Alves, pois, nesse caso, entrava em jogo a memória varguista. Assim, Aluizio Alves era chamado de “papel carbono” de Carlos de Lacerda. Para os petebistas ambos haviam tomado conta do cadáver do Major Vaz e estavam entre os parlamentares da UDN, que exigiram das Forças Armadas, a renúncia inconstitucional do presidente Vargas, uma afronta ao povo brasileiro. Além disso, a opinião pública sabia que o suicídio resultou das pressões dos inimigos, dos falsos amigos, [...] dos jornais reacionários,

---

<sup>459</sup> Arrancada final para as eleições. *Diário de Natal*, Natal, p. 3, 15 set. 1954.

<sup>460</sup> Diretório Regional do Partido da Representação Popular. *Diário de Natal*, Natal, p. 4, 28 set. 1954.



chefiados pela *Tribuna da Imprensa* e por Carlos Lacerda, que o colocaram no dilema de escolher entre uma deposição desonrosa e o sacrifício da própria vida.<sup>461</sup>

A quantidade de candidatos a vereador na capital chamava à atenção dos comentaristas políticos: cerca de 170. Como ganhar evidência em meio a um número tão elevado, era a grande questão para os candidatos. Estes tinham as mais diversas opiniões sobre o que os poderia levar à vitória. O açougueiro Luiz Tavares esperava ser eleito, porque seus clientes do mercado votariam nele, pois vendia carne havia muitos anos e acreditava que “cada magarefe, de faca em punho, é um cabo eleitoral seu.” José Gondim havia sido jogador de futebol e confiava que seria eleito pelo trabalho desenvolvido. Mas, afirmava que estava fazendo uma “força louca, até com serenatas eleitorais, que consistiam em atender solicitações de rapazes eleitores, que o chamavam para cantar em serenatas.” Oscar Siqueira esperava ser eleito com a votação feminina, pois conhecia todas as moças da capital. Outro candidato, Justino Bezerra, mandou pintar um retrato que tomava quase toda a esquina do Natal Clube, localizado no centro da cidade. Ele era um dos líderes dos radio-amadores.<sup>462</sup>

Assim, a propaganda desencadeada foi a mais variada. Todos os meios de comunicação foram mobilizados:

correios, telégrafos, telefones, moleques, para que as suas chapas inundem a cidade. Pode-se mesmo dizer que a luta está sendo travada de casa em casa. Na residência do repórter, por exemplo, num só dia, vinte e tantos pacotes de chapas chegaram por diferentes meios de comunicação. Enquanto isso, o telefone tilintava, anunciando novas remessas de chapas, como se tratasse de um escritório eleitoral.<sup>463</sup>

Gostaríamos de evidenciar como a população participa como ator político essencial nessas campanhas, seja o eleitor, que tinha obrigação de votar, seja o não-eleitor, que assim como Maria Mula Manca, viviam o cotidiano da campanha política, sem necessariamente ser dela participante direto. A cidade de Macaíba amanheceu, alguns dias antes das eleições, cheia de cartazes de propaganda eleitoral de dois candidatos à deputado federal e a estadual, Enock Garcia e Alfredo Mesquita, respectivamente. Ocorre que os cartazes foram da

---

<sup>461</sup> Um repto ao Sr. Aluizio Alves. *Diário de Natal*, Natal, p. 4, 22 set. 1954.

<sup>462</sup> Excesso de otimismo dos candidatos à câmara municipal. *Diário de Natal*, Natal, p. 8, 21 set. 1954.

<sup>463</sup> Nunca tantos candidatos a vereador, pediram votos para uma câmara só. *Diário de Natal*, Natal, p. 6, 22 set. 1954.

campanha de 1950, quando ambos pertenciam à mesma chapa. Em 1954, Enock Garcia sequer era candidato, e Alfredo Mesquita era candidato à reeleição. Para o repórter, alguém que queria “fazer confusão” havia guardado os cartazes dos dois candidatos juntos e aproveitou-se da situação e os pregou.<sup>464</sup> O cotidiano das cidades era alterado com comícios que ocorriam em várias localidades

entrecortados pelas caravanas volantes de candidatos adversários. Berraram os alto-falantes, chovem folhetos e retratos, ilumina-se o céu à luz dos fogos de artifícios e marchas vibrantes empolgam as assistências que se improvisam à passagem das caravanas. [...] outros [candidatos] preferiram voar nos centros onde esperam obter votação maciça. Alguns giram de cidade em cidade, onde são apoiados por “cabos eleitorais” de influência local.<sup>465</sup>

À intensidade da propaganda correspondiam reações variadas. Desde reclamações pelo incômodo de um caminhão com alto-falantes instalados que faziam barulho até tarde da noite, até a sobreposição de desenhos e fotografias à propaganda do candidato.<sup>466</sup> Este último aspecto incomodava alguns candidatos, mas divertia outros. Assim, eram feitas as mais diversas montagens das fotografias dos políticos coladas pelas ruas da capital. Intituladas pelo jornalista do *Diário de Natal* como *descoupages política*, algumas imagens provocavam risos nos populares que por lá passavam. Assim, no bairro da Ribeira, na esquina das ruas Tavares de Lira com a Dr. Barata

[...] um quadro do deputado Theodorico Bezerra (o rosto, apenas), no corpo de um funcionário de uma bomba de gasolina, fornecendo o precioso líquido a um freguês. [...] a fotografia do deputado Aluizio Alves, no corpo de um jogador de futebol, em plena carreira, disputando a bola. Nas oficinas dos *Diários Associados* [havia], pregada com grude na parede, [o rosto] do candidato Cristalino Regalado, num corpo de uma banhista perfeita. Cristalino [apareceu e ao olhar a imagem] exclamou aos presentes: se eu tivesse um corpo

<sup>464</sup> Em Macaíba, cartazes eleitorais de Enock Garcia e Alfredo Mesquita. *Diário de Natal*, Natal, 1, 21 set. 1954.

<sup>465</sup> Olha a virada, oba! Olha a virada. *Diário de Natal*, Natal, p. 6, 29 set. 1954.

<sup>466</sup> Perturbando a tranqüilidade da população. *Jornal de Natal*, Natal, p. 4, 21 set. 1954.

escultural desses, eu não seria candidato a deputado, iria ganhar a vida de outra maneira.<sup>467</sup>

Tais ações dos eleitores demonstram, por um lado, um espírito extrovertido, mas, por outro lado, dá uma dimensão da intensidade da propaganda e de como ela ocupava o cotidiano da população, seja através dos jornais impressos ou dos programas políticos transmitidos pelas emissoras de rádio, inclusive pela *Rádio Nordeste* fundada naquele ano.<sup>468</sup> Assim, o jornalista do *Diário de Natal* apresentava à cidade, dois dias antes do pleito,

multiplicaram-se por postes, muros e paredes, os cartazes de propaganda em todas as cores, tamanhos e faixas. Berreiro de alto-falantes e, sobretudo, a distribuição de boletins anônimos, desses que tentam as últimas horas desmanchar o prestígio político e até mesmo pessoal dos concorrentes, sem que as vítimas tenham tempo para revidá-los.<sup>469</sup>

#### 5.4 Resultados eleitorais

As eleições transcorreram com tranqüilidade e votaram 190.333 eleitores. Objetivamos neste item apontar alguns aspectos dos resultados eleitorais e de questões relacionadas a fraudes, conhecidas como *brejeiras*, termo que já aparecera na imprensa local em 1954.

Quanto aos números ao Senado chama a atenção o alto índice de votos nulos e brancos, que refletem a dificuldade no cumprimento da “*Fórmula Café Filho*”. Em redutos udenistas o candidato do PSD não obteve uma votação proporcional, e a recíproca era verdadeira. Apesar dos temores quanto ao fracasso da aliança, os resultados finais demonstram que a candidatura José Varela cresceu, porém não chegou a ameaçar a eleição de Georgino Avelino. Os beneficiados com a aliança foram Dinarte Mariz (UDN), que já havia concorrido a duas eleições para o Senado, não obtendo êxito em nenhuma delas, e o outro eleito Georgino Avelino, que não teve sua reeleição ameaçada. O apoio do PSP e de parte do PSD, em 1954, foi essencial para a vitória de ambos e para Dinarte Mariz ser o mais votado.

<sup>467</sup> Descoupagens políticas. *Diário de Natal*, Natal, p. 6, 11 set. 1954.

<sup>468</sup> Entrou no ar a Rádio Nordeste. *Jornal de Natal*, p. 1, 10 set. 1954.

<sup>469</sup> Encerrou-se ontem a propaganda eleitoral. *Diário de Natal*, Natal, p. 1, 1 out. 1954.

**Tabela 20 Votação para Senadores da República – Rio Grande do Norte (1954)**

Candidatos	Total no Estado
<b>ELEITOS</b>	
Dinarte Mariz (UDN)	103.711
Reginaldo Fernandes (Suplente- PSP)	93.910
Georgino Avelino (PSD)	81.958
Sérgio Marinho (Suplente- PSP)	64.861
<b>NÃO ELEITOS</b>	
José Augusto Varela (PDC)	60.527
João Ferreira de Souza (Suplente PDC)	64.861
Otto Guerra (PRP)	46.957
Abelardo Calafange (Suplente- PR)	32.399
<b>Branco SENADORES</b>	81.612
<b>SUPLENTE</b>	134.475
	5.901

O fato de o eleitor ter de votar quatro vezes para o Senado (2 senadores e 2 suplentes) causou uma certa confusão, fazendo com que o índice de brancos/nulos fosse muito alto, suplantando a votação nominal do primeiro classificado. Isto pode significar que a união PSD/UDN/PSP não agradara, no nível geral, ao eleitorado, que fez suas próprias combinações de votos, basta observarmos que nenhum dos candidatos obteve uma votação proporcional a do seu companheiro. Outro aspecto a ser observado refere-se à votação obtida pelos candidatos a suplentes, pelo PSP. A diferença de quase 30.000 mil votos entre eles, bem como a diferença entre eles e seus respectivos candidatos a senadores, é mais uma demonstração do descumprimento do acordo, por parte das lideranças políticas do interior do estado. Mas também, por parte da população, que fez suas próprias opções. A campanha eleitoral para o Senado foi, como já afirmamos, pouco propagandeada, com os candidatos passando maior parte do tempo ausentes do estado e das atividades de campanha, o que pode ter sido outro fator que contribuiu para os resultados eleitorais apresentados.

Em Mossoró, os resultados também demonstram as dificuldades de cumprimento do acordo estabelecido, para o Senado. O maior partido do município era o PR, dissidente em 1950, da UDN, e naquela campanha, tinha um candidato a suplente, em aliança com o PRP. A aliança estabelecida para deputado federal foi com o PSD, que inclusive registrou o então

deputado federal do PR, Dix-Huit Rosado. Tal aspecto tornava improvável, se não impossível, o cumprimento da “Fórmula Café Filho”.<sup>470</sup> Assim, os senadores mais votados foram Otto Guerra (PRP) e Georgino Avelino (PSD) e o deputado federal mais votado foi Dix-Huit Rosado. É importante observar que os partidos (UDN, PR e PSD) tiveram votação em massa em alguns candidatos: Tarcísio Maia da UDN, com cerca de 2.500 dos cerca de 2.800, que o partido obteve na cidade, ficando nomes importantes do partido como Aluizio Alves com menos de 20 votos, Djalma Marinho com 6 e José Augusto com apenas 5 votos na cidade.

Essa questão de Mossoró nos remete ao cômputo geral para deputado federal, que deixou muitos candidatos e eleitores perplexos. Os votos brancos/nulos totalizaram 10.359 votos, um número bem menor do que para o Senado, porém, ainda um percentual alto. A UDN, que liderou a votação para o Senado, não obteve o mesmo resultado nas cadeiras proporcionais, perdendo uma das conseguira em 1950 e elegendo somente dois deputados. Além disso, conflitos internos dentro do partido acabaram por contribuir para a derrota e fim da carreira política de um dos maiores nomes do partido e deputado federal desde 1945: o ex-governador do estado José Augusto Bezerra de Medeiros. O PSD foi o maior beneficiário dos conflitos internos da UDN, conseguindo reeleger os mesmos três deputados federais<sup>471</sup>. Contudo, o PSP foi o grande vitorioso naquela campanha, elegendo dois deputados federais, exatamente os que mais investiram em propaganda política.

Um dos aspectos mais lembrados dessa eleição pela bibliografia refere-se à derrota de José Augusto Bezerra de Medeiros, que é freqüentemente atribuída a uma fraude eleitoral (“brejeira”) ocorrida na cidade de São Paulo do Potengi. Gostaríamos de retomar aqui um aspecto abordado no primeiro capítulo, que é a explicação dada por Dinarte Mariz para a derrota eleitoral do seu primo e correligionário. Ele afirma sentir-se culpado por essa derrota em função do seu afastamento da campanha, provocada pelo suicídio de seu irmão, Rui Mariz, então prefeito da cidade de Caicó; como também por ter contribuído para a entrada de “novos elementos na chapa”, apesar da resistência inicial do próprio José Augusto, que depois compreendia sua posição.

Temos a observar com relação a essas duas questões que, em primeiro lugar, o afastamento de Dinarte Mariz da campanha política de 1954 não pode ser atribuída

---

<sup>470</sup> O jornal não divulgou o resultado dos suplentes de senadores.

<sup>471</sup> Já afirmamos anteriormente que Dix-Huit pertencia ao PR, porém foi registrado, em 1954, pelo PSD.

exclusivamente ao falecimento do seu irmão.<sup>472</sup> Tal fato ocorreu em 27 de setembro de 1954 e as eleições, em 3 de outubro, portanto, cerca de uma semana depois, o que significa que o afastamento poderia nem ter sido tão significativo assim, dado o pouco espaço de tempo. O fato é que em uma eleição “garantida” ou tida como tal, nem os candidatos ao Senado Georgino Avelino e Dinarte Mariz, nem seus suplentes Reginaldo Fernandes e Sérgio Marinho envolveram-se na campanha de forma sistemática. Dinarte Mariz, apesar de ter percorrido as várias regiões do estado e de ter financiado várias candidaturas, não se envolveu com a reeleição de José Augusto.

Em segundo lugar, mas não menos importante, não houve um “novo” nome na chapa que pusesse em risco a reeleição de José Augusto. Tal nome surgira em 1945: Aluizio Alves. Em 1954, já era a terceira eleição para deputado federal que ele enfrentava e seu nome ascendia junto ao eleitorado, não necessariamente, com os votos que seriam dados a José Augusto. Aqui há de se considerar que o partido lançou cinco candidatos. Dois deles eram da região Oeste e monopolizaram os votos na área. Basta lembrar que em Mossoró José Augusto recebeu cerca de cinco votos. O nome que aparece como novidade naquela campanha, recebendo votação em massa na cidade, foi o do udenista Tarcísio Maia. Tal questão nos remete ao envolvimento da UDN com a eleição também tida como “garantida” daquele que já havia sido por anos o grande líder do antigo PP e, depois de 1945, da UDN. Poucos dias antes da eleição o deputado completara 70 anos e, absorto com sua vida parlamentar na capital federal, foi poucas vezes ao seu estado fazer campanha.

Vale salientar que começou a ocorrer um processo de críticas ao nome do ex-governador, através de notícias publicadas na *Tribuna da Imprensa*, cuja fonte pode ter sido Aluizio Alves. Um artigo de Carlos Lacerda, publicado naquele jornal e comentado pelo *Jornal de Natal*, é demonstrativo de como a figura de José Augusto começava a ser menosprezada dentro do partido. No artigo o jornalista analisava a posição da UDN nos estados e, ao referir-se ao Rio Grande do Norte, teceu críticas a José Augusto, chamando-o de “deputado aposentado”, e elogios a Aluizio Alves, atribuindo-lhe responsabilidades pela chefia da UDN estadual. Carlos Lacerda almejava ter nos estados uma influência maior e no Rio Grande do Norte sua aproximação era com Aluizio Alves, que inclusive havia fundado

---

<sup>472</sup> O irmão de Dinarte Mariz, Rui Mariz, era prefeito da cidade de Caicó, eleito em 1952. Médico, formado pela Faculdade de Medicina da Bahia, o prefeito era solteiro e tinha 36 anos. Suicidou-se em 26 de setembro de 1954.

um jornal nos mesmos moldes da *Tribuna da Imprensa* e ocupara, por diversas vezes, o cargo de redator-chefe do jornal deste jornal.

Além dessas críticas, circularam algumas notícias, durante a campanha política, de que o deputado perdera apoio político, em algumas regiões do estado. Na cidade de Goianinha, por exemplo, o chefe político Agenor Lima, que, tradicionalmente, apoiava José Augusto, resolveu, em 1954, apoiar Djalma Marinho.<sup>473</sup> O mesmo ocorreu em outros municípios, inclusive na região do Seridó, reduto de José Augusto, causando a ampliação dos votos de Marinho, em detrimento do nome do ex-governador. Para o jornalista de o *Jornal de Natal*, dentro da UDN, havia um movimento de boicote ao nome do ex-governador, que o fazia afastar-se da disputa: “ferido na sua dignidade profissional e nos seus sentimentos humanos, o velho deputado retira-se silenciosamente do páreo. Não quer competir com o modernismo da concorrência desleal.”<sup>474</sup>

Tais questões adquirem importância devido ao fato de serem disputas intra-partidárias que demonstram como a UDN se dividiu, após a composição do acordo para o Senado e de como essas questões resultaram na disputa para deputado federal. Contudo, gostaríamos de evidenciar que a campanha para deputado federal daquele ano foi a primeira com fortes investimentos em termos de propaganda política. O candidato mais votado foi o que mais forte investiu e entrou na campanha, ainda desconhecido, pois não disputara ainda nenhum cargo público. Esse aspecto é importante de ser evidenciado para demonstrar que as disputas políticas ficavam mais sofisticadas e a propaganda aparecia como um aspecto absolutamente relevante na disputa, não que fosse a única.

A vinculação às lideranças políticas municipais e regionais era um aspecto importante para o êxito dos candidatos em algumas áreas, seja concorrendo para deputado federal, estadual ou vereador. As formas pelas quais as vinculações eram realizadas variavam, porém o prestígio era extremamente importante. Destacamos, mais uma vez, o PSP e sua inserção em algumas localidades do interior do estado, que para deputado estadual também ampliou significativamente sua votação. Assim, na região do litoral Sul, importantes votos foram angariados pelos candidatos progressistas. Em Canguaretama, por exemplo, onde a principal liderança política do município era o progressista José Carvalho e Silva, o partido elegeu

---

<sup>473</sup> Perde o deputado José Augusto o eleitorado de Goianinha. *Diário de Natal*, Natal, p. 4, 10 agos. 1954.

<sup>474</sup> José Augusto teria comentado entre udenistas que destacava duas figuras que teriam ascendido politicamente, via seu prestígio e apoio, e, após consolidarem sua carreira, se voltarem contra ele: Dioclécio Duarte e Aluizio Alves. MARANHÃO, Djalma. Posto de observação. *Jornal de Natal*, Natal, p. 1, 25 maio 1954.

todos os vereadores, num total de 11.<sup>475</sup> Em Goianinha, o candidato à deputação estadual Djalma Maranhão foi votado em praticamente todas as seções eleitorais, graças ao apoio do prefeito da cidade, Adauto Rocha, que, dando uma soberba demonstração do seu prestígio, obteve para o seu candidato a deputado estadual, o jornalista Djalma Maranhão, uma espetacular vitória em todas as urnas da cidade, derrotando, inclusive o coronel José Lúcio, que também é candidato.

Alguns aspectos são importantes de serem observados, pois são demonstrativos de que os redutos eleitorais iam sendo quebrados e outros candidatos adentravam os municípios. Em Baixa Verde, reduto pessedista da família Câmara, por exemplo, o ex-prefeito da cidade e candidato a deputado estadual, Francisco Bittencourt, havia prometido cerca de 400 votos para o candidato a deputado estadual Joaquim Câmara. No entanto, esse somente obteve na cidade um pouco mais de 150. Também o deputado federal José Arnaud teria sido traído, pois apareceram mais de 600 votos para outros candidatos, fato inédito naquele município. Muitos desses votos eram para o ex-prefeito e para candidatos a deputados federais de outros partidos.<sup>476</sup>

Ao longo da campanha, alguns juízes foram, mais uma vez, acusados de irregularidades na inscrição de candidatos e na entrega de títulos eleitorais, não atingindo, porém, as proporções das campanhas anteriores, nem muito menos comprometendo todo o processo eleitoral. As fraudes ou tentativas de fraude também ocorreram nessa campanha, causando uma enorme crise no PSD, partido tradicionalmente acusado de sua prática, sobretudo o presidente, Theodorico Bezerra. As denúncias quase fizeram implodir o PSD. O então deputado federal Mota Neto, candidato a deputado estadual, se sentiu prejudicado, pois ficou na segunda suplência, e iniciou uma ofensiva contra o presidente do partido e principal acusado, mais uma vez, de ser autor e incentivador das fraudes, Theodorico Bezerra. Algumas integrantes apaziguaram os ânimos. Acertou-se a convocação de dois deputados para as secretarias de estado, e os dois suplentes assumiram os mandatos, Patrício Neto e Mota Neto.

Na UDN acusações também foram feitas, sem, no entanto, atingirem as proporções das que ocorreram no PSD. As denúncias de que atas eleitorais estavam sendo fraudadas beneficiando determinados candidatos ocorreram em várias cidades do estado. Os atos teriam

---

<sup>475</sup> Compareceram às urnas naquele município cerca de 2.095 eleitores. Vitória maiúscula do PSP em Canguaretama. *Jornal de Natal*, Natal, p. 1, 9 out. 1954.

<sup>476</sup> *Jornal de Natal*, Natal, p. 4, 9 out. 1954.



sido praticados pelos candidatos, com a conivência de juízes. Em São Miguel o beneficiado, com 400 votos, teria sido Israel Nunes.<sup>477</sup> O TRE designou um juiz corregedor para apurar as fraudes. No entanto, as cédulas de votação haviam sido incineradas. Em Acari, votos inicialmente apurados desapareceram na contagem final. Em Macaíba, na localidade de Serra Caiada, as cédulas depositadas nas urnas também teriam sido trocadas. Essa denúncia atrasou a finalização da apuração e a conseqüente diplomação dos eleitos, que somente ocorreu em janeiro de 1955.<sup>478</sup>

### **5.5 Alianças e propaganda: campanha política de 1955**

As articulações políticas para as eleições de 1955 se iniciaram ainda durante a campanha eleitoral de 1954 e se intensificaram durante a apuração dos resultados. Tal eleição trazia uma novidade para o eleitor potiguar, pois era a primeira vez que se votaria para quatro cargos majoritários e nenhum proporcional: presidente e vice-presidente da República; governador e vice-governador do estado.

As definições das alianças para o governo estadual, daquela vez, também passaram por várias idas e vindas. Logo após a apuração dos votos das eleições de 1954, o nome mais votado ao Senado, Dinarte Mariz, surgiu como o candidato mais forte e preferido pelo presidente Café Filho para o governo do estado. Contudo, o senador anunciou que não se candidataria. Resistências ao seu nome ocorriam dentro da própria UDN e notícias na imprensa aventavam motivos que dificultariam a afirmação de sua candidatura. Um deles seria uma rebelião da chamada “velha guarda” udenista, que andava ressentida com Dinarte Mariz, pela derrota de José Augusto em 1954. O senador, na verdade, apoiara outro candidato a deputado federal e, em Caicó e cidades vizinhas, tirara mais de dois mil votos que seriam direcionados para José Augusto, contribuindo assim para sua derrota.<sup>479</sup>

Com tal desistência, o PSP tentou indicar o nome do suplente de senador eleito em 1954, Reginaldo Fernandes. No entanto, a UDN articulou-se internamente de modo que escolhido fosse mesmo o senador Dinarte Mariz e, para vice, o candidato derrotado ao Senado em 1954, o ex-governador do estado José Augusto Varela do PDC. Esses candidatos

---

<sup>477</sup> Jornal de Natal. 21 de outubro de 1954. p. 1 Jornal de Natal. 23 de outubro de 1954. Pág.1

<sup>478</sup> Vergonhas eleitorais. *Jornal de Natal*, Natal, p. 1, 28 out. 1954.

<sup>479</sup> Não pretendem ser chefiados por Dinarte nem olham com simpatia a sua candidatura, tradicionais chefes seridoenses. *Diário de Natal*, Natal, p. 6, 9 nov. 1954.

formaram a *Frente Popular Democrática* (FPD- composta por UDN, PDC, PSP e PST). O PSP entrou na aliança negociando a prefeitura de Natal, lançando o nome de Djalma Maranhão. A luta pela autonomia política do município continuava se desenvolvendo na Assembleia Legislativa, defendida com afinco pelos progressistas, os quais já escolhiam seu candidato para uma possível disputa ou para uma possível indicação pelo governador eleito.

O PSD, por sua vez, em função da divisão interna que assolou o partido durante a apuração das eleições de 1954, demorou-se na definição de um nome que disputasse o governo do estado. E tal nome saiu de uma dissidência da UDN: Jocelim Vilar. Contudo, a indicação do candidato a vice-governador também provocou graves discussões internas no PSD. Diversos nomes foram cotados: Antonio Soares, Creso Bezerra, Francisco Bittencourt, Jessé Freire, resultando, depois de muita discussão, na indicação do último.

No nível nacional, a herança política getulista direcionava as tentativas de acordos, chegando, inclusive, os grandes partidos a aventarem a possibilidade de lançamento de uma candidatura de “união nacional”. O fracasso dessa proposição antecipou o lançamento das candidaturas no início de 1955, com o PSD saindo na frente com o nome de Juscelino Kubistchek como candidato à presidência da República. A aliança estabelecida com o PTB (reunia ainda PR, PTN, PST, PRT), que indicou João Goulart para vice-presidente, foi importante para atrair os getulistas e capitalizar a memória varguista. Como afirma D’Araújo,

a direção pessedista, liderada por Amaral Peixoto e pelo próprio Juscelino, conseguiu neutralizar as reações anti-Jango dentro do PSD. O candidato presidencial se comprometia com Jango a oferecer ao PTB as pastas do Trabalho e da Agricultura, assim como todos os cargos atinentes à Previdência Social. Os nomes seriam da livre escolha de Juscelino, à exceção das nomeações para o Rio Grande, que seriam feitas por indicação de Goulart. O PSD se comprometia ainda a aceitar o programa mínimo do PTB, para o futuro governo. (1996, p. 107)

Contudo, tal aliança provocou dissidências entre os trabalhistas. Alguns dos dissidentes passaram a denunciar as aproximações entre os petebistas e os comunistas. Parte significativa das denúncias provinha do grupo ligado a Danton Coelho, que aceitara a indicação para concorrer à vice-presidente na chapa com Adhemar de Barros, na tentativa de restaurar a “Frente Populista” de 1950. Com a recusa do PTB, Danton filiou-se ao PSP e

concorreu ao lado de Adhemar de Barros (contaram com o apoio do PST). Adhemar se comprometera em apoiar Getúlio Vargas em 1950, em troca do apoio dele, ao seu nome nas eleições de 1955. No entanto, apesar do suicídio de Vargas, em 1954, o PSP ascendia à presidência da República, com João Café Filho, o que criava uma conjuntura que poderia favorecê-lo.

Os udenistas optaram, mais uma vez, por um militar, o general Juarez Távora, formando e liderando a Frente de Renovação Nacional (FRN – composta por PDC, PSB e PL). Para vice-presidente escolheram o também udenista Milton Campos. O PRP lançou Plínio Salgado como candidato à presidência, sem, contudo, indicarem um vice-presidente. Dias antes do pleito, o PRP sugeriu que os seus partidários votassem em João Goulart para vice-presidente. É importante observar que as eleições para presidente e vice-presidente, governador e vice-governador de estado, eram desvinculadas. Desse modo, o vice-presidente, assim como o vice-governador, também fazia campanha política e era eleito diretamente pela população.

Ao longo do ano de 1955, as candidaturas eram lançadas, os partidos e candidatos se voltavam para estratégias de propaganda política, porém, em diversos momentos, alguns segmentos como políticos udenistas golpistas, militares e parte da grande imprensa tentaram inviabilizar o pleito ou fizeram defesa direta de golpe de estado. Retomaremos esse tema no item seguinte, ao analisarmos as memórias de Café Filho sobre esse período.

As características dessa eleição, com votação estadual apenas para governador e vice-governador, ao mesmo tempo em que se escolhia o presidente e o vice-presidente da República, tornava as alianças locais complexas. A FPD se dividia quanto ao apoio aos candidatos do executivo federal. Enquanto os progressistas apoiavam Adhemar de Barros/Danton Coelho, os udenistas apoiavam Juarez Távora/Milton Campos. Tal aspecto tornava a disputa mais intensa, principalmente na capital do estado, dado que tanto a UDN quanto o PSP realizavam comícios de propaganda dos seus candidatos ao executivo federal e incluíam nela a propaganda ao executivo estadual. Assim, as caravanas se destacavam percorrendo as mais diversas localidades do interior do estado, com farta distribuição de material fotográfico e impresso. A mesma estratégia das campanhas anteriores com realização de comícios nas sedes dos municípios, mas também nos mais longínquos povoados, que contavam com a presença dos candidatos ao governo do estado ou não. Muitas vezes, os

integrantes do partido que atuavam em determinadas regiões eram os responsáveis pela movimentação pelas localidades, com comícios, sem a presença dos candidatos.

Em Natal, o PSP tomava conta com a fundação de diretórios, comícios nos mais diversos bairros, rituais de comensalidade, distribuição de fotografias dos candidatos, no mesmo ritmo da campanha de 1954. A campanha de Adhemar de Barros à presidência da República foi intensificada e alguns aspectos já utilizados pelo PSP estadual na campanha de Eider Varela a deputado federal, em 1954, foram incorporados na campanha do progressista, que esteve em diversas cidades do estado realizando comícios. A campanha do candidato incluiu uma propaganda publicada no *Jornal de Natal*, veiculada em emissoras de rádio, que abordava temas como industrialização, construção de estradas, bem como apresentava dados comparativos de obras feitas por ele e pelos outros candidatos. Contou ainda com a distribuição de cerca de duzentos discos com músicas de propaganda política de Adhemar de Barros. A intensificação da campanha se deu com a fundação de vários comitês de propaganda política na capital. A idéia era fundar 50 comitês em 10 dias. “Em cada casa, em cada rua, em cada bairro, vai ser fundado um comitê de propaganda de Adhemar e de Dinarte”<sup>480</sup>. Essa propaganda era vinculada à de Djalma Maranhão para a prefeitura de Natal. Este tinha um programa diário na *Rádio Nordeste*, no qual abordava questões da política local e nacional, fazendo propaganda também de seus candidatos.

O PSD também intensificou sua propaganda política e a vinculou às candidaturas de Juscelino Kubistchek/João Goulart. Ambos estiveram no estado participando de comícios. Em uma dessas visitas Juscelino foi levado pelo presidente do Diretório Estadual do partido para a sua fazenda, Irapuru, localizada na cidade de Santa Cruz. Da programação constava uma vaquejada, muito comum na região. Os bois fortes foram pintados com a sigla do PSD e com o nome de Juscelino, enquanto os mais magros foram pintados com a sigla da UDN. A vaquejada foi programada em dois dias, em um dos quais se deu a realização da feira, o que, por si só, já atraía um grande público. Foram distribuídos 10 prêmios aos participantes, entre eles, um garrote holandês puro sangue (BEZERRA, s/d, p. 115-116).

Os comunistas declararam apoio às candidaturas do PSD/PTB. No estado, Luiz Maranhão ainda tentou articular sua candidatura a deputado estadual, mas não obteve êxito, pois os partidos não se arriscaram com alguém assumidamente comunista. Para ele, o que

---

<sup>480</sup> Cinquenta comitês em dez dias. *Jornal de Natal*, Natal, p, 4, 13 agos. 1955.

estava em jogo nas eleições era a própria democracia brasileira e, por isso, era necessária a mobilização da opinião pública para a defesa da Constituição. Assim, apoiavam Juscelino Kubistchek/João Goulart e no estado, Jocelim Vilar/Jessé Freire.<sup>481</sup>

A campanha de ambas as alianças foi encerrada em Natal. Contudo, as estratégias foram diferentes: enquanto a FPD optou pela realização de comícios simultâneos em diversos pontos da capital, o PSD/PTB/PR realizaram um grande comício no centro da cidade.

As eleições transcorreram com tranqüilidade. A grande novidade naquele ano foi a instituição da cédula única de votação para presidente e vice-presidente da República, que foi bem recebida pelos eleitores. Para governador e vice-governador Dinarte Mariz/José Varela venceram em 48 dos 65 municípios que o estado possuía, enquanto Jocelim Vilar/Jessé Freire em 17.

**Tabela 21 Votação para Governador e Vice-governador do Estado (1955)**

Candidatos/partidos	Total no estado
<b>Governador</b>	
Dinarte de Medeiros Mariz (UDN)	80921
Jocelyn Vilar de Melo (PSD)	66999
<b>Vice-governador</b>	
José Augusto Varela (PDC)	80325
Jessé Pinto Freire (PSD)	66464

Essa foi a primeira derrota efetiva do PSD ao governo do estado, desde 1945. Em 1950, o partido não encabeçara a chapa majoritária, mas indicara o vice-governador, passando a assumir o governo do estado, com a morte do governador eleito, Dix-Sept Rosado. A votação do partido decrescia a cada eleição, e, em 1955 a estratégia de um candidato dissidente da UDN não funcionou.

**Tabela 22 Votação para Presidente e Vice-presidente da República (1955)**

Candidatos/partidos	Total no estado
<b>Presidente</b>	
Juscelino Kubistchek (PSD)	57200
Juarez Távora (UDN)	45425
Adhemar de Barros (PSP)	24822
Plínio Salgado (PRP)	13088
<b>Vice-presidente</b>	
João Goulart (PTB)	67005
Milton Campos (UDN)	56138

<sup>481</sup> Votar nos quatro jotas, dever de todos os democratas. *Diário de Natal*, Natal, p. 3, 30 set. 1954.

A apuração dos resultados ocorria em meio ao clima de acirramento, no nível nacional. A vitória apertada de Juscelino Kubistchek/João Goulart evidenciava mais ainda os ímpetos golpistas presentes em vários setores da sociedade brasileira e que marcaram aquela campanha política.

### **5.6 João Café Filho: entre confissões humanas e imagens políticas sobre o “golpe preventivo” de 1955**

Café Filho assumiu imediatamente o governo, após o suicídio de Getúlio Vargas, em agosto de 1954, passando a compor o seu ministério, o que foi motivo de embate político, pois a aproximação com os udenistas foi imediata. Ainda diante das manifestações de comoção na capital federal, o novo presidente nomeou para os ministérios diversos políticos e militares identificados como anti-getulistas: Eugênio Gudim, no Ministério da Fazenda, o Brigadeiro Eduardo Gomes na Aeronáutica, Amorim do Vale, na Marinha, Juarez Távora no Gabinete Militar, Caronbert Pereira da Costa, chefe do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA), substituindo, em setembro de 1954, o marechal Mascarenhas de Moraes, dentre outros. Vale salientar que ocorreu alta rotatividade nos ministérios de Café Filho e que a UDN fez pressão durante todo o governo e, em muitos casos, conseguiu indicar nomes ou evitar que políticos ou militares identificados como getulistas fossem nomeados.<sup>482</sup>

A aproximação com a UDN e as declarações abertamente golpistas de alguns dos seus integrantes como Carlos Lacerda, sem nenhuma declaração, mais veemente, em sentido contrário, do presidente da República, causaram desconfianças em alguns segmentos da sociedade brasileira quanto ao posicionamento de Café Filho.

<sup>482</sup> Os titulares mais estáveis foram: Edmundo Jordão Amorim do Vale (Ministério da Marinha - 27.08.1954 a 11.11.1955); Eduardo Gomes (Ministério da Aeronáutica - 24.08.1954 a 11.11.1955); Henrique Baptista Duffles Teixeira Lott, (Ministério da Guerra - 25.08.1954 a 11.11.1955); Raul Fernandes (Ministério das Relações Exteriores - 26.08.1954 a 11.11.1955); Cândido Motta Filho (Ministério da Educação e Cultura - 01.09.1954 a 11.11.1955); Napoleão de Alencastro Guimarães (Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio - 24.08.1954 a 11.11.1955).



### O MUTILADO

- Não acha você que ele está muito parado para quem se encontra a beira do abismo? Até parece que perdeu os braços...
- E perdeu mesmo. A “bomba” estourou nas mãos dele!

Figura 17 - Charge revista *A Careta*  
 Fonte: Revista *A Careta* (1954) Acervo Biblioteca Nacional

A indicação do jurista norte-rio-grandense Seabra Fagundes para o Ministério da Justiça foi importante para a manutenção da ordem, a contenção da agitação que tomava conta de diversos pontos do país e, principalmente, para a realização das eleições marcadas para 3 de outubro de 1954. O fato de ele não ser ligado a partidos políticos e de ser um jurista respeitado, também por seus posicionamentos em relação à atuação da Justiça Eleitoral, ajudava muito naquele momento. Seabra Fagundes assumira a interventoria do Rio Grande do Norte, após a deposição de Getúlio Vargas, em outubro de 1945, já que exercia o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado. Posteriormente, afastou-se da magistratura e instalou uma banca de advocacia no Rio de Janeiro. Ele permaneceu ministro entre agosto de 1954 e fevereiro de 1955, quando pediu exoneração do cargo.

O motivo para a saída do ministério foi a divergência com Café Filho em relação à condução da sucessão presidencial. Para ele, o governo não deveria opinar sobre as candidaturas e a campanha eleitoral, mas apenas conduzir o processo sucessório. O presidente, no entanto, o contradisse publicamente, quando se pronunciou a respeito de um documento, elaborado pelos militares, que defendia a candidatura única, civil e apoiada pelos militares. Café Filho não apoiava o nome de Juscelino Kubistchek para a presidência, lançado pelo PSD dias depois do pleito de 1954. As diversas declarações dadas por Seabra Fagundes, na condição de Ministro da Justiça, eram de garantias para a livre propaganda eleitoral e de segurança para a realização das eleições.

O documento das forças armadas foi divulgado no programa *Voz do Brasil*, e a tese de união nacional era uma crítica à candidatura de Juscelino Kubistchek, o que causou protestos de vários políticos. Para eles, cabia aos partidos e não aos militares e ao presidente indicar seus candidatos. Para a vaga de Seabra Fagundes foi nomeado um ex-ministro de Vargas, Alexandre Marcondes Filho, o que causou descontentamento entre os udenistas. Cerca de três meses depois, ocorreu mais uma mudança no Ministério da Justiça, sendo indicado dessa vez o udenista Prado Kelly.

Os militares lançaram-se na ofensiva ao longo do ano de 1955. E entre agosto e novembro a movimentação foi intensa. Alguns militares preocupados com a ampliação da atuação de militares conservadores no governo de Café Filho se organizaram e fundaram o Movimento Militar Constitucionalista (MMC), com o objetivo de garantir a realização das eleições presidenciais e a posse dos candidatos eleitos. Liderado pelo coronel José Alberto Bittencourt, com o apoio do general Zenóbio da Costa, o MMC teve forte penetração no



exército, em setores da marinha e da aeronáutica. O movimento contrapunha-se a uma ala conservadora que desde 1952 estava organizada na Cruzada Democrática (FERREIRA, 2005, p. 216).

A solenidade comemorativa de um ano de falecimento do Major Rubens foi um momento para os militares golpistas ganharem evidência. O general Canrobert Pereira da Costa, então chefe da EMFA, que tinha intenções de ser um candidato de consenso dentro da tese de união nacional, ao ver suas pretensões frustradas passou a combater a democracia. Assim, no evento de 5 de agosto entre outras assertivas disparou contra a democracia brasileira. Para ele, o quadro que se apresentava para os militares era o de decidir “entre uma pseudo-legalidade, imoral e corrompida, e o restabelecimento da verdade e da moralidade democrática mediante uma intervenção aparentemente ilegal.” (Id. Ibid., p. 218). Ele afirmava ainda que as eleições seriam fraudadas e concluía “a essa mentira de democracia que teimamos em viver [acusando] a falsificação democrática que abastarda e arruína, entontece e decompõe o Brasil.” (Id. Ibid., p. 219).

Os udenistas, principalmente Carlos Lacerda, e alguns militares, aproveitaram-se da fala e passaram a dar opiniões no mesmo sentido, em apoio ao general e abertamente golpistas. A *Tribuna da Imprensa*, mais uma vez, abriu espaço para eles. À medida que as eleições de 1955 se aproximavam, intensificavam-se os confrontos. Diversas declarações abertas contra as instituições democráticas e a realização das eleições presidenciais, marcadas para outubro, ganhavam outros órgãos da imprensa: udenistas, temerosos de mais derrota, defendiam o adiamento das eleições; militares anti-getulistas defendiam uma intervenção militar. Como afirma Ferreira, “durante o ano de 1955, sobretudo de agosto a novembro, uma ampla campanha favorável ao rompimento institucional, abrindo caminho para uma ditadura, foi desencadeada por setores civis e militares direitistas, sobretudo identificados com o udenismo lacerdista.” (FERREIRA, 2005, p. 216-217)

Outras estratégias também foram postas em prática. A UDN apresentou na câmara uma emenda constitucional que previa a transferência das eleições para o congresso, caso nenhum partido obtivesse maioria absoluta, ou seja, cinquenta por cento dos votos mais um. A emenda, no entanto, foi derrotada.

João Goulart passou a ser o principal alvo dos ataques. Assim, Carlos Lacerda fez acusações a Goulart na TV-Rio e em 17 de agosto de 1953 a *Tribuna da Imprensa* divulgou uma carta, que teria data de 5 de agosto de 1953, quando Goulart ocupava o cargo de Ministro

do Trabalho. A suposta carta teria sido endereçada pelo deputado argentino Antônio Brandi e seu teor se referia a conversas, propostas pelo ministro brasileiro ao presidente da Argentina Juan Domingos Péron, sobre a possibilidade de criação de uma República sindicalista no Brasil. A denúncia mais grave se referia a compra de armas que teria sido feita por Goulart na “fábrica militar de Córdoba” e que estariam entrando clandestinamente no Brasil pela cidade de Uruguaiana. Acusações de compra de armas já haviam sido feitas por Carlos Lacerda a Goulart. Denúncia essa que foi investigada e desmentida pela polícia do Rio de Janeiro. A “Carta Brandi”, como ficou conhecida, alimentou os ímpetus golpistas da oposição e foi usada para se tentar conseguir o adiamento das eleições. O Ministro da Guerra mandou instaurar uma Comissão Militar de Inquérito (CPI), que, ao final, descobriu que a carta era falsa.

Entretanto, diversos setores se uniram e passaram defender a legalidade: alguns políticos, parte da imprensa e dos militares. No exército, os ânimos foram contidos, pois o Ministro da Guerra, general Teixeira Lott, o isolou dos debates políticos, não repercutindo as declarações de Canrobert Pereira e assumindo a linha de frente, na tentativa de retirar a instituição dos debates políticos. Ocorria também a afirmação do MMC, que, como já afirmamos, tinha por objetivo garantir as eleições e a posse dos eleitos. O movimento pela legalidade foi ampliado com a publicação de manifestos de várias entidades e grupos: UNE do Rio de Janeiro; empresários ligados ao comércio e à Confederação Nacional do Comércio; escritores, artistas e jornalistas, dentre outros. O auge, contudo, foi a fundação, pelo advogado Sobral Pinto, da Liga de Defesa da Legalidade, que não tinha vinculação política ou partidária e “visava à união de trabalhadores, sindicalistas, intelectuais, empresários, comerciantes, militares e todos os autênticos democratas para defender as instituições e o povo.” (FERREIRA, 2005, p. 231).

As eleições de outubro deram vitória aos candidatos Juscelino Kubistchek e João Goulart, por pequena maioria, o que reacendeu os setores golpistas da UDN e das Forças Armadas, que passaram abertamente a tentar impedir suas respectivas posses. As batalhas pelos jornais intensificavam-se. Na aeronáutica, diversos militares favoráveis ao rompimento institucional se manifestavam publicamente, enquanto, no exército, o general Lott tentava manter a disciplina. Assim, declarações dadas pelo general Zenóbio da Costa, dias depois do inquérito militar revelar ser falsa a carta Brandi, em favor da defesa da democracia lhe causaram uma punição. As contundentes declarações de Zenóbio respondiam à ampliação do movimento em favor do golpe e das revelações sobre a Carta Brandi.

Assim, o general afirmava que “a legalidade somente será preservada com o teu sangue e com as armas que o povo te entregou para que lhe defenda a liberdade de trabalhar, de pensar, de votar, de criticar, de protestar.” (Id. Ibid., p. 240) Para ele a nação desejava “ter a certeza de que serão punidos os verdadeiros culpados; os acusadores se realmente agiram como simples falsários e mistificadores; os acusados se de fato cometeram os delitos que lhe foram impostos (Id. Ibid., p. 241). Três dias depois o major Nicolau Seixas foi espancado, na Cinelândia, por um grupo ligado ao Clube da Lanterna, fundado por Carlos Lacerda, em agosto de 1953, aumentando a insatisfação da ala legalista.

Os acontecimentos se precipitavam e o Ministro assumia a linha de defesa da legalidade se afastando dos ministros da guerra, Eduardo Gomes, e da Marinha, Amorim do Vale. A punição dada por Lott ao general Alcides Etchegoyen por conspiração golpista acirrou ainda mais os ânimos. Em meio a esses conflitos faleceu o general Canrobert Pereira da Costa. A partir daí, episódios que caracterizam quebra de hierarquia tão cara às Forças Armadas foram se sucedendo. E o velório do general, em 1 de novembro de 1955, mais uma vez colocou em lados opostos as alas legalistas e as golpistas dentro das Forças Armadas. Um discurso inflamado do coronel Jurandir Mamede, em homenagem ao general falecido, referia-se ao Brasil como uma “mentira democrática” e como uma “pseudo-legalidade imoral e corrompida”.

O discurso do coronel era no mesmo sentido das declarações prestadas pelo general Canrobert, quando da homenagem ao major Rubens Vaz. Na qualidade de porta-voz do Clube Militar, o coronel Mamede manifestou-se contrário à posse dos eleitos, sem constar no cerimonial, desafiando o ministro da guerra. Este resolveu pela punição de Mamede. Contudo, ele era lotado na ESG e, portanto, subordinado ao EMFA e à Presidência da República. Eduardo Gomes manifestou-se contrário à punição, assim como o chefe da EMFA. Diante disso, Lott resolveu requisitar o retorno de Mamede ao Exército, onde poderia puni-lo. Agendou uma audiência com o presidente Café Filho, porém este último foi hospitalizado às pressas com uma crise cardiovascular.

Assumia a presidência Carlos Luz, que convocou Lott para uma audiência na qual um dos pontos tratados seria a punição a Mamede; contudo, os grupos interessados no golpe pressionavam pela sua demissão. Além de deixá-lo esperando por mais de duas horas, Carlos Luz se recusou a punir o coronel, levando Lott a declarar-se demissionário. No entanto, grupos de oficiais se organizavam para uma intervenção. Aceitando liderar o “movimento de

retorno aos quadros constitucionais vigentes”, Lott e os oficiais reunidos na casa do general Odílio Denys traçaram estratégias de ação e organizaram um contragolpe rápido, para o dia seguinte, 11 de novembro de 1955. Interessados em uma solução civil, convocaram o congresso, que votou o impedimento de Carlos Luz e convocou o substituto na linha de sucessão, que era o presidente do Senado, Nereu Ramos. Este assumiu a presidência da República imediatamente.

Carlos Luz e o grupo que o apoiava, incluindo Carlos Lacerda, Prado Kelly, Eduardo Gomes e Amorim Vale, ainda tentaram uma reação. O presidente deposto se refugiou no Cruzador Tamandaré e tentou articular o apoio de São Paulo. No entanto, a reação dos militares defensores da legalidade foi rápida e enérgica, impedindo que tal articulação se efetivasse.

Dias depois, em 21 de novembro, Café Filho, restabelecido, saiu do hospital e tentava reassumir o cargo, sendo, contudo, impedido pelas tropas militares, que cercaram o prédio onde ele morava. Confinado em seu apartamento, teve seu impedimento votado pelo congresso, no mesmo dia. Um dia antes da sua saída do hospital, ele recebera a visita do general Lott, que o procurara para que houvesse um compromisso para a garantia de posse dos candidatos eleitos, ao que Café Filho não se comprometeu. O país foi colocado em estado de sítio e Nereu Ramos continuou na presidência da República até janeiro do ano seguinte, quando Juscelino Kubitschek e João Goulart foram empossados. Café Filho ainda recorreu ao Supremo Tribunal Federal, sem, contudo, obter êxito.

A produção memorialística de Café Filho relaciona-se diretamente aos episódios narrados acima. *Do sindicato ao Catete*, começou a ser escrito meses depois do golpe militar de 1964 e seu autor exercia, desde 1961, a função de Ministro do Tribunal de Contas da Guanabara (TCU), por indicação do governador Carlos Lacerda (UDN). Em dois volumes, totalizando 637 páginas, Café Filho, narra aspectos de sua trajetória política, motivado, segundo ele, primeiro, pela necessidade de retificar “distorções” em relação à sua passagem pela presidência da República, entre 1954 e 1955, uma das mais demoradas da obra. Era o golpe militar de 1964 um ponto chave de comparação para Café Filho.

A outra motivação para a escrita do livro era o fato de possuir “um filho varão”, que poderia ser chamado a defender o pai. Café Filho afirma que resolvera deixar-lhe “uma documentação tão completa quanto possível, capaz de habilitá-lo a me julgar [...] e a rebater

com provas os julgamentos falsos ou facciosos que ainda persistirem em torno da minha pessoa e do meu governo.” (CAFÉ FILHO, 1966, p. 4).

Ao longo da obra, Café Filho apresenta-se como um homem que sempre atuou com sentimento de justiça e solidariedade humana (1966, p. 68). Teriam sido exatamente esses sentimentos que o transformaram, na década de 1920, de uma criança calma em um jovem “irrequieto e revoltado” com as injustiças sociais (1966, p. 16). Daí ter passado a defender, como advogado provisionado, no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, aqueles que não tinham condição financeira para contratar advogados, mas também passou a liderar greves de estivadores, pescadores, tecelões, na década de 1920, em Natal. (1966, p. 20). Assim, é que afirma “de muito advogar a causa dos pobres, aderi ao drama deles e tomei a frente das suas reivindicações nos sindicatos e nas ruas.” (1966, p. 35). Para ele, foram tais preocupações que o levaram para a política. “Pessoalmente, eu era um homem de hábitos simples, que vivera sempre no meio do povo. Fizera uma carreira política vindo de baixo, da luta, do ostracismo, do exílio e da pobreza.” (1966, p. 397).

No momento da escrita dessas memórias, completara uma década do suicídio de Getúlio Vargas e a conseqüente ascensão de Café Filho à presidência, como também nove anos da sua deposição. Evidencia-se, na obra, um autor que guardava rancores por ter sido impedido de reassumir o cargo e, exatamente por isso, o teor central de suas explicações é a imagem que se consolidou sobre o fim do seu governo: o impedimento decorria do apoio dele ao possível golpe para que os políticos eleitos não fossem empossados. Por isso Café Filho, em vários momentos da obra, nega que apoiaria uma intervenção ilegal e recorre a afirmativas do general Teixeira Lott, publicadas na imprensa, de que as articulações para o golpe existiam, porém, não eram do seu conhecimento.

Nesse sentido, o empenho do ex-presidente em criar uma memória própria do seu governo e do golpe militar de 1955: a “verdadeira razão” para os golpes (de 11 e de 21 de novembro de 1955) teria sido o medo que as forças juscelistas e janguistas, apoiadas pelas comunistas, tinham de uma rigorosa análise dos resultados eleitorais por parte do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O comportamento imparcial dele como presidente era a garantia de que a análise daquele tribunal seria correta. Café Filho lança dúvidas quanto aos resultados eleitorais, pois Juscelino Kubistchek derrotara Távora por 466.949 e uma revisão eleitoral, ocorrida em 1958, demonstrava que apenas no estado de Minas Gerais havia uma diferença real, para menos, de 407.382 eleitores (CAFÉ FILHO, 1966, p. 582-583).

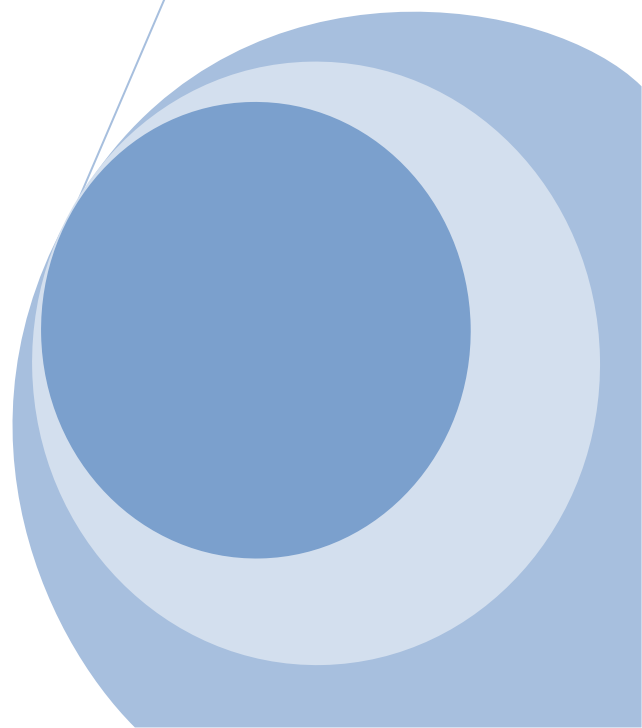
Como a conjuntura de escrita era de outra intervenção militar, em vários trechos, demonstra sentir-se regozijado com o golpe de 1964. Assim, compara as ações militares de 1955 e de 1964, afirmando que, após o suicídio de Vargas, em 1954, auge da crise política, ele, como presidente, cumprira estritamente a Constituição que ajudara a elaborar. Portanto, o ato do seu impedimento fora totalmente ilegal. Em abril de 1964, ao contrário, o “presidente deposto fugiu com medo dos tiros que o poderiam atingir.” Assim, o governo foi, legitimamente, entregue ao chefe da “revolução vitoriosa” de 1964. (CAFÉ FILHO, 1966, p. 624). Em agosto de 1954, tentara contribuir para uma “saída honrosa” para Getúlio Vargas, sugerindo que ambos renunciassem ao governo, no que não obteve êxito, pois Getúlio preferiu o suicídio à renúncia. Para ele, “em agosto de 1954, a nação foi sacudida por uma tragédia; não vibrou como em abril de 1964, com o sucesso de um movimento revolucionário. Esta a diferença essencial: a tragédia em 1954 e a Revolução em 1964.” (1966, p. 404). Assim, Café Filho refere-se à emoção sentida no dia do golpe.

A minha emoção na tarde de 1º de abril de 1964, não envolvendo qualquer participação ou tomada de atitude política nos acontecimentos, foi, no entanto, das mais fortes ante o delírio popular; o povo cantava o Hino Nacional e aplaudia os soldados que restabelecia a ordem legal. As manifestações fizeram-me lembrar as que eu recebia, invariavelmente, no mesmo quadrilátero do Posto 6, em Copacabana, quando o exército e a polícia cercavam a minha residência, durante o meu impedimento. (Id. Ibid. p. 404).

As memórias de Café Filho objetivam criar outra imagem sobre o seu governo como também sobre seu impedimento em 1955, contudo, nelas o ex-presidente se manifesta absolutamente favorável aos militares que deram o golpe em 1964.

Exaltado na história política do Rio Grande do Norte por ser o único potiguar a ascender à presidência da República, Café Filho freqüentemente recebe homenagens no estado. No entanto, diversos momentos de sua trajetória política ainda carecem de pesquisas problematizadoras. O seu período de atuação na presidência da República, em meio à crise política que assolava o país, desde antes do suicídio de Vargas, ainda é pouco estudado, bem como sua trajetória política no estado do Rio Grande do Norte, nos anos 1920-30 e, no pós-45 como, a grande liderança do PSP no estado e um dos grandes líderes do partido nacionalmente.

## **Considerações finais**



Esta tese acompanhou as dinâmicas de sete campanhas eleitorais realizadas no estado do Rio Grande do Norte, no período compreendido entre 1945 e 1955. Vale observar alguns aspectos que nos remetem à bibliografia (memorial e acadêmica) que aborda a história política do estado, com a qual traçamos um diálogo ao longo destas páginas. Uma questão que consideramos absolutamente relevante e que deve ser destacada é a do simbolismo com o qual é tratada a campanha eleitoral de 1960. Apresentada como a mais popular e a de maior investimento em propaganda política, do período da Terceira república, graças à atuação “populista” do candidato a governador Aluzio Alves, ela é tratada como a prova da existência do populismo no estado. Fala-se até mesmo em um “pacto populista”, tornando-se o candidato, um “líder populista [...], porta-voz dos setores populares emergentes” (PEREIRA, 1996, p.16).

Não compactuamos nem com essa conceituação, nem com essa análise. Assim, optando por referenciais teóricos ligados à Nova História Política e à Nova História Cultural, lançamos um olhar sobre as campanhas eleitorais anteriores à de 1960 e observamos como diversos aspectos que são apresentados como inovadores em 1960 já haviam sido incorporados em outras eleições. Demonstramos, ao longo da tese, como alguns políticos fizeram usos do passado traçando perfis biográficos para si próprios, que foram incorporados pela bibliografia acadêmica, sem maior problematização. Assim, aspectos abordados por tais produções memorialísticas valorizam exclusivamente momentos de atuações políticas dos seus autores, minimizando a participação de outros atores políticos. Claramente, apresentando-se disputas de memórias políticas e as “vencedoras” influenciaram nas abordagens sobre as campanhas eleitorais da Terceira República. Tal afirmativa não implica em dizer que as memórias políticas não devam ser consideradas para a produção de análises historiográficas e sim que devem ser situadas em seus lugares de produção, além de problematizadas.

Desse modo, pensamos ser importante refletir sobre as campanhas eleitorais a partir das disputas políticas, em termos de partidos e candidatos, e da atuação da Justiça Eleitoral, mas também a partir do envolvimento da população em diversas atividades de caráter político, ao longo do período abordado. Assim, é preciso considerar que, já em 1945, os atores políticos da campanha são: partidos, candidatos, eleitores e Justiça Eleitoral, o que implicava em novas formas de disputa pelo poder. Iniciava-se então um processo para conquista do voto do eleitor. Para isso, diversas práticas foram utilizadas e aprimoradas ao longo das campanhas eleitorais.



Nas primeiras realizadas (1945-1947 e 1948), já se evidencia claramente a construção de imagens sobre regiões, cidades e de sentimentos identitários e de pertencimento a essas localidades, através da mobilização de memórias, de tradições em festas religiosas ou profanas e de discursos políticos. Mas, também esses recorrem à genealogia, relembando os antepassados de pessoas consideradas importantes nos municípios e que passam a nomear ruas, praças, prédios públicos, tornando as memórias e as identidades em importante capital simbólico para a disputa política. Tais aspectos tanto possibilitaram a consolidação de antigas lideranças políticas no novo contexto político-eleitoral, quanto o surgimento de novos nomes que surgiram a partir de 1945. Naquele ano, ainda sob o regime do Estado Novo, diversas atividades políticas ganharam as ruas e foram vivenciadas ativamente pela população em várias cidades do estado, ao mesmo tempo em que se constituíam os grupos que formariam os partidos políticos, sob novas exigências, dentre elas, a de que tivessem caráter nacional.

Os comunistas ocuparam o espaço público no estado, durante os anos de 1945 a 1947, principalmente, na capital, mas também em diversas cidades do interior, com formação de comitês políticos para o atendimento a população, reuniões, comícios e a organização de um congresso sindical. Na mesma intensidade desencadeou-se uma campanha anticomunista, a partir da reorganização da LEC no estado. A partir da cassação dos mandatos e do partido eles foram obrigados a se retrair, contudo, muitos deles continuaram atuando nos sindicatos, na imprensa e durante as campanhas políticas. Um aspecto foi definidor para a imensa mobilização em 1945: o apoio dos comunistas ao presidente Getúlio Vargas, aproximando-os de outros grupos, como os trabalhistas, pessedistas e também cafeístas.

É importante atentar para a presença do presidente Getúlio Vargas no cenário político, inclusive no Rio Grande do Norte, ao longo desses anos contemplados na pesquisa, e de como a literatura sobre o estado minimiza tal papel. Em 1945, por exemplo, a popularidade dele foi atestada em diversos momentos com a participação do público do estado em eventos conduzidos pelo Estado Novo, seja o 1º de maio, o aniversário do presidente ou comemorações pela vitória dos aliados na Segunda Guerra Mundial, como também em manifestações favoráveis à permanência de Vargas no poder: o *queremismo*.

Não por acaso, Vargas foi a figura central da campanha eleitoral de 1950. É preciso considerar o contexto nacional da sua candidatura, que mobilizou e empolgou o país ou a seu favor ou contrariamente a ele. O fato de o vice, na chapa de Vargas, ser do Rio Grande do Norte foi um fator a mais para a popularização da campanha nesse estado, sensibilizando o

eleitorado. E esta foi a mais completa do regime republicano, até então. Um olhar mais atento sobre ela revela aspectos que, de forma geral, os trabalhos sobre história política só atribuem à campanha eleitoral de 1960, como já dissemos. Ela se constituiu em um importante momento de participação popular, com demonstrações variadas da adesão ou rejeição do eleitor, que ocorreram ao mesmo tempo em que se ampliava a utilização de material de publicidade e propaganda. Assim, houve estratégias eficientes de campanha e processos de identificação com a população, que ocorreram de diferentes formas no interior e na capital do estado. Os jornais inauguraram as enquetes jornalísticas. Os programas de rádio transmitiam noticiários e entrevistas com políticos e comícios que ocorriam em diversos lugares do país, pois, pela primeira vez, comitivas de jornalistas passaram a acompanhar os candidatos à sucessão presidencial.

Tais inovações nas campanhas eleitorais foram ampliadas em 1952, quando das campanhas municipais. Em muitas cidades os partidos investiram fortemente em propaganda política como foi o caso do PSP, na cidade de Ceará-Mirim. Mas, o auge do investimento em propaganda política ocorreu na campanha eleitoral de 1954, e para a candidatura proporcional, a deputado federal, de Eider Varela. O que chama a atenção é a utilização da tecnologia e dos meios de comunicação desenvolvidos até então, para a propaganda política.

O estado do Rio Grande do Norte ganhou evidência política, no nível nacional, exatamente na campanha de 1950, com a candidatura de Café Filho à vice-presidência da República, ao lado de Getúlio Vargas. Café Filho sofreu ao longo das disputas políticas do pós-45 um intenso combate da LEC, sendo acusado de extremista, de ateu, dentre outros qualificativos. Na campanha de 1950, as resistências ao seu nome partiram também do candidato à presidência que encabeçava a chapa, Getúlio Vargas. Vencendo todas essas barreiras, Café Filho assumiu a vice-presidência da República, em 1951, e depois a presidência da República, em 1954.

Por fim, chamam a atenção os diversos resultados eleitorais do período. Alguns aspectos marcam as primeiras eleições que redemocratizaram o Rio Grande do Norte, pós-Estado Novo. Em 1945, a grande surpresa da votação surgiu em Natal, com o candidato comunista à presidência, Yeddo Fiuza, obtendo a maioria dos votos na capital do estado. Tal resultado causou grande perplexidade e indignação nos integrantes da LEC. Em 1947, ocorreu a maior disputa jurídica já havida no estado, com os votos sendo disputados urna a urna, acirrando os embates políticos. Aspecto que se repetiu em algumas cidades, em 1948, com a

realização das eleições municipais. Mas, o fato principal é que se iniciava um regime democrático em que partidos, candidatos e eleitores tinham de se adaptar a novas regras e contexto, o que não ocorre automaticamente, levando ora a conciliações, ora a disputas violentas que culminaram em assassinatos.

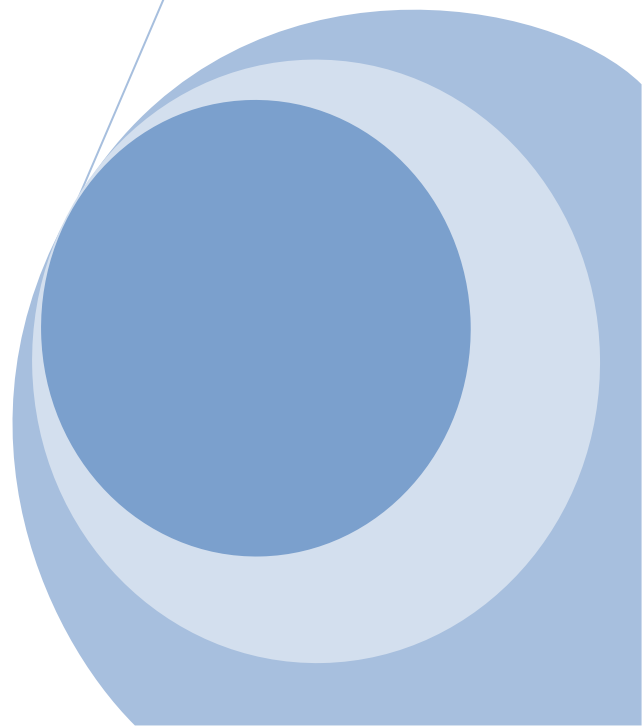
Nas eleições de 1950 os resultados não foram contestados na Justiça Eleitoral e a aliança vitoriosa ao governo do estado obteve a mais significativa maioria de votos sobre o candidato adversário de toda a Terceira República. Em 1952, para as eleições municipais a disputa foi intensa e evidenciou-se o crescimento do PSP, ampliando significativamente o número de prefeituras. Tal crescimento e a presença de Café Filho na vice-presidência, e depois na presidência da República, contribuiu para que esse partido chegasse às campanhas eleitorais de 1954 e 1955 com maior poder de barganha. Em 1954, o PSP ampliou o número de depois federais, elegendo 2, e os dois suplentes de senadores e, em 1955, contribuindo para a eleição do udenista Dinarte Mariz, firmando apoio para a nomeação de um progressista para a prefeitura de Natal, Djalma Maranhão.

As relações e a proximidade entre o presidente Café Filho e os udenistas que pregavam o golpe abertamente e a ausência de declarações, e mais ainda de ações, mais veementes contra eles, contribuem para a imagem que se consolidou acerca de seu impedimento em 1955. A divisão nas forças armadas era evidente e o governo optara pelo silêncio e pela omissão, em muitos momentos, contribuindo para que o clima de tensão e de divisão fosse acirrado. Qualquer ação do presidente em nome da legalidade seria aprovada pelo seu ministro da guerra, general Teixeira Lott, que contava com apoio entre os militares. E foram exatamente as articulações em nome do golpe e a quebra de hierarquia entre os militares que motivaram o general a tomar a frente dos acontecimentos.

Ao tentar contribuir para construção de outra imagem sobre o seu governo, Café Filho se colocava exatamente ao lado dos militares que deram o golpe, em 1964, e que eram, em sua maioria, os mesmos que apoiavam os ímpetus golpistas de Carlos Lacerda e de outros segmentos da sociedade brasileira, em 1954 e 1955. Não por acaso, Café Filho foi indicado para ocupar o cargo de ministro do TCU da Guanabara, por Carlos Lacerda, em 1961. Ao colocar em dúvida os resultados eleitorais de 1955, Café Filho demonstra que já havia uma articulação para questionar a posse dos candidatos eleitos e que contava com seu apoio. No mínimo, se aprovada pela justiça Eleitoral e pelo congresso, tal proposição poderia resultar em uma ampliação do seu mandato. De uma forma ou de outra, nem *a posteriori*, quando da

escrita das suas memórias, Café Filho defendia a posse dos candidatos eleitos. Exatamente por isso, permaneceu na memória política nacional como identificado com os golpistas de 1955, resultando daí seu impedimento.

## Referências



ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAM, Fernando. Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954: In: Gomes, Ângela de Castro (org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, 1994, p. 23-59.

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da história. In: PINSKY, Carla Bassanez (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 155-202.

ALMINO, João. *Os democratas autoritários: liberdades individuais, de associação política e sindical na constituinte de 1946*. Brasiliense: São Paulo, 1980.

ARRAIS, Raimundo. *O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX*. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, 2001.

BALANDIER, Georges. *O poder em cena*. Brasília: Ed. da UnB, 1982.

BARBOSA, Marialva. *Imprensa, poder e público: os diários do Rio de Janeiro 1890-1920*. Niterói: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia/UFF, 1996. Tese de Doutorado.

BENEVIDES, Maria Victória. *A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales. (1929-1989). A revolução francesa na historiografia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

BUSSETO, Áureo. Pela legitimidade do prever: Ibope, imprensa e lideranças políticas nas eleições paulistas de 1953 e 1954. *Revista Estudos Históricos*. Dossiê: Mídia, n. 31, 2003. Disponível em [www.cpdoc.fgv.br](http://www.cpdoc.fgv.br). Acesso em 20.06.2006.

CANÊDO, Leticia Bicalho. Caminhos da memória: Parentesco e poder. *Textos de História, Revista de Pós-Graduação em História da UnB*, vol. 2, N.3, Brasília – 1994.

\_\_\_\_\_. As listas eleitorais e o processo de nacionalização da cidadania no Brasil (1822-1945). In: *Pro-Posições*, Revista Quadrimestral da Faculdade de Educação da Unicamp, vol., N. 3(18) – Nov. de 1995.

\_\_\_\_\_. As metáforas da família na transmissão do poder político: questões de método. In: *Caderno Cedes*: Campinas, vol. 18, n. 42, agos. 1997.

\_\_\_\_\_. Herança na política ou como adquirir disposições e competências necessárias às funções de representação política (1945-1964). In: *Pro-Posições*, Revista Quadrimestral da Faculdade de Educação da Unicamp, vol. 13, N.3(39) – set./dez. 2002.

CAPELATO, Maria Helena. História política. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. Dossiê historiografia. N. 17.

\_\_\_\_\_. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas/SP: Papyrus, 1998.

\_\_\_\_\_ & DUTRA, Eliana Freitas. Representação política. o reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira. In: CARDOSO, Ciro F.; MALERBA, Jurandir (orgs.).

CARDOSO, Ciro Flamaron e MALERBA, Jurandir (orgs.). *Representações. Contribuições a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papirus, 2000. p. 227- 267.

CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. (orgs.) *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARONE, Edgar. *O PCB*. (1943-1964). São Paulo: Difel, 1982.

CARVALHO, José Murilo. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: Uma discussão conceitual. *Revista Dados*. vol. 40 n°. 2 Rio de Janeiro, 1997.

CEFAÏ, Daniel. Experience, culture e politique. In: CEFAÏ, Daniel. *Cultures politiques*. Paris: PUF, 2001, p. 93-116.

CHARTIER, Roger. *A história cultural*. Entre práticas e representações. Lisboa, difel, 1989.

\_\_\_\_\_. 1994. A História hoje: dúvidas, desafios, propostas. *Revista Estudos históricos*. Rio de Janeiro. Dossiê: CPDOC: 20 anos. vol. 13, n. 13.

\_\_\_\_\_. A “nova” história cultural existe? In: LOPES, Antônio H.; PESAVENTO, Sandra J. e VELLOSO, Mônica P. *História e linguagens: texto, imagem, oralidade e representações*. Rio de Janeiro: 7letras, 2006.

CHARTIER, Roger. *A beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002. Cap. 1 e 2 história intelectual e história das mentalidade e o mundo como representação.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: morar, cozinhar*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1996.

DELGADO. Lucília. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: DELGADO. Lucília de A. N; FERREIRA, Jorge. (orgs). *O Brasil republicano*. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira. 2003. P. 127- 154.

FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: FERREIRA, Jorge (org.) *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: DELGADO. Lucília de A. N; FERREIRA, Jorge. (orgs). *O Brasil republicano*. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira. 2003. p. 13-46.

\_\_\_\_\_. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura popular- 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FERREIRA, Marieta. A nova "velha história": o retorno da história política. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, 1992. Dossiê teoria e história. v. 10.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

\_\_\_\_\_. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. Cap. Sinais: raízes de um paradigma indiciário.

GOMES, Ângela de Castro; D'ARAUJO, Maria Celina. *Getulismo e trabalhismo*. São Paulo: Ática, 1989.

\_\_\_\_\_. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: 1996.

\_\_\_\_\_. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. vol 4. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória do conceito. In: FERREIRA, Jorge (org.) *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_. Escrita de si, escrita da História, a título de prólogo. In: GOMES, Ângela de Castro (org.) *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 07-24.

\_\_\_\_\_. Política: História, ciência, cultura, etc. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 09, n.17, 1996. p. 59-84. Disponível em [www.cpdoc.fgv.br](http://www.cpdoc.fgv.br). Acesso em 20.06.2006.

\_\_\_\_\_. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, R; BICALHO, Ma. F. GOUVÊA, Ma. De F, (org.) *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de História*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005. p. 21-44.

\_\_\_\_\_. Jango e a República de 1945-1964: da República populista a terceira República. ALMEIDA, Maria Regina C.; AZEVEDO, Cecília; GONTIJO, Rebeca; SOIHET, Raquel. (orgs). *Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 35-50.

GRENDI, Edoardo. Repensar a microhistória. In: REVEL, JACQUES.(org.) *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fund. Getúlio Vargas. 1998.

HIPÓLITO, Lúcia. *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

\_\_\_\_\_. Vargas e a gênese do sistema partidário. *Plenarium*. Ano II, n. 02 (Nov. 2005) – Brasília: Coordenação do Centro de Documentação e Informação, Câmara dos Deputados, 2005. p.156- 174.

GRYNSZPAN, Mário & PANDOLFI, Dulce C. Memórias de favelas, em favelas: favelas do Rio de Janeiro e direito à memória. In: GOMES, Ângela de C. *Direitos e cidadania*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.



GERVAIS-LAMBONI, Philippe. Territoires et *politique* : une approche géographique. In: CEFAÏ, Daniel (org.). *Cultures politiques*, Paris: PUF, 2001, p. 253-169.

KUSCHINIR, Karina e CARNEIRO, Leandro P. “As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia política”, *Estudos Históricos*, vol. 24, 1999, p. 237-250.

\_\_\_\_\_. *O cotidiano da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

\_\_\_\_\_. Rituais de comensalidade na política. In: BARREIRA, Irllys; TEIXEIRA, Carla; HEREDIA (org.) *Candidatos e candidaturas: enredos de campanha eleitoral no Brasil*. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, 2002. p. 243-271.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo editorial, 2004.

LAVAREDA, José Antônio. *A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro: Fundo/Iuperj, 1991.

LEVI, Giovani. Sobre a Micro-História. In: BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Ed. UNESP, 1992. cap. V, p. 134 – 161.

LIMA, Olavo Brasil de. *Partidos políticos brasileiros 1945 a 1964: a experiência federal e regional*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

NEGRO, Antônio L; SILVA, Fernando T. Trabalhadores, sindicatos e política. In: DELGADO. Lucília de A. N; FERREIRA, Jorge. (orgs). *O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira. 2003.

PALMEIRA, Moacir & GOLDMAN, Márcio. (org.) *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro: contracapa livraria, 1996.

PESAVENTO, Sandra P. *História e história cultural*. Ed. Autêntica, 2003.

REIS FILHO, Daniel Aarão. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge (org.) *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

RÉMOND, René. *Por uma história política*. (org.) Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV. 1996.

\_\_\_\_\_. Por que história política? *Estudos históricos*. Rio de Janeiro. Dossiê: CPDOC: 20 anos, v. 13, n. 13.

REGAL, Débora Kfuri. *Getúlio Vargas volta ao Catete: a estratégia de propaganda varguista nas eleições de 1950*. Rio de Janeiro: PUC, 2007. Dissertação de mestrado.

REIS FILHO, Daniel Aarão. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge (org.) *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. P. 273-318.

RESENDE, Maria Efigênia L. de. O processo político na primeira República e o liberalismo oligárquico. In: DELGADO. Lucília de A. N; FERREIRA, Jorge. (orgs). *O Brasil*

*republicano*. Da proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira. 2003. p. 89-120.

SAMPAIO, Regina. *Ademar de Barros e o PSP*. São Paulo: Global, 1982.

SACRAMENTO, Igor. Coutinho na tv: um cineasta de esquerda fazendo jornalismo. Anais do Congresso Brasileiro de Comunicação - Intercom. Brasília: UNB, 2006. Disponível em [www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R0613-1.pdf](http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R0613-1.pdf). Acesso em 20 jul. 2008.

TÉTARD, Philipp. *Pequena história dos historiadores*. Bauru/SP: EDUSC, 2000.

\_\_\_\_\_; CHAUVEAU, Agnès. *Questões para a história do presente*. Bauru/SP: EDUSC, 1999.

### Referências de história do Rio Grande do Norte

ALCÂNTARA, Marcus R. Tavares de. *Dinarte Mariz e personalismo na política potiguar*. Natal: UFRN. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, 2004. Dissertação de Mestrado.

ALVES, Aluízio. *A verdade que não é secreta*. Rio de Janeiro: Nova Lima Artes Gráficas, 1976.

ALVES, Aluízio. *Memória viva de Aluízio Alves*. Natal: Nossa editora; editora universitária. 1983.

\_\_\_\_\_. *O que eu não esqueci: reminiscências políticas, 1933-2000*. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial. 2001.

\_\_\_\_\_. *Sem ódio e sem medo*. Rio de Janeiro: Editora Nosso Tempo, 1969.

\_\_\_\_\_. *A verdade que não é secreta*. Rio de Janeiro: Nova Lima Artes gráficas, 1976.

ARAÚJO, Marta Maria; MEDEIROS, Maria das Dores. As celebrações da festa da Gloriosa Senhora Sant'Ana de 1930 (Caicó-RN). In; DANTAS, Eugênia; MORAIS, Grinaura Medeiros. *Livro de memórias*. João Pessoa: Idéia, 2006, p. 193-218.

BEZERRA, Ana Maria. *A estratégia do paternalismo na parceria*. Natal: UFRN, 1987.

BEZERRA, Lauro. *Majó Theodorico, o imperador do sertão*. Natal: s/ed., 1994.

CAFÉ FILHO, João. *Do sindicato ao Catete: memórias políticas e confissões humanas*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1966.

CÂMARA, Anfilóquio. *Scenários municipais (1941-1942)*. Natal: DEIP, 1943.

CASCUDO, História da cidade do Natal. Natal: RN Econômico/IGHRN, 1999.

- CENTENO, Cléa Bezerra de Melo. *Dever de Memória: uma biografia de Ubaldo Bezerra de Mello*. Natal: [s.e], 2006.
- COSTA, Gilmar Benevides. Hélio Galvão: o saber como herança. Natal: Moura Ramos, 2007.
- COSTA, Homero de Oliveira. *A insurreição comunista de 1935: Natal, o primeiro ato da tragédia*. São Paulo: Ensaio; Rio Grande do Norte: Cooperativa Cultural Universitária, 1996.
- COSTA, Homero de Oliveira. *A Reforma política no Brasil e outros ensaios*. Natal: Sebo Vermelho, 2001, cap. 06. Pequena contribuição para a história do Partido comunista no Rio Grande do Norte: 1945- 64. p. 127-169.
- DANTAS, Eugênia Maria. Travessia urbana. In: BURITI, Iranilson & DANTAS, Eugênia. *Cidade e região: múltiplas histórias*. João Pessoa: Idéia, 2005.
- DUARTE, Ticiano. *Anotações do meu caderno*. Natal: co-edição Z Comunicação/Sebo Vermelho, 2000.
- FELIPE, José Lacerda Alves. *A (re)invenção do lugar: os Rosados e o “país de Mossoró”*. João Pessoa: Grafset. 2001.
- FELIPE, José Lacerda Alves. et al. *Atlas, Rio Grande do Norte: espaço geo-histórico e cultural*. João Pessoa: Editora Grafset, 2004.
- FEMENICK, Tomislav R. *Padre Mota*. Natal: Fundação José Augusto, 2007.
- FURTADO, João Maria. *Vertentes (memórias)*. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora Ltda, 1976.
- GALVÃO, Hélio. *Dix-Sept Rosado*. Mossoró, [s/Ed.], 2002. Coleção Mossoroense. Série C, v. 1328.
- GARCIA, José Alexandre. *Acontecimentos e tipos da Confeitaria Delícia*. Natal: Clima, 1985.
- GERMANO, José Willington. *Lendo e aprendendo: a campanha de pé no chão*. São Paulo: Cortez, 1991.
- GÓES, Maria Conceição Pinto de. *A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho: cristãos e marxistas na construção da utopia*. Rio de Janeiro: Revan; Editora da UFRJ, 1999.
- GÓES, Moacyr de. *De pé no chão também se aprende a ler, 1961-64: uma escola democrática*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1991.
- GÓES, Moacyr de. *Sem paisagem: memória da prisão*. Natal: Sebo Vermelho, 2004.
- HEMETÉRIO FILHO, Petronilo. *História do município de Patu*. Mossoró: GL gráfica, 2005. Coleção Mossoroense. Série C, v. 1486.
- LIMA, Jailma M. *Imagens e vozes: imprensa, radiodifusão e propaganda política no Rio Grande do Norte (1935-1943)*. UFPE: 2001a. Dissertação de Mestrado.

- LIMA, Diógenes da Cunha. *Solidão, Solidões: uma biografia de Dinarte Mariz*. Brasília: Senado Federal, 2001b.
- MACEDO, Muraikytan. *A penúltima versão do Seridó*. Natal: Sebo Vermelho, 2004.
- MACHADO, João Batista. *1960: Explosão de Paixão e Ódio*. Natal. Departamento Estadual de Imprensa, 1998.
- MACHADO, João Batista. *Como se fazia governador durante o regime militar*. Natal: RN Econômico, 1995.
- MACHADO, João Batista. *Política no atacado e a varejo: a memória da República no RN*. Natal: CERN, 1993.
- MAIA, Agaciel. *Dinarte Mariz: vida e luta de um potiguar*. Brasília: gráfica do Senado, 2005.
- MARIZ, Dinarte. *José Augusto: o líder*. Brasília: gráfica do Senado, 1984.
- \_\_\_\_\_. *A vida de um revolucionário*. Brasília: gráfica do Senado, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Memória viva de*. Natal: Editora Universitária, 1986.
- MELO, Manuel Rodrigues. *Dicionário da imprensa no Rio Grande do Norte: 1909-1987*
- ONOFRE JR., Manoel. *Martins: a cidade e a serra*. Natal: Offset gráfica, 2002.
- PEREIRA, Henrique Alonso de Albuquerque Rodrigues. *O Homem da Esperança: Uma Experiência Populista no Rio Grande do Norte (1960-1966)*. Recife, 1996. Dissertação de Mestrado.
- PEDROZA, Sylvio Piza. *Pensamento e ação: marcos de uma trajetória de governo*. Fundação José Augusto: Natal, 1984.
- SANTOS, Paulo pereira dos. *Um homem admirável: João Câmara – empresário e o político*. Natal: DEI, 1997.
- SILVA, Carlos Eduardo Lins da. *Em busca do voto perdido: os meios de comunicação na tentativa de restaurar um pacto populista*. Natal: COOJORNAT, 1982.
- SILVA, Justina Iva de A. *Estudantes e política: estudo de um movimento (RN- 1960-1969)*. São Paulo: Cortez Editora, 1989.
- SOUZA, Heloisa M. Galvão Pinheiro. *Luiza Alzira Teixeira Soriano: primeira prefeita eleita na América do Sul*. Natal: EDUFRN, 1993.
- SPINELLI, José Antônio. *Getúlio Vargas e a oligarquia potiguar: 1930-35*. Natal: EDUFRN, 1996.
- TRINDADE, Sérgio Luiz B. *Aluizio Alves: populismo e modernização no Rio Grande do Norte*. Natal: Sebo Vermelho, 2004.
- VIANA, Marly de A. G., *Revolucionários de 35: sonho e realidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

## LEIS

BRASIL. Dispõe sobre a divisão territorial do país e dá outras providências. Decreto-lei, n. 311, 2 març. 1938. Disp. em [www.iterpa.pa.gov.br](http://www.iterpa.pa.gov.br). Aces. em 23.03.2008.

BRASIL. Lei Constitucional nº 9, de 28 de fevereiro de 1945 Altera a Constituição de 1937 e autoriza a convocação de eleições. *Senado Federal*. Disponível em <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id767>. Acesso 28 agos 2006.

BRASIL. Decreto-Lei nº 7.586/45, de 28 de maio de 1945. Regula, em todo o país, o alistamento eleitoral e as eleições a que se refere o art. 4º da Lei Constitucional nº 9, de 28 de fevereiro de 1945. *Senado Federal*. Disponível em <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=26767>. Acesso 28 agos 2006.

BRASIL. Constituição Federal de 1946. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao46.htm). Acesso em 27 mar 2007.

BRASIL. Lei nº. 1.164 - de 24 de julho de 1950. Institui o Código Eleitoral. Disponível. <http://br.vlex.com/vid/ordinaria-substitue-codigo-eleitoral-34043841#ixzz0gAb1hjKJ>. Acesso 28 agos. 2006.

BRASIL. Decreto-Lei nº 7.586/45, de 28 de maio de 1945. Regula, em todo o país, o alistamento eleitoral e as eleições a que se refere o art. 4º da Lei Constitucional nº 9, de 28 de fevereiro de 1945. *Senado Federal*. Disponível em <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=26767>. Acesso 28 agos 2006.

Dispõe sobre a divisão territorial do país e dá outras providências. Decreto-lei, n. 311, 2 març. 1938. Disp. em [www.iterpa.pa.gov.br](http://www.iterpa.pa.gov.br). Acessado em 23.03.2008.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto 457 29 març. 1938. *A República/Diário Oficial*, Natal, p. 2, 2 abr. 1938.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto-lei no. 268, 30 dez. 1943. *A República/Diário Oficial*, Natal, p. 4, 31 dez 1943.

## FONTES

*Jornal de Natal*. 1947-1955;

*Diário de Natal*. 1945 a 1950; 1952;1954;1955;

*A República*. 1945-1947;

*Tribuna do Norte.* 1950;1952;1954;1955;

*A Ordem.* 1945 a 1947;

Atas Eleitorais do TRE 1945 a 1947;